

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FRANCISCO DE PAULA ROCHA AMORIM

**FRONTEIRAS INSCRITAS PELO NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA
LATINA: ESTUDO SOBRE A TRANSTERRITORIALIDADE EM NOVE
CIDADES DE BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO**

Porto Alegre, março de 2018.

FRANCISCO DE PAULA ROCHA AMORIM

**FRONTEIRAS INSCRITAS PELO NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA
LATINA: ESTUDO SOBRE A TRANSTERRITORIALIDADE EM NOVE
CIDADES DE BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Dr. José Vicente Tavares dos Santos.

Porto Alegre, março de 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Amorim, Francisco de Paula Rocha

Fronteiras inscritas pelo narcotráfico na América Latina: estudo sobre a transterritorialidade em nove cidades de Brasil, Colômbia e México / Francisco de Paula Rocha Amorim. -- 2018.

206 f.

Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Transterritorialidade. 2. Narcotráfico. 3. Instituição Informal. 4. Complexidade. 5. Violência. I. Santos, José Vicente Tavares dos, orient. II. Título.

FRANCISCO DE PAULA ROCHA AMORIM

**FRONTEIRAS INSCRITAS PELO NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA
LATINA: ESTUDO SOBRE A TRANSTERRITORIALIDADE EM NOVE
CIDADES DE BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Porto Alegre, 15 de março de 2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jose Vicente Tavares dos Santos (Orientador)

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira (UFRGS)

Profa. Dra. Letícia Maria Schabbach (UFRGS)

Profa. Dra. Virginia Pradelina Da Silveira Fonseca (UFRGS)

Prof. Dr. Roberto Briceño-León (Lacso, Venezuela)

Para Nair

AGRADECIMENTOS

Eu queria agradecer nominalmente a todos que contribuíram para esta tese, mas não posso. Por uma questão de segurança, preciso proteger a identidade de muitos que colaboraram neste estudo. A necessidade do anonimato de quem apenas quis contribuir para um mundo mais justo é mais uma evidência do quão vulnerável estamos frente à violência. Estou impedido de nomeá-los, mas não de registrar o quanto vocês foram extraordinários. Contaram suas histórias, relataram seu cotidiano, abriram as portas de casa para este pesquisador. Apesar dos riscos, apostaram no poder transformador da ciência. Fizemos ciência. Muito obrigado.

Agradeço à minha mãe, pois esta caminhada não seria possível sem teu apoio, sem tua aposta em minha educação quando criança e adolescente. Muitos foram os teus sacrifícios, muito dura foi tua jornada abnegada. Obrigado

À Marju, minha companheira de vida, minha parceira na ciência, por todo o apoio, pelas discussões teóricas, por me acompanhar em boa parte desta etapa científica e, claro, pela revisão atenta desta tese. Obrigado por tudo. Te amo.

Ao meu orientador Zé Vicente, pela confiança e parceria. Foram muitas as reuniões em que discutimos bem mais do que a tese. Conversas sobre o futuro da Sociologia, da ciência em geral e da sociedade. Ao final, ganhei um amigo.

À professora Sandra, minha eterna orientadora, pela amizade, pelos conselhos, por ter me aproximado da vida docente. Sempre me inspiro em ti quando estou em sala de aula.

Ao professor Pedro López-Roldan, por me receber na Universidade Autônoma de Barcelona. Aprendi muito sob tua orientação.

Ao amigo Thales, por me receber em Barcelona. Tua parceria foi fundamental, tu sabes disso.

Aos amigos Mauro e Didi, pela ajuda em minha pesquisa no Rio. Mauro, obrigado também por aquela conversa lá em 2013, quando estava a decidir sobre dedicar-me integralmente ou não ao doutorado.

Aos amigos Juan David e Claudia, pela ajuda em minha pesquisa na Colômbia. O apoio de vocês foi fundamental. Vocês são demais.

Aos amigos Alfredo Zavaleta, Juan Antonio, Arturo e Francisco, pela ajuda em minha pesquisa no México. Sem vocês, teria sido muito difícil alcançar os objetivos desta pesquisa.

Aos amigos, amigas, professores, colegas de profissão e de doutorado pelas conversas, pelas sugestões, pelo apoio. Fico feliz em contar com tanta gente boa por perto.

Ao professor Juan Fandiño, por todos os ensinamentos nesta minha jornada científica que se iniciou sob tua orientação no mestrado. O senhor é um grande cientista.

Por fim, aos professores Alex, Roberto, Letícia e Virgínia, por aceitarem o convite para minha banca. Eu fico muito feliz em encerrar este ciclo submetendo minha tese à avaliação de vocês.

*Now the neighborhood's cracked and torn
The kids are grown up, but their lives are worn
How can one little street
Swallow so many lives
(The Kids Aren't Alright – Offspring)*

*O espaço é a “prisão original”,
o território é a prisão que os homens constroem para si.
(Por uma Geografia do Poder, Claude Raffestin)*

RESUMO

Esta tese analisa a transterritorialidade decorrente de institucionalidades formais e informais concorrentes em nove cidades de Brasil, Colômbia e México. Mais especificamente, trata das consequências sociais da produção de múltiplos territórios e multiterritorialidades a partir da competição entre institucionalidades formais legais e institucionalidades informais ilegais ligadas ao narcotráfico. A pesquisa se desenvolveu nas cidades brasileiras de Porto Alegre e Rio Janeiro, colombianas de Bogotá, Buenaventura, Cali e Medellín, e mexicanas de Cidade do México, Culiacán e Xalapa. O estudo busca compreender as distintas dinâmicas de dominação *funcional* e apropriação *simbólica* dos espaços urbanos. Interessou, neste sentido, de forma mais contundente, a investigação dos efeitos sobre a população de territorialidades mais funcionais instituídas a partir da unidade *regra-sanção* baseada no disciplinamento dos corpos pela violência. Examina, ainda, a relação recursiva entre território (e territorialidade), instituição e cultura. Associada ao *paradigma de complexidade* proposto por Morin, a investigação propriamente dita, inspirada no estudo de múltiplos casos, envolveu um conjunto de técnicas para coleta e análise de dados. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observações a partir de saídas de campo, registros fotográficos, análise de conteúdo e análise estatística descritiva. Em termos de resultados, demonstrou-se que os moradores, especialmente os residentes na periferia das cidades pesquisadas, vivem a transterritorialidade imposta por regras inscritas nos corpos por institucionalidades formais e informais. Eles têm suas rotinas ordenadas por códigos formais e informais de conduta, contenções permanentes e temporárias dispostas no e pelo espaço geográfico. Verificou-se a existência de uma relação recursiva entre estratégias de *evitação* e *contornamento*. Constatou-se que, na maioria dos casos, os territórios produzidos e mantidos por forças institucionais ligadas ao Estado e ilegais associadas ao narcotráfico são mais funcionais do que simbólicos. Dito de outra forma, o espaço é dominado pelo estabelecimento de regras e sanções, e não apropriado por processos identitários ou de identificação cultural. Por fim, chega-se à conclusão de que a transterritorialidade é uma emergência complexa, em termos morinianos, decorrente dos processos de produção e manutenção de multiterritorialidades de institucionalidades formais e informais.

Palavras-chave: Transterritorialidade. Território. Territorialidade. Instituição Formal. Instituição Informal. América Latina. Narcotráfico. Violência. Complexidade.

ABSTRACT

This thesis analyzes the trans-territoriality caused by competing formal and informal institutions in nine cities of Brazil, Colombia and Mexico. More specifically, this research is about the social consequences of the formation of multiple territories and multi-territorialities produced by the competition between legal formal institutions and illegal informal institutions connected to drug trafficking. The research was developed in the Brazilian cities of Porto Alegre and Rio de Janeiro, in the Colombian cities of Bogotá, Buenaventura, Cali and Medellín and in the Mexican cities of Mexico City, Culiacán and Xalapa. The study aims to comprehend the distinct processes of functional domination and symbolic appropriation of urban spaces. The research was mainly interested in investigating the effects of more functional territorialities on the population established by the connection between rules and sanctions based on the use of violence in order to discipline bodies. The study also examined the recursive relation among territory (and territoriality), institution e culture. Associated with Morin's Paradigm of Complexity, the investigation itself, inspired by the study of multiple cases, involved a range of techniques to acquire and to analyze data. The research used semi-structured interviews, observations during field trips, photographic record, content analysis and descriptive statistics. As for the results, this thesis demonstrates that the inhabitants, especially the ones who reside on the periphery of the cities researched, live the process of trans-territoriality imposed by the rules of formal and informal institutionalities. They have their routines commanded by formal and informal codes of conduct, permanent and temporary restraints established in the geographic space. The research found the existence of a recursive relation between bypassing restraints and strategies to avoid populations. The study also noted that, in most cases, the territories produced and maintained by institutional forces connected to the State and illegal forces associated with the drug trafficking are more functional than symbolic. In other words, the space is dominated by rules and sanctions and not appropriated by identity processes or cultural identification. Finally, the research came to the conclusion that trans-territoriality is a complex emergence, in Morin's terms, due to processes of production and maintenance of formal and informal multi-territorialities and institutionalities

Keywords: Trans-territoriality. Territory. Territoriality. Formal Institutions. Informal Institutions. Latin America. Drug trafficking. Violence. Complexity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REGIÃO DA CRUZEIRO SERIA TERRITÓRIO ATUALMENTE DO GRUPO V7	66
FIGURA 2- FALTA DE PROJETO URBANÍSTICO EM ÁREAS DA CRUZEIRO.....	67
FIGURA 3- PRINCIPAL ACESSO À PARTE ALTA DA ROCINHA É UMA VIA ÍNGREME E SINUOSA.....	69
FIGURA 4 - ACESSOS ÍNGREMES FAVORECEM O CONTROLE DE CIRCULAÇÃO NA ROCINHA	71
FIGURA 5 - FALTA DE PLANEJAMENTO URBANO PERMITE CONTROLE POR GRUPOS CRIMINOSOS NO RIO	72
FIGURA 6 - MORADORES RECLAMAM DO ISOLAMENTO SEM TELEFÉRICO NO COMPLEXO DO ALEMÃO.....	74
FIGURA 7 - COMUNIDADE É ENTRECORTADA POR ESCADARIAS ÍNGREMES NO MORRO DAS PALMEIRAS.....	75
FIGURA 8 - MUROS CONTROLAM FLUXO DE PESSOAS NO COMPLEXO DO ALEMÃO.....	76
FIGURA 9 - COMPLEXO DA MARÉ É COMPOSTO DE PEQUENAS TRAVESSAS	77
FIGURA 10 - NOVA HOLANDA É O CENTRO COMERCIAL EM REGIÃO CONTROLADA PELO TRÁFICO	78
FIGURA 11 - LAJES SÃO ÁREAS DE INTERAÇÃO SOCIAL ENTRE FAMÍLIAS NA MARÉ	79
FIGURA 12 - COMPLEXO DA MARÉ CRESCEU SEM PLANEJAMENTO URBANO	80
FIGURA 13 - SUL E OESTE SÃO REGIÕES COM MAIOR ÍNDICE DE VIOLÊNCIA EM BOGOTÁ.....	83
FIGURA 14 - EM ÁREAS MAIS AFASTADAS, HÁ DEGRADAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM BOGOTÁ.....	84
FIGURA 15 - BUENAVENTURA TEM UM DOS ÍNDICES MAIS ALTOS DE POBREZA DO PAÍS	85
FIGURA 16 - CENTRO DE BUENAVENTURA CARECE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	86
FIGURA 17 - LOCAL ONDE CORPO DE JOVEM ESQUARTEJADO FOI ENCONTRADO	87
FIGURA 18 - POLÍCIA MONITORA ACESSOS DE VILAS EM BUENAVENTURA.....	88
FIGURA 19 – PERIFERIA DE CALI CARECE DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	90
FIGURA 20 - INTERIOR DE COMUNAS É FORMADO POR TRAVESSAS ESTREITAS EM CALI	91
FIGURA 21 - ACESSO DE VEÍCULOS É RESTRITO EM MUITOS PONTOS NAS COMUNAS.....	93
FIGURA 22 - LINHAS DO METRÔ SÃO MUROS-DUTOS EM MEDELLÍN	95
FIGURA 23 - MORADORES NOS PONTOS MAIS ALTOS TÊM MOBILIDADE RESTRINGIDA EM MEDELLÍN	96
FIGURA 24 - IMAGEM DE SATÉLITE DE TENDAS COBRINDO RUAS INTEIRAS NO CENTRAL DE TEPITO	98
FIGURA 25 - VECINDADES SÃO PROTEGIDAS POR PORTAS DE FERRO EM TEPITO.....	99
FIGURA 26 - INTERIOR DE UMA VECINDAD EM TEPITO.....	100
FIGURA 27 - OLHEIROS CONTROLAM O MOVIMENTO DE PEDESTRES ENTRE TENDAS DE TEPITO.....	101
FIGURA 28 - SEM CAPACETES, SEGURANÇAS PATRULHAM TEPITO.....	102
FIGURA 29 - TENDAS PRATICAMENTE SITIAM MORADORES EM TEPITO	103
FIGURA 30 - ENTORNO DE TEPITO CARECE DE SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS.....	104
FIGURA 31 - RODOVIA FUNCIONA COMO MURO-DUTO NA REGIÃO ENTRE CIDADE DO MÉXICO E ECATEPEC.....	105
FIGURA 32 - CASA METRALHADA ABANDONADA APÓS ATAQUE A TRAFICANTE EM CULIACÁN.....	106
FIGURA 33 - FIÉIS DE JESÚS MALVERDE AGRADECEM "GRAÇA" EM SUA CAPELA.....	107
FIGURA 34 - EM RUA DO CENTRO, CÂMBIO NEGRO DE DÓLARES SEM FISCALIZAÇÃO EM CULIACÁN	109

FIGURA 35 - MAUSOLÉUS DE NARCOTRAFICANTES EM CEMITÉRIO DE CULIACÁN	110
FIGURA 36 - LAS COLORADAS SOFRE COM A VIOLÊNCIA E A FALTA DE EQUIPAMENTOS URBANOS	111
FIGURA 37 - EM COLÔNIA JOSÉ VASCONCELOS A FALTA DE INFRAESTRUTURA CONTRIBUI PARA CONTROLE TERRITORIAL EM XALAPA	113
FIGURA 38 - LINHA FÉRREA É BARREIRA PERMANENTE A FLUXO DE VEÍCULOS EM XALAPA.....	114
FIGURA 39 - POLICIAIS PATRULHAM ÁREAS LIMÍTROFES DE COMUNAS EM MEDELLÍN	143
FIGURA 40 - EXÉRCITO PATRULHA ORLA DE COPACABANA	144
FIGURA 41 – CAPELA DE JESÚS MALVERDE EM CULIACÁN	164
FIGURA 42 - CAPELA DE MALVERDE REVELA HIBRIDISMO CULTURAL	164
FIGURA 43 - BONÉS BORDADOS COM TEMA NARCO SÃO VENDIDOS EM CULIACÁN.....	167

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TIPOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES INFORMAIS DE HELMKE E LEVISTSKY (2006).....	132
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TAXAS DE HOMICÍDIOS EM PORTO ALEGRE, RIO DE JANEIRO E BRASIL (2000-2015)	136
GRÁFICO 2 - TAXAS DE HOMICÍDIOS EM BOGOTÁ, BUENAVENTURA, CALI, MEDELLÍN E COLÔMBIA (2000-2017)	137
GRÁFICO 3 - TAXAS DE HOMICÍDIOS EM CIDADE DO MÉXICO, CULIACÁN, XALAPA E MÉXICO (2000-2017)	137

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - CÓPIA DE REGULAMENTO DA FACÇÃO OS MANOS.....	203
--	-----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Notas sobre o pensamento complexo	15
1.2 Projeto revisitado.....	22
1.3 Mapa da tese	24
2. PERCURSO E DESAFIOS METODOLÓGICOS	26
2.1 A relação sistêmica entre observador e observado	28
2.2 A estratégia dos múltiplos estudos de caso	29
2.3 Desenho de pesquisa e a construção da amostra	30
2.4 Constelação de técnicas	33
2.4.1 O resgate da investigação a pé: ouvir, ver e sentir	33
2.4.2 Por uma Sociologia da Fotografia	36
2.4.3 A apreensão da realidade pelas entrevistas.....	37
2.4.4 Produções culturais a partir de análises de conteúdo	39
2.4.5 A visão sobre o agregado pela estatística	41
3. A DIMENSÃO TERRITORIAL DA VIOLÊNCIA	42
3.1 Espaço, território, lugar e paisagem – possibilidades e limites dos conceitos	42
3.2 Do território à transterritorialidade: contenção, contornamentos e evitações	53
3.3 Relatos e achados de campo: territorialidades em disputa em nove cidades de Brasil, Colômbia e México.....	63
3.3.1 Brasil (Porto Alegre e Rio de Janeiro).....	64
3.3.2 Colômbia (Bogotá, Buenaventura, Cali, Medellín).....	81
3.3.3 México (Cidade do México, Culiacán/Sinaloa e Xalapa/Vera Cruz).....	97
3.4 Resumo [1]	115
4. DIMENSÃO INSTITUCIONAL	117
4.1 O papel das instituições na contemporaneidade	119

4.2	Institucionalidades formais e informais no cenário latino-americano.....	127
4.3	Relatos e achados de campo: institucionalidades ilegais [regras e códigos impostos pelo tráfico de drogas]	135
4.3.1	O papel das organizações e das redes do tráfico de drogas	140
4.3.2	Arranjos institucionais: entre o legal e o ilegal	142
4.4	Resumo [2]	145
5.	DIMENSÃO CULTURAL.....	147
5.1	Do espaço geográfico ao território apropriado	150
5.2	Identificações, tribos, bandos e representações	154
5.3	Relatos e achados de campo: produções culturais, território e crime organizado	162
5.3.1	Jesús Malverde: o santo dos narcos	163
5.3.2	Com o cartel na cabeça	166
5.3.3	No ritmo do tráfico	168
5.4	Resumo [3]	171
6.	PODER, ESPAÇO E VIOLÊNCIA: UM OBJETO COMPLEXO	172
6.1	Habituação e violência.....	172
6.2	Relações de poder no e pelo espaço em sistemas auto-eco-organizados	178
6.3	Resumo [4]	185
7.	INFERÊNCIAS FINAIS	186
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191

1. INTRODUÇÃO

O morador da favela convive diariamente com o fuzil, seja na mão do traficante ou da polícia. Convive com tiroteio e bala perdida. E quando sai da comunidade é discriminado por morar lá – desabafa jovem da Maré.

Na América Latina, a violência urbana origina-se na disputa no e pelo território.

Ela é, portanto, um fenômeno complexo em que as dimensões cultural e institucional – em suas extensões econômica e política – estão recursivamente associadas.

O surto de violência experimentado por nosso continente, como defenderemos, não é resultado da simples soma de fatores – variáveis, se preferirmos – ligada a questões sociocontextuais, mas de uma associação dialógica e recursiva entre eles. É uma emergência complexa que não pode ser deduzida a partir do método cartesiano de isolamento das causas. O argumento central desta tese se baseia no entendimento da violência a partir do paradigma de complexidade (MORIN, 2011a, 2012a, 2013), que vai compreender os fenômenos sociais como fenômenos sistêmicos auto-eco-organizados.

O que esta tese tentará demonstrar, a partir do exame de nove cidades de Brasil, Colômbia e México, é que a violência na América Latina deriva fundamentalmente da tensão provocada pela produção e manutenção de territórios instituídos por forças formais e informais concorrentes – competitivas ou substitutas, como preferem Helmke e Levitski (2006). De forma mais precisa, interessam-nos aqui as novas rotinas urbanas originadas no e pelo enfrentamento entre institucionalidades legais e ilegais ligadas ao narcotráfico. Perpassam nossa análise, contudo, os efeitos mais gerais da modernidade: temos um novo *locus* – a cidade –, novas instituições, novas dinâmicas sociais e econômicas.

Para compreender o que vivemos em nosso continente, portanto, precisamos assumir, primeiro, algumas premissas básicas sobre nosso tempo. A primeira é a de que, na modernidade tardia, a produção social da riqueza é sistemática e acompanhada pela produção social dos riscos. Assim, os problemas e conflitos relacionados à distribuição em uma sociedade de escassez se sobrepõem aos problemas e conflitos decorrentes da produção, definição e distribuição de riscos tecnológicos. Uma sociedade de risco é uma sociedade catastrófica. Nela, a condição excepcional ameaça tornar-se a norma (BECK, 1992). Uma *sociedade do risco* para Beck (1992), uma *cultura do controle* para Garland (2005).

Vivemos um tempo em que nos ocupamos mais dos riscos do que do perigo, indica Bauman (2008). Ocupados em calcular os riscos, tendemos a deixar de lado a preocupação maior e, assim, conseguimos evitar que essas catástrofes, que somos impotentes para impedir, venham a minar nossa autoconfiança. Focalizando as coisas em relação às quais podemos fazer algo, não temos tempo para nos ocuparmos em refletir sobre aquelas a respeito das quais nada se pode fazer. Isso nos ajuda a defender nossa saúde mental (BAUMAN, 2008). Resulta disso o que o autor chama de medo secundário, de segundo grau, social e culturalmente reciclado, derivado, que reforma e orienta o comportamento, é experienciado quer haja ou não uma ameaça imediatamente presente (BAUMAN, 2008).

A segunda é a de que “a civilização ocidental não tem respeitado a dignidade dos corpos humanos, a sua diversidade” (SENNETT, 2003, p. 15). Como resultado, a violência se revela novamente na história da humanidade como um dispositivo empregado tanto por forças institucionais formais ou informais para manutenção de *ordens particulares*.

A noção de coerção, ou de força, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia. Envolve uma polivalente gama de dimensões, materiais, corporais e simbólicas, agindo de modo específico na coerção com dano que se efetiva. (TAVARES DOS SANTOS, 2002, p. 22).

Um terceiro ponto importante é a fragmentação do poder institucional, a perda de legitimidade do Estado e o rompimento do contrato social (CASTEL, 1998). A perda de poder em nível nacional produz a possibilidade de novas formas de poder e política em âmbito subnacional. O nacional como recipiente do processo social e do poder é quebrado, abrindo possibilidades para uma geografia da política que liga os espaços subnacionais.

As cidades, agora, são as mais importantes nesta nova geografia (SASSEN, 2008). Segundo a autora, uma questão que isso engendra é se estamos vendo a formação de novos tipos de políticas que se localizam nessas cidades. A grande cidade de hoje emerge como um sítio estratégico para esses novos tipos de operações. É nesses locais onde a formação de novas reivindicações é feita e assume formas concretas. Se considerarmos que as grandes cidades são os principais setores do capital global e uma parcela crescente de populações desfavorecidas ali está, as cidades se tornaram uma chave estratégica para uma série de conflitos e contradições. A indústria e o governo eram os locais estratégicos onde se encontravam as dinâmicas cruciais que produziam as principais inovações institucionais no passado (SASSEN, 2008).

A economia convencional costumava tratar o investimento no ambiente construído em geral e na habitação em particular, bem como a urbanização, como algo marginal em relação às questões supostamente mais importantes que se desenvolvem em uma entidade fictícia chamada “economia nacional”. Quando prestam atenção aos processos urbanos, ela os apresenta como se fossem reorganizações espaciais; o desenvolvimento regional e a construção de cidades foram meros resultados de processos de grande escala que não são afetados apenas pelo que produzem (HARVEY, 2013).

O espaço tornou-se um lugar de passagem, medido pela facilidade com que dirigimos através dele ou nos afastamos dele (SENNETT, 2003). No entanto, ao final, não há sociedade sem espaço para lhe servir de suporte. A instituição da sociedade é, pois, sempre inseparável daquela do espaço (CLAVAL, 2007, p. 207).

Com a globalização e a digitalização, o território e a organização específicos de hoje emergem para os rearranjos das cidades globais, por exemplo, como tais locais estratégicos (SASSEN, 2008). À medida que vários dos principais componentes da globalização e digitalização da economia se instalam neste tipo de cidade, eles produzem deslocamentos e desestabilizações de ordens institucionais existentes e novos quadros legais/regulatórios/normativos para o manejo de condições urbanas, sugere Sassen.

Para investigar esse novo ordenamento socioespacial, Sassen (2008) se debruça sobre as grandes cidades, as grandes metrópoles planetárias, como Tóquio, Nova Iorque, Cidade do México, entre outras. Segundo ela, o alto nível de concentração dessas novas dinâmicas nessas cidades é que força respostas criativas e inovações. Além disso, instituições particulares do Estado, essas cidades-polos abrigam outras formas de regulação por conta da desregulamentação e privatização de processos (SASSEN, 2008).

A questão subjacente em sua compreensão é a possibilidade de estender essa lógica para conglomerados urbanos menos complexos. Acreditamos que, em menor ou maior grau, esses novos processos de des-re-territorialização, exatamente por conta da globalização cultural e econômica, ocorrem simultaneamente em cidades menores. O ressurgimento da insistência na suposta perda da comunidade urbana reflete o aparente e profundo impacto da recente onda de privatizações, controles espaciais, ações policiais e redes de vigilância sobre as qualidades da vida urbana em geral, e em particular sobre a possibilidade de construir ou inibir novas relações sociais (HARVEY, 2013). Vivemos tempos de novas institucionalizações.

A institucionalização, contudo, é acompanhada frequentemente de sacrifícios. De maneira mais geral, aponta Claval (2007), o culto aos mortos serve para institucionalizar o espaço. Os lugares onde são repousados seus restos mantêm relações ambíguas com o espaço dos vivos: a presença de seus espíritos pode constituir um perigo se eles estão insatisfeitos, mas ela ancora a população ao solo e assegura a continuidade de sua presença. A institucionalização não é um ato único: os homens só se sentem frequentemente implicados com os engajamentos que subscreveram pessoalmente. Isto vale para o espaço como para a sociedade e os indivíduos; os ritos lembram o ato fundador e permitem o restabelecimento das condições originais, quando a prática cotidiana faz esquecer-las (CLAVAL, 2007).

Neste novo cenário, temos então a assunção de formas institucionais informais, por vezes complementárias, por vezes competitivas das forças formais. Derivadas de organizações menos estruturadas do que o Estado, por exemplo, essas novas institucionalidades, como chamaremos, não raro atingem níveis semelhantes de regramento da vida cotidiana em regiões sob seu domínio. De caráter mais funcional do que simbólico, muitas delas empregam, como veremos, o dispositivo da violência para regular a relação regra-sanção. Como veremos, o uso da força é fundamental para o estabelecimento e a manutenção do poder em e por instituições que não gozam de legitimidade, de identidade e identificação cultural na e com a população submetidas a elas.

Inscribe-se na modernidade tardia, portanto, um mundo sempre em fluxo, inundado de marginalidade e exclusão, mas também no potencial ambíguo por criatividade, transcendência, transgressão e recuperação. Há uma insistente ênfase na expressividade e no desenvolvimento pessoal e grupal (tribalismo), e surgem forças que minam as antigas constantes do trabalho, da família e da comunidade, além de um aumento da mudança cultural e de uma reinvenção pessoal (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008; MAFFESOLI, 2011). Acople isso a um pluralismo de valores gerado pela imigração em massa e por conflitos globais, e à multiplicidade de referências culturais realizadas pela mídia globalizada, e a incerteza aumenta (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008).

Da mesma forma, no que diz respeito à criminalidade, os pontos de referência que dão origem à privação relativa e ao descontentamento, os vocabulários de motivos e técnicas de neutralização empregados na justificação do crime, o *modus operandi* muito próprio ao ato criminal, tudo emerge hoje como

coletor, plural e cada vez mais global. (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008, p. 6, grifo do autor)¹.

Temos, ao fim e ao cabo, uma modernidade tardia fragmentada e fragmentária. Nela, os processos de territorialização, sejam eles de dominações funcionais ou apropriações simbólicas, dependem menos do Estado e de processos identitários mais amplos. Há outras forças produzindo territórios e sendo produzidas por ele. Estamos diante agora do dinheiro e da competição em estado puro, nos termos definidos por Santos (2004).

Vivemos em uma sociedade complexa, uma megamáquina social (MORIN, 2012a), que só pode ser investigada e compreendida a partir de uma visão sistêmica dinâmica. É o desafio que nos propomos. Neste estudo sobre o impacto do crime organizado sobre as rotinas urbanas em cidades latino-americanas, ligamos conhecimentos de diferentes áreas, Filosofia, Sociologia e Geografia, tendo como guarda-chuva epistemológico o paradigma de complexidade moriniano. Por conta disso, antes de revisitar o projeto, com seus objetivos e suas hipóteses, e de apresentar a estrutura da tese e descrever nosso percurso metodológico, explicitaremos os conceitos-chave do pensamento complexo moriniano empregado nesta tese.

1.1 Notas sobre o pensamento complexo

Ao adotar o paradigma de complexidade como ponto de partida de nossa investigação sobre transterritorialidade, propomos uma estratégia teórico-metodológica de pesquisa que se opõe ao disjuntivo da ciência tradicional. A opção por essa perspectiva epistemológica, contudo, exige assumirmos alguns pressupostos da teoria moriniana. É sobre isso que falaremos nos próximos parágrafos.

Antes de apresentarmos os conceitos operacionalizados neste estudo, cremos ser necessária a exposição de uma definição mais geral de complexidade. De acordo com Almeida (2008), o contexto de emergência do pensamento complexo se constrói ao passo em que começam a se dissolver os “quatro pilares da certeza”, que sustentaram a ciência clássica por

¹ Tradução nossa. Texto original: “Likewise, as regards criminality, the reference points which give rise to relative deprivation and discontent, the vocabularies of motive and techniques of neutralization deployed in the justification of crime, the very *modus operandi* of the criminal act itself, all emerge today as manifold, plural, and increasingly global”.

séculos (ordem, separabilidade, redução e a lógica indutiva-dedutiva-identitária). Segundo Back (1997), as implicações deste chamado modelo newtoniano se tornaram mais problemáticas quando aplicadas às novas ciências biológicas, psicológicas e sociais, tais como fisiologia, psicologia experimental e economia política, em que as premissas desse paradigma são ainda menos justificadas. O motivo: os dados nessas ciências são difíceis de isolar por causa de suas inter-relações complexas, gerando dúvidas sobre a validade de isolar e simplificar, bem como a abstração de leis funcionais a partir de observação, como tinha sido possível, por exemplo, no estudo dos movimentos planetários (BACK, 1997). Em contraposição ao modelo newtoniano, surgem os modelos de compreensão dos fenômenos físicos e sociais complexos com base nas ideias de indecidibilidade, incerteza, emergência, mobilidade instável e auto-organização dos padrões de ordem e desordem.

O pensamento complexo começa seu desenvolvimento na confluência de duas revoluções científicas. A primeira revolução introduz a incerteza com a termodinâmica, a física quântica e a cosmofísica. Essa revolução científica, por sua vez, desencadeou as reflexões epistemológicas de Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend, que mostraram que a ciência não era a certeza, mas a hipótese, que uma teoria provada não era definitiva e se mantinha “falsificável”, que existia o não-científico no seio da própria cientificidade (Almeida, 2008). Já a segunda etapa da resposta recai sobre os contornos do nosso paradigma científico propriamente dito, pois vários termos têm sido associados a ele: teoria do caos, não-linearidade, auto-eco-organização, sistemas dissipativos, irreversibilidade, complexidade, sistemas dinâmicos, geometria fractal. Disciplinas particulares tendem agora a adaptar um novo pensamento às suas próprias tradições.

De acordo com Price (1997), à vista da complexidade, na sua articulação mais geral, a sociologia moderna e todas as ciências passam a necessitar de modificação. Ao corrigir deficiências em nosso paradigma científico, podemos, de forma adequada e frutífera, continuar a fazer ciência. Entretanto, o autor alerta para os cuidados ao se assumir o discurso generalizante de complexidade, uma vez que uma gama de pontos de vista cai sob essa rubrica. Para escapar desse erro comum, Smith (1997) afirma que devemos compreender um sistema complexo como um sistema em que interações que dão origem dinamicamente a fenômenos emergentes são resistentes em face a perturbações. E o que se define como um fenômeno emergente não pode ser entendido apenas como um produto agregativo às entidades ou partes do sistema, mas algo que surge através da sua organização (SMITH, 1997). O conceito de emergência se relaciona

conceitualmente à estrutura ou ao padrão que não poderia ser entendido ou previsto a partir do comportamento ou das propriedades das unidades componentes isoladas. Portanto, a complexidade pressupõe liberdade e situações não lineares (AMORIM, 2017).

Um ponto relevante é que a complexidade possui uma proposta integrativa entre níveis de agregação. Nesse sentido, teóricos da complexidade contemporânea se concentram em analisar como a estrutura global não surge apenas a partir da interação interna, mas a partir da interação com base em regras relativamente simples de ação e retroação também com o exterior, sempre situadas no tempo. Segundo Smith (1997), essa é uma das questões teóricas mais importantes da Sociologia – o problema dos níveis de análise –, que passa a encontrar solução na complexidade. Para o autor, o estudo da complexidade se apresenta como pertinente para dar conta desse problema da teoria social, pois compreende que as partes ou componentes de sistemas se combinam, organizam e interagem, não apenas entre si, mas em relação ao todo (SMITH, 1997).

Para este tipo de empreitada, como dissemos, nos associamos ao paradigma de complexidade, visão sistêmica particular de Morin. A escolha passa por sua capacidade de religar e promover diálogos entre disciplinas, por vezes, apartadas. De acordo com Almeida (2008), distante das transposições mecânicas de conceitos, oriundos da Biologia, da Física ou da Teoria da Informação, o método complexo moriniano trata de exercitar o pensamento metafórico no que ele tem de mais incitador: aproximar, relacionar, fazer dialogar, buscando pontos de aproximação entre as complexas singularidades da matéria. Esse desafio se encontra objetivado no conjunto de seis volumes de *O Método*. É, pois, com a estratégia de pensar que se compromete o método complexo, deixando a cada cientista o desafio de escolher e arquitetar o conjunto de condutas e formas de abordar o problema a ser compreendido (ALMEIDA, 2008).

A filiação ao paradigma de complexidade exige deixarmos de lado a dualidade rasteira entre o interior e o exterior que traz, em sua origem, não apenas a separação entre os universos do todo e das partes, mas também a partição entre o universo fenomenal, onde o sistema existe com suas qualidades emergentes de forma extrovertida, e o universo introvertido da organização, com suas regras organizacionais (MORIN, 2013). É preciso compreender o reflexo do todo nas partes e das partes no todo. Tentaremos, portanto, escapar tanto da concepção de sistema como uma ideia de unidade global fruto de reducionismos (que só vê os elementos constitutivos), quanto da visão holística (que só vê o todo).

Neste sentido, muito útil e integrável na proposta de organização no passado, a noção de estrutura não pode mais resumir em si esta ideia na ciência moderna. Isso porque a organização é uma noção mais complexa e fecunda do que a de estrutura. Então, nem o sistema fenomenal – o todo enquanto tudo, suas propriedades emergentes, segundo Morin (2007, 2013) – nem a organização na sua complexidade, crê o autor, podem ser deduzidos de regras estruturais.

Conforme Morin (2011), a ideia de organização deve se referir necessariamente à unidade complexa e, veremos melhor mais adiante, ao paradigma de complexidade. Nessa perspectiva, o autor introduz novamente a problemática da organização viva. Morin (2011, 2012, 2013) sugere, deste modo, a compreensão de três conceitos fundamentais: organização, sistema e emergências. Em decorrência disso, sem a pretensão de uma revisão exaustiva, faremos uma incursão aos pressupostos morinianos que servirão de chave interpretativa mais ampla neste estudo.

Nesta jornada pela complexidade, antes de avançarmos no entendimento dos sistemas e de suas emergências, precisamos relacioná-los de forma imediata ao conceito de organização, podendo esta ser compreendida já neste instante, mas ainda de forma pouco elaborada, como ligação entre as ideias de totalidade e de inter-relações, sendo as três noções indissociáveis, segundo Morin (2011, 2013).

As organizações devem ser compreendidas primariamente, então, como resultado da relação entre ordem e desordem. Assim, a organização é um fenômeno de apenas relativo encerramento (VARELA, 1975, apud MORIN, 2013), em que ela se protege do meio ambiente, mas sem estar fechada a ele. A organização constitui suas próprias imposições, a sua própria estabilidade (forte, leve ou de trocas) dentro de processos de seleção que diminuem as ocorrências possíveis de desordem, aumentando no espaço e no tempo suas possibilidades de sobrevivência e desenvolvimento. Surge, pois, o pressuposto basilar da organização como uma probabilidade concentrada local temporária e concreta (MORIN, 2013).

Uma definição um pouco mais avançada de organização vai tratá-la como sendo o encadeamento de relações entre componentes ou indivíduos que produz uma unidade complexa ou um sistema, dotada de qualidades desconhecidas quanto aos componentes ou indivíduos (MORIN, 2013). Ou seja, a organização liga de maneira “inter-relacional os elementos, acontecimentos ou indivíduos diversos que desde então se tornam os componentes de um todo” (MORIN, 2013, p. 134).

Ao identificar uma arquitetura de sistemas, estaremos diante, pois, de uma visão complexa das interações. Eles se edificam “uns sobre os outros, uns entre os outros, uns contra os outros, implicando-se e imbricando-se uns nos outros, com um grande jogo de concentrações, plasmas, fluídos de microssistemas circulando, flutuando” (MORIN, 2013, p. 129). Devemos compreender o próprio ser humano, por exemplo, como parte de um sistema social, dentro de um ecossistema natural, inserido em um sistema solar, no seio de um sistema galáctico, ao mesmo tempo em que é constituído de sistemas celulares, constituídos de sistemas moleculares, constituídos de sistemas atômicos (MORIN, 2013). Trata-se de um caos organizador. O sistema possui qualidades próprias irreduzíveis, produzidas e organizadas por si, mas também na e pela relação com o seu externo.

Se um sistema é fruto da organização de interações internas e externas, regulação de ordem e desordem, então ele sempre será submetido ao tempo. A delimitação de um sistema, no entanto, não depende apenas de sua *physis*, mas de sua apreensão pelo observador. Assim, podemos dizer que o sistema é uma abstração do espírito, nas palavras de Morin (2013).

Por fim, se considerarmos, como aponta Morin (2007 e 2013), que todo o sistema decorrente de uma organização está sujeito a um crescimento de entropia (de acordo com o segundo princípio da termodinâmica), teremos de aceitar que (1) a desordem produz ordem e organização (a partir das imposições iniciais e de interações); (2) a ordem e a organização produzem desordem (a partir de transformações); e (3) tudo o que produz ordem e organização produz também irreversivelmente desordem (MORIN, 2013).

Ao refletirmos sobre a natureza viva das organizações, sobre sua gênese imersa no caos das inter-relações, intuímos que algo novo, diferente e anteriormente inexistente parece aflorar do arranjo anárquico das associações que dão origem aos sistemas. Morin (2013) dará a essa ocorrência o nome de emergência, tratando-a como uma característica nova que surge do acerto babélico entre ordem e desordem que origina os sistemas. O autor vai sustentar que o sistema possui, assim sendo, algo mais do que seus componentes considerados de maneira isolada ou justaposta. Ele define, pois, as emergências como “as qualidades ou propriedades de um sistema que apresentam um caráter de novidade com relação às qualidades ou propriedades de componentes considerados isolados ou dispostos diferentemente em um outro tipo de sistema” (MORIN, 2013, p. 137). Portanto, todo estado global apresenta qualidades emergentes (MORIN, 2013). Deste modo, como aponta o autor, o todo é mais do que a soma das partes.

De acordo com Morin (2013, p. 139), “a emergência é um produto da organização que, apesar de inseparável do sistema enquanto todo, aparece não apenas no plano global, mas eventualmente no plano dos componentes”. Em outras palavras, as qualidades inerentes às partes no seio de um dado sistema estão ausentes ou virtualizadas quando as partes estão isoladas. Na sociedade humana, explica Morin (2012), seria a partir da cultura que os indivíduos desenvolveriam suas aptidões individuais, que emergem no seio do sistema social.

Qualquer fenômeno de auto-organização depende não só de sua determinação ou da sua lógica singular, mas também das determinações ou da lógica do seu meio. Temos de tentar ligar num discurso dialógico e, portanto, complexo – a explicação interna e a explicação externa do sistema. Devemos, por isso, compreender os fenômenos sistêmicos como auto-eco-organizados. Nesse sentido, de modo específico, alerta Morin, (2011), surge um componente quase eco-organizacional de uma amplitude inteiramente diferente que aparece nas sociedades humanas históricas. Então, a explicação dos fenômenos humanos não pode passar sem ator nem sem ecossistema. Temos, portanto, uma ecologia da ação.

A análise destes fenômenos passa pela percepção de como autonomias, diferenças, singularidades e desvios podem ser compreendidos como ações estratégicas. E quem diz “estratégia”, diz “jogo”, segundo Morin (2011, p. 253): “o jogo é uma atividade que obedece a regras e suporta eventualidade, portanto comporta riscos e probabilidades visando a obter um resultado incerto”. E os ecossistemas apresentam, naturalmente, as condições do jogo, uma vez que são simultaneamente deterministas (regras de jogo) e aleatórios (incertezas do jogo). Como salienta Morin (2011), o jogo do mundo físico é um jogo ao qual falta um termo essencial, o jogador, ou seja, o ator-sujeito. “Ao contrário, o jogo da vida comporia sempre um sujeito que joga para si, e o próprio ecossistema deste jogador é constituído pelas interações entre constelações de jogadores. O jogo da vida necessita de estratégia” (MORIN, 2011a, p. 254).

Além dos conceitos já apresentados, a investigação de sistemas complexos exige a compreensão de outras definições como relação dialógica e recursividade. Requer ainda o conhecimento da noção de holograma para apreensão da relação sistêmica entre o todo e as partes. Diante disso, antes de revisitar nosso projeto, apresentamos uma pequena lista de conceitos-chave com seus significados respectivos. Eles são apresentados aqui conforme Morin (2011b, 2012):

- **Anel recursivo** – noção essencial para a concepção dos processos de auto-organização e de autoprodução. Constitui um circuito em que os efeitos retroagem sobre as causas, sendo os próprios produtos produtores daquilo que os produz.
- **Autonomia dependente** – em grego, a autonomia é o fato de cada um seguir a sua própria lei. A autonomia do vivo emerge da sua atividade de autoprodução e de auto-organização. O ser vivo, cuja auto-organização realiza um trabalho ininterrupto, deve alimentar-se de energia, de matéria e de informação externas para regenerar-se em permanência. A sua autonomia é, portanto, dependente e a sua auto-organização é uma auto-eco-organização.
- **Dialógica** – unidade complexa entre duas lógicas, entidades ou instâncias complementares, concorrentes e antagônicas que se alimentam, completam, mas também se opõem e combatem. Devemos distingui-la da dialética hegeliana. Em Hegel, as contradições encontram solução, superam-se e suprimem-se numa unidade superior. Na dialógica, os antagonismos permanecem e formam entidades ou fenômenos complexos.
- **Ecologia da ação** – em função das múltiplas interações e retroações no meio em que se desenvolve, a ação, uma vez desencadeada, escapa, com frequência, ao controle do ator, provoca efeitos inesperados e, às vezes, até mesmo contrários aos esperados. Primeiro princípio: a ação não depende apenas das intenções do ator, mas também das condições próprias ao meio onde se desenvolve. Segundo princípio: os efeitos a longo termo da ação são imprevisíveis.
- **Emergência** – as emergências são propriedades ou qualidades oriundas da organização de elementos ou componentes diversos associados num todo, que não podem ser deduzidas a partir das qualidades ou propriedades dos componentes isolados nem reduzidas a esses componentes. As emergências não são nem epifenômenos nem superestruturas, mas qualidades superiores da complexidade organizadora. Podem retroagir sobre os componentes, conferindo-lhes as qualidades do todo.
- **Espírito** – o espírito constitui a emergência mental que resulta das interações entre o cérebro humano e a cultura; é dotado de uma relativa autonomia e retroage sobre a sua origem. Organiza o conhecimento e a ação humanos. Não significa, aqui, o que se entende por “espiritual”, mas tem o sentido de mens, mind, mente (espírito cognoscente e inventivo).

- **Holograma (princípio hologramático)** – um holograma é uma imagem em que cada ponto contém a quase totalidade da informação sobre o objeto representado. O princípio hologramático significa que não apenas a parte está num todo, mas que o todo está inscrito, de certa maneira, na parte. Assim, a célula contém a totalidade da informação genética, o que permite, em princípio, a clonagem; a sociedade, como um todo, pela cultura, está presente no espírito de cada indivíduo.
- **Imprinting** – é a marca sem retorno imposta pela cultura, primeiramente familiar, depois social, e que se mantém na vida adulta. Inscreve-se no cérebro desde a primeira infância por estabilização seletiva das sinapses. Essas inscrições vão marcar irreversivelmente o espírito individual no seu modo de conhecer e de agir. A isso, se acrescenta e combina a aprendizagem, que elimina ipso facto outros modos possíveis de conhecer e de pensar.
- **Noosfera** – termo introduzido por Teilhard de Chardin, em *O Fenômeno Humano*, que aqui designa o mundo das ideias, dos espíritos, dos deuses, das entidades produzidas e alimentadas pelo espírito humano dentro da cultura. Essas entidades, deuses ou ideias, dotadas de autonomia dependente (das mentes e da cultura que os alimentam) adquirem uma vida própria e um poder dominador sobre os humanos.

1.2 Projeto revisitado

Nosso estudo nasce de uma perspectiva quantitativa de investigação da violência urbana, estratégia que já havíamos adotado durante o mestrado para investigação da influência do narcotráfico na dinâmica das taxas de roubo e homicídios em 32 metrópoles da América Latina (AMORIM, 2013), mas migra para uma análise de viés qualitativo. As primeiras saídas de campo deslocaram nossa atenção para os processos de des-re-territorialização decorrentes da organização do mercado ilícito de entorpecentes.

A mudança foi motivada, como explicaremos mais adiante, no próximo capítulo, pela busca de um método complexo em que fosse possível apreender o fenômeno da transterritorialidade e sua relação com o estabelecimento de institucionalidades formais e informais concorrentes e aspectos culturais de formação social. Ao aderir ao paradigma de complexidade moriniano, emergiram:

Problema de pesquisa

Como a transterritorialidade decorrente de institucionalidades formais e informais rege a vida cotidiana em cidades latino-americanas? Qual o papel do narcotráfico nos processos de dominação e apropriação de espaços urbanos?

Objetivo geral

Investigar, a partir do paradigma de complexidade, a existência do fenômeno da transterritorialidade decorrente de institucionalidades formais e informais concorrentes em nove cidades latino-americanas e sua relação com o narcotráfico.

Objetivos específicos

- Analisar as formas de produção de territórios e territorialidades.
- Elencar os modos gerais de exercício da territorialidade.
- Discriminar diferentes possibilidades de (co)existência de territórios e territorialidades.
- Delinear uma definição de transterritorialidade que contemple aspectos geográficos e sociológicos.
- Indicar uma diferenciação entre os conceitos de organização e instituição que permita a investigação de fenômenos sociológicos mais amplos.
- Especificar as diferenças entre institucionalidades formais e informais.
- Investigar a relação entre territorialidades, institucionalidades e cultura na dominação e apropriação do espaço geográfico.
- Entender o papel das violências nos processos de des-re-territorialização decorrentes de forças institucionais; em outras palavras, como a violência efetiva o poder sobre o território.
- Analisar o impacto das institucionalidades informais ilegais – *ligadas ao narcotráfico* – na produção de territórios e territorialidades a partir da investigação do fenômeno em cidades de Brasil, Colômbia e México.

Hipótese básica

Moradores das áreas urbanas de Brasil, Colômbia e México vivem efetivamente, em maior ou menor grau, o fenômeno da transterritorialidade resultante de institucionalidades formais e informais concorrentes.

Hipóteses secundárias

- Os territórios produzidos por institucionalidades informais ilegais possuem natureza funcional, tratando-se de dominação e não de apropriação do espaço geográfico.
- O domínio do espaço geográfico, seja por institucionalidades formais e informais, é efetivado na e pela violência.

Para alcançar os objetivos e averiguar nossas hipóteses acima descritas, optamos por delinear a pesquisa a partir de uma estratégia metodológica que envolveu o que chamamos de constelação de técnicas, como veremos no próximo capítulo.

1.3 Mapa da tese

Esta tese é composta, além desta introdução, de seis outros capítulos. Apresentaremos a seguir, de forma breve, o conteúdo de cada uma dessas seções.

- No capítulo ***dois***, apresentamos as possibilidades e as dificuldades de construção do método complexo; descrevemos também o universo de pesquisa, a definição da amostra e as técnicas empregadas na investigação.
- No capítulo ***três***, inventariamos as teorias geográficas que tratam da dominação e da apropriação do espaço pelo homem, com ênfase em teorias que descrevem os processos de territorialização, ou, em outras palavras, os processos de formação de territórios e territorialidades; descrevemos conceitualmente o que entendemos como transterritorialidade; e em sua última seção, trazemos relatos e achados do campo realizado em nove cidades de Brasil, Colômbia e México.
- No capítulo ***quatro***, distinguimos os conceitos de organização e instituição; propomos a aproximação conceitual entre instituição e institucionalidade; classificamos as instituições em formais e informais e entre legais e ilegais; e, ao final, relacionamos os

conceitos descritos na seção com os achados de campo referentes ao papel do narcotráfico na rotinização da vida urbana e à formação de arranjos institucionais.

- No capítulo *cinco*, elencamos elementos teóricos que ajudam a compreender o papel da cultura na apropriação do espaço geográfico; discutimos o papel da cultura na formação de identidade e identificações grupais (tribais); e, na última parte, discutimos hibridizações culturais como a devoção a *Jesús Malverde*, santo narco não reconhecido pela igreja católica, o emprego de acessórios com temas narco e o conteúdo de letras musicais de *narcocorridos* (México), *corridos prohibidos* (Colômbia) e *funks proibidas* (Brasil).
- No capítulo *seis*, fazemos uma discussão teórica sobre a relação entre poder, violência e dominação do espaço geográfico sob uma perspectiva complexa; analisamos a relação entre rotina, definição de hábitos decorrentes da institucionalização de territórios funcionais;
- Nas *inferências finais*, pontuamos as principais relações entre território, instituições e cultura; discutimos o papel da violência na formação e na manutenção de territórios e territorialidades; evidenciamos a existência de uma transterritorialidade *imposta*; apontamos estratégias possíveis para controle da violência; e indicamos caminhos para novos estudos sobre transterritorialidade.

2. PERCURSO E DESAFIOS METODOLÓGICOS

Quais dados poderiam demonstrar, sob um ponto de vista complexo, a influência do tráfego sobre o espaço urbano, onde e como coletá-los? As alternativas encontradas ao longo deste estudo são apresentadas neste capítulo.

A Sociologia como artesanato intelectual. Eis o ponto de partida de nossa investigação sobre as relações entre crime organizado, poder e espaço urbano. Inspirados pela desafiadora concepção de Charles Wright Mills (1969) e orientados epistemologicamente pelo paradigma de complexidade (MORIN, 2012b, 2013) compomos um mosaico de técnicas em busca de um método complexo, nos termos de Morin (2013), que desse conta de nosso objeto-sistema. Não se trata, contudo, de uma bricolagem de dados coletados que aparecem de forma disjuntiva e reunidos à força, mas, sim, de uma estratégia de observação e análise articuladas de modo recursivo. Nelas, os achados não são isolados, mas associados de forma dialógica – respeitando complementaridades e antagonismos – para a produção de conhecimento. Assim nos aproximamos do perfil de pesquisador sugerido por Claval (2014, p. 63), que seria:

Sempre interpretar a realidade observável, mas, ao mesmo tempo, compreender como ela é vivida pelos habitantes que contribuíram, ou contribuem, para modelá-la. Ele se volta para as representações do espaço, para a territorialidade e para as identidades das populações, que analisa tanto quanto para o meio no qual evoluem.

Uma empreitada dessa natureza exige três momentos: (a) compreensão das implicações do paradigma de complexidade na eleição das estratégias de investigação; (b) por consequência, entendimento da relação, de natureza recursiva e dialógica, entre observador e objeto-sistema investigado; e (c) definição de técnicas, levando em conta o potencial de inter-relação entre os dados coletados. “A configuração de pesquisa é aqui também triangular: o pesquisador, a realidade observável e as populações envolvidas; mas a ênfase é dada à imagem que elas fazem do mundo e à maneira como se apropriam do espaço, como lhe atribuem de valores, como o temem ou o evitam” (CLAVAL, 2014, p. 63).

Antes de explicitar os passos percorridos em busca de nosso método complexo, o que será feito nos subcapítulos seguintes, acreditamos ser conveniente esclarecer nossa aposta em uma estratégia metodológica predominantemente qualitativa. Ela é inspirada na teoria fundamentada – *grounded theory* (STRAUSS; CORBIN, 1998) –, com um *observador/conceituador*, nos termos de Morin (2012b, 2013), atento à relação entre o

conhecimento da organização e a organização do conhecimento. Como ficará claro ao longo deste capítulo, a eleição das técnicas possui influência etnográfica, de forma especial, nas observações de campo no local em que as interações sociais ocorrem.

Morin não indica a ou as técnicas para a investigação do complexo em seus seis volumes de *O Método*, mas nos dá pistas a serem seguidas de um roteiro. “Aberto e em construção, o método proposto por Edgar Morin se distancia de uma pragmática e expõe princípios organizadores do pensamento complexo. Não permite inferir um protocolo normativo, nem uma metodologia de investigação” (ALMEIDA, 2008, p. 23).

De acordo com Almeida (2008), distante das transposições mecânicas de conceitos, oriundos da biologia, da física ou da teoria da informação, o método complexo moriniano trata de exercitar o pensamento metafórico no que ele tem de mais incitador: aproximar, relacionar, fazer dialogar, buscando pontos de aproximação entre as complexas singularidades da matéria. Trata-se, segundo ela, de um método capaz de absorver, conviver e dialogar com a incerteza; de tratar da recursividade e dialogia que movem os sistemas complexos; de reintroduzir o objeto no seu contexto, isto é, de reconhecer a relação parte-todo conforme uma configuração hologramática; de considerar a unidade na diversidade e a diversidade na unidade (ALMEIDA, 2008).

Estamos diante da construção de um método que ultrapassa o modelo – redutor e disjuntor no qual se ancora o pensamento simplificador. Uma proposta que se alinha à imaginação sociológica, entendida como “uma qualidade que parece prometer mais dramaticamente um entendimento das realidades íntimas de nós mesmos, em ligação com realidades sociais mais amplas” (MILLS, 1969, p. 22). É, pois, com a estratégia de pensar que se compromete o método complexo, deixando a cada cientista o desafio de escolher e arquitetar o conjunto de condutas e formas de abordar o problema a ser compreendido (ALMEIDA, 2008).

A epistemologia complexa permite uma associação mais conveniente entre áreas e métodos e menos desigual entre áreas e disciplinas científicas. Nossa proposta, nesse sentido, envereda em direção ao estudo de múltiplos casos, em uma tentativa de escapar da excepcionalidade sempre possível na investigação do *uno*. Neste sentido, temos uma ambição abertamente macrossocial – mas não estrutural. Não falaremos de padrões ou regularidades, mas de organizações e arranjos.

A chave compreensiva para essa maneira de pensar um novo método científico está na distinção entre estratégia e programa. Enquanto o programa é construído por uma sequência preestabelecida de ações encadeadas, a

estratégia produz-se durante a ação, modificando, conforme o surgimento dos acontecimentos ou a recepção das informações, a conduta desejada. (ALMEIDA, 2008 p. 24).

No pensamento complexo, a dimensão ecológica está presente em toda observação e em todo pensamento – tudo deve ser ecologizado e visto em metassistema e em metaperspectiva. A partir da complexidade, todos os conceitos têm uma dupla identidade (interna e ecológica), sendo vistos ainda em sua relação trinária física, biológica e antropossociológica (MORIN, 2013). “A própria realidade antropossocial precisa ser integrada na evolução biológica, que precisa ser integrada na evolução organizacional da *physis*, que remete novamente ao observador-sujeito” (MORIN, 2013, p. 436).

Como explicaremos mais à frente, a opção por procedimentos de natureza qualitativa não se tratou de um *desacreditar* das possibilidades da estatística inferencial² para compreender padrões ou regularidades – ou a falta delas – em sistemas complexos. Pelo contrário, autores como Back (1997), Price (1997), Smith (1997) e Stroup (1997) têm demonstrado o potencial da matemática na investigação sociológica. Trata-se aqui apenas do entendimento de que estratégias qualitativas permitiriam melhor acesso ao nosso objeto-sistema. Em outras palavras, teriam maior potencial explicativo.

2.1 A relação sistêmica entre observador e observado

Toda a investigação é, por natureza, uma relação sistêmica.

Pensar nosso objeto como um objeto-sistema traz algumas consequências de ordem epistemológica. A principal delas é compreender como nos entendermos como observador-sistema. De forma mais direta, como apreender territorialidades associadas ao tráfico de entorpecentes em regiões nunca por nós visitadas. Entender como esse *estrangeirismo* afetaria não apenas nossa análise, mas também nossa investigação.

A relação sistêmica entre observador e observação pode ser concebida de maneira mais complexa, onde o espírito do observador conceitua sua teoria e, mais amplamente, sua cultura e sua sociedade são concebidos como sendo invólucros ecossistêmicos do sistema físico estudado; o ecossistema

² Originalmente neste projeto, assim como em minha dissertação de mestrado, a estatística inferencial figurava como principal instrumento analítico. Mudanças sensíveis no problema de pesquisa, ao longo do processo, levaram à busca de outras estratégias metodológicas.

mental/cultural é necessário para que o sistema possa emergir como conceito; ele não cria o sistema. (MORIN, 2013, p. 180).

Neste sentido, em nossa pesquisa, a relação entre sujeito e objeto – ou mais especificamente entre observador e sistema observado – só pode ser entendida em termos sistêmicos. “O real só toma corpo, forma e sentido sob forma de mensagens que um observador/conceituador interpreta” (MORIN, 2013, p. 432). Em outras palavras, o observador também faz parte da definição do sistema observado, e o sistema observado também faz parte do intelecto e da cultura do observador-sistema (MORIN, 2013, p. 180).

A relação dialógica entre observador e observado é uma relação mutante. Em nossa pesquisa, ela não apenas variava no espaço e no tempo, mas a associação entre observador e sistemas locais observados era dialógica e recursiva. Como disse Morin (2013), o observador mede o real, e o real dá a medida do espírito do observador. Dito de outra forma, ao final, só temos uma versão do real por nós traduzida.

Ao longo do estudo, passamos não apenas a observar como empreendíamos nossas observações, mas tentamos reconhecer a natureza do conhecimento que mobilizávamos a cada etapa. “Todo conhecimento, em um observador, é ao mesmo tempo subjetividade (autorreferente), remetendo à sua própria organização interior (cerebral, intelectual, cultural) e objetiva (heterorreferente), remetendo ao mundo exterior” (MORIN, 2013, p. 434). Buscávamos, assim, conhecimento a partir da relação dialógica e recursiva entre objeto e investigador.

2.2 A estratégia dos múltiplos estudos de caso

Que método de investigação poderia articular diferentes técnicas e aproximar Sociologia e Geografia?

A metodologia dos múltiplos estudos de caso foi a que mais nos pareceu promissora. Ao menos, como pensamento fundador de nossa estratégia. A proposta é baseada no estudo de caso, mas avançando em direção aos princípios da comparação e da replicabilidade. Ela se funda em um critério generalizado que existe frente a qualquer técnica de coleta de informação: é preferível ter ao menos duas observações (BRICEÑO-LEÓN, 2016a).

É fundamental ressaltar, contudo, que não importa quantos casos sejam reunidos – em nosso estudo, nove cidades –, a investigação permanece com um viés qualitativo. Não se

descarta, como explica Briceño-León (2016a), alguma quantificação; no entanto, ela tem, como explicaremos ainda neste capítulo, um valor heurístico, permitindo teorizações e elaborações de perguntas. Trabalhar com vários casos tem outras vantagens adicionais, como evidências mais variadas e robustas, na medida em que existe uma multiplicidade e variedade de informações, e na medida em que se repitam as descobertas (BRICEÑO-LEÓN, 2016a).

De forma resumida, o método tem dez etapas, segundo Briceño-León (2016a): (1) se inicia com um problema de pesquisa; (2) necessita o estabelecimento *a priori* de área ou população; (3) deve-se estabelecer uma equipe de trabalho; (4) é preciso fazer uma seleção de técnicas de pesquisa; (5) o primeiro movimento de pesquisa propriamente dito é no sentido *teoria-realidade*; (6) o segundo, depois das primeiras coletas, é no sentido *realidade-teoria*; (7) as equipes (ou pesquisadores individuais) devem promover relatórios; (8) a troca de informes e resultados entre as equipes; (9) se produz a fusão dos relatórios em uma única peça; e (10) se produz teorizações com base nos resultados e nas perguntas iniciais.

Enumerados os critérios, fica evidente a impossibilidade de cumpri-los de forma integral em uma pesquisa doutoral, caracterizada pelo trabalho individual, sem financiamento especial, o que, contudo, não impediu sua adaptação. Preservou-se a indagação inicial, o rol de técnicas, os caminhos propostos entre teoria e realidade e o fecho final. Operacionalmente, nos inspiram os procedimentos metodológicos descritos nos itens 1, 2, 4, 6, 7 e 10. Tiramos deste método, portanto, sua fortaleza, o caráter associativo entre achados sociológicos em diferentes casos.

Em nossa pesquisa, as cidades selecionadas foram operadas como casos. Os bairros visitados, por sua vez, integravam essas *unidades de análise* mais agregadas. Com isso, tentamos evidenciar tantos contrastes quanto similaridades entre regiões dessas urbes – centro/periferia, morro/praias, por exemplo. Como se trata de uma estratégia qualitativa, selecionamos a investigação a pé, a entrevista, a análise fotográfica e análises de conteúdo como técnicas de investigação. De forma complementar, fizemos uso também da estatística descritiva. Elas compõem nossa constelação de técnicas, e o emprego de cada uma delas será detalhado neste capítulo. Antes, apresentaremos no desenho de pesquisa.

2.3 Desenho de pesquisa e a construção da amostra

O delineamento deste estudo baseou-se na necessidade de compreender as dinâmicas relativas à efetivação de territorialidades em (a) suas dimensões institucional e cultural e (b)

suas manifestações físicas e simbólicas. Deste modo, optou-se pela investigação a partir da realização de pesquisas de campos em cidades onde acreditávamos ser possível a coleta de dados por meio de entrevistas, observação e experiencição do fenômeno da territorialidade exercida pelo tráfico de entorpecentes. Esta última, importante que se ressalte, difere da observação participante por estar mais centrada exatamente na possibilidade de conhecimento advindo da experiência da própria “condição de investigador” do pesquisador em campo.

Em outras palavras, o conjunto de técnicas e métodos, de caráter qualitativo, incluiu a observação e a experiencição sistemáticas de rotinas relativas à vida urbana, com registro em diário de campo, entrevistas semiestruturadas com informantes privilegiados (moradores, integrantes de ONGs, pesquisadores locais e jornalistas) e documentação fotográfica dos territórios investigados. Associadas a essas técnicas, como dissemos, o estudo ainda lançou mão de análises de conteúdo para examinar a produção cultural relacionada, de forma direta ou indireta, a grupos criminais. Cada um desses procedimentos será detalhado ao longo deste capítulo.

Ao desenhar uma pesquisa, outro passo importante é a definição de seu corpus, com delimitação, eventualmente, de uma amostra. Em nosso estudo, optamos por uma amostra não-probabilística por julgamento e conveniência (OLIVEIRA, 2001). Portanto, a seleção de países e, isto posto, de cidades obedeceu dois critérios gerais: (1) representatividade do local para estudo do fenômeno, avaliada a partir de seu contexto [sócio]histórico; e (2) conveniência do pesquisador, uma vez que a pesquisa de campo³ nestes locais foi custeada com recursos próprios do investigador. Dada a importância do procedimento metodológico, convém deter-se aqui um pouco mais sobre os argumentos por trás deste raciocínio.

O interesse inicial no Brasil, na Colômbia e no México derivou, em primeiro lugar, da importância sociopolítica destes países na América Latina. Estas nações são as mais populosas, estão entre as quatro de maior PIB, e entre as quatro em território. Eles abrigam 84% população latino-americana e detêm 55% da área total do continente.

A relevância dos países para as grandes rotas internacionais de tráfico de entorpecentes foi o segundo ponto levado em conta. Dados da ONU indicam que Brasil, Colômbia e México, de maneiras distintas, mas complementares, têm papel fundamental no comércio ilegal de drogas que movimenta mundialmente, segundo estimativas da entidade, mais de 300 bilhões de

³ A Capes não financia pesquisas de campo desta natureza no exterior para doutoramento.

dólares por ano. Especificamente, segundo os últimos quatro relatórios (2012-2017), o Brasil, além de ser uma das principais rotas marítimas para a Europa, também se estabelece como grande mercado consumidor. A Colômbia, por sua vez, pese ter perdido o posto de maior produtora de cocaína do continente para o Peru, continua sendo o ponto de origem de boa parte da droga que chega aos Estados Unidos e à Europa. Por fim, o México, principal entreposto da droga vinda da América do Sul para o Estados Unidos e um dos principais produtores de maconha do planeta.

Por fim, foram considerados os níveis de violência nestes países. Brasil, Colômbia e México possuem taxas de homicídios nacionais historicamente bem superiores ao limite estimado pela ONU como não epidêmico. Nas últimas quatro décadas, o trio se reveza – ao lado da Venezuela, que sofre atualmente grave crise institucional, e Guatemala – entre as primeiras colocações do ranking, considerando os 13 países com mais de 10 milhões de habitantes no continente.

A definição dos países fundamentou a seleção das cidades, que, do ponto de vista da representatividade, obedeceu aos mesmos princípios: relevância das cidades no contexto nacional, papel desempenhado pelas urbes nas redes ligadas ao tráfico de drogas e taxas delitivas elevadas. No entanto, neste momento, não entraremos aqui nas especificidades que motivaram a escolha de cada uma delas, haja vista que tais características serão examinadas nos capítulos seguintes. São elas: Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), no Brasil; Bogotá (Cundinamarca), Buenaventura (Valle del Cauca), Cali (Valle del Cauca) e Medellín (Antioquia), na Colômbia; e Cidade do México (Distrito Federal), Culiacán (Sinaloa) e Xalapa (Vera Cruz), no México.

O segundo critério foi a conveniência. O corpus deste estudo é composto por uma amostra submetida a contingenciamento financeiro. Optamos por realizar a pesquisa de campo em apenas três países e nove cidades, número que consideramos suficiente para apontamentos consistentes em nível macrossociológico. A escolha pormenorizada dos locais, das datas e do tempo de permanência em cada cidade dependeu, em grande parte, das possibilidades econômicas do pesquisador. No Brasil, optamos por cidades com taxas delitivas altas e que vivem atualmente problemas decorrentes do tráfico. Na Colômbia, buscamos cidades historicamente ligadas a cartéis, mesmo que estejam, em alguns casos, com taxas delitivas descendentes. A eleição das urbes mexicanas teve como aposta a compreensão da violência em capitais disputadas pelos principais cartéis mexicanos. Significativo registrar que, pese tais

limitações, não cremos em prejuízos substanciais em termos de cumprimento dos objetivos geral e específicos deste estudo.

2.4 Constelação de técnicas

Para a elaboração da tese, como já adiantamos, optamos por um rol de técnicas e métodos para apreensão da territorialidade em suas manifestações física e simbólica. Dado o caráter heterogêneo dos procedimentos articulados, decidimos, mesmo que de forma breve, explicitá-los. De forma geral, primeiro apresentaremos as potencialidades dos instrumentos de pesquisa. Em seguida, detalharemos sua operacionalização, apontando escolhas e decisões relevantes. Começamos pela investigação a pé.

2.4.1 O resgate da investigação a pé: ouvir, ver e sentir

O caminho a pé permite vivenciar territórios, suas territorialidades e fronteiras.

Se partirmos do pressuposto teórico de que observador e observado estão inter-relacionados em termos sistêmicos e de que a territorialidade, por sua vez, se inscreve no indivíduo, em dimensões física e simbólica, torna-se imprescindível o roteiro a pé. Não se tratou de fazer uma espécie de levantamento, mas experimentar o território como pesquisador, forasteiro, exótico ao território. Assim, sentindo na pele a transterritorialidade, mediando sua experiência com as narrativas surgidas no campo. Essa proposta metodológica não é nova, na Sociologia, por exemplo, data ainda do século 19, mas sufocada pela busca exagerada pelas métricas sociais, reaparece apenas pontualmente no século passado em alguns estudos, como os realizados por Howard Becker.

“Andar com próprios pés, para ver com os próprios olhos, ouvir com os próprios ouvidos”, defendeu Riehl (1869, p. 4)⁴, um dos pais da Sociologia alemã. Para ele, a investigação social empírica deveria ser, antes de mais nada, artesanal e a pé. Viajar até as comunidades investigadas era o primeiro passo para se apreender a realidade, como explica Schrader (2002) em texto que procura restaurar a validade desse método. É evidente que, como já dissemos, não desejamos captar uma verdade científica, de contornos cartesianos, de ter um

⁴ Primeira edição da obra de Riehl, um dos patriarcas das ciências sociais na Alemanha, disponível em https://play.google.com/books/reader?id=FqxZAAAACAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PP2

acesso imediato à realidade, algo que também poderia ser depreendido da proposta de Riehl. Dela, tiramos essencialmente a necessidade de estar onde o objeto está. Não se trata de um *ver para crer*, mas um *sentir na pele*.

O mero caminhar pelas ruas da cidade moderna põe o transeunte continuamente em face de uma sociedade, simultaneamente, de pessoas e de simulacros de pessoas: fotografias publicitárias, vidros, espelhos, labirintos em que o falso e o verdadeiro estão juntos. A análise sociológica perde informações relevantes quando não incorpora a contrafação do humano que se tornou componente integrante da trama de relações reais e imaginárias que confundem e dirigem o homem urbano e suas decisões. Nós, no aberto da rua e do anonimato que lhe é próprio, somos conduzidos por impressões e por esses marcos da ficção social. E com esses seres da impressão de rua que povoamos a cena imaginária de nossas conversações silenciosas e de nossos relacionamentos imaginários enquanto nos movemos. (MARTINS, 2011, p. 166).

O que procuramos caminhando – ou viandando, como prefere Schrader – pelas comunidades das cidades que suportam nossa investigação é desenvolver uma teoria que seja produzida também na e pela interação entre pesquisador e as múltiplas dimensões do espaço vivido, nos termos de Lefebvre (2013). E, claro, o inesperado, o que não estava previsto, o *serendipity pattern*, de Merton (2011); em outras palavras, a observação de algo não imaginado, mas que acaba tendo importância na formulação de uma teoria. É o que defende Becker sobre a necessidade de o pesquisador se aproximar dos grupos e das realidades investigadas, de forma especial, quando a investigação se debruça sobre condutas desviantes. Como explica Becker (2008, p. 178):

Cumprê-vê-lo como um tipo de comportamento que alguns reprovam e outros valorizam, estudando os processos pelos quais cada uma das perspectivas é construída e conservada. Talvez a melhor garantia contra qualquer dos dois extremos seja o contato estreito com as pessoas que estudamos.

Temos aqui ainda uma inspiração na obra de Gilberto Freyre. Em *Aventura e Rotina*, o sociólogo escreve sobre viagem de seis meses, a convite do governo português, a possessões portuguesas na África e na Ásia. No livro, descreve e interpreta, de maneira fluída, as *constantes portuguesas de caráter e ação*. Sua influência sobre nossa pesquisa recai sobre a compreensão da relação entre observador e observado, de forma especial, durante uma viagem em que o conhecimento se produz por associações e contradições, na e pela interação entre pesquisador e comunidades visitadas. Seguimos, pois, a estratégia mais fluída explicitada pelo autor já no início da publicação:

As notas de viagem que recolhi quase taquigraficamente tomam aqui forma menos impressionista que expressionista. Chegam algumas a ser reação crítica – e não apenas lírica – ao que observei. Outras a servir de pretexto a comentários às vezes abstratos. Até a devaneios especulativos A expansões autobiográficas de que peço perdão aos sociólogos que às vezes me supõem preso a eles por votos, que nunca fiz, de castidade sociológica. Direitos de expressionista que pode passar do fato concreto à abstração, do objetivo ao transobjetivo, do social ao pessoal. (FREYRE, 1953, p. 9).

A estratégia une Sociologia e Geografia a partir da experiência. A experiência pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos, sendo nela que o significado do espaço muitas vezes se funde com o de lugar⁵ (TUAN, 2001). A redescoberta do sensual (dos sentidos) e do corpo como uma parte potente da experiência social, política, histórica e geográfica (RODAWAY, 1994).

A experiência é composta por sentimento e pensamento. O sentimento humano não é uma sucessão de sensações discretas; em vez disso, a memória e a antecipação são capazes de exercer impactos sensoriais em um fluxo de experiências, de modo que possamos falar de uma vida de sentimento como de uma vida de pensamento. (TUAN, 2001, p. 10)⁶.

A estratégia une Sociologia e Geografia à Biologia. Isso porque a experiência é multissensorial, envolvendo todos os sentidos. Um entendimento geográfico que surge da estimulação ou apreensão dos sentidos (RODAWAY, 1994). Em outras palavras, acessamos o mundo exterior pelos sentidos. E o viandar permite tocar, sentir o cheiro, ouvir o som, ver a imagem. Não nos referimos aqui a uma percepção como recepção de informação, mas de uma percepção que se dá na relação entre sensação e significado (RODAWAY, 1994). O gosto, o cheiro, a sensibilidade da pele e a audição não podem individualmente fazer com que nos conscientizemos de um mundo habitado por objetos, mas em combinação com as faculdades *especializadoras* da visão e do toque, enriquecem muito nossa apreensão do caráter espacial e geométrico do mundo (TUAN, 2001).

A estratégia, por fim, une-se a outras técnicas. Durante nossa pesquisa de campo, as caminhadas ensejaram entrevistas, proporcionaram fotos, permitiram conhecer músicas que viraram objeto de análise. Ao final, se mostrou em nosso estudo um método-suporte. Para que

⁵ Como veremos no próximo capítulo, *lugar* tem aqui um sentido de *território*.

⁶ Tradução nossa. Texto original: “Experience is compounded of feeling and thought. Human feeling is not a succession of discrete sensations; rather memory and anticipation are able to wield sensory impacts into a shifting stream of experience so that we may speak of a life of feeling as we do of a life of thought”.

alcançasse seu objetivo, observamos três critérios básicos para a investigação a pé: (a) o roteiro seria definido com auxílio de informantes privilegiados; (b) a segurança do pesquisador e de seus informantes apontaria os limites do percurso; e (c) todas as informações deveriam ser registradas no diário de campo, anotações sobre a topografia local, equipamentos urbanos⁷, produções culturais, trânsito de pessoas, relatos coletados e episódios vividos.

2.4.2 Por uma Sociologia da Fotografia

O registro de uma câmera carrega o imaginário da paisagem observada.

Tomar a imagem fotográfica como documento social em termos absolutos envolveria, como alerta Martins (2011), as mesmas dificuldades que há quando se toma a palavra falada em uma entrevista, exigindo do pesquisador conhecer suas ineficiências e limitações. Por outro lado, o visual tem se tornado cada vez mais instrumento e documento indispensáveis para leitura de fatos e fenômenos sociais, pois também é indício do irreal, do real recoberto, do imaginário (MARTINS, 2011).

Não importa se estamos a fotografar uma paisagem urbana ou registrando em imagem um encontro familiar em ambiente privado, buscamos a documentação do imaginário. Assim, registramos em nossos campos por cidades brasileiras, colombianas e mexicanas o que julgamos importante para a compreensão das territorialidades, que se inscrevem no e pelo imaginário. Partimos, portanto, da ideia que o registro fotográfico, mesmo aquele produzido pelo próprio investigador, não escapa à mediação imaginária e estética intencional que decodifica esse cotidiano (MARTINS, 2011). Em outras palavras, segundo Martins (2011, p. 173):

O lugar da fotografia na Sociologia Visual e Antropologia Visual depende da compreensão prévia, por parte do fotógrafo, do código de visualidade que está diante dele no ato de fotografar e que não é o mesmo em diferentes lugares e nem mesmo em diferentes momentos. Mesmo quando os temas coincidem, em sociedades completamente diferentes entre si, o teor sociológico da fotografia depende de leituras matizadas e até opostas.

⁷ Empregamos, no estudo, o conceito definido pela NBR 9284/96 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que define equipamento urbano como “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.

Guiados por esse pensamento, decidimos seguir sete regras sobre o registro e o emprego de imagens neste estudo: (1) manejamos, na análise, apenas fotografias de autoria própria, conferindo assim um status de registro sociológico mais complexo à imagem, já que as condições em que foram tiradas não escapam ao investigador, ou como dizem os fotógrafos, cada foto tem por trás uma história de como foi feita; (2) nenhuma imagem foi capturada colocando em risco fontes entrevistadas, integrantes das comunidades visitadas ou até o pesquisador, cuidado que se estende à seleção apresentada nas páginas deste estudo; (3) respeitando a legislação – mais ou menos consensual nos países visitados – que permite o registro em locais públicos; (4) todos os pedidos de não publicação de imagem em local público foram respeitados; (5) todas as fotos evitadas ou censuradas foram, por sua vez, objeto de análise (mesmo sem publicação aqui), pois, em muitos casos, estavam diretamente ligadas à efetivação de uma ou outra territorialidade; (6) usamos uma máquina profissional, o que nos possibilitou o registro a maiores distâncias, e um celular, que garantiu maior discricção em outros momentos; (7) por fim, a análise sociológica das fotos sempre estará articulada a informações apreendidas no campo, evitando, assim, conclusões descontextualizadas; em outras palavras, em nosso trabalho, a imagem capturada fala, mas não sozinha.

2.4.3 A apreensão da realidade pelas entrevistas

A pergunta permite a apreensão de algo pela experiência do outro.

De todas as técnicas e métodos empregados, talvez a entrevista seja a que mais produziu imbricações entre jornalista e pesquisador. “Vivo de perguntar”, costumo dizer sempre que me perguntam o que “faço”⁸. O entrelaçamento entre *habitus* de repórter e investigador social, contudo, tem prós e contras. Uma fortaleza com suas fraquezas.

Se, por um lado, a experiência de repórter e o conhecimento das dinâmicas e dos tempos de uma entrevista podem contribuir para a ciência, as diferentes naturezas das perguntas podem, facilmente, transformar o roteiro em uma peça jornalística e não científica. A tarefa exigiu uma grande vigilância epistemológica do pesquisador. Talvez uma das marcas mais evidentes deste processo seja a opção por uma amostra por julgamento e não por cota, por exemplo. Buscamos a contribuição individual, o informante privilegiado, e não a confirmação por

⁸ Permito-me aqui escrever na primeira pessoa do singular, liberdade que voltarei a tomar nos relatos de campo.

repetição/saturação. Nossa tentativa foi criar um mosaico de falas que, costuradas nas e pelas inquietações deste pesquisador, pudessem revelar uma realidade que é de todos nós.

A entrevista, para nossa pesquisa, tem ainda um papel estratégico, central em nosso modelo misto, pois é, por excelência, uma técnica polivalente. Em outras palavras, como explica Gaskell (2002, p. 65), “além dos objetivos amplos da descrição, do desenvolvimento conceptual e do teste de conceitos, a entrevista qualitativa pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos”. Dessa constatação, surge, entre tantas possibilidades, o questionamento sobre qual o tipo de entrevista seguir.

Em busca de memórias sobre o território, tomamos impulso em direção à entrevista episódica, em que resta evidente um ajustamento entre a situação e o esquema de história, estabelecendo uma adequação, isto é, a construção da história da experiência (FLICK, 2002). O resultado, como pondera Flick (2002), são formas de conhecimento contextualizadas e socialmente partilhadas. Assim, além de informações mais pontuais sobre regramentos territoriais, procuramos, por meio das entrevistas, compreender como as territorialidades se inscreveram nos informantes ouvidos na pesquisa. Tal decisão metodológica, no entanto, não impediu a realização de perguntas sobre a existência de uma rotina ou regra de conduta atuais; e, no caso dos jornalistas, de questionamentos sobre dados ligados a estruturas institucionais formais e informais investigadas.

A partir desses pressupostos, idealizamos nossas entrevistas realizadas durante as pesquisas de campo nos três países. Foram eleitos três tipos de informantes privilegiados: jornalistas experientes na cobertura de temas de segurança pública, moradores das comunidades selecionadas nesta investigação e integrantes de ONGs ou pesquisadores que atuam nestes locais. Os contatos prévios foram feitos empregando, basicamente, nossa rede como jornalista; mas, em alguns casos, como boa parte das entrevistas realizadas no México, a aproximação ocorreu a partir da rede acadêmica. Uma seleção inspirada na técnica conhecida como bola de neve, baseada em indicações, mas, neste caso, sem a busca pela saturação dos relatos.

Para as entrevistas, foram elaborados dois roteiros-base: um voltado para moradores e outro para jornalistas. Em ambas as situações, as peças sofreram alterações de acordo com a realidade local e país⁹. A estratégia foi montar guias de entrevista com perguntas mais abertas.

⁹ No México, por exemplo, questões sobre recrutamentos forçados, algo que não faria sentido perguntar no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

No caso dos jornalistas, elas foram realizadas nas redações e, no dos moradores, em suas casas¹⁰. Eles foram escolhidos por indicação, respeitando o conceito de amostra por julgamento. Ou seja, buscou-se o informante privilegiado.

Foram realizadas entrevistas neste formato, entre jornalistas, voluntários de ONGs e moradores. Como todos os voluntários de ONGs também moravam nas comunidades, optou-se por classificá-los genericamente apenas como moradores, garantindo assim sua segurança. Todos os depoimentos foram gravados e devidamente autorizados pelos entrevistados. Em alguns casos, o contato foi retomado por telefone para o esclarecimento de alguma dúvida.

De forma mais precisa, esta pesquisa contém informações provenientes de entrevistas com cinco jornalistas colombianos, de Medellín (1), Bogotá (1), Cali (1) e Buenaventura (2), um brasileiro, de Porto Alegre, e dois mexicanos, de Culiacán. Foram entrevistados oito moradores brasileiros, todos do Rio de Janeiro – três no Complexo do Alemão, três no Complexo da Maré e dois na Rocinha –, e três mexicanos, em Culiacán, Cidade do México e Xalapa.

Como já dissemos, o trabalho traz ainda informações baseadas em entrevistas não estruturadas, de curta duração, em que se pretendia captar uma impressão, descobrir uma rotina, validar uma outra informação. Afinal, ser um pesquisador viandante¹¹ é tirar proveito de um espaço de sondagem, é ser uma unidade em deslocamento, que, segundo Goffman (2017), também é uma unidade de participação. O que, conforme o autor, possibilitaria a interação, a conversa em espaços públicos. Em nosso caso, elas ocorreram nos mais diversos locais, de bares a estações de trem. Algumas duraram não mais do que 10 minutos. As citações diretas e indiretas aparecerão no texto com breve descrição do entrevistado, sendo referenciadas como anotações do diário de campo.

2.4.4 Produções culturais a partir de análises de conteúdo

As letras de música, as estampas em bonés e camisetas têm muito a contar sobre um território.

Se partimos do princípio de que a cultura produz e é produzida pelo território, precisamos investigar como seus artefatos promovem territorialidades. A música de um local,

¹⁰ Apenas uma moradora preferiu conversar em um local público, receosa de uma eventual reação de traficantes.

¹¹ Tradução para palavra *wanderer*, empregada por Schrader, feita pelo tradutor de texto, professor Emil Sobottka.

por exemplo, como esclarece Kong (2009), pode trazer imagens dele. Uma peça de roupa, por sua vez, pode estar inserida dentro de uma espécie de cosmologia performática que fale sobre um grupo (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014). No entanto, entre tantas possibilidades, quais peças deveriam ser selecionadas? Deixamos o campo nos dizer. Separamos para analisar a música que ouvimos nas comunidades que visitamos ou sugeridas por nossos informantes, os bonés que fotografamos em *araras* e mostruários de ambulantes e as matérias dos jornais que circulam nas bancas dessas cidades.

Neste trabalho, a investigação sociológica de textos foi inspirada na análise de conteúdo (BARDIN, 1996; BAUER, 2002), de forma especial, no que se refere à construção de categorias de análise que permitem a comparação de letras de músicas populares em que há referência da “vida” no e pelo tráfico de entorpecentes. Como não havia o objetivo de estimar estatisticamente se um determinado estilo musical era potencial promotor estético de uma [narco]cultura, mas apenas perceber os elementos discursivos constitutivos dessas composições que abordam o tema do tráfico de drogas, decidimos por construir uma pequena amostra não-probabilística por julgamento. Foram selecionadas seis músicas, duas composições de cada um dos seguintes estilos: *narcocorrido* (México), *narco prohibido* (Colômbia) e *funk proibidão* (Brasil). Na investigação, utilizamos o programa NVivo 11¹², que agrega “à pesquisa qualitativa, aos seus moldes, sem importação ou cópia dos tratamentos analíticos para dados numéricos, um caráter metódico, de transparência nas decisões de pesquisa” (TEIXEIRA, 2009, p. 29). O software permite indexar e analisar o material a partir das categorias definidas pelo pesquisador, pois tem como um de seus atributos a possibilidade de testar e relacionar hipóteses (TEIXEIRA; BECKER, F., 2001).

Outras produções culturais – como camisetas, bonés e imagens em gesso, *souvenirs* –, foram analisadas levando em conta a relação denotação/conotação proposta por Barthes (1978) em seu livro seminal *O sistema da moda*. Ao aderir à sua proposta, buscamos descrever uma peça que permanece no imaginário do seu início ao seu fim, algo puramente intelectual, não levando ao conhecimento de práticas, mas de imagens, um conjunto de representações coletivas (BARTHES, 1978).

¹² O software também foi usado para análise de categorias em outras etapas da investigação qualitativa.

2.4.5 A visão sobre o agregado pela estatística

Os números ajudam a dar contorno a um fenômeno complexo.

Ao analisar taxas, populações e áreas, entre outros dados agregados, a Ciência Social utiliza-se da quantificação (estatística) para resultados gerais e coletivos (RAMOS, 2014). Neste trabalho, a estatística foi associada aos dados qualitativos para as construções conjunturais, isto é, de [socio]contextos, compondo assim uma estratégia de ligação complexa entre as dimensões *micro*, *meso* e *macrossocial*. São as chamadas *proxies* ou medidas aproximadas e indiretas para captarmos determinados fenômenos (RAMOS, 2014). Basicamente, empregamos a estatística descritiva a partir de dados coletados por ONGs, instituições multilaterais, como a ONU, e instituições ligadas ao Estado, levando em conta que “os indicadores sociais têm por finalidade não somente mostrar, de forma bastante precisa, a relação entre os fatos e as mudanças, mas também subsidiar o monitoramento dos processos sociais” (SCHRADER, 2002, p. 11).

3. A DIMENSÃO TERRITORIAL DA VIOLÊNCIA

Em 2016, quando o teleférico encerrou a atividade de vez, não teve mais como a gente fazer o passeio com os turistas nem com teleférico, nem a pé, por conta dos tiroteios – diz jovem que atuava como guia de turismo no Complexo do Alemão.

Apresentar os principais conceitos geográficos empregados neste estudo, como espaço, lugar, território e paisagem, e demonstrar o impacto do narcotráfico na ocupação de espaços urbanos a partir dos dados empíricos coletados são os objetivos deste capítulo.

O primeiro propósito deste trecho da tese soa pretensioso, já que a maioria dos conceitos aplicados em nossa análise estão em disputa no campo da Geografia. Por isso, faz-se necessário a advertência de que, sem eleger um lado no certame entre correntes teóricas, por não ser essa a intenção ao nos aproximarmos desta área do conhecimento, buscamos as concepções teóricas que demonstraram maior potência explicativa sobre o objeto investigado. Ressalva feita, as principais noções contratadas serão apresentadas em quatro passos: (1) conceituação inicial dos conceitos basilares de espaço, lugar, paisagem, território empregados neste estudo; (2) exposição de nossa compreensão sobre territorialidade – em suas possibilidades multi e transdimensionais; (3) demonstração empírica da efetivação das territorialidades investigadas – complementares ou antagonicas – nos espaços urbanos investigados neste estudo.

Neste capítulo, traremos evidências físicas, ou seja, pistas materiais, de efetivação das diferentes territorialidades nestas cidades. Procuraremos reconhecer, ainda, expedientes de *evitação* e *contornamento* nesses territórios; empenhamo-nos, desta maneira, na verificação dos meios e dos dispositivos usados para a operação de territorialidades entre áreas identificadas¹³ como *territórios do tráfico*, e outras regiões destas cidades, onde as territorialidades do tráfico seriam *inexistentes* ou se manifestariam *de forma diversa* das primeiras localidades.

3.1 Espaço, território, lugar e paisagem – possibilidades e limites dos conceitos

Há uma constelação de conceitos geográficos, para usar a expressão cunhada por Deleuze e Guattari (1992), importantes neste trabalho. Alguns deles estão no centro de inflamadas discussões acadêmicas, como antecipamos. Disputas pela melhor concepção de

¹³ A delimitação, como será demonstrado caso a caso, baseou-se na literatura científica.

espaço e território, por exemplo, pontuam as publicações científicas. O conceito de território, categoria para alguns, tem rivalizado com o de espaço, no que se refere às escolhas teóricas dos geógrafos (SAQUET; SPOSITO, 2008). O mesmo parece ocorrer quando se busca a distinção entre território e territorialidade:

O paradoxal é que o território, a busca da definição de territorialidades concretas ou abstratas, bem como o constante processo de reterritorialização, são os contrapontos, aparentemente opostos, mas dialeticamente articulados, aos movimentos de todos os tipos, que se ampliam e se acentuam num mundo em que a circulação é imperiosa. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 7)

Não é nosso interesse reproduzir integralmente tais embates, mas parece ser necessário apresentar, mesmo que de forma breve, como empregamos cada uma das definições a partir da literatura existente. Nossa discussão envolve fundamentalmente os conceitos de espaço, lugar, território, paisagem e territorialidade – esta será tratada à parte no próximo subcapítulo. Todos eles estão conectados, relacionados de forma a ampliar aqui nosso poder de análise. De todos, é a ideia de espaço que parece mais abrangente, precisando de imediato uma exposição que possa esclarecer como está sendo empregada para analisar a relação entre meio físico, ambiente, e o homem.

Espaço não é o mesmo que território. É o que sustenta Raffestin (1993) em seu livro *Por uma geografia do poder*. Para o geógrafo francês, o espaço é anterior, preexistente a qualquer ação, como se fosse *dado* ou uma matéria-prima. É a realidade inicial que, mais tarde, por produção humana, se transformará em território. É nele que os atores sociais processariam e produziram territorialidades. A visão materialista de Raffestin é criticada por autores como Haersbaert (2014a; 2006) que propõe a adoção de uma visão relacional do conceito de espaço.

Haersbaert sugere partirmos do conceito-mestre *espaço-tempo* para pensarmos o espaço geográfico indissociado dos processos sociais e do natural, dentro de um sistema conceitual mais abrangente. Com isso, seriam privilegiadas a dimensão mutável, a fluidez e a dinâmica do tempo (HAESBAERT, 2014a). Para o brasileiro, sua noção preserva a relação entre duas lógicas centrais nos estudos geográficos: a lógica de dominância zonal e a lógica de dominância reticular na construção do espaço. Elas estariam ligadas historicamente aos processos de construção de territórios, lugares, paisagens, tanto em suas dimensões simbólica e vivida, por exemplo, na formação do Estado (lógica zonal) e da criação das grandes redes mercantis, como as rotas marítimas (HAESBAERT, 2014a). É um espaço relacional, de inter-relações entre homem e natureza. A visão é do espaço-tempo como uma configuração de relações sociais

dentro da qual o espaço particular pode ser concebido como uma simultaneidade dinamicamente inerente à ação no tempo. Além disso, uma vez que as relações sociais são inevitavelmente e em todos os lugares imbuídas de poder, significado e simbolismo, essa visão do espaço se apresenta como uma geometria social de poder, do poder em movimento. Todas as tentativas de instituir horizontes, estabelecer fronteiras, garantir a identidade dos lugares, podem, nesse sentido, ser tentativas de estabilizar o significado de envelopes particulares do espaço-tempo (MASSEY, 1994, 2008).

A dialógica entre as lógicas zonal e reticular, um espaço que existe na e pela relação homem-natureza, por outro lado, nos aproxima do espaço lefebvriano. Para Lefebvre (2013), o espaço deve ser conceituado com o emprego de uma tríade: espaço percebido, o vivido e o concebido (espaço das representações, da vivência e do conjunto de representações, respectivamente). Devemos concluir que este espaço implica, contém e disfarça as relações sociais, embora, como dissemos, este espaço não é uma coisa, mas um conjunto de relações entre coisas, objetos e produtos (LEFEBVRE, 2013). Não é uma condição *a priori* das instituições e do Estado, mas uma relação social, inerente às relações de propriedade, em especial do solo, da terra, ligada às forças produtivas, sendo produto usado, consumido, mas também meio de produção, redes de câmbio, fluxos de matérias-primas e energia que moldam o espaço e são por ele determinados (LEFEBVRE, 2013).

O espaço social não seria uno, mas múltiplo. A reticulação dos espaços sociais é uma lei: em isolamento, qualquer espaço é somente abstração, pois o princípio da interpenetração e da superposição dos espaços sociais implica uma indicação útil; cada fragmento de espaço deduzido pela análise, por sua vez, oculta não uma relação social, mas uma multiplicidade que a análise pode potencialmente revelar (LEFEBVRE, 2013). Essa concepção, como demonstraremos, está muito próxima à de território que demonstraremos e empregaremos aqui. Por isso, quando falarmos de espaço em termos lefebvrianos, estaremos investindo nesta aproximação com a nossa noção de território. Se nos referirmos genericamente a espaço, estaremos empregando a concepção de Haesbaert, de um espaço relacional. Enquanto o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade, o território e os processos de *des-re-territorialização*, como veremos a seguir, devem ser distinguidos por meio dos agentes que efetivamente exercem poder, que controlam esse espaço e, conseqüentemente, os processos sociais que o compõem (HAESBAERT, 2008).

Nesse sentido, estariam em jogo três invariantes territoriais, para usar expressão de Raffestin, no modelo de Haersbaert (2008, 2014a): *linhas* que se transformam em *dutos/fluxos*,

o *ponto* visto como *polo* ou *nó* de conexões, e a *área* ou *malha*, uma construção de linhas interconectadas ou *redes*, formando uma espécie de tecido. É uma construção conceitual muito similar às *tessituras*, aos *nós* e às *redes* de Raffestin (1993) para seu conceito de território.

Deste modo, para o brasileiro, o que em uma escala se observa como zona, em outra, de maior detalhe, pode ser vista como malha, “assim, a rede é um constituinte indissociável da própria zona ou área. Sem rede não há controle de uma área (a começar que uma rede pode ser encarada, por exemplo, como um conjunto coordenado de postos fronteiriços)” (HAESBAERT, 2014a, p. 39).

Assim, o modelo dos territórios-zona estatais que marcam a grande colcha de retalhos política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-espacial) do mundo moderno, e que nunca esteve tão universalizado como nos nossos dias, deve conviver não só, internamente, com as redes que concedem maior solidez ou integração interna a esses territórios, como também, externamente, com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades em rede, como no caso dos territórios-rede do narcotráfico e do terrorismo globalizados. (HAESBAERT, 2014a, p. 71).

É importante destacar que toda rede exige uma área para efetivar os fluxos; nessa perspectiva analítica, a rede enquanto conceito não se coloca no mesmo patamar de território, lugar e paisagem, mas de zona ou área, pois tem um sentido mais amplo e (também) operacional (HAESBAERT, 2008). A noção de rede, portanto, permanece fundamental para compreender o que alguns autores chamam de território-rede, outros de lugar-rede¹⁴. Lógica reticular que parece ganhar importância quando associada de modo recursivo à lógica zonal na atualidade. Como explica Vanda (2008, p. 78),

as redes, principalmente as redes técnicas, podem ser analisadas a partir de três eixos comuns, que ao final se complementam, uma vez que se territorializam, desterritorializam e reterritorializam. Portanto, as relações existentes entre as redes técnicas e o território, as redes técnicas e o poder e a organização territorial das redes técnicas podem e devem produzir-se em distintas escalas (global e local).

Apresentadas as lógicas e as invariantes geográficas do espaço, podemos pensar agora o território. Se fôssemos defini-lo em uma palavra, gravemente, esta seria *poder*. O espaço é apropriado, significado, relacionado, vivido e simbolizado no e pelo poder ou na e por uma

¹⁴ Muitos geógrafos anglo-saxões, como Massey, empregam o termo *lugar* em sentido muito próximo do conceito de território empregado pelos latino-americanos.

potência, em termos deleuzeanos. Haesbaert (2008, 2014a) afirma que o território, imerso em relações de dominação ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se da dominação político-econômica, que seria mais concreta e funcional às apropriações subjetiva/cultural-simbólica. Como lembra o autor, citando Lefebvre, dominação e apropriação deveriam andar juntas, o que parece, contudo, sempre limitado pelas forças do mercado, que sufocam a reapropriação dos espaços. Neste sentido, na constituição dos múltiplos territórios do capitalismo, podemos diferenciar territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e pela mobilidade.

Temos então o território do dinheiro de Milton Santos (2004): no mundo globalizado, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições, nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Em uma situação de extrema competitividade, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores, e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade, pois a globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas, de compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional (SANTOS, 2004).

A dinâmica espacial do dinheiro é chave para compreender, como veremos, os processos de segregação social da população mais pobre em áreas periféricas e, subsequentemente, sua sujeição a territorialidades violentas, ora pela polícia, ora por instituições informais ligadas a atividades ilícitas. Nas palavras de Santos (2004, 2006), o dinheiro usurpa as perspectivas de fluidez do território, buscando conformar sob seu comando as outras atividades, pois vivemos um mundo da rapidez e da fluidez, e as atuais compartimentações dos territórios ganham esse novo ingrediente: criam-se incompatibilidades entre velocidades diversas, e os portadores das velocidades extremas buscam induzir os demais atores a acompanhá-los.

Santos (2004, 2006) sugere que a competitividade entre empresas, neste cenário global, destrói antigas solidariedades horizontais e impõe uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais. A afirmação do geógrafo suscita uma questão: poderíamos pensar de forma mais geral em organizações e não apenas empresas? Se sim, poderíamos compreender a partir dessa lógica os processos de desterritorialização e reterritorialização de espaços por organizações ilegais, como as ligadas ao tráfico internacional de drogas.

É por meio desse mecanismo que o dinheiro global autonomizado, e não mais o capital como um todo, se torna, hoje, o principal regedor do território, tanto o território nacional como suas frações. Antes, o território continha o dinheiro, em uma dupla acepção: o dinheiro sendo representativo do território que o abrigava e sendo, em parte, regulado pelo território, considerado como território usado. Hoje, sob influência do dinheiro global, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, objeto que ele é de uma permanente instabilidade, da qual os diversos agentes apenas constituem testemunhas passivas. A ação territorial do dinheiro global em estado puro acaba por ser uma ação cega, gerando ingovernabilidades, em virtude dos seus efeitos sobre a vida econômica, mas também, sobre a vida administrativa. (SANTOS, 2004, p. 101).

O resultado é um espaço organizado no e pelo poder econômico. Mesmo quando político, é motivado por uma estruturação de viés econômico. Do entorno de uma fábrica às proximidades de bocas de fumo, a lógica desta dominação, que estabelece redes, fragmenta espaço e cria rotina, tem a mesma natureza. As normas internas atingem o entorno da empresa [organização], com suas pausas, horários de funcionamento, custos, atingindo o universo social e geográfico em que estão inseridas ativamente – um sistema mercantil que produz território (SANTOS, 2006). Ou, em outros termos, como planteia Raffestin (1993), é essencial distinguir a tessitura *desejada* da tessitura *suportada* pelo grupo: a primeira é aquela que tenta otimizar o campo operatório do grupo, a segunda, aquela que tenta maximizar o controle do grupo.

De forma bastante promissora, Haesbaert (2014a) sintetiza cinco grandes objetivos da territorialização, que podem ser acumulados ou distintamente valorizados ao longo do tempo: abrigo e segurança física; fonte de recursos materiais e/ou meio de produção; identificação cultural-simbólica de grupos sociais; controle e/ou disciplinarização por meio da definição de espaços individualizados; e controle e/ou direcionamento da circulação, de fluxos, por meio de conexões e redes – principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações. Em outras palavras, existe um sistema de ações ou de comportamentos que se traduz por uma "produção territorial" que processa tessituras, nós e redes (RAFFESTIN, 1993). Apesar de admitir que todo o indivíduo elabora estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias¹⁵ em diversas relações de poder, o autor propõe dois tipos de atores, os *sintagmáticos*, que produzem territórios, e os *paradigmáticos*, sujeitos a esses territórios. Pese a rigidez destas formas conceituais, elas são úteis na compreensão, por meio de análises transversais, da produção de territorialidades em áreas de maior assimetria social, seja ela de natureza econômica ou política.

¹⁵ Mais à frente, proporemos uma distinção entre estratégia e tática, mas, para este momento, uma definição mais genérica parece ser suficiente.

O território, em vista disso, é, em diferentes amálgamas, sempre funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto de “significados” (HAESBAERT, 2014a). De outro modo, um território pode ser mais funcional do que simbólico, ou vice-versa, mas sempre será constituído na e pela relação funcional-simbólico. Neste sentido, nos associamos a Haesbaert quando critica o peso dado à cultura nos processos de territorialização de autores culturalistas como Bonnemaïson (2005). Evidentemente, o rol de crenças e saberes é essencial nos processos de apropriação dos espaços, mas a produção territorial, de forma especial, na modernidade tardia, é fortemente, como alerta Santos (2004, 2006), funcional. Assim, poderíamos falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências.

No entremeio estão, entretanto, definições mais singulares, que contemplam processos que integram de modo mais equilibrado os aspectos simbólico-culturais e suas dinâmicas. Entre elas, está a noção de nanoterrório apresentada por Souza (2008). Ocupações de prédios desocupados por sem-teto, por exemplo, seriam um exemplo desta estratégia elaborada por movimentos sociais de resistência à segregação espacial, espécies de contraplanejamentos, contraprojetos de articulação política em rede.

Casos em que se está diante de um estilo verdadeiramente horizontal e antiautoritário, o planejamento e a gestão insurgentes, que são uma modalidade radical do planejamento e da gestão críticos, se apresentam, efetivamente, como “*autoplanejamento*” e *autogestão*. Mais que qualquer iniciativa estatal, são essas experiências dos movimentos sociais, às vezes “com o Estado”, mas essencialmente *apesar* do Estado e *contra* o Estado. (SOUZA, 2008, p. 49).

Por fim, uma última referência ao conceito de território empregado aqui nos parece oportuna. Um mesmo espaço pode comportar mais de um território. Para Haesbaert (2008), os chamados múltiplos territórios seriam decorrentes de (1) territorializações político-funcionais mais tradicionais, em que é admitida pluralidade cultural, mas não pluralidade de poderes; (2) territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva ou concomitantemente; (3) territorializações efetivamente múltiplas, construídas por grupos ou indivíduos que liam seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários. Alguns autores, por outro lado, chegam a sustentar ainda a possibilidade de existência de um território sem um espaço geográfico correlato. Esse território teria natureza apenas simbólico-cultural, como a *terra prometida* dos judeus. Em nossa interpretação, esse tipo de “território” se trata, na verdade, de uma territorialidade. É o que veremos mais adiante, no próximo subcapítulo.

Outro conceito pelo qual ainda precisamos passar os olhos é o de lugar. Assim como o termo *espaço*, a palavra *lugar* é usada, muitas vezes, de forma solta, até mesmo pelos geógrafos. De um lado, temos autores como Massey (1994, 2008), para quem *lugar* pode ser definido de maneira muito próxima ao termo território. A visão de lugar defendida por ela, por exemplo, enfatiza a construção da especificidade por meio de inter-relações, e não da imposição de fronteiras, contraposição de uma identidade contra uma outra (MASSEY, 1994). De outro, há uma mirada mais culturalista, proposta por autores como Claval (1982, 2007). É deles a noção de lugar assumida neste trabalho. Por isso, sem a intenção de esgotá-la aqui, explicitaremos alguns pontos-chaves para a compreensão do impacto da cultura na apropriação de espaço por diferentes forças. Residirá aí, a janela simbólica para reapropriação desses espaços subalternizados.

Claval destaca o peso da cultura em todas os domínios humanos. É nela que ocorre a mediação entre homem e natureza. Para Claval (2007), a cultura é herança e resulta do jogo da comunicação, em grande medida feita de palavras, articula-se no discurso e realiza-se na representação. Neste sentido, o viés ecológico e econômico da cultura comporta o *know-how* e os saberes mobilizados para valorizar o ambiente. É necessário tirar da natureza os gêneros alimentícios, a energia e as matérias-primas necessárias, transformá-los para obtenção dos utensílios, dos equipamentos e dos bens de consumo demandados pelas empresas e pelos lares (CLAVAL, 2007).

A noção aparentemente simples tem desdobramentos práticos significativos. Este saber sobre o solo e a natureza, por exemplo, como será demonstrado aqui, é elementar na estruturação de redes de tráfico na América Latina. Exemplo disso é a tradição agrícola e o bom solo para o plantio de maconha e papoula em Sinaloa, terra do tomate, e o uso de pequenos barcos de pesca em Buenaventura para o traslado de pasta base de coca da Colômbia ao Panamá. Por isso, é preciso orientar-se em situar os lugares em um espaço de referência mais amplo e mais abstrato.

Para compreender o sentido dos lugares, é necessário supor que eles não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam. Entendê-los como um espaço habitado, o que nos leva à existência, segundo o Claval, de *não lugares*, áreas onde só se leem geometrias as mais frias, onde os grupos acham-se esvaziados de conteúdo. Eles não conseguem se enraizar ao território para construir suas identidades. “Os não-lugares engendram sociedades em vias de desculturalização” (CLAVAL, 2007, p. 111). A partir dessa perspectiva, é possível

decifrar a existência de territórios – e múltiplos territórios – extremamente funcionais, como aqueles em espaços tomados por meio da violência por forças institucionais, sejam elas formais ou informais, nas cidades pesquisadas.

Não é por acaso que toda a cultura se elabora nos termos de relações conflituais ou competitivas entre mais fortes e mais fracos, sem que nenhum espaço, nem legendário ou ritual, possa instalar-se na certeza de neutralidade (CERTEAU, 1998). “A diferença que define todo lugar não é da ordem de uma justaposição, mas tem a forma de estratos imbricados. São inúmeros os elementos exibidos sobre a mesma superfície, oferecem-se à análise; formam uma superfície tratável” (CERTEAU, 1998, p. 309).

É pela cultura que também tentaremos acessar primeiramente a paisagem. Embora nosso estudo avance na investigação da paisagem como uma *paisagem ecológica*, no sentido de ter como seus substratos aspectos também de ordem e desordem relativos ao meio ambiente e às instituições – nem sempre legitimadas por crenças e saberes –, acreditamos encontrar nesta noção inicial identitária aspectos importantes para investigação de *lugares e não lugares*.

As paisagens descrevem paixões e revelam discursos, se aproximando de outros campos das humanidades (CLAVAL, 2007). Ela serve de suporte a formas de comunicação muito complexas (DUNCAN, 2005; DUNCAN; GREGORY, 1999). Por meio da paisagem, os geógrafos têm, geralmente, abordado os problemas culturais, sensíveis à diversidade dos parcelamentos e das formas construídas, aos sistemas agrários, às arquiteturas e, em outros domínios, aos artefatos e aos costumes (CLAVAL, 2014; NOGUÉ, 2008). A ideia que se expandiu, então, algumas vezes, foi a de que as formas visíveis revelavam tudo sobre a cultura dos grupos: isto é inexato, como demonstraram os parágrafos precedentes, o que não priva as paisagens de interesse e de pertinência (CLAVAL, 2014).

Mas como uma paisagem pode – ou deve – ser lida? O geógrafo deve ler as paisagens tendo em mente três pontos importantes, segundo Claval: (a) um parâmetro funcional mostra que tipo de arquitetura da sociedade corresponde à divisão dos solos que se observa; (b) essa leitura funcional oferece pouca informação sobre o presente, são as formas visíveis que reportam ao passado; e (c) as paisagens do Ocidente foram concebidas, na maior parte das vezes, sob o signo do utilitarismo.

Mas uma paisagem poderia refletir todos os aspectos de uma cultura, levando em conta que seus elementos foram executados por atores variados e cujas ações só eram coordenadas excepcionalmente? Para Claval (1982, 2007, 2014), se a paisagem possui uma coerência e uma

estrutura, deve-se muito mais à recorrência (repetição) ou à oposição de temas do que à unidade da composição. Dessa forma, a paisagem é, na imensa maioria dos casos, um produto não planejado da atividade humana. Nenhuma concepção estética global presidiu sua elaboração; a preocupação da beleza só pode se exprimir na escala das edificações, dos jardins ou dos parques, mas só em alguns casos é aparente. No entanto, “a partir do momento em que a paisagem torna-se um objeto de contemplação e é valorizada por razões estéticas, as relações dos grupos com o espaço mudam de natureza” (CLAVAL, 2007, p. 315).

Por outro lado, Raffestin (2008) aposta no poder revelador da paisagem, que segundo ele, poderia ser entendido como uma manifestação empírica da territorialidade. Nesse sentido, o autor considera fundamental que o observador esteja condicionado pela qualidade e pela quantidade dos mediadores que estão ao seu dispor. “Enfim, para passar do mundo material ao mundo mental das imagens artísticas, das paisagens, é necessário considerar a natureza da imaginação no plano histórico. Assim, podemos analisar e representar o território e a territorialização” (RAFFESTIN, 2008, p. 35).

A leitura das paisagens em diversos níveis, como visto, só é possível enquanto nenhuma das lógicas que presidem à elaboração do espaço humanizado pode eliminar as outras. As paisagens trazem a marca das culturas e, ao mesmo tempo, as influenciam (BERQUE, 1984; NOGUÉ, 2008). As sociedades não têm existência fora do meio onde se instalaram. Os homens e os espaços que eles fizeram seus são as duas faces de uma mesma realidade e devem ser apreendidos pelo mesmo procedimento intelectual: mediação pela qual os grupos humanos asseguram sua posse sobre o espaço e submetem-se a sua influência (BERQUE, 1984).

Se as técnicas se tornaram uniformes, se vivemos um mundo de consumos culturais de massa, são as representações que merecem ser estudadas também em sua dimensão geográfica. Neste sentido, a Geografia nos ajudará a compreender tanto as territorialidades decorrentes de forças institucionais, mais funcionais, como também as de natureza identitária ou como preferimos, de identificação, nos termos de Maffessoli (1996). Neste ponto, a Geografia Cultural se aproxima dos estudos sobre violência de viés cultural.

Se o emprego do tempo e os deslocamentos dos indivíduos são unidades indissociáveis, por que não dividi-los em segmentos menores, questiona Claval (2007). Ele sustenta que a vida de cada um aparece, então, como uma sucessão de partições sequencialmente assumidas: o gênero de vida corresponde ao tipo de seqüências padronizadas no mundo urbano e industrial, onde faz-se necessário executar estudos mais refinados. “Ela se adapta tão bem aos grupos primitivos quanto às colmeias zumbidoras que formam as grandes cidades. A maneira como os

papéis se articulam contribui para moldar a personalidade de base dos indivíduos; sua interiorização se explica pela mecânica dos status” (CLAVAL, 2007, p. 51).

Para ele, a partir da cultura, podemos compreender melhor aspectos econômicos, sociais e políticos das distribuições humanas. Os geógrafos evidenciam o papel dos sistemas institucionais de relações sociais na estruturação dos grupos e na organização do espaço” (CLAVAL, 2007, p. 51). Ele parte de alguns pressupostos, entre eles está o de que

a vida social e econômica reflete a influência de comportamentos culturais, pois um clima de confiança é necessário para o bom funcionamento de certas instituições: uma organização demonstra um melhor desempenho quando todos os seus membros estão convencidos da importância da missão que ela deve desempenhar e aceitam trabalhar com entusiasmo; é o que se observa numa Igreja onde todos compartilham a mesma fé. Ao inverso, as atitudes inerentes à família ampliada desencorajam, frequentemente, seus membros comprometidos com o setor moderno da economia, a despendem um grande esforço produtivo. (CLAVAL, 2007, p. 52).

Claval está certo. No entanto, como explicariamos, baseados nisso, os *não lugares*? Espaços não apropriados simbolicamente ou, ao menos, apenas de modo precário. Como dar conta de processos de des-re-territorialização de caráter mais funcional? Um caminho, talvez, seria alargar sua proposta incluindo o silenciamento cultural como indicativo de um *não lugar* ou de um território *institucionalizado*, mas não apropriado por meio de crenças, saberes, dito de outra forma, legitimado por uma construção identitária – ou de identificação. Parece-nos o único caminho viável, ao menos, em nosso estudo, em que propomos, de partida, que tanto território quanto territorialidades são produzidas na e pela relação recursiva entre cultura e institucionalidades.

O que resta disso, então, é que o agir, a práxis, dos indivíduos depende em grande medida do meio cultural no qual estão imersos, mas não apenas por ele. A ideia que fazem de sua autonomia e de suas responsabilidades, as modalidades segundo as quais concebem sua realização neste ou no outro mundo variam amplamente (CLAVAL, 2007; MAFFESOLI, 2004; MORIN, 2012b). O que propomos aqui é que “há uma geografia do próprio homem: ela resulta da cultura que lhe foi transmitida bem mais do que de sua herança biológica” (CLAVAL, 2007, p. 106). É pela paisagem que podemos compreender ou vislumbrar, como dizem Kleting e Lopes (2011), esse interação entre homem e ambiente.

A partir deste pressuposto, tentamos compreender dinâmicas culturais em sua relação com a formação de territórios e territorialidades produzidas no e pelo conflito entre institucionalidades formais e informais. A investigação da paisagem será essencial para

compreender as lógicas das atividades de serviço e de distribuição de bens, em nosso caso, perpassando os mundos legal e ilegal. A partir dela, podemos apreender não apenas evitações, contornamentos, estratégias e táticas de sobrevivência, mas o que está por trás da produção funcional dos territórios. Neste sentido, como perceberemos, o importante é ter um acesso fácil à rede geral de transporte de mercadorias e de circulação das informações: o espaço da distribuição é feito por tramas hierárquicas de vias e de nós, e as redes comandam suas distribuições (CLAVAL, 1982, 2007; HAESBAERT, 2014a; MASSEY, 2008). “Para ser acessível a um número suficiente de solicitantes, o especialista deve se instalar em um ponto em torno do qual convergem as vias e onde as pessoas deslocam-se também para outros serviços” (CLAVAL, 2007, p. 290-291).

Da definição de *espaço* empregado aqui, do tipo relacional, passando pelas noções de *território*, não apenas simbólico, mas também funcional, *lugar* (e *não lugar*), pensado a partir do simbólico, até nossa concepção de *paisagem*, como registro ecológico da interação homem-ambiente, apresentamos a base conceitual para compreensão da territorialidade, da multiterritorialidade e da transterritorialidade, centrais nesta tese e que veremos a seguir.

3.2 Do território à transterritorialidade: contenção, contornamentos e evitações

Transterritorialidade é o transitar entre territorialidades. Mover-se entre regras, crenças e saberes distintos, por vezes, complementares, por outras, concorrentes.

Apesar de aparentemente simples, o conceito encerra algumas premissas teóricas. É delas que trataremos nesta seção. Partiremos do conceito de território já apresentado para avançar, primeiro, em direção a uma definição mais precisa do que entendemos por territorialidade. Em seguida, trataremos das características essenciais da multiterritorialidade para, ao final e ao cabo, deslindar nossa concepção de transterritorialidade.

Como dissemos há pouco, não são apenas os territórios e as territorialidades que estão em disputa na atualidade, mas os próprios conceitos seguem suscitando debates, levando, ao final, a um espectro bastante largo de compreensão. No caso específico da territorialidade, o processo de conceituação passa por um duplo ajuste. O primeiro, de concepção mais imediata, refere-se à natureza deste território. Se há um *par* de noções de território, do mais funcional ao mais cultural, devemos *ipso facto* aceitar a hipótese de que haveria, para cada um deles, um tipo específico de territorialidade correspondente, ora marcada por regras, ora por crenças e saberes.

O segundo ponto essencial é de caráter relacional recursivo entre territorialidade e território. Ela integra, institui, é instituída ou tem natureza distinta do território?

Enquanto muito autores parecem empregar o conceito de forma indiscriminada, outros revelam cuidado ao utilizar o termo. Para Raffestin (1993), o principal obstáculo para uma definição do conceito é concebê-lo de um modo que permita a análise em diferentes escalas. Muitos dos estudos partem de premissas proxêmicas, de proximidades, a partir de esferas de influência, o que desembocaria em noções meramente situacionistas. O caminho seguido pelo geógrafo foi compreender a partir de uma ótica relacional. Segundo ele, “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Em outras palavras, ela é dinâmica, podendo ser mais ou menos estável.

O geógrafo sugere ainda que sua noção de territorialidade daria conta da maneira pela qual as sociedades satisfazem, em um local e a um tempo, com carga demográfica e instrumental, suas necessidades de energia e informação. Nela, as relações nem sempre são simétricas (RAFFESTIN, 1993, 2012). Ao destacar que o papel da territorialidade no quadro de produção das coisas, Raffestin consagra, assim, uma das principais noções do termo, de viés materialista.

Distante do materialismo da Raffestin, mas pontuando igualmente as relações de poder, Sack (1983, 2002) é outro geógrafo reconhecido por tentar deslindar o conceito de territorialidade. Além de se concentrar nas relações de comando-ordem-poder, ele combina em sua análise diferentes níveis escalares, tudo a partir da associação recursiva entre *comunicação, controle e classificação de áreas*, sua tríade conceitual para entender território e territorialidade. Em sua noção, no entanto, parecem escapar as possibilidades de sobreposição territorial. Em alguns trechos de sua obra, apesar de falar em territórios-móveis, define a ocupação (*física*) como primeiro passo de efetivação de uma territorialidade. A tríade proposta nos ajuda a compreender aqui os conceitos de abertura e fechamento de territórios.

Como vimos, alguns autores atribuem à territorialidade apenas a dimensão simbólico-cultural do território, deixando em segundo plano outras particularidades de caráter mais funcional, enquanto outros seguem em caminho diametralmente oposto. Na verdade, como explica Haesbaert (2007, p. 25-26), temos ainda territorialidades ora entendidas em um sentido epistemológico, ora em sentido ontológico. De acordo com ele, é possível encontrar desde concepções em que (a) a territorialidade é mais ampla que o território, passando por aquelas em

que (b) ambos os conceitos são sinônimos, (c) as noções sejam distintas – *sendo a (1) territorialidade entendida como domínio da imaterialidade, como concepção distinta de território, necessariamente material, e (2) territorialidade como domínio do “vivido” ou do não institucionalizado, frente ao território como espaço formal institucionalizado* –, e, por fim, (d) a concepção de territorialidade como apenas uma das dimensões do território, a dimensão simbólica, sua identidade territorial.

A explicação acima pode suscitar dúvidas: de qual territorialidade tratamos aqui e qual sua relação com o território em nosso estudo? Tratamos da territorialidade em sentido mais amplo do que território, sendo ela condição teórica para a existência de um território, tenha ele existência efetiva ou não. Nessa perspectiva, territorialidade terá uma concepção claramente distinta de território, enquanto *abstração* analítica e dimensão imaterial ou identidade territorial. Para Saque (2008, p. 49), o conceito de territorialidade

extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. Materialidade e imaterialidade conjugam-se na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s).

Mais do que um processo de desterritorialização, teremos então um processo de des-re-territorialização a produzir não apenas múltiplos territórios, mas multiterritorialidades, tendo a multiplicidade de territórios como condição *sine qua non* necessária, mas insuficiente para a multiterritorialidades (HAESBAERT, 2007, 2008, 2014a). Neste sentido, Haesbaert (2007, 2008, 2014a) sugere compreendermos os múltiplos territórios como

(a) territorializações mais fechadas, quase ‘uniterritoriais’ no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural; (b) territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado-nação que admite certa pluralidade cultural, mas não pluralidade de poderes; (c) territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição; e (d) territorializações efetivamente múltiplas, em que uma multiterritorialidade em sentido estrito, é construída por grupos e/ou indivíduos que produzem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

Recorrendo ao pensamento complexo, a multiterritorialidade pode ser concebida conceitualmente como resultado de um espaço multifacetado, multiescalar e fragmentado. Ela é experiência cotidiana nas grandes cidades. A existência de múltiplos territórios é produtora e produto desta multiterritorialidade.

O movimento é fruto de determinações territoriais, materiais e imateriais, ao mesmo tempo; de contradições sociais; das forças económicas, políticas e culturais que condicionam os saltos. A matéria e a ideia, conjugadas, estão em movimento constante, em que há superações, articulações territoriais, internas e externas a cada território. (SAQUET, 2008, p. 51).

Podemos compreender essa interdependência como um fenômeno complexo, nos termos morinianos, resultado de um processo recursivo e de auto-eco-organização – não apenas social, mas ecológico –, que se dá sempre em uma relação espaço-tempo. Dito de outro modo, regressando ao glossário geográfico, temos a definição de multiterritorialidade, a partir de Haesbaert (2004, p. 348), como:

resultante do domínio de um novo tipo de território, o território em sentido estrito (...). Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis. Temos, pela definição (...) uma multiterritorialidade entendida em um sentido amplo, ligada à propriedade genérica da multiplicidade territorial, e outra, em sentido estrito, envolvendo experiência efetiva de múltiplos territórios e/ou territorialidades.

Neste sentido, o emprego deste conceito em nosso estudo se afasta de uma interpretação mais rotineira de multiterritorialidade, geralmente ligada apenas a figurações, como vemos em Fernandes (2008, p. 205), em que “as territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios”. A multiterritorialidade não se trataria de experimentar uma bricolagem, uma justaposição ou sobreposição de múltiplos territórios que preservam sua independência. Conforme Haesbaert (2004, p. 345), ela permite,

pela comunicação instantânea, contatar e mesmo agir (...) sobre territórios completamente distintos do nosso, sem a necessidade de mobilidade física. (...) Trata-se de uma multiterritorialidade envolvida nos diferentes graus daquilo que poderíamos denominar como sendo a conectividade e/ou vulnerabilidade informacional (ou virtual) dos territórios.

Temos então condição de conceber agora uma multiterritorialidade marcada pelo trânsito entre territórios e territorialidades. É uma característica da modernidade tardia (YOUNG, 2007) – pós-modernidade para alguns (HALL, 2006) –, em que as pessoas não apenas estão em movimento, mas os próprios espaços são dominados e/ou apropriados por diferentes atores, instituições e culturas, muitas vezes em justaposições, em outras por sobreposições, exigindo estratégias e táticas adicionais de sujeito, muitas vezes, sujeitados por territorialidades concorrentes. É que o Haesbaert (2014a) sugere chamar de

transterritorialidade. Ela possui algumas especificidades, sobre as quais acreditamos ser necessário dedicar *um par* de páginas.

Um mesmo indivíduo pode estar subordinado a mais de uma territorialidade por percorrer diferentes territórios (ou territorialidades). É o caso de morador da favela ocupada por criminosos que, todos os dias, sai para trabalhar no centro de sua cidade. Em um momento, a disciplina do corpo por meio da violência restringe rotas, horários e promove silêncios, noutra, ele é impelido a mover-se em espaços restritos simbolicamente à sua condição de homem da periferia, sendo implacavelmente cobrado ainda por um ordenamento jurídico a que, minutos antes, não estava ele (e nenhum vizinho) submetido. Nas palavras de um morador do Rio, “*no asfalto, a gente tem que andar com a carteira de trabalho ou uma xerox para mostrar que é trabalhador*”¹⁶. Esse é o tipo mais comum de transterritorialidade, a do trasladar entre espaços *regrados* distintos. Como alerta Haesbaert (2014a), não se trata da vida entre aeroportos de grandes empresários e artistas do cinema e da moda, pois, em geral, eles acabam transitando entre espaços com regras, crenças e saberes muito similares. Ao final, não sentem o contraste entre normas e princípios antagônicos.

É uma transterritorialidade que exige contornamentos territoriais. É um ir e vir, físico e simbólico, administrando fronteiras e limites. Em outras palavras, dinâmicas complexas de natureza social no e pelo espaço. Para Haesbaert (2014a), é como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade, uma realidade multiterritorial ou mesmo transterritorial. O geógrafo se inspira na definição de Canclini (2003) de que as identidades pós-modernas são transterritoriais e multilinguísticas. Embora não concordemos de que esse é o status do mundo contemporâneo, Canclini nos ajuda a pensar alguns deslocamentos simbólicos. Já a crítica de Haesbaert sobre Canclini, ao nosso ver acertada, se refere à equiparação da transterritorialidade e à destruição de antigos territórios em decorrência de uma lógica de mercado, algo presente na concepção do antropólogo argentino e também do pensamento de Santos (2004).

Em alguns casos, essa transterritorialidade está longe de ser provisória; ela, como assinala Haesbaert (2014a), revela-se condição de existência, um permanente contornar de situações, limites e fronteiras. Isso fica ainda mais evidente onde o legal e o ilegal formam fronteira, mas não é algo exclusivo a essa dinâmica. O mesmo morador hipotetizado acima no

¹⁶ Diário de campo, Complexo da Maré.

texto pode estar submetido a territorialidades distintas, mas concorrentes, ainda que dentro de um mesmo marco legal. Seu ir e vir é condicionado por diferentes instituições. Da empresa onde trabalha ao shopping onde eventualmente passeia, todos esses espaços estão duplamente normatizados por uma lei geral e por estatutos privados. Estão as regras sobrepostas. O mesmo pode ocorrer pelo trânsito entre territorialidades ilegais, por exemplo, ao cruzar uma rua que, na verdade, se trata de uma fronteira (in)visível que separa facções criminosas rivais.

Uma transterritorialidade de segundo tipo é aquela em que não há deslocamento no espaço geográfico. São as regras que mudam ao longo do tempo (e não do espaço), muitas vezes, rotinizado por transterritorialidades concorrentes. Típica de áreas centrais das grandes cidades, geralmente, revela-se por um uso mais funcional do que simbólico do espaço. Por exemplo, na região onde, durante o dia, funciona o comércio legal, à noite, se dão atividades ilícitas ou estigmatizadas, como a prostituição. Voltando ao morador da periferia, mesmo ele não saindo deste hipotético bairro, estaria subordinado igualmente a territorialidades distintas.

Neste tipo de transterritorialidade, pode ocorrer ainda algum processo de hibridização, para usar os termos empregados por Canclini (2003) e Hall (2006), aproximando territorialidades (o comércio formal adotar práticas ilegais ou a atividade ilícita buscar a formalidade). O contrário também é possível. O acirramento da disputa no e pelo espaço físico pode levar a conflitos violentos. Fenômenos de caráter dialógico e recursivo que se mostram dinâmicos ao longo do tempo. A degradação de uma área ou sua revitalização, com reapropriação simbólica dos espaços, decorre dessa relação de trocas.

Haesbaert (2014a) e Massey (1994) sugerem que, no cerne dessas discussões, está a mobilidade. E ela é diretamente ligada a condicionantes sociais, culturais, econômicos, políticos e naturais. Ambos destacam que a investigação geográfica desse fenômeno deve se concentrar não apenas em quem é mais ou menos móvel, mas em quem detém o poder sobre o movimento. Em outras palavras, de permitir, impor ou restringir um movimento entre lugares, dotados de significação, e territórios, muitas vezes moldados de forma funcional por meio da violência. Para o geógrafo brasileiro, mover-se implica uma relação funcional-tecnológica e cultural-simbólica com a distância. Ao final e ao cabo, transterritorialidade é um *estar-entre*, como assinala Haesbaert (2014a).

O lado positivo da transterritorialidade poder ser, em alguns casos, o proveito de mais de um território ou territorialidade. O trânsito entre regras, crenças e saberes não é *ipso facto* negativo. Um exemplo são as viagens de autodescoberta, que parecem integrar atualmente o imaginário dos jovens da classe média. Há, no entanto, como argumenta Haersbaert (2008,

2014a), contornamentos transfronteiriços que se revelam em estratégias de ascensão social ou econômica. Do aproveitamento de saberes a marcos legais, como a dupla cidadania para os descendentes de europeus.

Nesse sentido, Haesbaert (2014a) sugere diferenciar as transterritorialidades entre *impostas* ou *forçadas*, em que a transculturação se dá de modo compulsório, e *espontâneas* ou *voluntárias*, que se desdobram a partir de relações sociais mais igualitárias ou dentro de uma estratégia de resistência de grupos subalternizados. A transterritorialidade não se resume a uma multiterritorialidade em sentido estritamente funcional; é necessária a efetiva partilha de distintos referenciais territoriais simbólicos acumulados ao longo do processo de (multi)territorialização, como adverte Haesbaert (2014a).

A transterritorialidade se manifesta, muitas vezes, em evitações e contornamentos decorrentes de contenções físicas e simbólicas. E é a partir destas exteriorizações que podemos captar esse fenômeno complexo. Fundamentado na importância desses conceitos na operacionalização de nossa investigação, passaremos agora a apresentá-los de modo mais particular. Começaremos pela contenção.

Mais do que restrição à mobilidade, a contenção territorial está relacionada, ao menos em nosso continente, a processos mais amplos de exclusão e segregação social. E o que se impede é o movimento dos corpos (AGAMBEN, 2007), tratando, portanto, de estratégia de biopoder e biopolítica, nos termos de Foucault (2009). Como indica Haesbaert (2014b), a precarização e a desigualdade sociais, acentuadas pelo capitalismo, intensificam a violência, atacam a mobilidade de grupo subalternizados e promovem, como efeito colateral, o crescimento dos circuitos do crime organizado, principalmente o narcotráfico.

Contenção somada à precarização que leva a uma desterritorialização em sentido mais estrito, entendida como perda de controle de seus territórios pela população social excluída (HAESBAERT, 2014b). É um processo que poderíamos classificar de *guetização* da população, nos termos de Wacquant (2001). Sugere Haesbaert (2014b, p. 30):

É justamente frente a essa precarização social ou, em outras palavras, à desterritorialização em sentido mais estrito, isto é, à intensificação da perda de controle de seus territórios, que esses grupos subalternizados são objeto de medidas, se não de reclusão ou confinamento (como no poder disciplinar clássico), pelo menos de contenção – como denominamos os atuais processos biopolíticos de controle da circulação, especialmente em relação aos fluxos migratórios globais, seja através da modalidade dos “campos” (tal como definidos por Agamben), seja através da construção de novos muros.

O bairro seguro concebido com guardas armados controlando a entrada; uma equiparação das áreas públicas a enclaves “defensáveis” com acesso seletivo; a separação em lugar da negociação da vida em comum; a criminalização da diferença residual — essas são as principais dimensões da atual evolução da vida urbana. E é na moldura cognitiva dessa evolução que a nova concepção de “comunidade” se forma (BAUMAN, 2003). “Comunidade” quer dizer isolamento, separação, muros protetores e portões vigiados (BAUMAN, 2003, p. 103). De forma mais abrangente,

podemos dizer que o fenômeno do gueto consegue ser ao mesmo tempo territorial e social, misturando a proximidade/distância física com a proximidade/distância moral (nos termos de Durkheim, ele funde a densidade moral com a densidade física). Tanto o “confinamento” quanto o “fechamento” teriam pouca substância se não fossem complementados por um terceiro elemento: a homogeneidade dos de dentro, em contraste com a heterogeneidade dos de fora. (BAUMAN, 2003, p. 105).

Os guetos voluntários não são guetos verdadeiros, é claro, e têm seus voluntários (isto é, podem ser tentadores e criar desejos, incentivando as pessoas a construírem suas falsas réplicas) precisamente porque não são “reais”. Os guetos voluntários diferem dos verdadeiros num aspecto decisivo. Os guetos reais são lugares dos quais não se pode sair (como diz Wacquant, os habitantes dos guetos negros norte-americanos “não podem casualmente atravessar para o bairro branco adjacente, sob pena de serem seguidos e detidos, quando não hostilizados, pela polícia”); o principal propósito do gueto voluntário, ao contrário, é impedir a entrada de intrusos — os de dentro podem sair à vontade (BAUMAN, 2003, p. 106).

O mecanismo de segregação e exclusão pode ou não ser complementado e reforçado por fatores adicionais de raça/pele, mas, no limite, todas as suas variedades são essencialmente a mesma: a privação simbólica dos indesejáveis. Numa palavra, a guetização é parte orgânica do mecanismo de disposição do lixo ativado à medida que os pobres não são mais úteis como “exército de reserva da produção” e se tornam consumidores incapazes, e, portanto, inúteis. O gueto, como Wacquant resume em seus estudos, “não serve como reservatório de trabalho industrial disponível, mas como mero depósito [daqueles para os quais] a sociedade circundante não faz uso econômico ou político” (BAUMAN, 2003; WACQUANT, 2001). O controle punitivo dos negros do gueto pelo viés do aparelho policial e penal estende e intensifica a tutela paternalista já exercida sobre eles pelos serviços sociais (WACQUANT, 2001).

Para a investigação geográfica, Haesbaert (2014a) sugere uma divisão conceitual entre contenção *permanente* e *temporária*. A primeira se daria por meio de obstáculos permanentes,

como os muros-dutos (rodovias que dividem bairros, por exemplo) e muros-barreira (como os erguidos sob o pretexto de proteção ambiental); já a segunda teria como natureza a obstrução temporária de circulação, como barreiras policiais. Por acreditar que a definição, apesar de correta, é insuficiente para inventariar o fenômeno do ponto de vista sociológico, propomos que o controle de circulação seja classificado a partir de suas intervenções (1) *fixas* na paisagem, como muros, rodovias, linhas de metrô; (2) *rotinizadas*, como blitzes, horários e roteiro do transporte público; (3) *móveis*, como blitzes; (4) por *meios digitais* de vigilância, como câmeras de segurança e catracas eletrônicas; e (5) pela *intimidação*, como os regulamentos de centros comerciais que proíbem *rolezinhos*¹⁷, toques de recolher e, novamente, as blitzes policiais.

As cinco categorias foram empregadas em nossa investigação para a compreensão de dois fenômenos de natureza mais sociológica: evitções e contornamentos. Para Haesbaert (2014a, 2014b), é possível associar intimamente dinâmicas de contenção às práticas de evitação, em que a contenção é usada como “freio” ou desaceleração de uma dinâmica indesejada, como mero constrangimento – uma restrição ou repressão que deixa sempre a possibilidade de uma reconstituição em outras bases, por meio de outros espaços. Embora seja, na maioria das vezes, apenas um mecanismo espacial de segregação social, em alguns casos, a contenção é justificada como um meio de recuperação de uma ordem anteriormente (HAESBAERT, 2014b).

Dito de outro modo, a contenção teve como noções subjacentes a evitação e a repressão direcionadas para efeitos e não para causas. Um exemplo é a *guerra ao tráfico* desencadeada pelas autoridades do Rio de Janeiro, com uso de tropas militares. As técnicas de contenção para evitação podem acabar por entrincheirar – ou melhor, encastelar – forças antagônicas. O fechamento do território para seu controle (SACK, 2002), no caso específico, muito mais afasta do que aproxima o poder público de uma solução.

A contenção para evitação também não é exclusividade do Estado. Forças concorrentes informais, legais ou ilegais, podem fazer uso das barreiras para controle de seus territórios. Em geral, as contenções são *móveis*, *temporárias* e por *intimidação*, o que não impede o uso, como demonstraremos mais adiante, de bloqueios físicos inseridos no espaço geográfico pelo próprio poder público. Não raro, como verificamos em todas as cidades visitadas, muitos obstáculos são compartilhados por territorialidades rivais.

¹⁷ Como jovens da periferia começaram a chamar seus passeios em grupo em locais como *shopping centers*.

Em um *estar-entre* indesejado, moradores são obrigados a contornar como podem os obstáculos que, inseridos no espaço abertamente contra eles ou não, dificultam e, não raro, impedem sua mobilidade urbana. A arte do contornamento, como define Telles (2010; 2007) envolve ações de contraposição e resistência à contenção. Para Haesbaert (2014a, p. 288), é “a ‘contraface indissociável’ da contenção”. Inscrever-se-ia como ato de circundar, de rodear, daqueles que desenvolvem habilidade de transitar entre fronteiras, muitas vezes entre o legal e o ilegal, contornando não apenas obstáculos, mas riscos (HAESBAERT, 2014a). Telles (2010, p. 166) observa:

Não é paralelo e não é à parte; o próprio dessa “arte do contornamento” é justamente saber transitar entre fronteiras sociais, lidar com os códigos, jogar com as identidades, passando de um lado (o mundo “oficial” dos programas sociais e mediações públicas) e do outro (o “mundo bandido”), e mais por entre todas as outras mediações sociais (a família, o trabalho, a igreja, as associações comunitárias...), um “saber circulatório” que se transforma em recurso para inventar possibilidades de vida e de formas de vida.

O contornamento territorial abrangeria um rol de táticas de desvio na intenção de contornar, sem enfrentar o obstáculo ou instituidor (HAESBAERT, 2014a). Mudar rotas, alterar rotinas, trocar o estilo da roupa, omitir informações [sobre seu domicílio, por exemplo] são modos de escapar dos obstáculos. É o oposto do enfrentamento, da reivindicação, do protesto. Baseia-se na subordinação territorial, mas tensiona em direção a uma solução não conflitiva. Geralmente, está relacionada à sujeição e à percepção da assimetria de forças entre quem institui a regra, ergue a barreira, e quem a ela é submetido. Algumas técnicas de contornamento ainda estão inseridas em circuitos ilegais (HAESBAERT, 2014a; TELLES, V., 2010).

Os indivíduos e suas famílias transitam nas tênues fronteiras do legal e ilegal, sabem lidar com os códigos de ambos os lados, sabem jogar com as diversas identidades que remetem a esses universos superpostos da vida social. Mas sabem, sobretudo, exercitar uma especial “arte do contornamento” dos riscos alojados justamente nessas fronteiras porosas: o pesado jogo de chantagem e extorsão das “forças da ordem” e a violência da polícia sempre presente nesses percursos, também a eventualidade de algum desarranjo nos acertos instáveis com os empresários do ilícito, e não apenas com o tráfico de drogas. Concretamente: os jogos de poder e relações de força se processam nas dobras do legal e ilegal. (TELLES, V., 2010, p. 25).

Inventariadas as principais manifestações espaciais relativas às relações de poder – dos principais conceitos geográficos a novas concepções sobre territorialidade –, apresentaremos, na próxima seção, sempre sob a luz desses conceitos, nossos achados científicos durante a pesquisa de campo realizada no Brasil, na Colômbia e no México.

3.3 Relatos e achados de campo: territorialidades em disputa em nove cidades de Brasil, Colômbia e México

A pesquisa de campo para esta tese se estendeu entre os verões de 2014 e 2017. Foram realizadas três viagens: à Colômbia (janeiro/fevereiro de 2014), ao México (novembro de 2016) e ao Rio de Janeiro (fevereiro de 2017). Porto Alegre, cidade onde nasci e resido, recebeu um tratamento diferente, o que ficará mais claro adiante.

O processo de coleta de dados e evidências, como sugere o rol de datas das viagens, ocorreu de forma recursiva à apreensão dos fundamentos teóricos. A teoria indicou o campo, que, por sua vez, recomendou a teoria. As perguntas e as buscas, de certa forma, foram se alterando, e, podemos dizer, se complexificando. Ao final, talvez, pudéssemos pensar, se fosse possível, voltar ao primeiro campo com novas perguntas. O campo, no entanto, já não seria mais o mesmo e, possivelmente, responderia de forma diferente. Conformações e arranjos captados e descritos a partir de entrevistas e fotos, bem como de nossas viandanças, em alguns casos já não existem mais, apesar do tempo relativamente curto entre o primeiro campo e a entrega deste estudo. Já seria uma nova pesquisa.

Este trabalho, portanto, mais do que investigar fenômenos locais, captura padrões frente a disputas territoriais entre forças informais ilegais e instituições formais legais. Nas próximas páginas, trazemos observações de campo ligadas a informações julgadas importantes para a contextualização da pesquisa nas nove cidades. Ao final, propomos uma articulação teórico-empírica que relaciona os achados à possibilidade de interpretações mais gerais sobre o fenômeno da transterritorialidade em cidades da América Latina.

É importante ressaltar que o campo científico nos oferece uma vasta produção acadêmica, o que nos permitiu avançar na investigação do impacto no narcotráfico sobre a vida cotidiana na região. De forma mais específica, a relação entre mercados ilícitos e violência tem sido alvo de muitos estudos no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Destacam-se, neste sentido, as pesquisas de Alba Zaluar (1996, 2004) e Michel Misse (1992, 2007). No Rio Grande do Sul, muitos estudos enveredaram para questionamentos sobre a situação prisional e da formação policial. Entre os pesquisadores gaúchos, podemos destacar José Vicente Tavares dos Santos (2002, 2004, 2014, 2015) e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (2017; 2018). No México, onde há larga tradição dos estudos sociológicos sobre a violência, sobressaem os trabalhos dos pesquisadores Arturo Alvarado Mendoza (2011) e José Alfredo Zavaleta Betancourt (2017,

2018). O mesmo ocorre na Colômbia, onde podemos sublinhar o trabalho de cientistas sociais como Pablo Angarita Cañas (2013, 2017).

3.3.1 Brasil (Porto Alegre e Rio de Janeiro)

O campo começou e terminou na mesma Porto Alegre. A saída de campo no Rio de Janeiro ocorreu em fevereiro de 2017, antes dos atuais conflitos na favela da Rocinha por conta do desacerto entre traficantes de uma mesma facção. Enquanto a primeira cidade parece viver uma disputa entre grupos locais, de âmbito estadual, em busca de hegemonia no Rio Grande do Sul, em terras fluminenses os conflitos buscam garantir territórios estratégicos para além do comércio local de entorpecentes. Ao menos no caso do Comando Vermelho, serve a ambições nacionais. Os moradores da periferia das duas cidades experimentam uma transterritorialidade imposta na e pela violência física e simbólica.

...

Porto Alegre

Porto Alegre é a cidade onde nasci e vivi boa parte do tempo. Incluí-la no estudo é torná-la, de alguma forma, referência para análise, mas não como um grupo ou variável controle em um experimento ou semiexperimento de natureza estatística. Dentro da perspectiva sistêmica observador-observado assumida neste estudo, não é possível descartar as impressões, ou melhor, as inscrições da cidade sobre o pesquisador. Nesse sentido, o campo na cidade serviu para investigar e buscar evidências sobre a transterritorialidade derivada de institucionalidades concorrentes legais e ilegais, mas também para identificar marcadores pessoais do entendimento das territorialidades.

Em outras palavras, minha compreensão de risco, por exemplo, é fortemente registrada a partir de minhas vivências particulares enquanto homem, branco, de família pobre, que estudou com bolsa parcial e depois em universidade federal, se tornou jornalista investigativo e da área de segurança pública e pesquisador social. Por outro lado, é a cidade que mais conheço de todas as pesquisadas. Trabalhei nela com temas relacionados à violência exaustivamente com dados estatísticos, entrevistas e idas a campo ao longo de anos. Decidi não circunscrever Porto Alegre a apenas um campo restrito às saídas de coleta de dados; permiti que o conhecimento acumulado sobre ela me ajudasse a entender as demais cidades. Não o fiz sem

mencionar como herança, como informação acumulada – tomei esse cuidado. Porto Alegre, por tudo isso, compõe minha régua, calibra minhas medidas.

A cidade, como as demais metrópoles da América Latina, parece ter vivido, em seu ritmo, os efeitos da entrada da cocaína em seu território. *“Nos inícios dos anos 1980, havia alguns traficantes em Porto Alegre. Eles vendiam essencialmente maconha. Tinham identificação com a comunidade, muitas vezes ajudam no que o Estado deixava faltar, como remédios”*, diz o jornalista entrevistado, que cobre há mais de 30 anos temas relacionados à violência. *“A chegada da cocaína deixou o negócio mais lucrativo, atraindo, inclusive, quadrilhas que historicamente atuavam no roubo, em especial no roubo a banco. O perfil dos grupos mudou, a identidade local se enfraqueceu, a ponto de, hoje, a maioria dos grupos manter o território apenas pela violência”*, comenta o jornalista. Em outras palavras, deixou de ser somente um negócio de varejo.

Ao longo das últimas quatro décadas, as facções gaúchas se formavam dentro do sistema prisional, como os Manos e os Abertos. Para angariar o status de facção entre os grupos, é preciso ter uma galeria no Presídio Central (apesar de ter, recentemente, o nome alterado para Cadeia Pública de Porto Alegre, essa segue sendo a forma como é chamado) ou no complexo Penitenciário de Charqueadas. Uma das exceções a esta ordem é o grupo Bala na Cara, que surge na Vila Bom Jesus como braço armado dos Manos, uma facção que tem origem no roubo a banco – desdobramento muito comum no crime organizado. Um caso semelhante foi a dissidência de *Los Zetas*, que era extensão mais violenta do *Cártel del Golfo*. De quadrilha subalterna à facção rival, os *Bala na Cara* alcançaram o controle de galerias e contribuíram para alterar a relação intergrupos delitivos, modificando a rotina não apenas na periferia, mas em áreas centrais da cidade.

A disputa entre grupo elevou as taxas de homicídio. As execuções com muitos tiros, em diversos casos, foram substituídas pela tortura e pelos esquartejamentos. Corpos foram deixados em via pública nas comunidades. Vídeos passaram a ser gravados e distribuídos pela internet, entre eles, um em que o coração da vítima é retirado enquanto ainda está viva; em outro, o esquartejamento ocorre com a vítima viva; num terceiro, dois homens cavam a própria cova. *“As mortes aumentaram em número e grau de violência. Houve a formação de uma coalização chamada ‘Anti-Bala’ em Porto Alegre, que acabou por fortalecer outro grupo que agora almeja se tornar facção, os V7”*, descreve o jornalista.

A violência entre grupos alterou a rotina de moradores. Mesmo em áreas onde o tráfico existe há mais tempo, as relações mudaram por quatro motivos, inter-relacionados de modo

recursivo: (1) muitos grupos são exógenos ao bairro sobre o qual impõem sua territorialidade, sendo assim, não há laços de parentesco ou amizade, são apropriações do espaço meramente funcionais; (2) de uma distribuição de área entre grupos mais estável no passado, respeitando a origem dos bandos, a cidade passou a uma disputa mais violenta pelos espaços geográficos; (3) como decorrência dos dois primeiros, o aumento no número de crimes e da violência com que são praticados, alterando e dinamizando rotinas dos moradores; (4) isso levou à ação ostensiva da polícia, gerando, ao final, processos de evitações e contornamentos.

Figura 1 - Região da Cruzeiro seria território atualmente do grupo V7



Fonte: o autor

As mudanças potencializam o uso do pronome “*ele*” nas conversas com moradores. Não é apenas o medo de assumir a condição de delatores, de *X9*, mas também revela certa indistinção sobre quem exatamente institui as regras. “*A gente não se mete com eles, procura nem ficar sabendo de nada*”, explica uma moradora de um dos bairros dominados por uma facção criminosa. “*A gente não se envolve e tenta ter uma rotina de chegar cedo em casa, de não ficar de bobeira na rua*”, explica ela.

Os moradores parecem submetidos a uma associação de transterritorialidades impostas de dois tipos. A primeira, com referência ao mover-se no espaço. Nas vilas Cruzeiro e Santa Teresa, por exemplo, moradores são submetidos a regras distintas dentro e fora da comunidade.

Dentro, respeitam regras que exigem discrição quanto a condutas ilegais. Do lado de fora, operam na lógica formal, que muitas vezes estigmatiza o morador da periferia. Ele é pressionado para se comportar de forma diferente ao se movimentar pela cidade.

As territorialidades funcionais vigentes nas duas vilas são promovidas também por barreiras permanentes e temporárias. O isolamento geográfico proporcionado pelo relevo é aumentado pelo número reduzido de acessos viários e pelas vielas estreitas, como demonstra a figura 1. As estruturas servem também para o controle legal e ilegal dos fluxos. A região também é alvo de contenções temporárias em momento de conflito. Registros de ônibus queimados por traficantes associados a operações policiais costumam restringir a mobilidade dos moradores.

Figura 2- Falta de projeto urbanístico em áreas da Cruzeiro



Fonte: o autor

Nas vilas citadas, novamente, os moradores vivem territorialidades sobrepostas. Uma formal, pois estão submetidos a leis gerais, e outra pelas regras informais, baseadas na rotinização dos movimentos e na lei do silêncio. Eles vivem condicionados à possibilidade de toques de recolher impostos por ordens expressas (mais raro); por tiroteios, seja por ações intergrupos ou entre a polícia e grupos que dominam a área; e por ações de contenção

temporária como as blitzes e operações especiais que restringem o ir e vir de todos os moradores. Essas ações se aproveitam de um processo desorganizado de urbanização, como indica a figura 2.

A transterritorialidade decorrente do conflito entre grupos e polícia também pode ser percebida em outras áreas da cidade. Na região central, há suspeita de que profissionais do sexo estão sendo extorquidas por facções. A extensão da atividade ilícita, no caso a extorsão, promove também o aumento de território e territorialidades na cidade. *“Esses grupos precisam ter o controle do território para poder controlar o negócio”*, sugere o jornalista. Em outras palavras, a disputa entre grupos por territórios de características funcionais tem levado os moradores a viver novos processos de transterritorialidade.

...

Rio de Janeiro

O campo no Rio de Janeiro foi o último de nosso estudo. Cheguei lá carregando as impressões e os achados de outras cidades. Poderia dizer que vi o Rio com um olhar mais latino-americano. Estive em três comunidades em fevereiro de 2017: Rocinha, Complexo do Alemão e Complexo da Maré. A cidade, como noticia à exaustão a imprensa e indicam estudos acadêmicos, vive os efeitos da disputa no e por territórios entre grupos delitivos e a polícia. Não é intenção aqui promover uma interpretação profunda das causas da violência na cidade, até porque outros pesquisadores, alguns deles citados aqui, já o fizeram. Buscamos na cidade elementos para compreensão da transterritorialidade imposta por institucionalidades concorrentes.

Os moradores das comunidades falaram que existem dois Rios. A zona Sul, dos bairros Ipanema e Copacabana, e os bairros populares. Para cada um deles, disseram, haveria uma ação do Estado. O campo trouxe evidências que corroboram as falas. Por questões logísticas, fiquei hospedado na casa de um amigo em Copacabana. Era um momento de tropas do Exército nas ruas. Era possível perceber, ao longo dos dias, contrastes entre o tratamento dado, com sorrisos e parada para conversar com moradores na orla, e os rostos duros e as falas curtas em barreiras no acesso da zona Norte às regiões centrais da cidade. Embora importante, o motivo deste comportamento diferencial não integra o escopo desta pesquisa. O seu registro, no entanto, corrobora no sentido de captar apenas mais uma nuance das diferenças de percepção da população em relação às forças policiais e vice-versa.

Rocinha

Quando estivemos na Rocinha, ela era classificada como pacificada pela polícia, pese a crise entre moradores e polícia após o desaparecimento de Amarildo, morador visto pela última vez ingressando na sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do bairro. Meses depois, com o rompimento entre o traficante *Nem*, chefe preso do Comando Vermelho (CV), e *Rogério 157*, até então o responsável pelas operações locais do CV na favela, a Rocinha voltou a ser cenário de tiroteios entre traficantes e entre traficantes e a polícia.

Figura 3- Principal acesso à parte alta da Rocinha é uma via íngreme e sinuosa



Fonte: o autor

A favela estava, em boa parte de sua extensão, aberta até mesmo ao turismo. Era possível ver os *gringos* pela sinuosa e íngreme rua principal ou dentro de algum “pé sujo” – como são chamados os botecos de rua em que, geralmente, bebe-se de pé. Com 70 mil habitantes, a Rocinha é praticamente uma cidade, onde pode ser encontrado praticamente de tudo. O comércio é variado e distribuído por vias principais (figura 3). “*É muito bom ver gente conhecendo a comunidade. Na época da Copa (do Mundo, realizada no Brasil em 2014), muitos passavam por aqui, gringos de tudo que é lugar. Perguntavam sobre este mural com a*

escalação de todas as seleções brasileiras campeãs”, conta um dos moradores entrevistados. “*Estou aqui há mais de 40 anos, vim de outro estado trabalhar na construção civil e fiquei por aqui. Sou apaixonado pelo Rio e a Rocinha está perto desse mar*”, contou o senhor, de 62 anos. Ele mora em uma viela estreita, em forma de escadaria, destinada, portanto apenas a pedestres. Perguntado sobre a violência decorrente no e pelo espaço geográfico, o senhor recorreu à estratégia mais comum de afastamento. Prefere dizer apenas: “*não me envolvo, vivo minha vida*”.

Em algumas quadras mais internas, outros sentidos de percepção do espaço foram acionados. A *maresia* (cheiro da fumaça proveniente dos cigarros de maconha ao serem fumados) anuncia sempre a chegada a uma boca. Mesmo nesses locais, as armas não eram ostentadas, ao contrário do que testemunháramos dias depois na Maré. Parecia um aparente tácito acordo “*Laissez faire, laissez passer*”, já que a UPP estava a algumas centenas de metros dali. Nessas delimitações do espaço, não vimos *PMs* fora da avenida principal. Para além de uma discussão se a estratégia fortaleceria ou não os grupos locais, que foge ao escopo deste estudo, ficou evidente na viandança que a estratégia não belicista distensionou os moradores, garantindo um pouco mais, ao menos provisoriamente, de liberdade sobre suas rotinas. Isso ficou evidente no contraste com os achados sociológicos em outras comunidades cariocas.

A localização da Rocinha, encravada na zona Sul do Rio de Janeiro, próxima do Leblon e de Ipanema, parece contribuir para uma transterritorialidade efetivamente marcada pela relação *morro-asfalto-praia*. Ao contrário de favelas distantes, onde estratégias de evitação limitam mais drasticamente a mobilidade, os moradores da Rocinha convivem diariamente com processos territoriais distintos. Abre-se uma série de possibilidades, desde a promoção ou estímulos de subculturas criminais até a busca consciente das possibilidades de mudança. Dito de outra forma, em algumas conversas, percebe-se que, com a abertura da comunidade, mesmo de modo precário, se produziu uma desnaturalização da pobreza, ao menos em parte dos moradores. “*Tenho dois filhos homens e os dois fizeram faculdade. Eles sabiam que tinha de estudar. Um deles em Administração. Eles não moram mais aqui, mas vêm me visitar*”, conta nosso outro entrevistado, dono de um “*pé sujo*” no interior da favela. “*Eu já tô velho para sair da Rocinha. Vim da Paraíba há mais de 40 anos trabalhar na construção. O Rio e a Rocinha me deram tudo, família, este bar, e os apartamentos que alugo aqui do lado*”, conta o sexagenário, que possui uma espécie de *vecindad*, como veremos em Tepito, que reúne pequenos apartamentos dispostos no entorno de um pátio com tanques e varais. Ele denota ter uma visão clara das territorialidades às quais são submetidos os moradores. Mais do que isso,

reconhece seu caráter *trans*. Essa parece ser regra entre os moradores. Eles sabem que os códigos mudam não apenas no traslado *morro-asfalto*, mas também em sentido oblíquo ao espaço. Dito de outra forma, reconhecem que, mesmo sem se mover, as regras que devem ser seguidas podem cambiar de acordo com as forças concorrentes.

Figura 4 - Acessos íngremes favorecem o controle de circulação na Rocinha



Fonte: o autor

Além de acessos estreitos que facilitam o controle espacial (figura 4), a disposição geográfica da favela, na encosta de um morro, por outro lado, cria não apenas barreiras permanentes – decorrentes da geografia acidentada e da escassez de acessos viários, pois há uma única grande avenida de acesso –, mas também barreiras temporárias, como blitzes policiais e interdições a partir de obstáculos posicionados por grupos delitivos. Ou seja, os moradores estão sujeitados a um controle de circulação – atualmente mais rigoroso, mas à época também presente – imposto por intervenções fixas, rotinizadas, com auxílio de meios digitais e pela intimidação. Sua principal estratégia de contornamento é, como em outros locais, o isolamento doméstico.

Complexo do Alemão

Levei quatro dias para conseguir entrar no complexo. Nos três primeiros, a ida a campo foi abortada por tiroteios na comunidade. Minha entrevistada, uma jovem moradora que desenvolve trabalho voluntário com crianças da comunidade e que me acompanharia, relatava por áudio de *WhatsApp* que as aulas estavam suspensas por conta da troca de tiros.

Figura 5 - Falta de planejamento urbano permite controle por grupos criminosos no Rio



Fonte: o autor

Na quarta manhã, mesmo com tiroteio e protestos de mães em frente a uma das UPPs do Complexo, conseguimos entrar. Combinamos de nos encontrar em Nova Brasília, principal acesso ao Complexo. Um cinegrafista francês e sua produtora, que também estavam em contato com ela, acompanharam a subida até o Morro das Palmeiras. A jovem demorou a descer devido ao tiroteio. “*Nos outros dias, não havia ficado calmo o suficiente para a gente andar pela comunidade. Hoje tá melhor. A coisa está tensa nos horários de troca de turno dos PMs nas UPPs, que estão coincidindo com a entrada das crianças na escola. Elas acabam ficando em casa*”, contou ela. A sobreposição de territórios ficou evidente. De um lado, a força policial tentando se manter no local, de outro, integrantes de uma facção tentando evitar a troca de turno.

Ao subir em direção ao morro, logo depois de deixar a avenida, nosso carro foi interceptado por uma viatura da PM, que não era da UPP e, em tese, não precisaria ou não deveria estar ali. Agiram como se estivéssemos fugindo de uma perseguição. Desceram com armas em punho e apontaram os fuzis para cada um dos vidros. Questionaram o que fazíamos ali, porque estávamos com os vidros fechados, sempre com fuzis apontados para nossos rostos. Estavam nervosos. *“Por que estão agindo assim? Não fizemos nada. Vocês não podem agir assim. Eles vieram conhecer o meu trabalho, sou moradora. Por que não podemos andar com vidros fechados?”*, respondeu a jovem, no banco da frente. Depois de alguns minutos, deixaram que seguíssemos caminho. *“Eles são os piores. É a milícia. Viu que estavam de cabelo raspado? Chamamos eles de Bonde dos Carecas. Eles querem tocar o terror. Eles não são da UPP, perceberam que a viatura não era da UPP? São de fora, querem tomar o poder”*, afirmou a jovem. Eles não nos seguiram, pois, segundo ela, se subissem, poderiam ser alvejados por traficantes.

A transição entre territórios no Complexo é brusca. Quando chegamos na estação do teleférico no Morro das Palmeiras, onde também está instalada uma das UPPs, fomos monitorados por PMs dali. Depois, durante as fotos panorâmicas para captura da paisagem, recebi orientações da jovem para ter cuidado. *“Lá de baixo, eles estão vendo tu tirando fotos. Eles podem não gostar. Desse lado aqui é mais perigoso, melhor não tirar foto, eles ficam vigiando a UPP”*, recomendou a jovem. As paisagens, como a demonstrada na figura 5, demonstram a falta de planejamento urbano que reflete no domínio territorial de grupos delitivos.

Alguns minutos depois, minha câmera e a do cinegrafista estrangeiro estavam atraindo as crianças. Tão curiosas quanto eu, pediram fotos, fizeram poses. Ouvi delas que gostavam de morar ali. Em outro instante, já estávamos brincando entre árvores e uma área ainda verde do morro. Elas, no entanto, sabiam que havia forças concorrentes no local. As crianças afirmaram que eram *“espertas”*. A jovem disse que uma mudança no comando da UPP teria acelerado os problemas de violência, tornando os tiroteios constantes. *“Hoje teve protesto de mães, pois a coisa está difícil”*, reforçou. Conversei com algumas outras jovens, todas mães. Elas reclamam que, depois da Copa, o local foi novamente abandonado pelo poder público de modo geral. Uma delas comenta que teria de comprar um sabonete *“Protex”* (bactericida) para o filho porque não tinha dinheiro para o remédio que ele tinha de tomar. *“Olha, ele tá com sarna, olha a perna dele, já pegou outras vezes, aqui tem muito bicho”*, disse a mulher de 33 anos, que tem quatro filhos, e mora há quatro anos e meio no Morro das Palmeiras.

Figura 6 - Moradores reclamam do isolamento sem teleférico no Complexo do Alemão



Fonte: o autor

Outra reclamou do isolamento. Havia quatro meses que o teleférico estava parado. *“Se a gente tem de descer, gasta mais com van. E tem dias que tá ruim, tem tiroteio. Pra gente que mora aqui em cima fica complicado”*, resumiu. Ela trabalhava em uma banquinha de madeira, colocada em uma espécie de praça de alimentação improvisada ao lado do teleférico. *“Eu continuo aqui, abro todo o dia, mas não tem para quem vender. Antes, pela manhã, vendia café para quem ia trabalhar. Tinha também os turistas que vinham conhecer nossa comunidade, ver a cidade daqui de cima, mas ninguém mais vem. Abro pra ninguém”*, contou um senhor sexagenário, que reside há dois anos e meio na Maré. *“Já morei em outras favelas, mas aqui sempre foi melhor. A comunidade é mais acolhedora, mas está difícil a vida agora”*, relatou o senhor de 61 anos, que veio do Jacarezinho.

Sem funcionamento do serviço de transportes, moradores tentaram continuar a usar o espaço onde antes também funcionava uma clínica da família. Não conseguiram e hoje o espaço serve de depósito informal para a PM, como constatamos no dia.

Nosso translado a pé se resumiu a poucas quadras, na maioria delas, as mais distantes da UPP, sem aconselhamento para fotografar. Éramos vigiados. Os moradores dali vivem sob

códigos sobrepostos. Têm de andar com identidade no bolso para mostrar em uma barreira policial, mas precisam se mover segundo o tráfico permite. Uma transterritorialidade diversa e de maiores contrastes em relação à Rocinha. Era impossível não sentir a tensão e, por mais amistosos que fossem, a reserva dos moradores à conversa com um estranho era constante.

Figura 7 - Comunidade é entrecortada por escadarias íngremes no Morro das Palmeiras



Fonte: o autor

Quando regressamos, optamos todos por embarcar em uma van. A jovem orientou o cinegrafista francês a manter o boné. *“Teu cabelo tá raspado, eles podem te confundir com o pessoal do Bonde dos Carecas e atirar”*, alertou. Em todas as dicas e orientações, a jovem não parecia exagerar; pelo contrário, apenas administrava o cotidiano. Como os demais, aprendeu a contornar territorialidades estabelecida na e pela violência. A região é pródiga em barreiras permanentes. Poucas vias de acesso, escadarias íngremes (figura 7) e estreitas permitem facilmente o entrincheiramento de forças. A transterritorialidade imposta rotiniza pela intimidação. O complexo também é cercado por muros-barreira (figura 8), que freiam a expansão urbana, mas também impedem a circulação.

Figura 8 - Muros controlam fluxo de pessoas no Complexo do Alemão



Fonte: o autor

Como em outros locais visitados, o “*eles*” foi usado como sinônimos para integrantes de forças legais e ilegais. Quando estávamos de volta à Nova Brasília, na Avenida Itaóca, algumas viaturas chegaram à região. O “eles” antes usado para definir os traficantes por moradores no alto do morro, ganhava nosso sentido. “*Ó, tá vendo, eles estão chegando, vai começar tudo de novo. Eles que começam*”, disse um verdureiro de 67 anos, 52 deles vividos na Maré, enquanto eu fotografava o cenário.

Complexo da Maré

O Complexo da Maré está circunscrito entre a Avenida Brasil e as Linhas Vermelha e Amarela. Sua posição geográfica é estratégica para ações de evitação promovidas pelo poder público. As Linhas receberam tapumes que, sob o pretexto de isolamento acústico, transformam as vias em muros-dutos, barreiras permanentes de segregação espacial.

É uma comunidade frequentemente sitiada. Entrar na Maré levou três dias. Trocas de tiros entre grupos rivais impediram o campo. Em um dos dias, tivemos que abortar a chegada minutos antes por conta de um tiroteio ocorrido durante o intervalo de deslocamento.

Figura 9 - Complexo da Maré é composto de pequenas travessas



Fonte: o autor

Tive como guia e um dos entrevistados um jovem universitário de 29 anos. Ele me levou até sua casa, na Baixa do Sapateiro, área à época território do Terceiro Comando, onde queria que conversasse com sua avó, uma octogenária que acompanhou o crescimento do Complexo. Durante a viagem de ônibus e a caminhada, contou sobre a situação conflituosa na Maré dividida entre áreas das facções Terceiro Comando, Comando Vermelho, Ada (Amigos dos Amigos) e milícia. Em geral, pudemos fazer algumas fotos na rua em locais que não havia trânsito de pessoas (figura 9). *“Temos de cuidar isso, não podemos fotografar ninguém”*, orientou. Ficava claro que, ao deixar a Avenida Brasil em direção à casa do jovem, entrávamos em um espaço geográfico onde, entre as regras, está não tirar fotos.

Ouvi da minha entrevistada que as coisas estavam mais perigosas nos últimos tempos. *“Antigamente, lá pelos anos 1950, antes de aterrarem, a gente não tinha banheira, tinha de sair de casa para lavar roupa, buscar água, era uma trabalhadeira. Depois, asfaltaram a rua e trouxeram água. Foi bom, mas o pessoal ficou mais dentro de casa”*, contou a senhora. *“Naquela época, a gente tinha que fechar bem a casa, porque sempre tinha que cuidar para nenhum malandro entrar e levar as coisas. Isso não existe mais, mas também tem tudo isso aí”*, comenta a ex-doméstica, de 88 anos, que chegou aos 26 anos no Rio, vivendo desde 1954 na Maré, fazendo referência às constantes trocas de tiro. Ela conta que a chegada de muita gente

de fora vindo de *“tudo que é lugar do Brasil para trabalhar”* rapidamente aumentou a população do local, onde antes *“todo mundo se conhecia”*. Sua filha, de 56 anos, que passou a infância nos anos 1980 na Maré, creditou o aumento da violência ao isolamento, que pode ser entendido como uma estratégia de contornamento. *“Eu costumava ir muito ali na praça, mas agora é preciso cruzar duas áreas mais complicadas. A gente vai, mas menos”*, comenta. Ela é uma das moradoras que acompanha os alertas sobre a segurança pelas redes sociais para mover-se pela região.

Para seu filho, nosso guia, a questão basicamente é produzida pelas ações de segregação social e espacial, associadas a processos de estigmatização dos moradores na mídia. Isso fortaleceria o poder institucional de forças informais e reduziria as chances de apropriação simbólica do espaço pelos moradores. Juntos, fomos até a Vila Olímpica, onde conversei com um de seus idealizadores. *“É primeira Vila Olímpica. Tive apoio do Pelé, que era ministro dos Esportes. Estamos em uma área importante para estar”*, comentou o senhor. *“Já tivemos de interromper atividades por conta de tiroteios, mas nunca sofremos pressão para fechar ou não atender as crianças. Temos uma boa estrutura, mas nos exige esforço devido à escassez de recursos”*, conta ele. O espaço parece ser visto como uma espécie de território neutro. Situação que muda a poucas quadras dali.

Figura 10 - Nova Holanda é o centro comercial em região controlada pelo tráfico



Fonte: o autor

Nosso destino era a Nova Holanda, a zona comercial do bairro (figura 10), onde falaria com outro jovem universitário e, como o primeiro, fotógrafo. No caminho, cruzamos uma fronteira (in)visível entre dois territórios. Em lados opostos da rua, distantes pouco mais de 150 metros um do outro, estavam, segundo o jovem, os limites entre as áreas do Terceiro Comando, onde estávamos, e Comando Vermelho, mais à frente. Em cada extremo, grupos de jovens nos observavam. *“Sem foto, certo?!”*, recomendou. Passamos sem maiores transtornos, mas era fácil perceber que éramos vigiados, pois era evidente que eu não era da comunidade. *“Eles conhecem todo mundo”*, explicou. O jovem comentou que a divisão de território, por vezes, afeta relações mais pessoais. Ser de uma área e ter amigos em outra sempre é algo que exige mais atenção. Se houver desconfiança de que há *“leva e traz de informação”*, o morador pode ser questionado.

Figura 11 - Lajes são áreas de interação social entre famílias na Maré



Fonte: o autor

Chegamos à casa de meu outro entrevistado. Ele, na faculdade, chegou a escrever sobre o papel das lajes na comunidade. Segundo ele, as lajes são um espaço social. *“As crianças se acostumam a brincar nelas, a atravessar de uma para outra. É comum moradores conversarem entre uma laje e outra, tomarem banho de sol. Com a falta de espaço embaixo, parte das relações sociais se dão aqui em cima”*, comentou. As lajes parecem acrescentar uma

possibilidade adicional de interação, pois é ali onde as pessoas se veem nos finais de semana ou enquanto estendem a roupa. Não é um espaço neutro, que escape à territorialidade daquele local, mas a compõem de uma maneira distinta. São vistas como um lugar de aproximação e de lazer (figura 11). *“Erguer uma laje também pode garantir uma renda extra. Você geralmente ergue um andar, vende ou aluga, mas tenta não vender a ‘laje’ para poder erguer mais um andar”*, explica o jovem. As casas, geralmente, não têm mais que três ou quatro andares, erguidos por moradores que trabalham na construção civil. Quando podem, permanecem com a posse da laje. Durante o almoço, ele defendeu a ideia de que seria na e pela cultura, pela valorização dos saberes da comunidade, que se poderia alterar o espaço. O entrevistado destacou que outro problema é a estigmatização do morador e a presença apenas repressiva do Estado na região.

Figura 12 - Complexo da Maré cresceu sem planejamento urbano



Fonte: o autor

Sem UPP no Complexo, a polícia só é vista por lá durante operações especiais – em um tipo de ação muito diversa de uma estratégia de polícia cidadã ou de aproximação. Nesses momentos, que podem se estender por dias ou semanas, soma-se uma nova territorialidade legal ao conjunto de territorialidade concorrentes. Os moradores, em geral, têm pouco tempo para ajustar-se ao novo conjunto de regras. As mesmas barreiras e obstáculos empregados para

efetivar territorialidades funcionais ilegais, como ruas estreitas (figura 12) e circunscrição da área por rodovias, passam a ser usadas pelas forças legais. O morador, sem aparente possibilidade de se apropriar do espaço simbolicamente, nesses momentos, é sujeitado a uma nova territorialidade funcional.

Ao deixar sua casa, no final da tarde, o *movimento* (traficantes) se intensificou. Era possível ver uma dupla de jovens em motocicletas sem capacete e armados com fuzis. É uma cena incomum para a maioria das pessoas. Os moradores que observei não demonstraram reação específica. Enquanto o *movimento* se intensificava, paramos para mais algumas conversas na rua. Meu entrevistado e guia orientou que encerrássemos o recorrido, pois tinha uma outra atividade na universidade e a área já estava “*um pouco diferente do que durante o dia*”.

3.3.2 Colômbia (Bogotá, Buenaventura, Cali, Medellín)

O campo nas cidades colombianas ocorreu entre janeiro e fevereiro de 2014. Inicialmente, havíamos selecionado as cidades de Bogotá, Cali e Medellín. Informações sobre o surto de violência em Buenaventura nos levaram também à cidade portuária. Como nos demais municípios, estávamos em busca de evidências de que o narcotráfico, como produtor de institucionalidades, ordenava, de alguma forma, a vida cotidiana nesses municípios.

O conjunto de cidades reúne a capital do país, onde se mesclam o microtráfico de drogas e pequenos grupos criminais ligados a furtos e roubos. Uma realidade diversa de cidades como Cali e Buenaventura, no Vale del Cauca, no ano em que foram visitadas. Nessas regiões, agem, suspeita-se, bandas criminais conhecidas como Bacrins, muitas delas derivadas das Unidades de Autodefensas de Colômbia (UAC), grupos paramilitares de combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Já Medellín, que vivera parte dos anos 1980 e 1990 sobre territorialidade do Cartel de Medellín, de Pablo Escobar, e fora alvo de ações mais violentas das *Farc*, parece passar, nos últimos anos, um novo processo de territorialização a partir da reapropriação de espaços geográficos pelas comunidades. Em comunas, contudo, ao menos quando lá estivemos, a população continua a viver a transterritorialidade imposta por territorialidades concorrentes legais e ilegais.

...

Bogotá

Bogotá é um conurbano de cerca de 8 milhões de habitantes, sendo que cerca de 6,8 milhões deles residem no que é classificado como Distrito Federal. É uma cidade com alto índice de desigualdade (o coeficiente de Gini em 2015 foi de 0,498), mas ainda assim abaixo da média nacional. É uma cidade de contrastes entre espaços geográficos.

Próximo ao cerro Monserrate, ao Leste, se encontram a sede do governo, o centro histórico, os bairros nobres e áreas boêmias como a Zona T, espécie de calçada da fama, onde é possível, entre casas noturnas e restaurantes, encontrar artistas famosos. Do outro lado, a Oeste, na área mais plana da cidade encontram-se os bairros periféricos. Curiosamente, de todas as cidades investigadas aqui, Bogotá é a única onde o processo de urbanização irregular não se estendeu por áreas mais íngremes, como no Rio de Janeiro e em Medellín.

Quando ouvimos nosso primeiro entrevistado, um jornalista experiente, à frente de uma redação importante em nível nacional, ficou claro que a Bogotá recente, falamos aqui dos últimos 50 anos de sua história, passou por três momentos: o aparecimento dos cartéis, das Farc e agora o da possibilidade de entrada das Bacrins na metrópole. Em todos os casos, são grupos externos que buscam se enraizar na cidade. Nos dois primeiros, como abundam os relatos históricos – não sendo necessário retornar aqui –, a disputa se dava no e pelo poder político. As institucionalidades ilegais não apenas eram concorrentes, mas, no caso das Farc, por exemplo, tinham um viés substitutivo.

Com os atentados a bomba ainda na memória recente dos cidadãos mais velhos e com as tentativas bilaterais de acordo entre governo e *Farc*, Bogotá é um espaço geográfico de territorialidades distintas das vistas no Rio de Janeiro, fortemente marcadas pela ação de grandes grupos delitivos. Ela se dá no e pelo risco derivado de pequenos crimes patrimoniais.

Distritos centrais da capital, como San Cristóval, Usaquén, Chapinero e Santa Fé, têm taxas inferiores a 10 homicídios por 100 mil habitantes. Ciudad Bolívar e Usme, mais distantes, têm ultrapassado a casa das 25 mortes por 100 mil habitantes. Por outro lado, Santa Fé e Chapinero têm taxas mais altas de roubo. Dados muito distintos dos anos 1990, quando Bogotá registrou média de 80 assassinatos por 100 mil habitantes.

Ao cruzar os bairros, é possível perceber que, em zonas mais afastadas, o microtráfico, organizado por grupos locais, parece rotinizar cotidianos. Não são atribuídos nomes e, por vezes, parece que se confundem a figura do tráfico com a de outros delitos. Sabe-se que não se

deve andar na rua à noite, não entrar em ruas desconhecidas. Em regiões mais distantes, como no entorno dos portais *Sur* e *de Las Américas* do TransMilenio, principal transporte rodoviário público da cidade, a orientação é sempre de manter o roteiro casa-trabalho, sem se demorar. O caminhar mais apressado é ditado aparentemente pelo medo. Há consciência de um risco, ele está inscrito nas condutas diárias, mas não parece ser precisado.

Figura 13 - Sul e oeste são regiões com maior índice de violência em Bogotá



Fonte: o autor

Pese visível contraste econômico entre zonas da cidade, não há estratégias tão visíveis de evitação (figura 13) como no Rio de Janeiro, por exemplo. O transporte entre os polos da cidade funciona e é usado de maneira geral pela população. Calçamento e iluminação pública, precários em algumas cidades visitadas, não chegam a ser um problema abrangente em Bogotá. Não vimos também barreiras permanentes entre as zonas visitadas. As percebidas são do tipo temporária. O forte aparato policial dentro da cidade é frequentemente mobilizado em formas de blitzes.

Entre as bandas locais que agiam na época de nossa visita, estava *La Casona*, desarticulada em 2017. O grupo era responsável pelo microtráfico a partir de uma área apelidada de *Bronx*, em alusão ao bairro nova-iorquino. Outras regiões como *Cinco Huecos*,

San Bernardo, La Estanzuela e Las Cruces, controladas por bandas locais em 2016, foram alvo de ações policiais em 2017. Nos locais, homicídios eram associados à venda ilegal de entorpecentes, de forma especial, na disputa por território. Apesar disso, pouco ouvimos, em conversas informais, falar desses grupos. Novamente o “eles” aparece como pronome que agrega um ilegal difuso. Durante os recorridos a pé ou por TransMilenio, em nenhum momento fui interpelado por alguém ou abordado por algum grupo. Em alguns casos, a paisagem contribuiu para ditar meu roteiro. Locais mais degradados do ponto de vista urbano impuseram alguns limites. Não apenas a mim, mas algumas vias deste enlace entre centro e periferia são evitadas pelos moradores. Uma delas, o *Bronx*, similar à cracolândia na cidade de São Paulo.

Figura 14 - Em áreas mais afastadas, há degradação do espaço urbano em Bogotá



Fonte: o autor

Os moradores das zonas periféricas, dos bairros mais pobres, parecem viver uma transterritorialidade mais sutil do que em outras cidades, apesar da degradação de alguns equipamentos públicos (figura 13). Eles reconhecem a existência de outras forças informais, que lhes impõem regras de conduta, que regulam de alguma forma o ir e vir, mas de um modo muito mais rarefeito do que no Rio de Janeiro, por exemplo. Enquanto na cidade brasileira existe a compreensão de regras a cumprir na comunidade, entre os bogotanos ouvidos, a

sensação mais parece ser de cuidado a tomar. *“É preciso ter atenção nessas áreas mais distantes. Não é que não se possa ir, mas é preciso tomar cuidado”*, resumiu uma moradora.

...

Buenaventura

Fui a Buenaventura por sugestão de uma repórter entrevistada em Cali. *“Se tu queres ver como está a violência aqui na região, tens de ir a Buenaventura”*, afirmou ela. Parti de Cali para Buenaventura dias depois e encontramos uma cidade onde dados oficiais apontam que 66,53% são classificados como pobres. A taxa de homicídios no ano anterior havia sido de 50,7 mortes por 100 mil habitantes. A cidade, majoritariamente composta por uma população afro-colombiana, parecia à nossa chegada esquecida pelas autoridades.

Figura 15 - Buenaventura tem um dos índices mais altos de pobreza do país



Fonte: o autor

Cheguei à cidade costeira um dia depois de um corpo esquartejado ser encontrado às margens do Pacífico. *“Eles deixam o corpo nas margens durante a maré baixa para que os restos mortais sejam espalhados com a maré alta”*, contou um dos jornalistas entrevistados. *“Acreditamos que eles tenham aprendido isso com o pessoal dos cartéis mexicanos que buscam fazer negócios com as bandas locais”*, acredita o jornalista.

Figura 16 - Centro de Buenaventura carece de serviços públicos



Fonte: o autor

Buenaventura destoa das demais cidades colombianas visitadas. A infraestrutura e os serviços domiciliares, como água e luz, chegam a menos da metade da população, segundo dados compilados no relatório do Banco da República (figura 15). Mesmo com um dos principais portos da Colômbia, Buenaventura sofre por ausência de Estado. A coleta de lixo é visivelmente precária e o Estado parecer estar presente apenas em sua forma policial. A desigualdade não é percebida somente na periferia, mas fica evidente no centro da cidade, área degradada.

Além do porto e do comércio, muitos vivem da pesca. O mercado público, onde se pode comer pescados frescos, está instalado em uma das áreas mais violentas da cidade, junto às margens do Pacífico. O local fica entre uma das chamadas *fronteiras invisíveis*. Foi a primeira vez que ouvi o termo ser usado de maneira constante entre moradores das cidades pesquisadas. A expressão estava no vocabulário local e carregava um sentido bastante objetivo. “*Elas não estão marcadas em lugar nenhum, mas se cruzá-las, você pode ser morto*”, explicou outro jornalista, correspondente de um veículo de Cali.

Na época em que estivemos lá, os casos de esquartejamentos haviam se tornado novamente frequentes, relataram os dois jornalistas. Havia a suspeita, segundo eles, de que a chegada de cartéis mexicanos havia contaminado os grupos locais com suas práticas mais violentas de demonstração de poder. Outra suspeita é de que se tratava da influência da guerra entre paramilitares e guerrilha. Em 2005, por conta desse conflito, ocorrem três chacinas que vitimaram 22 jovens, muitos deles esquartejados¹⁸. A exemplo do que se passou em Porto Alegre, a despeito da possível inspiração, os esquartejamentos à época em que estivemos em Buenaventura tinham como motivação clara a demarcação de território por meio de estratégias de intimidação.

Figura 17 - Local onde corpo de jovem esquartejado foi encontrado



Fonte: o autor

Mesmo sendo desaconselhado pela polícia que, mesmo sem pedirmos, parecia nos acompanhar, eu e um dos jornalistas entrevistados fomos até o local onde o corpo esquartejado havia sido encontrado (figura 17). A polícia parou no que acreditamos ser a primeira fronteira

¹⁸ Fonte: estudo do Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH). Buenaventura: un puerto sin comunidad. Bogotá, 2015.

invisível que cruzamos, uma pequena viela que dava acesso à baía. A passagem foi negociada com garotos que estavam guarnecendo o local.

Apesar da autorização para entrar, nenhum morador parecia querer falar. Não insistimos. Durante os registros fotográficos, fomos interpelados por dois jovens armados que questionaram a razão das fotos e sobre quem havia autorizado nossa entrada. Fui identificado como “gringo” e, apenas depois de uma conversa em que relatei ser brasileiro, pudemos sair sem apagar as fotos que havíamos feito. Estava clara ali a existência de um território informal ilegal. Qualquer morador local estava sujeito a uma institucionalidade concorrente.

A área atrai grupos delitivos por permitir a saída de pequenas lanchas com pasta de coca em direção ao Panamá, aproveitando as mesmas condições de navegabilidade da baía que embarcações comerciais usufruem. *“Esta área costeira é muito disputada. Apesar dos operativos policiais dentro d’água, é uma rota usada. Eles pintam os barcos de cores escuras, assim como as lonas, e equipam os barcos de pesca com motores mais potentes para cruzar a baía à noite”*, conta um dos jornalistas. Podemos perceber na fala dos jornalistas que a territorialidade requerida pelos grupos é do tipo funcional. Dominando um espaço físico apropriado, conseguem se associar a grupos maiores.

Figura 18 - Polícia monitora acessos de vilas em Buenaventura



Fonte: o autor

Uma territorialidade, portanto, fragmentada. “*Há mais de um grupo. São grupos menores, formados por jovens locais, que se relacionam com bandas criminais regionais maiores. O controle quase sempre é de pequenas áreas, por isso há muito conflito. Eles disputam territórios*”, disse à época o outro jornalista, com mais de 20 anos de cobertura policial na região. Em outro ponto da cidade, também na região costaneira, conhecemos uma área usada por pequenos pescadores para atracar seus barcos. Igualmente pobre, ela é vigiada do lado externo por policiais que deixam, aparentemente, a parte interna sob o controle de grupos de jovens.

Em ambos os locais, os moradores experienciam uma transterritorialidade imposta por forças concorrentes. As vielas estreitas e a extensão da periferia em direção às águas da baía, como na figura 18, funcionam como barreiras fixas às estratégias de contenção e evitação. Ao menos quando estivemos lá, os moradores eram obrigados a passar, primeiro, pelos garotos supostamente ligados ao tráfico e, depois, pela polícia para acessar a área comercial da cidade. Usando os termos de Raffestin, atores paradigmáticos sujeitos a territorialidades concorrentes.

...

Cali

Cali já sediou o segundo mais importante cartel da Colômbia. Na década de 1980, o grupo chegou a patrocinar um dos principais clubes do país, o América, atualmente em divisões intermediárias do futebol colombiano. Hoje, mais 30 anos depois, vive novo ciclo de violência por conta da ação das Bacrins. À época da pesquisa de campo, a cidade era palco de um conflito sangrento entre *los Rastrojos* e *los Urabeños*. Antes disso, entre anos 2001 e 2011, viveu anos de violência por conta das ações do Cartel del Norte del Valle, que havia substituído o Cartel de Cali no comando das operações de envio de cocaína para os Estados Unidos pela rota do Pacífico. Em outras palavras, os moradores da capital do departamento do Valle del Cauca vivem, há décadas, uma transterritorialidade imposta pelo embate entre Estado e organizações criminosas. Em Cali, foram assassinadas 26.687 pessoas entre 2001 e 2015. Durante os últimos 15 anos, a taxa de homicídios flutuou entre 57 e 91 casos por cada 100 mil habitantes. Cerca de 12 mil estavam diretamente relacionados a vinganças, ações de grupos ou roubos. Pelos menos outros 4,6 mil permanecem sem dados de motivação.

É uma cidade apossada pela violência e dividida. A diferença entre ricos e pobres é visível a quem desembarca por lá. Apesar de ter conseguido reduzir desigualdades nas últimas décadas, Cali ainda tem um Coeficiente de Gini alto (o índice caiu de 0,534, em 2002, para

0,476, em 2016). A queda no indicador veio acompanhada de redução na taxa de homicídios, mas ainda não há dados que sustentem uma relação causal.

Figura 19 – Periferia de Cali carece de equipamentos públicos



Fonte: o autor

Pobreza e riqueza são separadas por grandes vias em Cali. Bem ao norte, apartada do resto da cidade pelas avenidas *Norte 2* e *Uribe*, está a área mais valorizada da cidade. “*Por ali você pode caminhar tranquilo, sem medo*”, disse uma moradora questionada em minha primeira caminhada. “*Tem de se cuidar indo para o Sul*”, completou ela. A indicação da senhora encontra eco em dados estatísticos. As *Autopistas Sur* e *Simón Bolívar*, pouco mais ao Sul, fatiam a cidade no sentido Leste-Oeste em outras três partes: zona Central, Sul e Extremo Sul. A desigualdade e os indicadores criminais parecem acompanhar a distribuição. As comunas 13, 14 e 15, as de maior índice de homicídios da cidade, se encontram abaixo desta linha – também conhecida como *Calle 70*. As três somam mais de 7 mil das 26 mil mortes descritas acima. Já ao Norte da cidade, os casos, menos de 750, se concentram em apenas dois pontos, nenhum deles de classe média alta.

Seguimos a orientação da senhora e, primeiro, conhecemos a parte mais protegida da cidade. Não nos sentimos inseguros. Havia policiamento e os equipamentos públicos estavam em excelente conservação: praças bem cuidadas, iluminação pública funcionando. Uma

realidade distinta da encontrada quando caminhamos ao Sul e ao Leste, em direção à periferia (figura 19). Por lá, como em Bogotá, andamos sem companhia de um morador local, procedimento que adotamos nos demais campos por acreditar que poderíamos acessar adicionalmente algumas áreas. “*Podes andar pelo centro, mas os bairros são mais perigosos, pois estão em guerra. A disputa agora é entre Bacrins*”, avaliou a repórter entrevistada. Conforme ela, os grupos se revezam na disputa pelo poder, mas os locais afetados continuam os mesmos ao longo dos anos.

Figura 20 - Interior de comunas é formado por travessas estreitas em Cali



Fonte: o autor

Durante o campo, aproveitei o *Mío*, transporte viário semelhante ao *TransMilenio*, para conhecer áreas mais afastadas. Em alguns pontos, ouvi de outros passageiros que não descesse em determinadas áreas. Perguntaram se eu estava perdido e recomendaram cautela com o equipamento fotográfico. Não fui abordado nenhuma vez, mas próximo às vias mais ao Sul, senti que a atmosfera havia mudado. Sem policiamento e com uma disposição de equipamentos

públicos bem diferente da encontrada na zona Norte, ficava evidente a ausência de policial ostensivo ou comunitário (figura 20).

Nos demais dias, minhas viandanças se concentraram em zonas intermediárias, na direção centro-periferia. Ao se distanciar da área mais central, de maior movimentação de pessoas, já não passava despercebido. “*Cuidado com os malandros, gringo*”, ouvi de um senhor na rua. Durante uma das caminhadas, fui questionado por jovens sobre o que fazia naquela área. A região, mais ao Sul, já estava despojada de muitos cuidados do poder público. Minha presença naquela área, definitivamente, era estranha e, posso supor, até indesejada.

Já o Centro da cidade traz outro tipo de evidências sobre as territorialidades existentes em Cali. O formal e o informal convivem lado a lado. É comum tendas de comerciantes informais venderem os mesmos produtos que as lojas localizadas na mesma calçada. As lojas também, muitas delas ao menos, parecem vender os mesmos produtos falsificados oferecidos nas tendas. E isso se dá por quarteirões e quarteirões. Mercados formal e informal, ao menos em sua porção mais externa, convivem sem maiores transtornos. Parte dos produtos chega contrabandeado pelo porto de Buenaventura. Menos inofensivas do que parecem, as redes são operadas por grupos ligados às Bacrins.

O que os dados estatísticos geolocalizados sugerem e o andar pela cidade pareceu confirmar é que a cidade está de costa aos moradores do Sul. Como em Bogotá, em Cali não há interferência significativa do relevo na disposição da pobreza, como se percebe no Rio de Janeiro. As aberturas e os fechamentos do território se dão, quase que exclusivamente, por disposições ligadas ao planejamento urbano – ou pela falta dele. Quem mora nesse extremo da cidade vive uma transterritorialidade de primeiro tipo, aquela que envolve mover-se entre um território dominado por grupos criminais e outro, mais ao Centro, onde formalidade e informalidade estão sobrepostas, mas se apresentam de forma menos violenta. É uma territorialidade imposta e dinamizada por estratégias de evitação. Uma delas é o conjunto de avenidas ao Norte liadas ao *Parque Simón Bolívar*, que separa a zona nobre dos demais bairros da cidade. A Cali do bairro *Granada*, onde não se registraram homicídios entre 2001 e 2015, é muito distinta da Cali da *Comuna 13*, onde, no mesmo período, 2,7 mil pessoas perderam a vida. Em uma região, o andar é tranquilo; em outra, apressado.

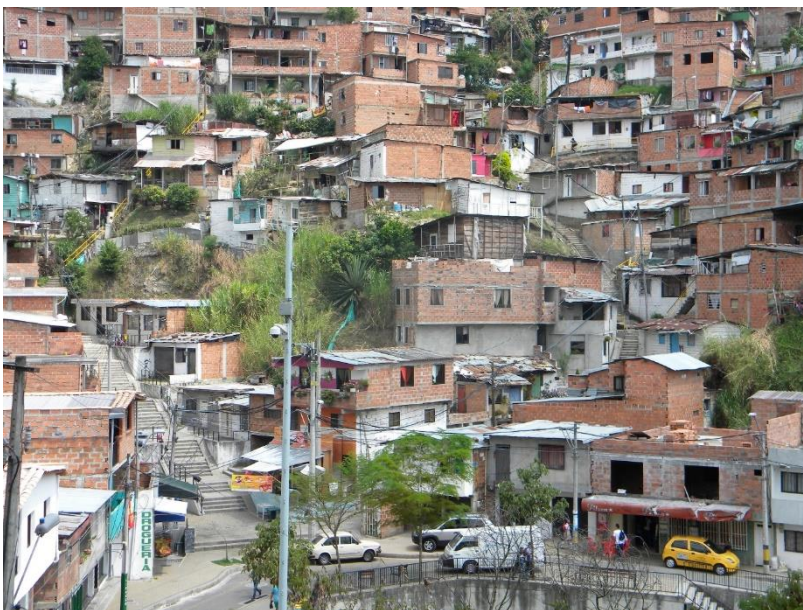
...

Medellín

Fora da Colômbia, Medellín é associada à trajetória Pablo Escobar. Mais de duas décadas depois de sua morte, pese todas as ações que reduziram a violência, a cidade ainda possui taxas altas de homicídios e suspeita-se que abrigava, à época da realização deste estudo, mais de 240 combos (gângues de bairro). Algumas delas reunidas em *Odín's (Organización Delincuencial Integrada al Narcotráfico)*. Atualmente, além de *la Oficina de Envigado*, remanescente do tempo de Escobar, outras bandas conhecidas como *Chata*, *los Pájaros*, *los Presebreros* e *Chatán* disputariam o controle territorial das comunas locais.

Desde o início dos anos 2000, uma série de ações tenta coibir a violência na cidade, que sofreu também com o conflito armado entre governo e *Farc*. A Comuna 13, uma das mais violentas no passado, recebeu escadas rolantes, foram instalados teleféricos em dois pontos da cidade e uma série de ações tentaram garantir que as comunidades locais reapropriassem seus territórios, com razoável sucesso. A referida *Comuna 13*, agora com prédios coloridos, ganhou fama internacional como comunidade turística e pacificada. A cidade se tornou menos desigual nas últimas décadas: o índice de pobreza em sua região metropolitana caiu de 36,5% da população, em 2002, para 14,1%, em 2016; e o coeficiente de Gini reduziu de 0,547 para 0,478 no mesmo período.

Figura 21 - Acesso de veículos é restrito em muitos pontos nas comunas



Fonte: o autor

No período, houve queda brusca na taxa de homicídios, caindo pela metade. De 53 mortes por 100 mil habitantes, em 2004, para 26,9, em 2014 – e 21,5 em 2016. As autoridades atribuem a queda à ação nas comunidades; imprensa e algumas ONGs, como a *Corporación para la Paz y el Desarrollo Social (Corpades)*, falam na renovação do “*pacto del fusil*”, espécie de armistício entre bandas criminais. Segundo informações do Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), entre 1980 e 2007, dos 579.329 homicídios ocorridos na Colômbia, 14,6% foram registrados em Medellín.

Apesar da queda brusca, a taxa é duas vezes superior ao índice usado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para classificação de epidemias. Em outras palavras, a violência em Medellín ainda é uma realidade. E a disputa e instituição de territorialidades de tipo funcional também. À época da realização do campo de pesquisa, mover-se livremente entre as comunas exigia cuidados.

Para um visitante brasileiro, Medellín lembra o Rio de Janeiro em alguns aspectos. A periferia está localizada nas encostas de cerros, o acesso a muitas delas só pode ser feito por escadarias (figura 21) ou teleféricos, e os grupos delitivos se aproveitam dos problemas de mobilidade para instalar seus territórios. Em alguns pontos, não há sequer vielas e o acesso só pode ser feito por meio de estreitas escadarias entre casas. A presença do Estado vai rareando com o distanciamento das estações do MetroCable. Nos trechos mais distantes, escondidos entre séries de aclives e declives, estão áreas onde não há energia elétrica, nem saneamento. Trechos inacessíveis, mas, dizem os moradores, controlados por combos. “*Não desce da estação, não há policiais lá embaixo*”, comentou um jovem que compartilhava o mesmo teleférico. Conselho repetido por uma segurança na penúltima estação de *Vallejuegos*. Já havia ouvido algo parecido do repórter entrevistado por mim no dia anterior. “*Tu podes fazer um tour pelos teleféricos, mas algumas áreas não estão seguras. As partes mais altas estão sob o controle de grupos, de combos. Em direção à floresta, ainda há gente ligada às Farc*”, argumentou. Optei por circundar a pé apenas o entorno das estações de teleférico. “*Medellín tem a estrutura de um caldeirão, os entornos [bordas] não são controlados pelas forças oficiais. Os problemas hoje são diferentes dos tempos de Escobar, há muitas disputas por grupos menores*”, resumiu o jornalista na época.

Figura 22 - Linhas do metrô são muros-dutos em Medellín



Fonte: o autor

Sozinho, adotei a precaução. Não tive problemas, mas ao conversar de modo mais informal com moradores, entre estações e durante viagens de metrô, ouvi que a cidade era dividida. De fato, Medellín, assim novamente como o Rio de Janeiro, é repleta de barreiras permanentes, próprias às estratégias de evitação. A linha do metrô (figura 22), contígua ao rio Medellín, por exemplo, aparta bairros considerados nobres, como El Poblado, do lado leste da cidade, de comunas mais pobres localizadas a extremo Oeste, entre elas a Comuna 13.

Quem mora nas comunas mais distantes enfrenta barreiras temporárias diariamente. Não bastassem os chamados *operativos*, barreiras policiais e as balaceras noturnas entre combos, os moradores submetem-se a uma rotina adequada aos equipamentos públicos. Os teleféricos e as escadas rolantes, por exemplo, só funcionam até as 23 horas nos dias de semana.

Figura 23 - Moradores nos pontos mais altos têm mobilidade restringida em Medellín



Fonte: o autor

Voltam a funcionar apenas às 4h30min do dia seguinte. Em domingos e feriados, as linhas funcionam das 8h30min até as 22 horas, ao contrário das linhas térreas do metrô, que começam às 5 horas¹⁹. O retorno para casa à noite e as saídas pela manhã nos finais de semana são severamente afetados por uma organização do poder público. Em alguns pontos, o equipamento é o único modo seguro de chegar em casa, pois o território em solo está sob controle de combos. *“Ficamos na casa de amigos, aproveitamos por aqui”*, conta um jovem perguntado sobre como driblava – em outras palavras, sua estratégia de contornamento – os horários das escadas e do MetroCable.

A população das comunas no alto dos cerros parece submetida a múltiplos territórios funcionais (figura 23). A transterritorialidade na cidade não apenas é imposta por territorialidades concorrentes – há disputas não somente entre esferas formal e informal, mas

¹⁹ Dados disponíveis pela Metro Medellín em www.metrodemedellin.gov.co/viajeconnosotros/horarios

concorrências entre grupos ilegais –, mas também é marcada fortemente por contenções permanentes, como muros-dutos (metrô, por exemplo), e temporárias, como restrições de horários de funcionamento dos sistemas de transporte público na e para a periferia.

3.3.3 México (Cidade do México, Culiacán/Sinaloa e Xalapa/Vera Cruz)

A viagem ao México, em novembro de 2016, buscou compreender dinâmicas de cidades expostas a diferentes forças institucionais. De um lado do país, na costa do Atlântico, a cidade de Xalapa; capital do estado de Vera Cruz, terra do Cartel de Los Zetas; de outro, na costa do Pacífico, Culiacán, capital de Sinaloa, sede do cartel de mesmo nome; e no centro, a Cidade do México, com seus mais de 8,5 milhões de habitantes e uma região metropolitana que ultrapassa a casa de 20 milhões de pessoas.

De forma bastante distinta, mas igualmente perversa, os moradores de bairros populares dessas cidades, a exemplo de visitantes, vivem a transterritorialidade impostas na e pela disputa de territórios entre forças legais e ilegais. Eles são obrigados a contornamentos diários e sofrem com contenções tanto temporárias quanto permanentes. O ir e vir parece ser sempre controlado. Nas rodoviárias de Cidade do México e Xalapa, as bagagens de mão e os passageiros passam por detectores de metal. Em alguns horários do dia, os portais são guarnecidos não apenas por seguranças, mas policiais armados.

Nas próximas páginas, a exemplo do que já fizemos em cidades brasileiras e colombianas, apresentaremos elementos que sustentam nossa argumentação. Começemos pela capital mexicana, a Cidade do México.

...

Cidade do México

Tepito – el barrio bravo

Encravado na região central da Cidade do México, Tepito é um dos bairros mais populares da capital – e um dos mais violentos, concorrendo com os bairros do Norte, onde a geografia acidentada se assemelha à de Rio de Janeiro e Medellín. Alinhado à Avenida del Trabajo, Tepito tem a maior concentração de comércio informal da cidade – tradição comercial que remonta à era pré-hispânica (OMASTOVÁ, 2017). São quarteirões e quarteirões de tendas, em uma reunião chamada de *tianguis* (mercado de rua), onde se pode encontrar eletrônicos chineses, roupas de grife falsificadas e réplicas de armas. O bairro abriga ainda dezenas de *vecindades*, conjuntos habitacionais de pequenos apartamentos, geralmente de dois pisos, que

compartilham um pátio. Esta estrutura habitacional pode ter servido de inspiração para a criação, nos anos 1970, do programa de televisão *El Chavo del Ocho* (*O Chaves, no Brasil*), de Roberto Bolaños, o Chespirito.

Figura 24 - Imagem de satélite de tendas cobrindo ruas inteiras no central de Tepito



Fonte: Google Mapas

A imagem do seriado pouco se parece com o Tepito de hoje. A vista por satélite revela um bairro sitiado (figura 24). Sob as tendas, as regras são impostas por um grupo criminoso local responsável pela venda de entorpecentes e por extorsões de comerciantes e migrantes. Só trabalha na região quem aceita a “segurança” do grupo, dizem os moradores. Quem mora ali parece ter de se submeter às mesmas regras. O território, como a imagem mostra, pode ser classificado como funcional, um território do dinheiro, para usar a expressão de Milton Santos. O fluxo de pessoas e a circulação de mercadorias parece acontecer sem um olhar mais atento das autoridades municipais e estaduais. O labirinto de tendas e lojas cria um território dominado pela lógica comercial informal. Os moradores estão distantes de uma possibilidade de alcançar um território apropriado na e pela cultura. Como vimos durante nossa visita, eles são submetidos a regras de condutas informais. Eles têm hora para ir e vir. Poderiam pensá-los

como indivíduos paradigmáticos, nos termos de Raffestin, sujeitos a um território que lhes é imposto no e pelo crime organizado.

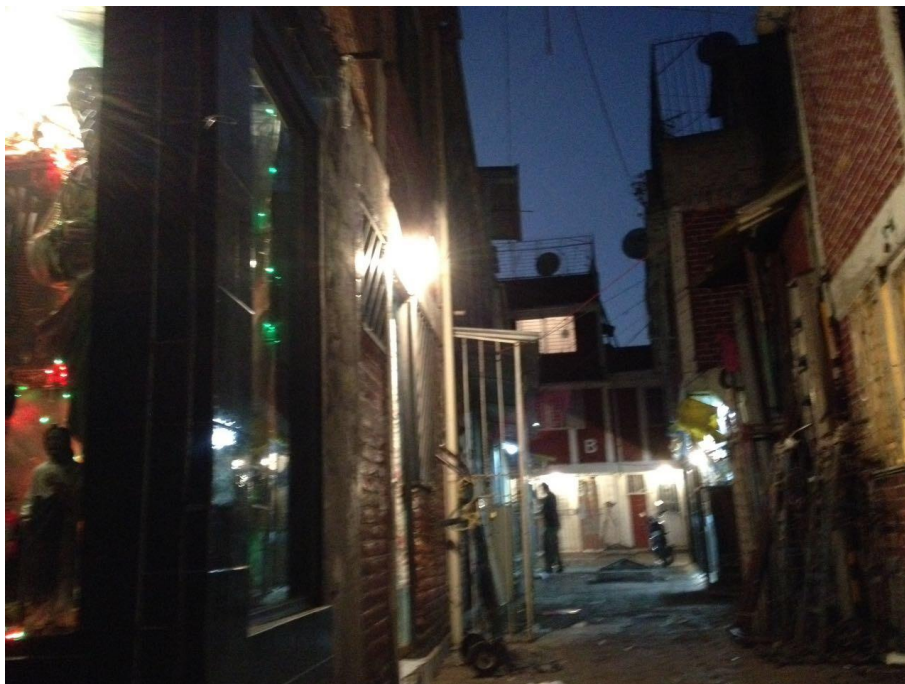
Figura 25 - Vecindades são protegidas por portas de ferro em Tepito



Fonte: o autor

O bairro também recebeu a alcunha de Barrio Bravo. Ao longo das últimas cinco décadas, as redes de comércio ilegal, a chegada de novos moradores e a falta de planejamento urbano parecem ter afetado a vida no local. As crianças são orientadas a brincarem do lado de dentro. Cada *vecindad* tem um portão de ferro (figura 25), geralmente fechado com cadeado. Sem essa proteção, os pátios estão desprotegidos da movimentação de desconhecidos entre milhares de tendas. Antes, disseram os moradores ouvidos, podiam chegar de motocicleta ou carro até suas *vecindades*; hoje, muitos deles não possuem permissão dos *seguranças*. Quem anda de motocicleta entre as bancas são os *seguranças*.

Figura 26 - Interior de uma vecindad em Tepito



Fonte: o autor

O senso de comunidade parece sofrer com a fragmentação do espaço no e pelo comércio informal década a década. Já havia problemas com segurança antes dos anos 1980, mas os moradores atribuem a mudança mais drástica ao processo de urbanização do local após o terremoto de 1985. *“As coisas eram diferentes até o terremoto de 1985. Todo mundo se conhecia, nós não tínhamos banheiro dentro de casa, era um banheiro público. Também lavávamos roupa no pátio”*, conta uma de nossas entrevistadas, uma costureira de 65 anos que reside em Tepito desde que nasceu. Para ela, a reforma após o terremoto desconfigurou as vecindades: *“na reforma, construíram um segundo piso, colocaram banheiro. As pessoas se isolaram um pouco, pois não precisavam mais compartilhar o banheiro e a área para lavar e secar roupas. Isso aumentou com a chegada de gente de fora trazida pelo governo depois do terremoto”*, lembra ela. Muitas das *vecindades* têm pátios pequenos e abrigam poucos apartamentos (figura 26).

A senhora sexagenária diz não se sentir mais segura. Sua rotina é afetada pelos horários e pela dinâmica do comércio. *“A gente mantém o portão sempre fechado, pois tem muita movimentação lá fora de gente que não conhecemos”*, completa. A proteção adicional dos moradores de sua vecindad é a fé – imagens sacras, incluindo a de São Judas Tadeu (tido como o santo das causas difíceis e comumente ligado à religiosidade do narcotráfico), estão na entrada da vecindad em um capitel.

A costureira mora em uma área onde são registrados frequentemente casos de homicídios, e o microtráfico se revela um problema adicional. Tepito foi disputado nas últimas décadas por mais de um grupo criminal. Chegou a se dizer que as atividades ilegais tinham a coordenação do Cartel de los Beltrán Leyva. Quando realizei o campo em 2016 e atualmente – segundo informes de moradores e pesquisadores ouvidos ao final desta tese –, a área está sob comando do grupo local chamado *La Unión*. É um grupo fragmentado, mas que institui regras e rotinas em Tepito.

Figura 27 - Olheiros controlam o movimento de pedestres entre tendas de Tepito



Fonte: o autor

A estrutura de controle é grande e conta com vigias, como demonstra a figura 27. Elas, no entanto, precisam de contexto. A cada rua que dá acesso às *vecindades*, geralmente repleta de tendas de comerciantes, há um ou mais seguranças. Para acessá-las, muitas vezes, é preciso pedir autorização. O pedido é necessário sempre que eles desconfiarem da intenção de quem quer entrar. Em nosso caso, visitamos o local em uma tarde de domingo, eu estava acompanhado de um pesquisador social mexicano, que negociou nossa entrada “para conhecer

o lugar”. Durante a caminhada entre *tendas*, fomos monitorados. Optamos por caminhar por entre as *tendas* enquanto meu guia mantinha contato com o filho da costureira, um funcionário público de 44 anos, que aceitou também ser entrevistado. Ao confirmar que estavam em casa, optamos por entrar discretamente na *vecindad*. O portão estava entreaberto, à nossa espera. “*Eles estabelecem as regras, antes tínhamos mais liberdade, falávamos com os moradores de outras vecindades, hoje estamos mais isolados*”, afirma ele.

Figura 28 - Sem capacetes, seguranças patrulham Tepito



Fonte: o autor

A figura 28 indica como os seguranças monitoram o interior das alamedas mais movimentadas. Em motocicletas, não se preocupam com o uso de capacete. Quando chegamos ao local, percebemos a presença de dezenas de policiais que, aparentemente alheios ao que se passa entre *tendas* e *vecindades*, patrulham o trânsito caótico na avenida principal. Entre as quadras internas, entre as vielas que interligam as *vecindades*, durante todo o nosso recorrido, nenhum policial foi avistado. Ao deixar o local, algum tempo depois de o comércio fechar as portas à noite, os policiais haviam sumido também. A área à noite, como alertou nossa

entrevistada, é perigosa. Algumas quadras à frente, na *vecindad* de nossos entrevistados, que não precisamos aqui por questões de segurança, está a praça *Parque Recreativo Ramón López Velarde*. Antigo ponto de lazer, segundo os moradores, estava tomada por lixo, abrigo de forma precária usuários e vendedores de drogas. Saímos de Tepito com a sensação de que a informalidade ilegal parece ter enfraquecido as institucionalidades formais. A exemplo do que vimos em outras cidades, o “*eles*” é usado indistintamente para forças policiais e grupos criminais pelo morador, que se sente sujeitado a ordens díspares.

Sob o ponto de vista geográfico, eles vivem a sobreposição de duas territorialidades, uma marcada pelo mundo oficial, outra imposta pelo grupo *La Unión*, ambas de natureza funcional. Trata-se de uma transterritorialidade imposta. É possível depreender ainda das entrevistas e de nosso viandar que, entre as táticas de contornamentos, está o isolamento dos moradores nas *vecindades* e a adoção de rotinas que priorizem as horas claras do dia. À noite, eles não costumam sair e, quando o fazem, redobram a vigilância.

Figura 29 - Tendões praticamente sitiam moradores em Tepito



Fonte: o autor

A autorização para manter uma banca em Tepito depende de duas instituições. De um lado, é preciso obter a documentação junto à subprefeitura responsável pela região. De outro, é necessário que os líderes do tráfico aprovem a nomeação, como contou o pesquisador que nos guiou por entre as vielas. A atuação das tendas, portanto, está também regrada por duas institucionalidades, ora concorrentes, ora associadas.

O controle da circulação de pessoas se dá tanto por barreiras permanentes quanto temporárias. Cercados por bancas produzidas com gradis (figura 29), os moradores parecem estar *atrás das grades*. Por vezes, são obrigados a contornar dezenas de metros de tendas para chegar e sair de casa. “*Não tem como chegar de carro, de táxi, trazer as compras do mercado, por exemplo, é tudo apertado. Quando algumas bancas são desmontadas, mas a maioria é fixa, sobra mais espaço para passar, só que aí já é noite*”, afirma o morador entrevistado, filho da costureira. A contenção também se dá pela vigilância dos olheiros. Com a presença dos seguranças, os moradores parecem também não ter privacidade. Dificilmente, um morador poderá ter preservada a identidade de uma visita. O clima é tenso boa parte do tempo. A contenção ilegal permite o melhor uso do território pelo grupo ilegal.

Figura 30 - Entorno de Tepito carece de serviços públicos básicos



Fonte: o autor

As eventuais intervenções do Estado se dão apenas na forma de força policial, gerando somente barreiras temporárias adicionais. Os equipamentos públicos estão abandonados. O lixo

se acumula em vias mais periféricas do bairro e do parque já citado, como demonstra figura 30. Os moradores de rua estão desassistidos. Definitivamente, o Tepito de agora não lembra a *vencidad* dos anos 1970 romantizada por Bolaños.

Bairros do Norte e os limites com Ecatepec de Morelos

A região Norte da Cidade do México é outro ponto em que os moradores vivem sob territorialidades concorrentes. A área limítrofe entre a capital e Ecatepec de Morelos muito se parece com as formações urbanas do Rio de Janeiro e Medellín. Colônias localizadas às margens da autoestrada México-Pachuca estão entre as mais violentas, quase todas elas situadas nas encostas de morros, como o Cerro del Peñon. O limite das duas cidades é formado por um cinturão de pobreza. O cerro e a estrada (figura 31) funcionam como estruturas de contenção e evitação.

Figura 31 - Rodovia funciona como muro-duto na região entre Cidade do México e Ecatepec



Fonte: o autor

A falta de equipamentos públicos é evidente. Os moradores, a exemplo de outras cidades onde a urbanização se deu de modo precário em morros, estão sujeitos a barreiras permanentes e temporárias. As vias de acesso são reduzidas. Pese a existência de teleféricos ligando algumas

dessas localidades, o número ainda é insuficiente. Nesta região da cidade, o bairro Santa Clara, de Ecatepec de Morelos, está ligado a seis estações até San Andrés de La Cañada. É a única linha da Mexicable na região.

...

Culiacán

O narcotráfico transformou Culiacán nas últimas décadas. A capital do Estado de Sinaloa passou a ser sede do grupo criado no final dos anos 90 por Joaquín “*El Chapo*” Guzmán, atualmente preso nos Estados Unidos.

Culiacán é a capital de um estado de tradição agrícola. É comum encontrar homens de chapéu e botas. A música que se ouve ao caminhar entre as lojas do centro é tradicional. O centro é movimentado pelo vai e vem de pessoas entre compras, como em qualquer metrópole regional. Com cerca de 900 mil habitantes, no entanto, a cidade registrou altos índices de violência desde os anos 1990. Em 2017, a taxa foi de 63,4 assassinatos por 100 mil habitantes, segundo dados da *Secretaria del Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad*. Nesta década, a menor taxa foi de 38 homicídios por 100 mil em 2014. A violência é cotidiana.

Figura 32 - Casa metralhada abandonada após ataque a traficante em Culiacán



Fonte: o autor

Os enfrentamentos constantes entre rivais que tentam enfraquecer o cartel local em sua sede e o combate policial tornam a cidade um local onde a rotina é marcada pelas execuções e por tiroteios – as chamadas *balaceras*, em espanhol. As marcas da violência estão por toda a cidade. Há cruzeiros em estradas vicinais onde corpos foram encontrados e casas metralhadas (figura 32). Quando cheguei a Culiacán, recebi de um jornalista conhecido, que articulou a entrevista com outro jornalista mais experiente, a orientação de não sair sozinho para além do quadrilátero central da cidade, onde estava hospedado. O risco não era um assalto, mas alguma ação por desconfiança em relação à minha identidade. O mesmo ouvi de um pesquisador social que me recebeu em Culiacán. O limite geográfico era a rodoviária da cidade; depois dali, sem o mesmo movimento de pedestres do centro, eu seria interpelado.

O que percebi, corroborando o que disse um segundo jornalista entrevistado, é que, afastado do núcleo mais central da cidade, o ir e vir é mais claramente vigiado. Ao menos, senti assim. Já na rodoviária, pequena para uma capital, os olhares pareciam mais atentos. Contaram que ali havia *malandros*, como chamam os mexicanos as pessoas que praticam pequenas contravenções. Apesar disso e respeitando a orientação, não me deparei com nenhum sinal de efetiva marcação física de território, até porque, não é uma disputa por pontos de droga que gera a violência endêmica em Sinaloa, esta decorre da tentativa do cartel de manter seu controle territorial sobre a região onde está sediado. Não há disputa entre grupos pequenos, como vemos em cidades como Porto Alegre, pelo varejo da droga.

Figura 33 - Fiéis de Jesús Malverde agradecem "graça" em sua capela



Fonte: o autor

A cidade é marcada por uma cultura *narco*. Muitos são devotos de Jesús Malverde, uma espécie de *Robin Hood* mexicano que virou narcossanto (figura 33). Como veremos no capítulo seguinte, produtos que fazem referência ao cartel e a El Chapo também são comuns em camelôs. Como filhos de El Chapo e outros líderes do sindicato criminoso circulam pela cidade ostentando carros importados e bancando festas, a noite também é influenciada por eles. Ao contrário dos traficantes do Rio de Janeiro, que dificilmente descem ao asfalto, as famílias do narco de Sinaloa gostam de ostentar seu poder no *asfalto*. Como uma cidade rural, como veremos no próximo capítulo, a fé e a cultura *narco* se misturam. É na cidade que está uma capela dedicada a Jesús Malverde, o *santo narco*. O mesmo se percebe em hibridizações na música. A orientação que recebemos é de não “retrucar” ninguém em locais públicos, sob o risco de estar falando com alguém ligado ao tráfico. A regra geral é o contornamento físico de locais e o simbólico em termos de conduta pessoal.

O cartel parece não ter medo de se expor, de se mostrar presente na vida pública da cidade. “*Sofremos frequentemente ameaças para a não publicação de uma reportagem ou para publicação de algo de interesse do cartel. Eles também ameaçam quando uma reportagem publicada está em desacordo com que eles querem*”, conta o jornalista entrevistado. “*É preciso ter cuidado, pois vivemos aqui, e jornalistas estão sendo mortos no México por contrariarem interesses de criminais*”, reforça ele. No mesmo sentido, recente documento da UNESCO referencia 37 assassinatos de jornalistas no México, entre 2012 e 2016, número que vem crescendo²⁰.

Apesar de todas as orientações de como viandar pela cidade, o que por si só já revela como o medo se inscreve nas pessoas que moram em Culiacán, me senti relativamente seguro no centro da cidade. Não há medo de assalto, de roubo a pedestre, como em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. O povo acolhedor – é muito fácil iniciar uma conversa com estranhos – contribui para a sensação de segurança. A insegurança parece circunscrita a uma questão mais ampla, de estruturação de poderes na cidade. Há uma territorialidade informal que garante que todos os espaços sejam, em verdade, também áreas funcionais do sindicato. É como se Culiacán estivesse submetida a duas ordens distintas, e os moradores têm duas regras de conduta a seguir.

²⁰ UNESCO. 2018. World Trends in Freedom of Expression and Media Development: 2017/2018 Global Report, Paris

Figura 34 - Em rua do centro, câmbio negro de dólares sem fiscalização em Culiacán



Fonte: o autor

Os mundos legal e ilegal estão sobrepostos e recursivamente associados. A poucas quadras da rodoviária, dezenas de *banca de câmbio* (figura 34) se enfileiram na rua para troca de dólares por pesos. A céu aberto, sem registros oficiais, ao menos em algumas delas, o dinheiro pode ser lavado. Mulheres e homens bem-vestidos ofertam a melhor cotação a quem passa de carro por ali. A cena incomum, registrada na fotografia, é resultado da grande circulação de moeda estrangeira decorrente da própria ação do cartel. Muitos dos trabalhos são pagos em dólar.

Fora da região central da cidade, contratei um *fixer*, como jornalistas correspondentes chamam taxistas que atuam como guia. Ao lado de outro jornalista, editor de uma pequena publicação semanal sobre crimes, fomos a uma estrada de chão batido conhecida como estrada para *Casa del Lago*. Lá, onde está o *Dique La Primavera*, é local comum de execuções e encontro de cadáveres. Pequenos capitéis na estrada indicam o local de algumas mortes. No dia em que estivemos lá, uma viatura da polícia estava estacionada no acesso principal da estrada. Apesar da presença policial, é uma região compreendida como território funcional do tráfico.

Figura 35 - Mausoléus de narcotraficantes em cemitério de Culiacán



Fonte: o autor

No mesmo dia, conseguimos entrar no cemitério *Jardines del Humaya*, conhecido como cemitério *narco*. No seu interior, sepulturas discretas contrastam com grandes mausoléus (figura 35), como indica a imagem. A maioria deles tem dois pisos, alguns são de familiares de traficantes do cartel mortos.

O cemitério mais parece uma pequena cidade *post mortem*. Demonstra não apenas religiosidade (a maioria possui cruzes, imagens de santos e de Maria), mas pode ser entendido como um sinal de poder. Alguns mausoléus possuem ar-condicionado e sistema de som que toca música sem parar, indiferente se há alguém mais ali rezando ou não pela pessoa morta.

Figura 36 - Las Coloradas sofre com a violência e a falta de equipamentos urbanos



Fonte: o autor

A cena contrasta com a pobreza de áreas do Sul da cidade e da localidade conhecida como *Las Coloradas* (figura 36), no alto de um pequeno cerro, distante do Centro. É nesses locais em que muitos jovens são recrutados pelo cartel, conta o jornalista. Ruas de chão batido, solo irregular e com iluminação pública precária. O sistema de transporte público é precário. Assim como em outras cidades, parte da população mais pobre está segregada em locais sem estrutura urbana. A distância e a falta de meios de locomoção prejudicam a mobilidade. É um conjunto eficiente de evitação. Os ônibus não circulam depois de certo horário e nem todos os táxis aceitam corridas para esses bairros. Se vive a cidade de longe. “*A vista é linda daqui de cima, não?*”, comenta um morador enquanto fotografo a área Central vista de pequeno barranco.

Boa parte dos moradores nessas regiões vive o que os geógrafos empregados neste estudo classificam como transterritorialidade forçada. Ela, contudo, tem uma dupla natureza. Não é apenas uma territorialidade na e pela transição de espaços geográficos (periferia-centro), mas também relativa à sobreposição de regras entre o legal e ilegal dentro do próprio bairro. Códigos que operam simultaneamente. É deste mesmo tipo a transterritorialidade vivida pela maior parte da população sinaloense. Sem necessariamente cambiar espaços geográficos, sem

mover-se, os moradores também das áreas centrais de Culiacán vivem a transterritorialidade que decorre de territorialidades concorrentes.

...

Xalapa

Com pouco mais de 400 mil habitantes, Xalapa é a capital de Vera Cruz, Estado com um dos mais importantes portos mexicanos na costa do Atlântico, localizado na cidade de Vera Cruz. Xalapa é o centro político e polo universitário. Distante algumas horas de carro da disputa travada pelo controle das docas veracruzanas pelos cartéis de Los Zetas, naturais dali, e de Jalisco Nueva Generación, força insurgente em nível nacional, Xalapa vive aumento gradual da violência nos últimos anos. A taxa de homicídio saltou de 4,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2011 para 16,3 em 2017. O índice ainda é baixo se comparado às demais cidades visitadas neste estudo, mas parece reflexo da disputa entre cartéis.

De cidade tranquila a palco de execuções, Xalapa é um município onde moradores de colônias mais populares, como Revolución e José Vasconcelos vivem efetivamente uma dupla territorialidade. Não fica claro quem está no comando informal da área, mas é imprescindível operar estratégias de contornamento. As pessoas tentam fazer as coisas apenas durante as horas de sol. A lei do silêncio é outra. Nenhum morador pareceu à vontade, mesmo sob proteção do anonimato da pesquisa, em falar sobre a presença de grupos criminais na região. Nosso entrevistado, um universitário de 26 anos à época, afirma que *“as pessoas têm medo de conversar sobre isso, de usar nomes, pois nunca sabemos quem está ouvindo ou o que podem fazer com essa informação”*. O estudante também comenta que muitos, nas comunidades, acreditam que o desaparecimento de jovens está relacionado à ação dos grupos criminais. Recentemente, a descoberta de um cemitério clandestino em Colina Santa Fé com mais de 200 corpos, a menos de duas horas de carro do Centro da cidade, reforça a teoria popular.

Durante nossa estada na cidade, fomos orientados a ter cuidado com os sequestros. Outra preocupação era com o rapto de mulheres, já que estava acompanhado de minha namorada, também pesquisadora e jornalista. As orientações dadas por pesquisadores sociais que nos receberam na cidade encontraram eco nos discursos das pessoas com que conversamos na rua. *“Param o carro e te jogam para dentro, assim mesmo, na rua, à luz do dia”*, contou outro estudante com quem conversamos. Pouco antes de nossa viagem, a cidade havia registrado o rapto de uma jovem, filha de uma autoridade local, que fora libertada horas depois.

Figura 37 - Em colônia José Vasconcelos a falta de infraestrutura contribui para controle territorial em Xalapa



Fonte: o autor

Nas colônias mais populares, as pessoas adotam rotinas de proteção. Não há toque de recolher, mas o movimento de pedestres à noite é pequeno. Em vielas internas, como demonstra a imagem, todos estão dentro de casa logo após o cair da noite (figura 37). “*Ninguém sai depois das 22 horas para caminhar, é uma proteção*”, disse nosso entrevistado. Distante apenas seis quilômetros do centro de Xalapa, mas estigmatizado como bairro violento, Revolución tem comércio popular forte e parece viver uma rotina independente. Percebemos a rápida mudança de movimento nas ruas quando estivemos na região. Na avenida que une as duas colônias, pouco tempo depois do anoitecer, com a chegada de moradores vindos de outros pontos da cidade, o movimento caiu drasticamente.

Fora das vias principais, falta saneamento, asfalto e iluminação pública. Algumas vias só podem ser atravessadas a pé por serem estreitas ou terem o solo muito irregular. Realidade que destoa do belo e organizado centro da cidade. O contraste deixa evidente a falta de prioridade do poder público com ambas as colônias visitadas

Figura 38 - Linha férrea é barreira permanente a fluxo de veículos em Xalapa



Fonte: o autor

No caso da colônia de José Vasconcelos, é uma linha de trem que separa a localidade do resto da cidade (figura 38). É uma intervenção que opera como barreira fixa, de evitação, que só em alguns trechos pode ser cruzada por carro. Com a construção de casas e muros em sua extensão, a via férrea se transformou em uma espécie de muro-duto. Além de trens, contudo, é comum ver o movimento de moradores de rua que instalaram pequenos casebres de madeira e lona às margens dos trilhos. É uma faixa que separa Vasconcelos do resto da cidade, reduzindo as vias de acesso ao bairro. A urbanização precária, com a abertura de vielas estreitas, não sinalizadas, dificulta o trânsito de pessoas.

Ao menos no dia de nossa visita, policiais foram vistos apenas em viaturas, nenhum a pé. Eles transitam, mas de fato não parecem estar no território efetivamente. Por outro lado, os moradores parecem estar certos da permanência de grupos criminais na região. É um medo difuso. Uma espécie de territorialidade ilegal que os próprios moradores não têm consciência de sua extensão. Na dúvida, eles optam pelo contornamento baseado no isolamento doméstico.

O medo, no entanto, parece ser distinto do sentido em Sinaloa, onde o receio é cruzar a frente de um líder do tráfico ou acabar no meio de uma balacera. Pese o medo do tiroteio, é o receio do sequestro e de ser morto por ser testemunha de algo que amedronta os moradores. “*Temos como regra não falar dessas coisas aqui por questões de segurança. Percebemos, por outro lado, um certo descaso das autoridades com a região*”, conta o entrevistado.

Os moradores das colônias visitadas vivem uma transterritorialidade imposta pela concorrência de territorialidades legal e ilegal. Há um processo em curso de des-re-territorialização que está a produzir um território funcional. Em outras palavras, o espaço físico deixa de ser apropriado pela cultura popular local para ser dominado por estratégias de controle ordinário.

3.4 Resumo [1]

Neste capítulo, após discussão teórica e apresentação dos achados de campo, consideramos:

- diferenciar os conceitos geográficos de espaço, lugar, paisagem e território;
- distinguir territórios funcionais, em que há domínio utilitário do espaço, de territórios simbólicos, quando há apropriação cultural;
- compreender os processos de formação de territórios como processos de des-re-territorialização;
- admitir a existência de múltiplos territórios;
- diferenciar território de territorialidade, sendo ela entendida em sentido mais amplo do que território, sendo condição teórica para a existência de um território, tenha ele existência efetiva ou não, e tendo ela, nessa perspectiva, uma concepção claramente distinta de território, enquanto *abstração* analítica e dimensão imaterial ou identidade territorial;
- conceber a possibilidade da multiterritorialidade;
- considerar, em decorrência disso, a possibilidade de uma transterritorialidade, definida em sentido amplo como um “*estar-entre*” territórios e/ou territorialidades;
- classificar as transterritorialidades entre impostas e voluntárias;
- identificar *prós* e *contras* de uma transterritorialidade;
- classificar estratégias, mecanismos e dispositivos de contenção territorial (que dão limites a um território ou territorialidade) não apenas entre barreiras permanentes e

temporárias, como sugere Haesbaert (2014a); mas considerando o controle de circulação a partir de suas intervenções (1) *fixas*, (2) *rotinizadas*, (3) *móveis*, (4) por *meios digitais de vigilância* e (5) pela *intimidação*;

- analisar, por consequência, estratégias de evitação (que motivam a contenção) e contornamento (que desviam a contenção) da população envolvida;
- conceber as territorialidades decorrentes de forças (institucionais) informais ilegais;
- compreender a transterritorialidade imposta a moradores entre territorialidades formais legais e territorialidades informais ilegais.

4. DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Não dá pra fazer alguma coisa que o movimento não goste e achar que eles não vão ficar sabendo – morador do Complexo da Maré.

O crime organizado *reterritorializa* o espaço a partir de sua força institucional.

No capítulo anterior, assumimos que a territorialidade se realiza, dialógica e recursivamente, a partir de condicionantes culturais e institucionais (esferas política e econômica). Agora, neste capítulo, discutiremos, de forma mais detalhada, as implicações dessa afirmação em relação às instituições. Primeiro, apresentaremos, depois de breve revisão, a definição de instituição empregada neste estudo. Depois, discutiremos seu papel na modernidade tardia, suas diferentes formas de existência e, por fim, traremos evidências que sugerem que o narcotráfico não apenas impõe regras ligadas a uma territorialidade de tipo específica, mas institui normas de conduta ou *institucionalidades informais e ilegais*.

Apresentamos aqui nossa interpretação de tipo institucional para a compreensão do surto de violência na América Latina. O primeiro passo nessa direção será sublinhar as institucionalidades como um termo correlato à definição de instituição empregada aqui. Em seguida, a partir de uma proposição de que poderíamos classificá-las entre *formais* e *informais* e ainda em *legais* e *ilegais*, demonstraremos, a partir de evidências colhidas na pesquisa de campo, como a organização para o tráfico reestrutura o espaço, produzindo orientações de caráter normativo. Por último, sugerimos compreender as territorialidades no e pelo mercado ilícito como *princípios de conduta* que se inscrevem no sujeito.

Em uma primeira aproximação com o seu significado, institucionalidade pode ser entendida como normas que regulam as relações sociais. Como explica Briceño-León (2016b), a institucionalidade não é então um fato legal, mas normativo da sociedade, que pode ou não ser expressada em leis, mas que deve ser expressada sempre na regulação das relações sociais e, portanto, ser conhecida e respeitada em sua conformidade pelos atores envolvidos. Na visão do autor, a institucionalidade *modularia* a relação causal entre violência e variáveis como desigualdade e pobreza. Em outras palavras, seria uma espécie de variável latente. Uma premissa aparentemente defendida por também por North (1990; NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009). Em nossa visão, a institucionalidade deve ser considerada uma variável com *caráter predicativo independente* que deve constar em qualquer modelo explicativo causal que tente dar conta da violência urbana na América Latina.

Como aponta North (1990), a institucionalidade seria indispensável a uma ordem social. De ordem simbólica (BOURDIEU, Pierre, 2012), permitiria controle do uso da força em situações de conflito e se constituiria, segundo Coleman (1990), de normas e acordos. A institucionalidade é, portanto, prescritiva (BJERREGAARD, 2014; MERTON, 1938, 1968) de comportamentos desejados e indesejados. Essas regras do jogo, produzidas em nível social, acabam sendo internalizadas em nível individual, dentro de um processo recursivo.

Neste sentido, Briceño-León (2016b) propõe que a institucionalidade para levar a cidades seguras teria de ser um constructo que envolveria: capital social, coesão social, cultura cidadã, como a forma amigável de viver em conjunto, e o Estado de Direito, como a regra da lei na regulamentação do comportamento, com estabelecimento de sanções. Em sua proposta, a segurança cidadã se daria na articulação, portanto, de institucionalidades formais e informais. Por essa percepção, a legitimidade das instituições reduziria a motivação das pessoas para cometer crimes, oferecendo mecanismos formais e informais de controle social (LAFREE, 1998).

A lógica subjacente nesta perspectiva é de que, quanto mais legítimas e equitativas forem as regras, menor seria o risco de serem descumpridas. Uma concepção explicativa que se aproxima da discussão sobre anomia (DURKHEIM, 2000a) segue em direção à anomia institucional (MERTON, 1938), mas avança em compreender a relação entre aspiração e meios para além da dimensão econômica tratada pelo sociólogo norte-americano. Perspectiva individual que avançou em direção à tentativa de compreender grupos sociais desviantes, como demonstraram mais tarde estudos de autores como Edwin Sutherland (1947), com o *aprendizado criminal*, Wolfgang e Ferracutti (1967), com a *subcultura da violência*, e Cloward e Ohlin (CLOWARD; OHLIN, 1967), com a *estruturação das oportunidades ilegítimas*; nos primórdios do que viria a ser chamada de criminologia cultural. Esses processos de construção de identidades grupais em relação concorrente às normas serão apropriadamente tratados no próximo capítulo. Percebe-se aqui, contudo, a interação de caráter recursivo entre instituição e cultura, algo que abordaremos no capítulo seguinte. Para este momento, basta tê-los como pressupostos fundamentais para o que denominaremos, ainda neste capítulo, de *institucionalidades ilícitas – em que o pêndulo “pende” mais para regras com características coercitivas do que baseadas em processo de legitimação institucional*.

4.1 O papel das instituições na contemporaneidade

Para compreender o papel das instituições, precisamos definir melhor o conceito. O primeiro passo é esclarecer de forma mais adequada o que entendemos por instituição. O segundo é propor aqui uma distinção que se revelará crucial em nossa análise entre instituição e organização. Em seguida, por fim, tratar da diferenciação entre instituições formais e informais.

Para começar, há uma certa confusão entre instituição e cultura ou, ao menos, certa zona cinzenta entre noções que ora incluem, ora não, crenças e saberes indissociáveis de aspectos institucionais. Mesmo autores que apresentam noções mais estritas de instituição, vez por outra deixam escapar em algum parágrafo termos referentes mais a processos identitários ou de identificação cultural. Entre os pontos de tensão, estão as discussões sobre aspectos morais e ideológicos, temas nos quais as linhas parecem mais tênues e os equívocos, mais frequentes. Por certo, cultura e instituição estão conectadas de modo recursivo, integram um sistema de pensamento, que já denominamos aqui de noosfera, seguindo Morin (2011b), mas operam em lógicas diferentes, nem sempre concorrentes, mas sempre diferentes. Em decorrência disso, fomos ao encontro de autores que propõem um delineamento conceitual de instituição mais estrito, que, como veremos, vincula essencialmente o termo à noção de regra.

Trataremos então instituição como o conjunto de padrões de interação que governam e restringem as relações dos indivíduos. A maneira mais comum de pensar sobre as instituições é que elas são constrangimentos sobre o comportamento dos indivíduos como indivíduos (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009). Em sua concepção, no entanto, North algumas vezes inclui a *crença* como constituidora do conceito de instituição, o que, pela leitura que fizemos do autor, parece se referir muito mais a uma espécie de confiança no caráter regulador/normatizador da instituição do que a fé em sentido mais estrito.

O traço normatizador é essencial na definição de uma instituição. Embora algumas instituições sejam de natureza religiosa, outras econômicas e outras políticas, é na regulação de rotinas, de fazeres, em que encontramos o potencial explicativo de uma instituição. É um potencial percebido já em uma primeira aproximação lexical: instituir significa estabelecer, fundar. As instituições, pelo próprio fato de existirem, também controlam o comportamento humano, estabelecendo padrões definitivos de imigrantes que o canalizam em uma determinada direção, em oposição a muitos outros que poderiam teoricamente ocorrer (BERGER; LUCKMANN, 2001). Em princípio, a institucionalização pode ocorrer em “qualquer área de

comportamento de relevância coletiva. (...) Não há uma razão a priori para supor que esses processos tendem a uma ‘coesão’ funcional necessária, muito menos a uma coerência lógica sistemática” (BERGER; LUCKMANN, 2001, p. 85). A institucionalização aparece sempre que existe uma tipificação recíproca de ações habitualizadas por tipos de atores. As tipificações das ações habituais é que constituem as instituições (BERGER; LUCKMANN, 2001).

Como alertam autores como North e Parlevliet, tanto na literatura quanto nos debates públicos, muitos deles na esfera política, há uma diversidade, para não dizer confusão conceitual. O termo instituição é usado indiscriminadamente ora para caracterizar estruturas e núcleos sociais em sentido amplo, ora para qualificar empresas de um setor. Em cada área do conhecimento, o termo acaba sendo apreendido de maneira específica e, não raro, distinta de outras, inviabilizando muitas vezes o aproveitando correto de bibliografias, devido a tantas possibilidades diferentes de *unidade de análise*. Ou, o que é pior, a associação incorreta de escolas do pensamento. Parlevliet (2007) sugere enxergar o conceito a partir de três tipos de entendimentos: *instituição como regra; como regra e práticas comportamentais; e como regras e organizações*.

Em nosso trabalho, adotaremos a primeira concepção. Instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente concebidas que moldam a interação humana. Em consequência, elas estruturam os incentivos nas trocas humanas, sejam políticas, sociais ou econômicas (NORTH, 1990). De forma mais específica, vamos assumir instituição como um padrão de formas – *no sentido de orientações a seguir* – partilhadas pelas quais as pessoas podem, a partir delas, viver juntas (LAFREE, 1998). Greif (2006, p. 16), a partir de seus estudos sobre mercados medievais, traz outra interessante definição de instituição: “em situações em que as instituições geram comportamento, os elementos institucionais constituem fenômenos de equilíbrio, que agregam essas características da situação”²¹.

O que é distintivo sobre uma regra é o seu caráter prescritivo, não meramente descritivo. As expectativas, portanto, devem ser normativas: uma compreensão compartilhada de como as pessoas se comportam e se, claro, comportam-se dessa maneira ou não (BRINKS, 2006). Isso não é o mesmo que consenso, muito menos aceitação passiva, pelo contrário. Perceberemos neste trabalho como certos arranjos institucionais se estruturam a partir da tensão, a partir da

²¹ Tradução nossa. Texto original: “in situations in which institutions generate behavior, institutional elements constitute equilibrium phenomena that aggregate these features of the situation”.

divergência entre modos de ver a regra formalizada. Como explica Brinks (2006), isso não quer dizer que toda a sociedade (ou qualquer uma) aprova a regra no sentido normativo: uma determinada regra pode ser vista como abominável, mesmo que seja entendida como a dominante. Assim, Helmke e Levitsky (2006) estão corretos na rejeição de valores compartilhados como pedra de toque para a definição do que é ou não instituição. Em outras palavras, uma regra deve ser realizada por algum agente de controle social para indicar um padrão de conduta que esse agente irá impor (BRINKS, 2006). Ela, como veremos, até pode se inscrever na cultura, mas não obrigatoriamente.

Quando falamos apenas em regras, além do caráter prescritivo, precisamos compreender qual a natureza dessa determinação. Uma norma pode ser mais ou menos rigorosa, ou como preferimos, pode ser aberta ou fechada à possibilidade de agência dos indivíduos. De acordo com Brinks (2006), citando Crawford e Ostrom (1995), as regras podem assumir três formas: podem permitir, exigir ou proibir determinado comportamento. Portanto, uma parte essencial do funcionamento das instituições é o custo das violações e a *severidade* da punição, para que as regras moldem o caráter do *jogo* (NORTH, 1990). Como regras, as instituições incluem qualquer forma de restrição que os seres humanos criam para moldar a interação humana, abrangendo tanto ordenamentos formais quanto configurações informais. Estamos aqui interessados tanto em restrições formais – como regras mais cristalizadas em regulamentos escritos – quanto informais, como convenções e códigos de comportamento, geralmente, não escritos.

Em uma visão mais idealista, Greif (2006) defende até que as instituições poderiam funcionar como sistema de equilíbrio. As únicas regras sociais, no entanto, que podem ser institucionalizadas – que poderiam ser de conhecimento comum, poderiam ser seguidas e corresponderiam a comportamentos – são aquelas que cada pessoa entende como melhores a seguir, dada sua informação, conhecimento e preferência privados. Em nosso entendimento, reside neste ponto a dificuldade de, ao fim e ao cabo, as instituições funcionarem como sistema de equilíbrio [social] ideal.

Para autores como Ellickson, a questão central é outra. Ao assumir o conceito de instituição como conjunto de regras, isso pressupõe aceitar que os atores esperam que os desvios de uma pretensa regra encontrem algum tipo de sanção. O argumento do autor se estrutura na premissa de que uma norma só é norma se estiver contida nela uma punição por seu descumprimento. Sem isso, ela seria mais um conselho, teria apenas um caráter sugestivo e não prescritivo. Instituições, portanto, implicam que o comportamento do indivíduo seja secundário

à regra, não no sentido de menos importante, mas entendido como resultado esperado. Dito de outra forma, instituições têm como natureza o controle social, com previsão de sanções em resposta (ou antecipadamente) ao comportamento eventualmente *desviante* à regra instituída (ELLICKSON, 1991). No entanto, as regras devem ter tanto normatividade quanto factibilidade (BRINKS, 2006).

A regra produz regularidade, que produz ou revigora a regra. Elas estão associadas, mas são fenômenos distintos. Uma é resultado da outra; no entanto, ao contrário do que se poderia crer, não há uma primazia sobre a ordem em que elas podem aparecer. Na verdade, a regra pode levar à regularidade ou uma regularidade pode fundar uma regra, e ambas se nutrem mutuamente em uma relação dialógica recursiva. No caso, lembrando Durkeim (2007), o desvio, o crime, em alguns casos, antecipa a norma por vir.

Se instituição é um conjunto de regras, o que seriam então as institucionalidades tratadas no início deste capítulo? Cremos ser este o momento pertinente para abrir um parêntese para desfazer qualquer confusão. Em conformidade com o pensamento de autores como Briceño-León (2016b; 2012), compreendemos institucionalidade de um modo muito similar à noção de instituição como conjunto de regras associadas a sanções de natureza social, formulação apresentada por North, Helmke, Greif e outros. Embora existam diferenças entre as propostas dos autores trazidos aqui, elas são todas de natureza escalar e não ontológica do que vem a ser instituição e institucionalidade. Alguns defendem a premissa de que as regras devem ser pactuadas e não impostas; outros, que o desvio e a sanção devem guardar proporcionalidade para manutenção do que é instituído; outros, que instituições, formais ou informais, para existir, devem ser consideradas legítimas ou moralmente legítimas pelo grupo a elas submetidas; há ainda os que, como Brinks, se afastam um pouco das discussões sobre legitimidade e moral, para investir mais em uma análise que considere quem institui as regras de conduta e quais mecanismos as sustentam. São todas compreensões de um mesmo processo, a internalização de regras sociais. Não deixaremos de analisar estas concepções no que se aproximam, tampouco no que se diferenciam; conquanto, empregaremos, respeitando o uso feito por cada autor, os termos *institucionalidade* e *instituição* como expressões correlatas. Consequentemente, ainda, ao assumirmos tal posição frente ao conceito, faz-se necessário a separação teórica entre instituição [institucionalidade] e organização.

Embora muitos estudiosos incorporem organizações na sua definição de instituição, é útil, seguindo North (1990), separar as *regras* dos *jogadores*. Todos os autores trazidos a este texto defendem que instituição e organização são coisas diferentes. Na verdade, quando

examinamos os custos que surgem como consequência de um quadro institucional, vemos o resultado nas organizações que se desenvolveram em consequência desse quadro. Giddens (2006) argumenta que o grau de institucionalização é aquele em que o comportamento reflete posições sociais e não características pessoais. “Assim como as organizações formais (como partidos políticos ou sindicatos) devem ser distinguidas das regras formais, as organizações informais (como clãs ou máfias) devem ser distinguidas das instituições informais” (HELMKE; LEVITSKY, 2006, p. 7)²².

Conceitualmente, usando a analogia ao esporte, o que deve ser claramente diferenciado são as regras dos jogadores. O objetivo delas é definir a forma como o jogo é jogado. Mas o objetivo da equipe dentro desse conjunto de regras é ganhar o jogo – por uma combinação de habilidades, estratégia e coordenação; por meios justos e, às vezes, por meios sujos. A modelagem das estratégias e das habilidades da equipe à medida que ela se desenvolve é um processo separado, desde a modelagem da criação, da evolução e das consequências das regras (NORTH, 1990). Para Greif (2006), por outro lado, nas situações em que as instituições geram comportamento, as regras correspondem às crenças e às normas que as motivam, enquanto as organizações contribuem para esse resultado.

As organizações incluem órgãos políticos (partidos políticos, o Senado, uma câmara de vereadores, um órgão regulador), órgãos econômicos (empresas, sindicatos, fazendas familiares, cooperativas), órgãos sociais (igrejas, clubes, associações atléticas) e órgãos educacionais (escolas, universidades, centros de formação profissional). Eles são grupos de indivíduos vinculados por algum propósito comum para atingir os objetivos. (NORTH, 1990, p. 5)²³.

Para Foucault (2000, 2009), a organização é uma fiel arquiteta, que está diretamente envolvida com a sua composição social e seu sistema de autoridade. A instituição pode ser pensada como essa “forma de organizar” a organização. Como adverte Giddens (2006), a geografia de uma organização afetará seu funcionamento, especialmente nos casos em que os sistemas dependem fortemente de relacionamentos informais – mesmo se tratando de organizações formais –, o arranjo de salas, corredores e espaços abertos, os edifícios de

²² Tradução nossa. Texto original: “Just as formal organizations (such as political parties or unions) may be distinguished from formal rules, informal organizations (such as clans or mafias) should be distinguished from informal institutions”.

²³ Tradução nossa. Texto original: “Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers). They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives”.

organizações, por exemplo, podem fornecer pistas básicas sobre como seu sistema de autoridade opera. O mesmo, acreditamos, pode ser alcançado a partir de ruas, praças, sistema de transportes em nível meso e macrossocial.

Uma organização pode integrar uma instituição, pode ser sua produtora e seu produto, mas não poder ser confundida com ela. A organização é a efetivação de uma instituição [institucionalidade, para não esquecermos], ao mesmo tempo que a processa, a produz. De modo complexo, conveniente dizer aqui, é uma relação recursiva e hologramática, para usar os termos de Morin (2012a). A organização carrega em si a instituição, que traz, por sua vez, a organização. A organização também é mais do que a instituição no sentido de que inclui uma efetivação na *physis*, como diria Morin (1977, 2011a), mas também é menos do que a instituição, pois a regra, em necessário, transcende a organização que a definiu, já que também é uma instituição em *tocamento* não apenas com outras instituições, mas organizações. As fronteiras simbólicas que produzem inscrições na *physis*, no homem, no ambiente, em uma relação dialógica entre abertura e fechamento sistêmico. Nesse sentido, as instituições podem ser pensadas como um sistema de ideias, um programa, executado nas e pelas organizações, mas com efeitos [causalidades] que não se limitam a elas. Como veremos, a mesma instituição produz resultados diferentes dependendo do contexto (relação espaço-tempo).

Vejamos o papel da vigilância, que pode ser entendido como um mecanismo de preservação institucional – em outras palavras, deste programa. O papel das organizações como *instituidoras de regras* é importante aqui, pois a vigilância assume várias formas. Uma delas, conforme Foucault (2000, 2009) ao falar do trabalho – mas, acreditamos, extensivo a outras formas organizacionais –, é a supervisão direta. Um segundo tipo, mais sutil, é a manutenção de registros e históricos de subordinados. Há ainda a autovigilância, na qual impera a suposição.

Em contraste com as instituições, organizações consistem em grupos específicos de indivíduos que “buscam” uma combinação de objetivos comuns e individuais por meio de um comportamento parcial ou totalmente coordenado. As organizações coordenam as ações de seus membros, de modo que as ações de uma organização são mais do que a soma das ações dos indivíduos (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009). Por isso, a ênfase neste estudo é dada às instituições, que são as regras subjacentes do jogo, em sua relação com quem produz, ou seja, as organizações. O foco é sobre a relação entre instituições e organizações, levando em consideração que as organizações se aproveitam das oportunidades resultantes do conjunto existente de restrições (NORTH, 1990). Neste sentido, como perceberemos, a mesma instituição produz resultados diferentes, dependendo do contexto. *Podemos concluir, por conta*

disso, que as organizações são criadas para aproveitar essas oportunidades e, à medida que as organizações evoluem, elas alteram as instituições.

Parece pertinente, em um estudo que investiga a produção de territórios no e pelo narcotráfico, a compreensão dos mecanismos de adesão tanto na esfera das organizações quanto da aderência a códigos normativos mais amplos de natureza institucional. Seguindo North, Wallis e Weingast (2009), diferenciamos dois tipos de organizações. Uma organização *aderente* é caracterizada por acordos de autoaplicação, compatíveis com incentivos entre seus membros. Conforme os autores, essas organizações não dependem de terceiros para fazer cumprir acordos internos, pois a cooperação dos membros de uma organização aderente deve ser, em todos os momentos, compatível com incentivos para todos os membros. A outra, segundo eles, seria a organização *contratual*, que, em contraste, usa tanto a execução de contratos de terceiros como os acordos compatíveis com incentivos entre os membros. Para eles, em contraposição com os membros de organizações aderentes, a execução de contratos por terceiros permite aos integrantes das organizações contratadas se submeterem a um subconjunto de acordos entre eles que, de qualquer outra forma, não podem ser compatíveis com incentivos em todos os momentos.

Ao desvincular uma organização de uma necessária identificação de natureza ideológica ou cultural, os autores indicam a existência de organizações estruturadas por contratos de mútuos benefícios, mesmo que esse benefício para um dos lados seja *apenas* de se manter vivo. Como as organizações possuem forte caráter institucionalizador, elas muitas vezes, associadas ou não a outras, produzem mais do que orientações, mas prescrevem condutas. Fica mantida nas instituições, pela leitura dos autores, uma ruptura conceitual entre normas e saberes. Elas dizem respeito uma a outra, mas são distintas. A história gira, pois, em torno do desenvolvimento de formas institucionais que podem suportar [*e são suportadas por*] organizações tanto aderentes quanto contratuais complicadas e sofisticadas, tanto dentro como fora do Estado (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009). Dito de outra forma e antecipando discussão próxima, organizações ilegais, como as ligadas ao narcotráfico, por exemplo, produzem instituições informais e são produzidas por elas.

E o que significaria dizer, na prática, que estamos diante de um mundo institucionalizado ou de institucionalidades? Afirmar que um setor de atividade humana foi institucionalizado seria dizer que ele foi submetido ao controle social. Na visão de alguns autores, os mecanismos de controle, no entanto, dependem do próprio grau de institucionalização – e diríamos de internalização – das regras. Apenas são necessários

mecanismos de controle adicionais quando os processos de institucionalização não são totalmente atendidos (BERGER; LUCKMANN, 2001). O escopo e o alcance dos modos de institucionalização são importantes.

Uma consideração geral importante é a de identificar quais fatores determinam seu alcance. De um modo muito formal, o âmbito da institucionalização depende da generalidade das estruturas de relevância: se muitas ou a maioria das estruturas relevantes forem geralmente compartilhadas em uma sociedade, o escopo da institucionalização será amplo; se houver poucas compartilhadas, esse escopo será restrito (BERGER; LUCKMANN, 2001). Neste último caso, haverá também a possibilidade de que a ordem institucional seja altamente fragmentada, uma vez que certas estruturas de afinidade são compartilhadas por grupos dentro da sociedade, mas não por ela como um todo (BERGER; LUCKMANN, 2001).

Percebemos o caráter dinâmico das instituições, que evoluem e são alteradas pelos seres humanos; portanto, nossa teoria deve começar pelo indivíduo. Como alerta North, os constrangimentos que as instituições impõem às escolhas individuais são penetrantes: integrar escolhas individuais com as restrições que as instituições impõem aos conjuntos de escolha é um passo importante para a unificação da pesquisa em ciências sociais (NORTH, 1990). Outra consequência da segmentação institucional é a possibilidade de existência de subuniversos de significados socialmente gerados, resultante do aumento da especialização em funções. Esses subuniversos de significado podem ou não estar escondidos na visão do todo. Essa *comunidade* será formada pelo grupo que produz continuamente os significados em questão e dentro do qual as referidas identidades se tornam realidade objetiva. Entre esses grupos, pode haver conflito ou competição (BERGER; LUCKMANN, 2001). Como resultado, isso tornaria mais difícil tanto a legitimação total da ordem institucional quanto as legitimações específicas de instituições particulares ou subuniversais (BERGER; LUCKMANN, 2001).

Falar em subuniversos é captar mais do que variações internas dentro das instituições ou das regiões institucionalizadas. É falar da natureza das próprias instituições, sua substância original, sua vocação, digamos. Poderíamos, deste modo, falar em perfis institucionais? Afinal, há regulamentos de todo o tipo, das mediações na e pela religião aos códigos de conduta que disciplinam a vida no crime organizado. O problema aqui, muitas vezes, é o processo de imbricação das regras, como nos casos em que a fé, do tipo religiosa, funda a coragem para o crime.

Uma proposta promissora, neste sentido, é apresentada por Farías (2016). Ele busca se desvencilhar da rigidez de algumas teorizações que polarizam a discussão entre instituições

formais e informais. Conforme ele, uma informalidade pode compor um repertório²⁴ de uma instituição formal e vice-versa. No entanto, é muito claro que, para uma análise institucional, o mais importante não é o nível dos valores, mas, acima de tudo, como os valores de uma determinada instituição são especificados ou aplicados em situações distintas por meio de normas e penalidades (FARÍAS, 2016). Farías (2016) sugere distinguir quatro grandes estratos, perfis ou componentes de estruturas normativas ou institucionais, que regulariam o comportamento dos seus membros:

- 1) *concreto-egocêntrico ou pré-convencional*: depende de um equilíbrio mental egocêntrico e geral imediato dos custos e dos benefícios materiais ou benefícios práticos (*os atores cumprem ou não as "normas" – não necessariamente explícitas*);
- 2) *afetivo-tribal*: a conformidade ou não das regras depende da aprovação ou rejeição social. Quer dizer, implica custos ou benefícios afetivos e sociais, a curto prazo em termos de louvor ou recriminação;
- 3) *cidadão formal*: os padrões são codificados. Eles são aplicados de forma imparcial e sistemática por funcionários e agências especializadas, sendo bem conhecidos da população em geral;
- 4) *doutriniais ou de princípios*: mais do que normas específicas, esses são princípios ou valores gerais que permitem organizar, interpretar e avaliar normas específicas, bem como corrigir suas eventuais lacunas, contradições e conflitos.

Embora as categorias propostas não esgotem as possibilidades interpretativas, permitem um olhar complementar sobre instituições que, de certa forma, se associa à compreensão de identidades ou processos de identificação, como usamos aqui a partir de Maffesoli (2004). Em nosso entendimento, a proposta, menos do que invalidar, na verdade, reforça a compreensão da relação entre dinâmicas e instituições formais e informais que veremos a seguir.

4.2 Institucionalidades formais e informais no cenário latino-americano

Ao longo do dia, somos submetidos a regras formais e informais. Do Código Penal de um país ao *dresscode* de uma festa, somos coordenados a cada instante por parâmetros sociais,

²⁴ Usamos o termo em sentido amplo como conjunto de conhecimentos que podem ser mobilizados.

códigos nem sempre escritos e, em alguns casos, implícitos ou, como defenderemos ao final desta tese, inscritos não apenas no ambiente, mas no sujeito. As institucionalidades, por fim, são mais do que uma disposição legal. Como lembra Briceño-León (2016b), citando Rawls (2003a), podem ser entendidas como um *post contract behavior*, que, segundo Sen (2009), se estabeleceria após firmado pacto social, delineado a partir de metas de bem-estar. O problema é que eventualmente – ou em muitas vezes – não ocorre assim. Um ponto importante é o caráter equitativo que seria exigido desse contrato. Conforme Rawls (2003b), os princípios de justiça mais razoáveis seriam os derivados de acordos mútuos entre pessoas em condições equitativas. Há, no entanto, também, uma outra questão que é relevante na discussão da relação entre o comportamento “real” e o comportamento a partir das instituições: uma vez que o contrato social tenha sido alcançado, as pessoas abandonariam qualquer busca estreita de interesse próprio, fora do contratado, e seguiriam as regras de comportamento que seriam necessárias para efetivar contrato social (AMARTYA, 2009).

A trama social formada por um *sem-número* de regimentos, estatutos e leis também é composta por regras e códigos informais. Nem sempre concorrentes ou antagônicos ao marco formal, as institucionalidades extrajurídicas igualmente produzem modos de viver. Enunciado de outra forma, as instituições informais – regras e procedimentos criados, comunicados e executados fora dos canais oficialmente sancionados – são frequentemente tão importantes quanto as suas contrapartes formais na estruturação das *regras do jogo* (HELMKE; LEVITSKY, 2006; LANCE; NORTH, 2008; NORTH, 1990; NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009; O’DONNEL, 2006). Elas estruturam a interação social ao restringir e capacitar o comportamento dos atores. Definitivamente, esta definição abrange regras tanto formais como informais (ELICKSON, 1991; NORTH, 1990).

Na maioria das vezes, a diferença entre as restrições informais e formais é de natureza escalar. As formais encontram-se cristalizadas em relações mais tradicionais, vinculadas à organização do Estado, à fé e aos modos de produção. As informais estão ligadas a organizações ou associações de organizações de caráter cultural-comunitário e também de viés econômico. Mesmo os códigos de conduta do crime organizado internacional se baseiam em núcleos locais ou nós de redes (locais), para usar os termos do geógrafo Raffestin (1993). Para North (1990), em um contínuo, estariam, em uma extremidade, os tabus e, em outra, as constituições escritas. Helmke e Levitsky definem instituições informais, em contraste com as formais, como “regras

compartilhadas socialmente, geralmente não escritas, criadas, comunicadas e aplicadas fora dos canais oficialmente sancionados” (HELMKE; LEVITSKY, 2006, p. 5)²⁵.

Como apontam alguns autores, regiões onde os marcos legais parecem não estar respaldados por legitimidade, instituições informais assumem o papel de regular a vida cotidiana. As instituições informais geralmente emergem no vácuo criado por instituições formais fracas. Helmke e Levitsky (2006) destacam que, embora algumas instituições informais possam estar enraizadas na tradição cultural, muitas regras informais (padrões ilícitos de financiamento partidário, por exemplo) têm pouco a ver com valores e atitudes maiores da comunidade.

Para Helmke e Levitsky (2006), esse é o caso da América Latina, onde regras informais coexistem com instituições democráticas formais: elas reforçam, subvertem e, às vezes, substituem as regras, os procedimentos e as organizações. Na América Latina, as instituições formais podem ser mais fracas em relação ao Estado de Direito. Durante séculos, segmentos geográficos e da sociedade latino-americana existiram fora do alcance do Estado. Na ausência de controle judicial, a corrupção e a impunidade são endêmicas e a ordem é mantida através de meios extrajudiciais (COTT, 2006). Nesse contexto, é tentador ver instituições de justiça informais, contudo, como soluções benignas – embora imperfeitas – para a demanda por justiça. No entanto, muitas sejam, de fato, consistentes com a lei estadual ou substituam instituições estatais ausentes ou incompetentes, outras são diretamente concorrentes com as leis criminais (COTT, 2006).

Enquanto as instituições formais são regras e procedimentos que são criados, comunicados e executados por meio de canais amplamente aceitos como oficiais, as regras institucionais informais, por outro lado, devem ser aplicadas de alguma forma; em outras palavras, os atores devem acreditar que quebrar as regras carrega alguma forma de sanção – seja castigo físico ou desaprovação social (HELMKE; LEVITSKY, 2006). Os autores destacam a importância de diferenciarmos regras informais de outros fenômenos informais. Um dos riscos é transformar a instituição informal em uma categoria residual, usada para descrever virtualmente qualquer comportamento que se afasta ou não seja explicado pelas regras formais, alertam Helmke e Levitsky (2006).

²⁵ Tradução nossa. Texto original: “socially shared rules, usually unwritten, that are created, communicated, and enforced outside officially sanctioned channels”.

Já Brinks (2006) centrou-se exclusivamente na forma como as regras informais são criadas, e não nos meios de comunicação e execução. O autor investigou a violência cometida por policiais contra suspeitos de crimes no Brasil. Sua intenção era demonstrar a existência de instituições informais e ilegais praticadas por atores que integram organizações formais e legais. “Uma instituição informal existe se um desvio de um certo padrão de conduta informalmente pré-definido gerar provavelmente alguma ‘sanção externa’ aplicada por agentes relevantes do controle social” (BRINKS, 2006, p. 204-205)²⁶(BRINKS, 2006, p. 204–205). Para ele, a definição de comportamento desviante é bastante simples, pois o ator desviante é o envolvido no comportamento primário que a regra formal aborda (BRINKS, 2006). “O comportamento em questão é observado e não é punido por instâncias oficiais de execução? (...) Há evidências de que os atores relevantes conhecem a regra, antecipam as consequências de uma transgressão e orientam sua conduta em conformidade?” (BRINKS, 2006, p. 207)²⁷. Brinks (2006) aponta ainda que, nesse sentido, é necessário distinguir entre a aplicação fraca ou inexistente de uma regra e a tolerância atual das violações por parte de pessoas em posição de autoridade. A regra carrega consigo a possibilidade de sanção; deste modo, se os atores reconhecem que seu comportamento é limitado pelas consequências secundárias antecipadas de não seguir a regra, podemos concluir que uma regra está em ação (BRINKS, 2006).

Pese o esforço em definir a instituição de regras informais, Brinks erra, ao nosso entender, em definir desvio a partir da norma formal. Se optasse por uma noção mais ampla, considerando comportamento desviante todo e qualquer ato de resistência à regra, seja ela formal ou informal, legal ou ilegal, sua concepção de desvio ajudaria a compreender dinâmicas sociais como a lei do silêncio em bairros violentos. Em síntese, se um conjunto de regras informais concorrentes institui condutas a ponto de prescrever sanções, devemos classificar o comportamento de um indivíduo que desrespeita tal código como desviante? Se sim, temos de admitir que, em situações específicas, esse mesmo indivíduo pode estar sujeitado a dois marcos institucionais concorrentes e, por isso, inevitavelmente em condição desviante. Não importa o lado escolhido – o lado da “polícia” ou dos “bandidos” –, ele sempre será suscetível a algum tipo de punição de algum *lado*. Em comunidades sob domínio territorial do narcotráfico,

²⁶ Tradução nossa. Texto original: “an informal institution exists if a deviation from a certain informally prescribed standard of conduct is likely to the relevant agents of social control”.

²⁷ Tradução nossa. Texto original: “Is the behavior at issue observed and not punished by official enforcement instances? Is there evidence that relevant actors know the rule, anticipate the consequences of a transgression, and guide their conduct accordingly?”.

implacavelmente, o morador tem de singrar entre territorialidades estabelecidas a partir de institucionalidades concorrentes. Ele está sempre em condição desviante de uma ou outra regra (legal ou ilegal). Eis a necessidade de operar o jogo duplo de Maffesoli (2011) para escapar das sanções impostas pelas regras antagônicas.

É importante lembrar que a definição de instituição exige que o conjunto de regras informais seja de conhecimento comum; isto é, cada ator conhece as regras e sabe que todos os outros, no contexto relevante de interação, também as conhecem. Existe a expectativa generalizada de que “todos” seguirão as regras e que, em caso de falha, algum tipo de punição se seguirá (O’DONNEL, 2006). A questão é: em que medida e em que áreas as regras institucionais informais realmente governam o comportamento, e em que medida e em que áreas esse comportamento é inconsistente com (ou em oposição a) as regras formais da democracia (O’DONNEL, 2006). Conforme O’Donnel (2006, p. 288)²⁸:

Essas regras, como tal, têm pelo menos três características: (1) envolvem algum tipo de sanção em caso de violação ou negligência grosseira, embora possa haver um ator pré-designado para aplicar a sanção; (2) são conhecimentos comuns no contexto relevante de interação; e (3) prescrevem algum tipo de ação (ou, em alguns casos, omissão) por parte dos sujeitos que atuam no contexto relevante.

Diante disso, Helmke e Levitsky (2006, p. 6, grifo do autor)²⁹ postulam quatro distinções que julgamos importantes:

Primeiro, as instituições informais devem ser distinguidas das *instituições fracas*. (...) Em segundo lugar, as instituições informais devem ser distinguidas de outras regularidades informais. (...) Em terceiro lugar, as instituições informais devem ser distinguidas das *organizações informais*. (...) Quarta, voltamos à distinção entre instituições informais e cultura.

Como advertem Helmke e Levitsky (2006), muitas instituições formais são ineficazes, na medida em que as regras existem no papel e, na prática, são amplamente ignoradas. Contudo, a fraqueza institucional formal não implica necessariamente a presença de instituições

²⁸ Tradução nossa. Texto original: “These rules, as such, have at least three characteristics: (1) they entail some kind of sanction in case of being violated or grossly ignored, even though there may not be a predesignated actor to apply the sanction; (2) they are common knowledge in the relevant context of interaction; and (3) they prescribe some kind of action (or, in some cases, omission) on the part of the subjects acting in the relevant context”.

²⁹ Tradução nossa. Texto original: “First, informal institutions should be distinguished from *weak institutions*. (...) Second, informal institutions must be distinguished from other informal behavioral regularities. (...) Third, informal institutions should be distinguished from *informal organizations*. (...) Finally, we return to the distinction between informal institutions and culture”.

informais. Nem todos os comportamentos padronizados são obrigatórios pelas regras. As regularidades do poder podem ser um produto de uma variedade de outros incentivos. Há de desencadear desaprovação social ou sanção para ser uma instituição. Embora a fronteira cultural entre as instituições seja tênue, a estratégia é compreender as instituições informais em sentido estrito, definindo-as em termos de expectativas partilhadas em vez de valores partilhados, argumentam os autores.

Na tentativa de delinear melhor a relação entre instituições formais e informais, Helmke e Levitsky (2006) chegam a propor uma pertinente tipologia, baseada em duas dimensões. A primeira é o grau de convergência entre os resultados institucionais formais e informais. A distinção aqui é se o seguimento das regras informais produz um resultado substancialmente semelhante ou esperado da aderência estrita e exclusiva às regras formais. A segunda dimensão é a da eficácia das instituições formais relevantes. Por efetividade, queremos dizer até que ponto as regras e os procedimentos que existem no papel são aplicados ou cumpridos na prática. Onde as instituições formais são eficazes, os atores acreditam que existe uma alta probabilidade de que o incumprimento seja sancionado por autoridades oficiais. Onde regras e procedimentos formais são ineficazes, os atores acreditam que a probabilidade de execução (e, portanto, o custo esperado da violação) seja baixa. São elas: (1) *instituições informais complementares (aumentam a eficiência ou eficácia das instituições formais)*; (2) *instituição informal de acomodação (se comporta de maneira a alterar os efeitos substantivos das regras formais, mas sem violá-las diretamente)*; (3) *instituições oficiosas concorrentes (estruturam os incentivos de formas incompatíveis com as regras formais: para seguir uma regra, os atores devem violar outra)*; (4) *instituições informais de substituição (são empregadas por atores que buscam resultados compatíveis com regras e procedimentos formais)*.

Quadro 1 – Tipologia das instituições informais de Helmke e Levitsky (2006)

Resultados/Efetividade	Instituições formais efetivas	Instituições formais não efetivas
<i>Convergentes</i>	Complementárias	Substitutivas
<i>Divergentes</i>	Acomodatícias	Competitivas

Fonte: Helmke e Levitsky (2006)

Os autores observam que as categorias de instituições informais propostas nem sempre são mutuamente exclusivas, pois as instituições informais geralmente servem de catalisadores para mudanças institucionais formais. “As máfias violam diretamente certas leis, mas também podem substituir as agências estatais ineficazes que não conseguem entregar bens públicos” (HELMKE; LEVITSKY, 2006, p. 17)³⁰. A relação inversa também é possível, como o quadro propõe? Se sim, como sugerem os autores, devemos considerar que as instituições informais podem ter um *efeito de exclusão* sobre as instituições formais. Assim, instituições substitutivas e informais podem inibir o desenvolvimento de instituições formais efetivas, atenuando as demandas do serviço prestado pela estrutura formal e encorajando os atores a investir nas regras informais do jogo (HELMKE; LEVITSKY, 2006).

Segundo os proponentes da tipologia, ela permite ainda categorizar a interação entre instituições formais e informais. Adicionalmente, eles pontuam ser importante compreender a origem das instituições informais. Algumas instituições informais surgem endogenamente a partir dos arranjos institucionais formais, em que as suas origens estão diretamente relacionadas com as regras formais, dizem os autores. Algumas são criadas de cima para baixo por um pequeno número de elites locais. Outras instituições informais emergem de uma maneira descentralizada, “de baixo para cima”, o que envolve um grande número de atores sociais (HELMKE; LEVITSKY, 2006).

Os autores apontam quatro razões básicas para o surgimento de instituições informais: (1) a *incompletude* das instituições formais; (2) os atores não têm o poder de realizar mudanças institucionais formais; (3) a fraqueza institucional formal ou as regras formais não têm credibilidade – ou não são aplicadas; (4) os atores buscam metas inaceitáveis publicamente – por poderem ser relativamente discretas, as instituições informais permitem atividades sem escrutínio público (HELMKE; LEVITSKY, 2006).

Por outro lado, modificando ligeiramente a tipologia apresentada, Cott (2006) propõe olharmos primeiro para o grau de contato e coordenação entre uma determinada instituição informal e o Estado e, depois, a propensão das autoridades informais e estatais para alterar suas instituições de modo a ajustar a presença do outro. Nesta dimensão, as instituições podem variar de competir para acomodar. Conforme o autor, onde as práticas informais violam o direito penal e não ocorre o ajuste mútuo, a relação pode ser descrita como concorrente. A relação dessas

³⁰ Tradução nossa. Texto original: “mafias directly violate certain state laws, but they may also substitute for ineffective state agencies that fail to deliver public goods”.

instituições informais com o Estado também varia de acordo com a distância geográfica e cultural dos autores, bem como com a propensão das relações entre comunidade e Estado a serem cooperativas ou conflituosas (COTT, 2006).

A relação entre instituições formais e informais ainda pode levar à composição de arranjos institucionais ilegais. Eles geralmente aparecem como resultado de um consórcio de interesses. Onde a fronteira entre legalidade e ilegalidade é tênue, onde o policiamento é rudimentar, o poder coercivo do governo poderia ser apropriado por grupos voluntários (LANCE; NORTH, 2008). Quanto à forma, os arranjos podem variar de puramente voluntários a totalmente controlados e operados pelo governo. Entre esses extremos, existe uma ampla variedade de estruturas. Cada participante está sujeito ao poder coercivo do governo, e não importa o quanto ele não goste da solução imposta pelo Estado, não pode se retirar sem romper o acordo informal (LANCE; NORTH, 2008).

Conceitualmente definidas, como podemos investigar as instituições informais? O estudo de instituições informais requer uma abordagem mais etnográfica e precisa ser mais intensivo em dados do que apenas um levantamento de instituições formais (BRINKS, 2006; HELMKE; LEVITSKY, 2006). Nesse caminho, Brinks (2006, p. 203)³¹ recomenda dois questionamentos preliminares e encadeados: “observamos os resultados de acordo com a hipótese da regra informal (isto é, regularidades que não podem ser explicadas por referência às regras formais)? (...) As pessoas descrevem determinado comportamento em termos de uma regra de conduta obrigatória?”. De um primeiro *sim*, segundo o autor, passaríamos a investigar se as regras informais derivam – ou não – sua existência em parte do próprio fato de sua operacionalização. Enquanto as leis e outras regras formais podem continuar com o status de lei mesmo que nunca sejam cumpridas, não faz sentido dizer que existe uma regra informal, mas que nunca é aplicada. Como resultado, enquanto a descrição de uma regra informal é o ponto de partida para a investigação, precisamos encontrar evidências mais objetivas de sua existência (BRINKS, 2006). Para aplicar o conceito, segundo Brinks (2006) devemos estar atentos a outro grupo de questões: (1) podemos identificar regularidades não explicadas por instituições formais, (2) podemos descrever o comportamento em termos de uma regra de conduta; (3) podemos enxergar desvios sendo punidos pela regra informal.

³¹ Tradução nossa. Texto original: “Do we observe outcomes in accordance with the hypothesized informal rule (i.e., regularities that cannot be explained by reference to the formal rules)? (...) Do people describe certain behavior in terms of an enforceable rule of conduct?”.

Helmke e Levitsky (2006) descrevem três estratégias complementares para estabelecer a existência de instituições informais: a primeira é gerar hipóteses sobre padrões comportamentais que são consistentes com a existência de uma instituição informal particular e, em seguida, testar empiricamente a presença desses padrões. Uma segunda estratégia é focar diretamente nas expectativas dos atores sobre as regras informais do jogo. Ao examinar o entendimento mútuo das regras pelos atores, pode-se distinguir mais cuidadosamente entre os padrões de comportamento informal e as instituições informais – a etnografia é uma importante ferramenta de pesquisa nesta tarefa. Uma terceira abordagem para identificar instituições informais é focar nos mecanismos de execução. Se o comportamento informal for vinculado às regras, as violações da regra devem desencadear algum tipo de sanção externa (HELMKE; LEVITSKY, 2006). Longe de serem inconciliáveis, essas estratégias permitem, se articuladas de forma complexa, a apreensão empírica e teórica de uma instituição e seu impacto social geograficamente e temporalmente determinado. É o que nos propomos a fazer na próxima seção.

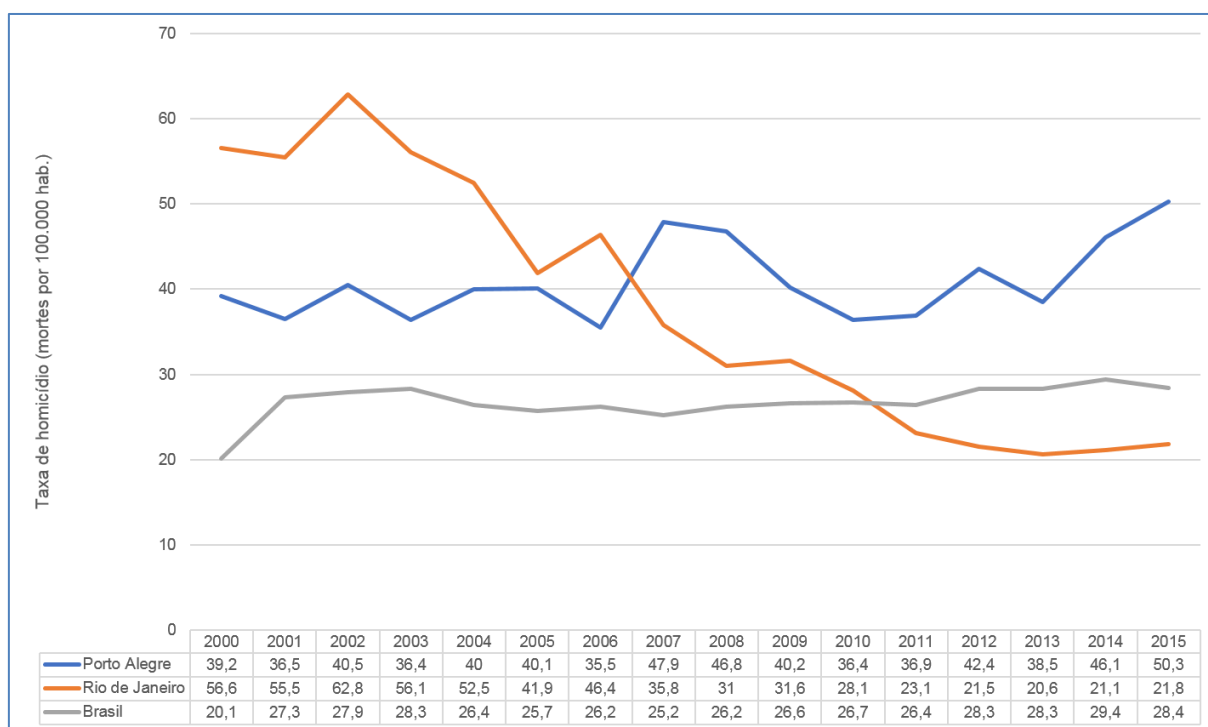
4.3 Relatos e achados de campo: institucionalidades ilegais [regras e códigos impostos pelo tráfico de drogas]

Partimos do pressuposto teórico de existência de instituições [institucionalidades] formais e informais e, derivado disso, de instituições legais e ilegais. Entendidas como regras associadas a sanções, as institucionalidades normatizariam condutas, prescreveriam rotinas e controlariam territórios. Em outras palavras, sugerimos até aqui, basicamente, que instituições poderiam produzir territórios mais ou menos funcionais. Isso, como defenderemos mais à frente, está relacionado de modo recursivo a outra possibilidade de “se fazer território” na e pela cultura. Se, no primeiro processo, o pêndulo pende para um território dominado, de características mais funcionais, no segundo, pende para um território apropriado, de características simbólicas.

A questão-chave aqui é a natureza da relação regra-sanção. Se, em instituições formais pode haver um repertório mais amplo de sanções, das administrativas às penais, liadas ao emprego da violência, no caso das forças institucionais ilegais, o uso da força [violência] é o expediente mais empregado, senão o único. Nesse sentido, as taxas de crimes contra a vida podem nos ajudar a captar a presença de institucionalidades ilegais. Não se trata de descartar outras possibilidades interpretativas para esses indicadores, mas de compreendê-los como uma

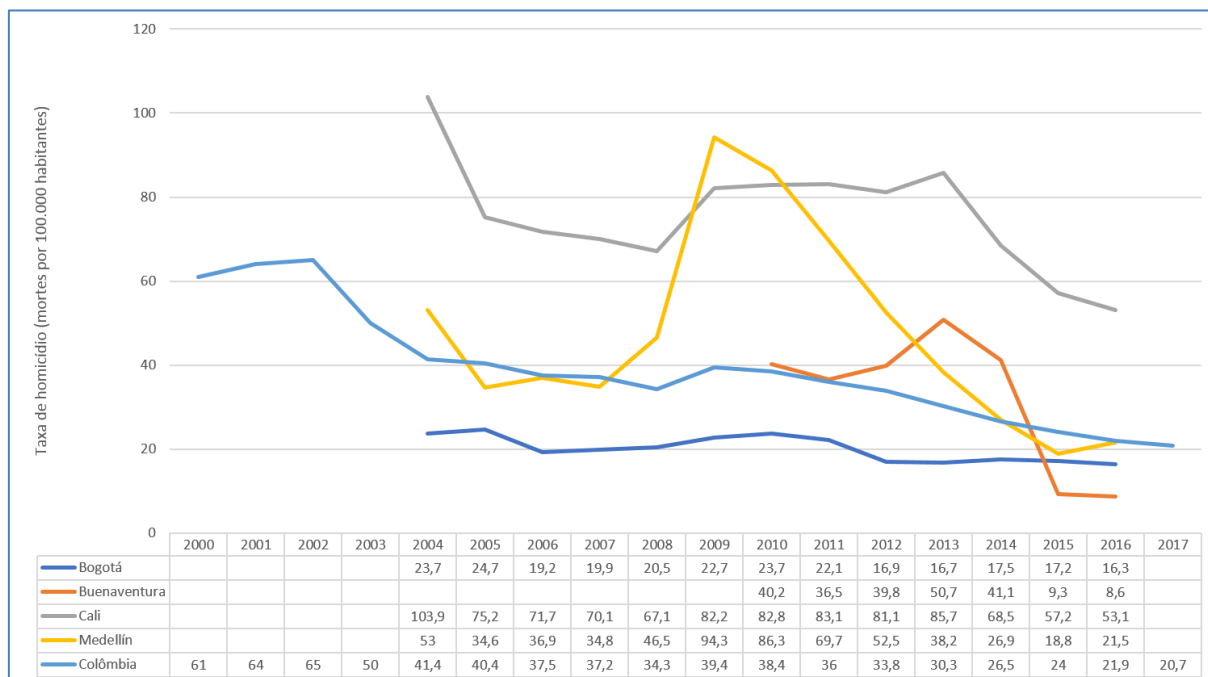
espécie de *proxy* de um tipo de violência institucional informal. Apesar de a taxa em si já remeter à ideia de padrão, estamos interessados em suas oscilações, que apontam de maneira mais forte a um tipo de crime relacionado a contextos determinados. Em outras palavras, enquanto uma taxa alta pode indicar uma relação cultural mais profunda, como as ligadas a questões religiosas ou racionais – portanto, mais estáveis do ponto de vista estatístico –, oscilações históricas anuais mais bruscas em taxas altas podem indicar fenômenos sociais mais dinâmicos, geralmente ligados a forças concorrentes. Uma variação brusca, sabemos, poderia decorrer ainda de um fenômeno episódico – uma chacina ou mortes após protestos –, especialmente em cidades de populações menores, onde qualquer pequena variação nominal se reflete de forma mais agressiva na taxa. Contudo, nos casos das cidades pesquisadas, não foram registrados fatos que responderiam a variações acentuadas.

Gráfico 1 - Taxas de homicídios em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasil (2000-2015)



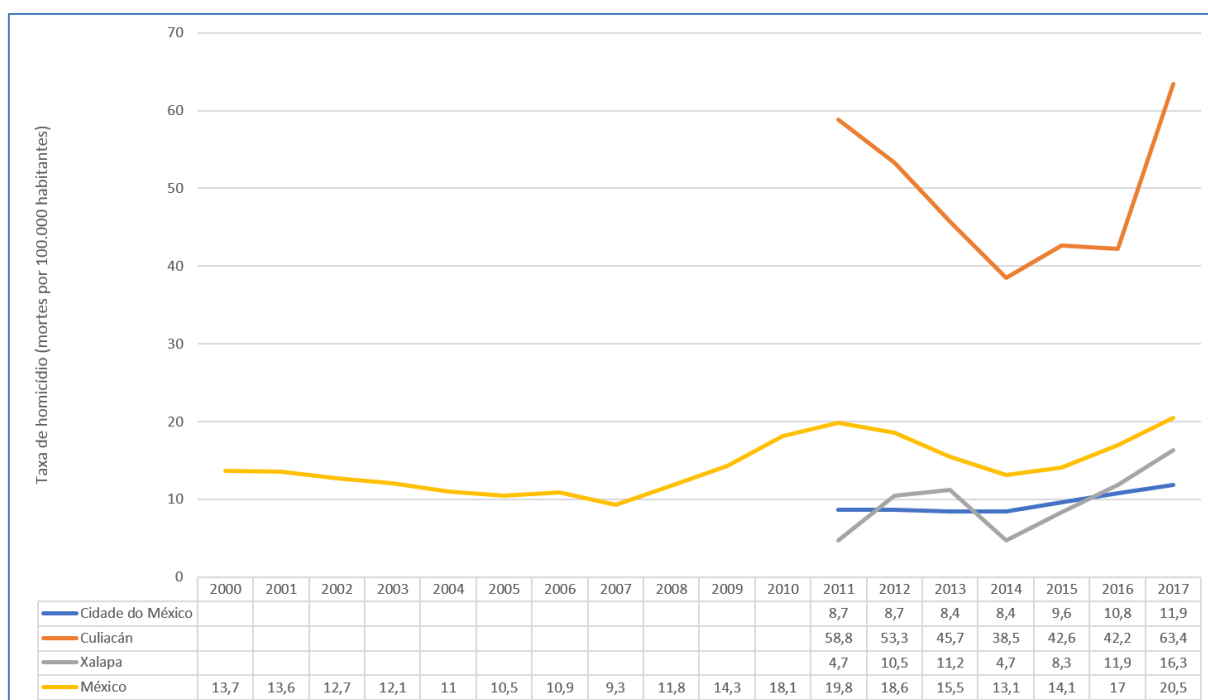
Fonte dos dados: Monitor Homicide - Igarapê

Gráfico 2 - Taxas de homicídios em Bogotá, Buenaventura, Cali, Medellín e Colômbia (2000-2017)



Fonte dos dados: Monitor Homicide - Igarapê

Gráfico 3 - Taxas de homicídios em Cidade do México, Culiacán, Xalapa e México (2000-2017)



Fonte dos dados: Monitor Homicide - Igarapê

Se empregamos a taxa de homicídio como sinal de ações institucionais ilegais nas cidades pesquisadas (gráficos 1, 2 e 3), perceberemos que as taxas, mesmo se mantendo altas, oscilam, em alguns casos, com bastante frequência. Ao se buscar relações em cada cidade, a associação entre institucionalidade e mortes fica ainda mais evidente. Vejamos alguns casos.

Em Porto Alegre, a mudança no número de grupos delitivos, com subsequente aumento das disputas territoriais, elevou drasticamente a taxa de homicídios na cidade. *“Não é que não víamos tráfico, eles tinham a cidade dividida, era um acordo informal, me parece”*, opina o jornalista porto-alegrense entrevistado. O mesmo ocorreu em Xalapa, com a chegada de um grupo externo, e em Buenaventura, com a fragmentação de grupos. No caso de Medellín, os processos que se voltaram a estratégias de segurança cidadã lograram efeito, mas a taxa permanece alta. Uma das razões pode ser o grande número de pequenos grupos – os combos – , associados a estruturas institucionais maiores. Em Culiacán, as taxas parecem ligadas a momentos do *Cártel de Sinaloa* e do seu líder, Chapo Guzmán. À época do campo de pesquisa, a situação estava mais “tranquila” do que nos tempos de crescimento nacional do grupo e do que depois da deportação de Chapo, momento de novo recrudescimento da violência.

Por outro lado, estruturas mais hegemônicas podem levar à redução nas taxas frente a um reconhecimento mais amplo de sua capacidade de estabelecer regras e efetivar sanções, como na Rocinha, que voltou a viver momentos de aumento da violência meses após nossa visita, quando ocorreram dissidências, rachando a organização ilegal que controlava o tráfico no morro. Em Tepito, onde há um grupo produzindo as regras, os moradores têm a percepção de que a violência aumenta quando há tentativas de mudanças mais amplas nas relações de poder. *“Teve um grupo de árabes e, depois, outro de chineses, que tentaram se estabelecer, mas não conseguiram”*, lembra nossa entrevistada local.

Os quadros apresentados nesta seção, nesse sentido, sugerem a relação entre mortes e mecanismos mais gerais, para nós institucionais, de regramento da vida cotidiana. Como se tratam de institucionalidades mais funcionais, elas operam na determinação de territórios de igual característica. A violência decorreria de efetivações das sanções a quem desrespeita as regras gerais instituídas ligadas direta ou indiretamente à manutenção das possibilidades de ação no e pelo território. Eis nossa compreensão da relação entre instituição, violência e território. Ela é funcional, voltada a resultados econômicos. Ela não está livre de interferências simbólicas – pelo contrário, como apontaremos no próximo capítulo. Trata-se, contudo de sua natureza. A violência e sua extensão máxima, a morte, são, portanto, as sanções originais de instituições formais e informais. No segundo caso, são as mais recorrentes, não apenas em sua

dimensão física, mas simbólica. Quanto mais uma organização penetra no meio social, mais seu poder de institucionalidade resulta não da execução da sanção, mas da compreensão mais ampla de sua potência de executar determinada sanção. Em alguns casos, como em Culiacán e nas favelas do Rio, as institucionalidades informais se assemelham a institucionalidades formais. “*A gente tem de respeitar, não tem nada a ver com o que a gente acha ou não*”, explica nosso entrevistado, dono de pequena banca de balas e café no Morro das Palmeiras, no Complexo do Alemão.

Um raciocínio derivado seria a elevação à condição de produtora de institucionalidade qualquer organização que conseguisse estabelecer regras para além de sua estrutura interna. Teríamos de admitir a possibilidade de (*micro*)instituições ou (*micro*)institucionalidades, que, eventualmente, atingiriam escalas sociais mais amplas. É o que propomos aqui. Para isso, contudo, as regras e suas respectivas sanções precisariam ser amplamente (re)conhecidas em determinado espaço[-tempo]. Neste sentido, tanto o *Cártel de Sinaloa*, em Culiacán, quanto os Bala na Cara, em Porto Alegre, carregariam a possibilidade de instituir regras que competem com as instituições formais. Entre elas, ordenamentos territoriais ilegais.

Nesse sentido, o que as entrevistas e as saídas de campo parecem sugerir é que o narcotráfico é percebido, para além de especificidades, como uma instituição em sentido amplo. Algumas falas deixam claro esse caráter institucional genérico que ganha especificidades à medida que é associado a uma configuração delitativa específica. É algo similar aos conceitos institucionais mais gerais, como Estado e família. Aceitar esse enquadramento pressupõe, ao menos, a tentativa de identificar e definir o que poderia ser pensada como uma [narco]institucionalidade. O campo nos indica a observância de externalidade e de continuidade. A primeira surge na fala de moradores que empregam o pronome “*eles*” para se referirem-se tanto a policiais quanto a traficantes, entendidos como agentes institucionais. A segunda é a consciência revelada nas entrevistas de uma certa permanência dos códigos impostos, associada diretamente à existência de uma organização. As duas premissas estão relacionadas de modo recursivo.

Não podemos, entretanto, perder de vista a diferença entre instituição ou institucionalidade e organização, sob o risco de confundir, como lembra North (1990; 2009), regras do jogo e jogadores. É sobre isso que falaremos no subcapítulo se seguir.

4.3.1 O papel das organizações e das redes do tráfico de drogas

Quais evidências encontradas no campo revelariam o papel das organizações criminosas, em determinadas condições, como produtoras efetivas de uma institucionalidade? Esse questionamento orienta este subcapítulo.

Para analisar a possibilidade de as organizações ligadas ao tráfico de entorpecentes serem classificadas como produtoras de institucionalidades, precisamos investigar quatro fatores: (1) estrutura organizacional de uma organização; (2) possibilidades de não apenas criar regras, mas de executar sanções; (3) sua relação com o espaço geográfico; (4) interação com outras forças de organização social. Analisaremos as três premissas neste subcapítulo e a última, na seção seguinte.

O campo sugere uma relação direta entre o tipo de organização criminosa e o poder de impor regras. Em todas as cidades pesquisadas, nomes de grupos mais “consolidados” foram associados a regras mais estáveis. Quanto mais conhecidas, quanto mais corrente seu código de conduta e, principalmente, a razão [matemática] entre regra descumprida e sanção, maior sua influência. Em Culiacán, tanto o código quanto a razão “*regra/sanção*” são bem conhecidos pela população. O mesmo acontece nos morros do Rio de Janeiro ocupados por facções como Comando Vermelho, Ada e Terceiro Comando.

Em Porto Alegre, uma das maiores facções do Estado, possui até um regulamento escrito que orienta seus integrantes. É chamada de *Constituição dos Manos*³², que mescla linguagens jurídica e popular. É um documento similar ao Estatuto do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo (DIAS, 2011). Em ambos os casos, as organizações ilegais, a exemplo das legais, registraram não apenas oralmente, mas por escrito, suas regras de atuação.

Grupos menores, como os que buscam se estabelecer em Porto Alegre, necessitam primeiro efetivar a razão “*regra/sanção*”. Por isso, o emprego do termo consolidado nos parece chave. Não envolve impermanência e, sim, estabilidade. Autores como Bauman (2003, 2008) vêm apontando a relação entre violência e crise institucional. Expandido esse raciocínio para a investigação de instituições à margem do legal, podemos alcançar a relação entre um grupo amplamente reconhecido como hegemônico e seu poder institucionalizador.

³² Uma cópia impressa foi apreendida durante investigação do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul. Em anexo, reproduzimos cópia do documento encontrado.

Dessa forma, a personificação dos líderes também é importante. Mesmo que os moradores consultados optem por não falar em nomes, nos locais onde o chefe do grupo é publicamente conhecido, as regras parecem ser transmitidas de forma mais eficiente. O líder torna-se a “*cara da organização*”. Mesmo que atualmente o *Cártel de Sinaloa* esteja sob gestão operacional de outro traficante, *El Chapo*, preso e isolado nos Estados Unidos, continua a ser a imagem pública do grupo. O mesmo ocorre com o *Nem*, no Rio de Janeiro. Suas figuras públicas e, principalmente, suas posições em relação à razão “*regra/sanção*”, ajudam a consolidar a organização como promotora de regras sociais. “*Todos conocen El Chapo aqui. O que ele fez e do que é capaz, isso tem um impacto social enorme*”, avalia um dos jornalistas ouvidos em Culiacán.

Quais, então, os limites de uma instituição e qual sua relação com as organizações? Voltando à analogia esportiva, a Fifa é uma organização que rege o futebol, mas seus integrantes não são jogadores. Ela institui o código de regras dentro do campo, normatiza os campeonatos e estabelece punições. Mesmo quem não joga profissionalmente é obrigado a compreender e experienciar o futebol a partir do instituído pela Fifa, seja jogando uma *pelada* ou assistindo a um jogo na TV. Não é possível hoje, em uma partida entre amigos, jogar com a bola nas mãos, a menos que você seja goleiro. No entanto, nos primeiros anos do futebol, nem goleiros podiam fazer isso. A mudança não foi apenas organizacional, mas institucional. É uma instituição no sentido estrito usado neste estudo. Do mesmo jeito operam organizações ilegais. Na Rocinha, por exemplo, o Comando Vermelho estabelece as regras referentes ao uso do território. Regulamento informal que deverá ser seguido não apenas por seus integrantes, mas pela população da favela e por quem lá estiver.

A regra, no entanto, se inscreve de modos diferentes em cada pessoa. Se por um lado pode haver anomia, assim como há na relação entre indivíduos e institucionalidades formais, por outro, pode ocorrer uma *supra*-adesão. Como os domínios institucionais – e podemos dizer, também, os territoriais – nem sempre são claros, especialmente quando não estão dissociados, ou pouco associados, há processos simbólicos de legitimação, como produções e traços culturais.

A dimensão das quadrilhas também interfere diretamente no modo em que impõem regras. O grau de institucionalização depende da possibilidade de uniformizar as regras no maior conjunto de espaço possível. Em nenhum bairro visitado onde foi estimada a presença de um grande grupo, os moradores deixaram de se preocupar com possíveis sanções por

abandonarem uma posição de neutralidade, na maioria dos casos, contrariando suas convicções particulares. Operam o chamado jogo duplo referido por Maffesoli (2011).

Isso parece promover uma espécie de *institucionalidade estendida* para além de um real domínio de ação do grupo, seguida, muitas vezes conseqüentemente, de uma territorialidade estendida. Como é difícil perceber até onde o “*braço criminoso*” alcança, mas sabendo que ele pode estar em outros lugares para além dos já conhecidos, a tática adotada pode ser continuar a “se comportar” sempre do mesmo jeito. “*Eu não falo dessas coisas nunca, nem aqui, nem fora daqui*”, comentou um dos moradores da Maré sobre a escala e a extensão do poder das facções.

Outro ponto importante é a relação do grupo com a comunidade e com o espaço geográfico. Em locais onde os grupos nasceram, surge, no discurso dos moradores, uma certa sensação de que eles parecem agir de modo menos agressivo do que em territórios conquistadas *a posteriori*, sem laços e identificações passadas. Em casos como Porto Alegre e Xalapa, onde há disputas ativas por territórios “já dominados” por grupos, o campo sugere um uso mais intensivo da violência para estabelecer a regra. Não é, contudo, intenção deste estudo estimar qual a natureza dessa relação, se ela se baseia em laços comunitários remanescentes ou apenas se há uma possibilidade de consagração da regra por alguma espécie de reconhecimento mais fácil do grupo. Isso já seria outro estudo. O que é fundamental é a detecção de que as regras são “percebidas” de um modo distinto por moradores submetidos a organizações locais e quando estão sujeitados a grupos “externos”.

4.3.2 Arranjos institucionais: entre o legal e o ilegal

A capacidade de uma organização criminosa de impor regras externas a ela está relacionada à composição de forças institucionais. Quanto maior o número dessas forças, maior o esforço para a consagração de regras gerais, sejam elas de natureza estritamente territorial ou que orientem outras esferas da interação social.

Disso deriva a relação entre regra e sanção. Onde há institucionalidades concorrentes, ao fim e ao cabo, será a regra com sanção compreendida como mais dura que terá mais chance de permanecer. Evidentemente há outros fatores importantes relativos à adesão ou não a uma regra, como sua legitimidade e associações morais; contudo, especialmente nos casos em que as regras envolvem decisões de vida e morte, as regras com punições mais severas, com razão *regra-sanção* mais próxima de um para um, tendem a ser mais observadas. Ao menos nas entrevistas, o medo da morte parece sempre ser o definidor sobre qual regra a se seguir.

A existência de regras concorrentes pode levar ainda a uma situação de coexistência de códigos. Assim como podemos viver a transterritorialidade sem nos movermos pelo espaço, o mesmo ocorre com a institucionalidade. Ela é que coloca o morador simultaneamente sob influência de dois ou mais códigos. Na maioria das comunidades, os moradores tinham consciência de que deveriam cumprir tanto regras formais quanto informais. Como algumas regras são visivelmente opostas, o morador vê-se, inevitavelmente, na condição de desviante, tendo que articular soluções a cada momento, elegendo como contornar cada situação.

De forma especial na periferia das cidades visitadas, o que se percebe é a tessitura de um tecido institucional que lia forças legais e ilegais, ou arranjos institucionais, para usar o termo de Lance e North (2008). Esse arranjo se produz de várias maneiras, desde cooperação para benefício mútuo entre organizações concorrentes e/ou entre seus membros, como nos casos corrupção, até estratégias de estabilização ou contenção de crises institucionais, como armistício entre quadrilhas e acordos de divisão de espaços geográfico e/ou mercados. Por outro lado, temos de considerar que qualquer pacto de não agressão, no estrito senso, também gera benefícios mútuos. Não era objetivo deste estudo determinar quais os tipos de arranjos em cada cidade, mas verificar sua presença em manifestações mais perceptíveis.

Figura 39 - Policiais patrulham áreas limítrofes de comunas em Medellín



Fonte: o autor

Os arranjos parecem manter uma *ordem* maior. Assim como não vimos PMs em policiamento a pé sozinhos ou em duplas entre vielas de nenhuma das três comunidades visitadas no Rio de Janeiro, não vimos também em qualquer uma das outras oito cidades. O policiamento no e pelos entornos revela a consciência mútua de existência de distintos territórios. Esse é um pressuposto teórico do território, ele é sempre relacional, medido na e pela relação com outros territórios. Quando um policial, como na figura 39, contorna ou evita uma área pelo risco de ser morto, ele *valida* uma territorialidade estabelecida por potência concorrente.

Figura 40 - Exército patrulha orla de Copacabana



Fonte: o autor

O inverso é verdadeiro. O desfile de fuzis observado pelo pesquisador no Complexo da Maré não se estende a outras áreas onde a institucionalidade formal produz territorialidade, como demonstra a figura 40, em que militares armados patrulham sem maiores riscos a orla de Copacabana. Postura muito diferente de suas operações nas favelas, classificadas pelas próprias forças legais como incursões, reconhecendo assim a territorialidade ilegal como concorrente.

Há momentos de ruptura em que as institucionalidades concorrentes entram em conflito na e pela fronteira. Em geral, a violência é empregada para a “solução” de conflitos. Na maioria dos casos, como vemos no Rio de Janeiro e em Culiacán, o resultado é apenas um reassentar de forças para um novo arranjo institucional fixado em outros termos. Um exemplo é o processo de transferências, idas e vindas, de presos gaúchos para penitenciárias federais. Recorrendo à tipologia de Helmke e Levitsky (2006), apresentada no capítulo 4 desta tese, podemos entender o fenômeno como resultado de duas situações. Primeira, a instituição informal ilegal se desloca de um comportamento *acomodatício* para outro *competitivo*. É o exemplo do que tem ocorrido em Porto Alegre com ações em shoppings e no aeroporto, onde os grupos estendem suas ações publicamente para fora de seus territórios mais restritos. Segunda, a instituição formal se torna mais efetiva, levando a institucionalidade ilegal da postura *acomodatícia* à *competitiva*. É o que acontece quando o Estado tenta, apenas por imposição da força, “tomar” territórios do tráfico no Rio de Janeiro.

De nossa pesquisa de campo, restou clara a percepção de que, em todas as cidades, há arranjos institucionais estabelecidos nas e pelas forças legais e ilegais. Ora em formas de armistícios, como a coexistência de institucionalidades legal e ilegal no Complexo do Alemão, ora em demarcações territoriais mais rígidas, como no Complexo da Maré, onde viaturas não foram vistas em policiamento ostensivo em seu interior durante o campo. É importante notar que, apesar de, no primeiro caso, existirem *microdemarcações* territoriais – traficantes não se aproximam das UPPs, nem policiais, das bocas – há coexistência institucional, se considerarmos a comunidade como palco mais amplo das relações sociais.

Persiste, nestas interações institucionais, tanto entre organizações como entre indivíduos e organizações, o componente simbólico de apropriação do espaço geográfico. Pese o imperativo da *função* do território nas formações institucionais ilegais, em maior ou menor medida, essas institucionalidades, assim como as legais, autenticam-se na e pela cultura. É o que veremos no próximo capítulo.

4.4 Resumo [2]

Neste capítulo, a partir da discussão teórica e achados empíricos, consideramos:

- compreender instituições como regras com previsão de sanções (punição, penalidade) em caso de descumprimento;

- diferenciar instituição de organização, sendo a primeira, as regras, e a segunda, quem institui e/ou segue as regras (analogia esportiva entre “*regras e jogadores*”);
- tratar como correlatos os termos instituição e institucionalidade como designação de regras do jogo (com previsão de sanção);
- distinguir instituições [institucionalidades] entre formais e informais e, ainda, entre legais e ilegais;
- admitir a ideia de que territórios e territorialidade, especialmente quando possuem caráter mais funcional, derivem de instituições, mais do que de processos identitários ou culturais;
- classificar as instituições informais a partir de sua relação com as instituições formais em *complementárias, acomodáticas, substitutivas e competitivas*;
- conceber organizações ilegais como instituidoras de regras sociais, podendo, assim, ser entendidas como organizações que determinam institucionalidades informais e ilegais;
- incluir, por consequência, as organizações no e do narcotráfico como promotoras de institucionalidades informais e ilegais;
- reconhecer a existência dos arranjos institucionais entre formal e informal concorrentes, e entre legal e ilegal, com finalidades ora de estabelecer cooperação de benefício mútuo, ora para delimitação de territórios em pacto de não agressão;
- admitir que os moradores sujeitados simultaneamente a regras concorrentes estão inevitavelmente em condição de desvio, sendo necessário operar estratégias de contornamento, entre elas, o jogo duplo, nos termos de Maffesoli (2011) para (sobre)viver à sobreposição de regras antagônicas.

5. DIMENSÃO CULTURAL

Vem gente de todo o mundo, Argentina, Estados Unidos, de México, de todo o país. Vêm para pagar um favor a Jesús Malverde. Essa capela tem 36 anos e desde o início é assim – administrador da capela erguida para Jesús Malverde.

Neste capítulo, trataremos da influência cultural sobre a produção de territórios. Para atingir esse objetivo, precisamos (a) definir o que entendemos por cultura; (b) compreender a relação recursiva entre cultura e geografia; (c) explorar a relação entre produção cultural e organização de grupos locais; e (d) apresentar evidências que sustentem o delineamento teórico aqui proposto.

A simples definição do que é cultura já seria o bastante para tomar de assalto uma tese. Dadas as possibilidades teóricas de interpretação do conceito apropriado por diferentes correntes e áreas do pensamento, a busca por uma noção única, de imediato, parece infrutífera. Consciente dessa limitação, o que trazemos aqui são princípios norteadores a serem mobilizados em nossa análise. A intenção é apresentar um marco conceitual coerente a partir da associação de elementos teóricos da geografia cultural, pensada a partir de Claval, do paradigma de complexidade, de Morin, e da criminologia cultural, de Young e Ferrel.

O primeiro passo nessa direção é a exposição de um conceito mais geral de cultura, a partir do qual promoveremos aproximações úteis para a última parte deste capítulo, que trata dos achados de campo. A noção que parece própria para isso pode ser encontrada em Morin (2011c, p. 206):

Uma cultura é um conjunto de saberes, saber fazer, regras, estratégias, hábitos, costumes, normas, interdições, crenças, ritos, valores, mitos, ideias, o adquirido, tudo aquilo que se perpetua de geração em geração, reproduz-se em cada indivíduo e alimenta, para geração e regeneração, a complexidade individual e social. A cultura constitui assim um capital cognitivo, técnico e mitológico não inato.

Ao leitor fica evidente o caráter inclusivo do conceito delineado por Morin, agregando, inclusive, *normas e interdições*. Em uma rápida análise, a concepção poderia levar a embaralhar ou fazer subsumir a noção de institucionalidade. Morin, no entanto, parece tratar a cultura como um sistema de ideias que associa e reúne informações produzidas por distintas esferas organizativas, entre elas as instituições. Em outras palavras, é na e pela cultura que acessamos o mundo exterior – eis o papel fundamental da relação recursiva entre cultura e

institucionalidades. A regra instituída poderá integrar a cultura, que poderá subsidiar ações que consolidem ou promovam mudanças sobre a regra. Em outras palavras, é na e pela cultura que o poder se instala de forma mais profunda.

Como explica Duncan (2005), a cultura é, em grande medida, feita de palavras que traduzem o real, recortando-o, estruturando-o e organizando-o. Estes signos falam dos lugares, da vida, dos seres ou das técnicas: têm um valor descritivo. Desta forma, as *representações coletivas* são manifestadas e, dispondo de seu capital cognitivo, a cultura contém regras/normas que organizam a sociedade e governam os comportamentos individuais (MORIN, 2011b). As normas inseridas na cultura geram processos sociais e regeneram globalmente a complexidade social adquirida por essa mesma cultura, não se tratando nem de *super* nem de *infraestrutura*. Cultura e sociedade mantêm uma relação geradora mútua, em que não podemos esquecer as interações entre indivíduos, que são, eles próprios, portadores/transmissores de cultura. Cultura é uma máquina cuja práxis é cognitiva (MORIN, 2011b). Podemos dizer, a partir de Morin, que as instituições estão na cultura, que está nas instituições. Elas estão associadas de modo recursivo, mas são distintas.

Uma cultura abre e fecha as potencialidades bioantropológicas de conhecimento. Ela as abre e atualiza fornecendo aos indivíduos o seu saber acumulado, a sua linguagem, os seus paradigmas, a sua lógica, os seus esquemas, os seus métodos de aprendizagem, de investigação, de verificação etc., mas, ao mesmo tempo, ela as fecha e inibe com as suas normas, regras, proibições, tabus, o seu etnocentrismo, a sua autossacralização, a sua ignorância de sua ignorância. Ainda aqui, o que abre o conhecimento é o que fecha o conhecimento. (MORIN, 2011b, p. 20).

Como explica Claval (2007), uma cultura é mais coerente ao passo que os valores por ela veiculados são mais amplamente adotados pela população, definindo estruturas que, se alteradas, comprometem o equilíbrio não apenas social, mas individual. Para o autor, três componentes concorrem para a formação das identidades culturais: 1) a vontade de se conformar aos usos de um grupo; 2) a ideia de uma origem comum; 3) a construção da pessoa, baseada na articulação assumida de todos os aspectos da vida ao redor dos valores centrais da cultura (CLAVAL, 2007). Em resumo, a cultura é única para o homem, pois entre todos os seres vivos, ele é o único capaz de desafiar a realidade e pedir um significado, justiça, liberdade e bondade mais profundos, individuais e coletivos (BAUMAN, 2002). Não raro, nos encontramos na intersecção de duas dimensões de poder e valores, cada uma puxando-nos para si, exigindo organização a partir da lógica da personalidade, nosso ponto de intersecção com a exigência de fora (SIMMEL, 2005).

A cultura é coproduzida, afirma Morin. Segundo ele, nossas percepções baseiam-se na comparação não apenas de constantes fisiológicas e psicológicas, mas também de variáveis culturais e históricas; a percepção visual avalia categorias, conceptualizações, taxonomias que irão desempenhar no reconhecimento e na localização de cores, formas e objetos. O conhecimento intelectual é organizado de acordo com paradigmas que caracterizam, hierarquizam, rejeitam ideias e informações, bem como dependem de significados mitológicos e projeções imaginárias (MORIN, 2011b). A partir desse argumento, podemos pensar que qualquer modificação social em nível *estrutural* deve se dar na e pela cultura. Ela perpassa questões sociais desde a apropriação de espaços pela população à universalização de fato dos direitos humanos.

Cultura e imprinting. Todas as determinações propriamente sociais, econômicas e políticas (poder, hierarquia, divisão em classes, especialização do trabalho) e todas as determinações propriamente culturais-neológicas “convergem e se sinergizam para aprisionar o conhecimento em multideterminismos de imperativos, normas, proibições, rigidez, bloqueios” (MORIN, 2011b, p. 29). Para Morin (2011b), há um espécie de *imprinting* cultural, uma matriz que estruturaria o conformismo, marcando os seres humanos, desde o nascimento, com o selo da cultura (família, escola, trabalho). A impressão cultural seria inscrita em nível físico (cerebral) desde a primeira infância.

Essa marca cultural levaria, por exemplo, a situações em que, mesmo quando uma determinada regra ou tabu regride, ou deixa de existir, pode não corresponder de imediato a mudanças em nível comportamental, pois estariam gravadas em forma de crença. Para Morin (2011b), a perpetuação dos modos do conhecimento e das *verdades estáveis*, como ele denomina, obedece aos processos culturais de reprodução: uma cultura produz modos de conhecimento nos homens desta cultura que, com seu modo de conhecimento, reproduzem a cultura que produz esses modos de conhecimento. As crenças que são impostas são fortalecidas pela fé que eles despertaram. Desta forma, não apenas o conhecimento é reproduzido, mas também as estruturas e os modos que determinam a invariância do conhecimento (MORIN, 2011b). Para Morin, a organização sociocultural ocupa em cada espírito um santuário onde fixa seus imperativos, mas os espíritos estão submetidos de formas diversas a esse observatório. Em sociedades complexas, que comportam pluralismos, antagonismos, podem ocorrer conflitos interiores, é um todo complexo e não apenas subjugação. O mundo dos mitos e das ideias constitui uma noosfera relativamente autônoma produzida pelas interações sociais/culturais, indispensáveis à autoprodução de toda a sociedade humana.

Apesar de ter status de permanência maior, o *imprinting* de Morin se aproxima, em alguma medida, do conceito das socializações primária e secundária propostas por Berger e Luckmann (2001). Poderíamos traduzi-los pelo conjunto de modos de ver/viver o mundo inscritos no indivíduo. Em ambos, as definições, infância e família têm papel decisivo na formação cultural/social do sujeito. Neste momento, ele recebe uma espécie de dicionário pelo qual poderá traduzir o mundo exterior. Depois, escola e trabalho, entendidos em sentido amplo, introduziriam novos vocábulos, ampliando e *complexificando* conceitos. Em ambas as leituras, esse segundo momento da vida social inscreve códigos de forma mais superficial do que nos primeiros momentos da infância.

Em nosso estudo, o conceito de *imprintig* ajuda a compreender o comportamento de grupos subalternizados em relação às normas formais e informais que restringem suas rotinas. Mais do que isso: perceber a dinâmica dos processos de habituação, nos termos de Berger e Luckmann, em que a sequência de atos cotidianos é marcada por uma forma de o indivíduo acessar o mundo exterior reduzindo riscos. Por outra via, o *imprinting* será, na investigação, a força de [contra]culturas que inscrevem outros *dicionários* para traduzir o mundo. Existe uma relação recursiva entre o enfraquecimento do *imprinting* e a expressão de desvios. Os desvios podem enraizar-se e, eventualmente, tornarem-se tendências, pois o processo de formação tende-se, ao mesmo tempo, à legitimação cultural [moral, para Durkheim] dessa tendência (DURKHEIM, 2007; MORIN, 2011b).

5.1 Do espaço geográfico ao território apropriado

A cultura pode se efetivar de várias formas. De processos intelectuais a produções fisicamente apreensíveis – da maneira pela qual percebemos um quadro até a pintura dele, por exemplo –, a cultura está engendrada no modo do homem se apropriar do espaço. Ele será capturado e representado de acordo com a cultura que fez dele território. É certo que teremos territórios mais funcionais, como já dissemos, inútil repetir, mas tratamos aqui de apropriação e não dominação territorial.

Os grupos humanos aprendem, pois, a explorar o espaço e a encerrá-lo em sistemas de representações que permitem pensá-lo. Batizando os lugares e os meios, eles os transformam em objeto de discurso. Impondo-lhes suas marcas e instituindo-os, fazem deles uma categoria social. (CLAVAL, 2007, p. 218).

Neste sentido, a tomada de posse exprime-se pela delimitação de fronteiras e pela multiplicação de marcas que lembram a identidade comum, uma proclamação de pertinência (CLAVAL, 2007). Surge um sentimento de comunidade, de pertencimento. Podemos dizer que esse tipo de território carrega enunciados prescritivos: não indicam o que é, mas o que deve ser, o que se deve fazer advir. O poder normativo da cultura é de outra natureza, não se limita ao campo da moral ou da regra funcional: a faculdade de julgar faz-nos distinguir o belo do feio e permite-nos instituir, ao lado da ordem da ética, aquela da estética (CLAVAL, 2007).

A relação entre cultura e espaço é de natureza ecológica. Ela não se dá sem associação e antagonismos, o espaço vira território no e por um processo de inter-relação dinâmica entre saberes e possibilidades de efetivação desses saberes em um espaço-tempo determinado. A cultura suporta e é suportada pelo ambiente. Não é raro – pelo contrário, demonstraremos neste capítulo se tratar de algo comum – que novos movimentos ou movimentações culturais, sejam eles associados ou antagônicos à cultura vigente, mantenham a mesma relação com a natureza que suas formas antecessoras. Nas palavras de Berger e Luckmann (2001), as relações do homem com seu ambiente são caracterizadas por sua abertura ao mundo. O período em que o organismo humano se desenvolve em sua plenitude na interação com o meio ambiente é também aquele em que o eu humano é formado. O desenvolvimento comum do corpo humano e do ego em um ambiente socialmente determinado está relacionado ao vínculo peculiarmente humano entre o organismo e o eu. Este link é excêntrico (BERGER; LUCKMANN, 2001).

A cidade é um espaço privilegiado para perceber essa interação entre homem e espaço na e pela cultura. Para Lefebvre (2000), a cidade é uma construção mais próxima de uma obra de arte do que de um produto material simples. Se houver produção da cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos, destaca o geógrafo. A natureza não é um objeto inerte que se pode utilizar à vontade; tem uma força intrínseca que se investe, segundo as ocorrências, de fatos de cultura, e que não deixa, assim como veremos mais adiante a propósito do espaço, de fazer sociedade (MAFFESOLI, 1996).

Como afirma Maffesoli (2011), ela integra o imaginário contemporâneo, designando, ao final, interação, *copresença* em vida social, sendo exatamente o oposto do individualismo. É a experiência comum, identificadora – como veremos a seguir, tratamos aqui de identificação e não identidade – da interação social. As cidades, pois, são o espaço para essas manifestações onde moda, costumes e pensamentos são compartilhados; em outras palavras, as grandes cidades se tornaram cadinho gerador de grupos miméticos que reforçam o existir em relação ao

outro, superando a autonomia (MAFFESOLI, 2011; SIMMEL, 2013). A estética é sempre coletiva. Simmel acentua:

Onde os produtos da vida especificamente moderna são indagados acerca de sua interioridade; onde por assim dizer o corpo da cultura é indagado acerca de sua alma – como me parece ser atualmente o caso no que diz respeito às nossas grandes cidades –, a resposta precisa ser buscada na equalização promovida por tais formações entre os conteúdos individuais e supraindividuais da vida, nas adaptações da personalidade, mediante as quais ela se conforma com as potências que lhe são exteriores. (SIMMEL, 2005, p. 577).

Neste processo, a cidade teria um papel fundamental, pois seria o espaço da atrofia do indivíduo diante de uma cultura objetiva (SIMMEL, 2005). Para o autor, o indivíduo está cada vez mais incapacitado a se sobrepor à cultura objetiva, sendo dele retirados os progressos, as espiritualidades e os valores da vida subjetiva.

A cultura moderna caracteriza-se casca à preponderância daquilo que pode ser chamada espírito objetivo ou espírito subjetivo, isto é, tanto na linguagem como no direito, tanto na técnica de produção quanto na arte, tanto na ciência quanto nos objetos de ambiente doméstico incorporados, é uma soma de espírito. (SIMMEL, 2005, p. 588).

Maffesoli (1996) sugere que todos se banham em um espaço comum, participam dos mesmos valores, em suma, são consumidores de objetos ou de laços simbólicos que são idênticos para todos em um espaço que nos ocupa, sendo ele um conjunto complexo constituído, ao mesmo tempo, pela materialidade das coisas e pela imaterialidade das imagens de diversas ordens. Espaço e imagem estão, portanto, conectados, como demonstraremos a seguir ao analisar produções culturais e sua relação com os territórios investigados. Para Simmel (2005), as cidades grandes são prenes de significações ilimitadas, elas se mostram como uma grande formação histórica em que as correntes opostas que circunscrevem a vida se juntam e se desdobram com os mesmos direitos.

Para Maffesoli (2004), isso se dá por meio da mediação da imagem, do corpo e do território, o que seria simplesmente a causa, o efeito da superação do indivíduo em um conjunto maior. Conforme ele, a acentuação espacial não seria um fim em si: decorre das redes de relacionamento o significado retornado ao bairro, às práticas de vizinhança e ao afetivo.

Que não haja engano: o recentramento no "território" não significa, de modo algum, um fechamento hermético para com o outro, muito pelo contrário. É, pura e simplesmente, uma outra maneira de colocar as relações simbólicas que constituem toda sociedade. Uma outra estratégia, de um certo modo, o território seria a base de que nos asseguramos, antes de partir ao encontro dos

outros. Pode também servir de lugar de recesso, de necessidade. É nesse sentido que se pode falar de uma lógica do doméstico, oposta à lógica do político, tal como se impôs progressivamente durante a modernidade. (MAFFESOLI, 1996, p. 99).

A teatralidade humana (GOFFMAN, 2017; MAFFESOLI, 1996) é, por excelência, urbana. Ela garante a continuidade social. Maffesoli (1996, 2011) sustenta que uma sociedade só pode perdurar se tiver um forte sentimento de si mesma em dado. Neste sentido, ele sugere que a memória e a identificação sociais encontram suas origens espaciais: as imagens da cidade, feitas da multiplicidade das paisagens urbanas, das particularidades arquiteturais às especificidades locais, conformam o modo e a arte de viver com o outro em um mesmo lugar.

De um lado, habituo-me a ver o que me cerca e os outros que partilham esse ambiente, e, do outro, sou visto pela alteridade física e social. Duplo movimento que me constitui enquanto o que sou. É esse reinvestimento duplo do meio que fortalece a ordem estética. O *primum relationis*. que é causa e efeito dessa ordem, é, portanto, o da relação interpessoal, mas também o da relação com o ambiente físico, com esse “dado” que constitui o lugar onde vivo. (MAFFESOLI, 1996, p. 260).

Identidade e coabitação dos grupos estão interligadas. Os sentimentos de identidade têm consequências geográficas aparentemente contraditórias: eles favorecem, por meio do sentimento de territorialidade, a emergência de espaços culturalmente homogêneos, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades quando estão misturados entre si. Na cidade ou no campo, o círculo das práticas cotidianas percorridas desde a infância é familiar em todos os seus aspectos e todos os seus meandros. Os detalhes significativos que retêm a atenção diferem, entretanto, segundo as culturas (CLAVAL, 2007). Em outras palavras, os movimentos do passeio, ou os do trabalho, a agitação do tráfego, e a do consumo. A estética da imagem corresponde a sua função dinâmica de fazer experimentar junto emoções e com isso, fortalecer o corpo social que é seu portador (MAFFESOLI, 1996). O cuidado em preservar sua identidade não impede o estabelecimento de relações com aqueles que são diferentes, mas introduz limites que proíbem a aceitação daquilo que ameaça os valores centrais que foram adotados (CLAVAL, 2007).

As ruas de nossas metrópoles são estruturalmente atravessadas por uma sequência de acontecimentos. Sejam eles reais ou potenciais, atualizados ou fantasiados. Pouco importa, sublinham bem o primado da experiência vivida, a de um espírito que se materializa numa sequência de pequenos espaços apropriados coletivamente. (MAFFESOLI, 1996, p. 95).

5.2 Identificações, tribos, bandos e representações

Vivemos em um mundo onde emblemas (DURKHEIM, 2000b) permanecem a identificar clãs, tribos, grupos. Neles, a dimensão estética fortalece o *estar-junto*. Precisamos, no entanto, definir o que entendemos por estética neste trabalho, considerando as diferentes possibilidades e concepções existentes. Estética, para nós, tem relação com o experimentar emoções, sentimentos, paixões comuns em diferentes domínios da vida social, não se limitando às belas-artes, mas integra a vida cotidiana (MAFFESOLI, 1996, 2011).

Seria fácil mostrar que se assiste, contemporaneamente, a uma multiplicação dos “signos” naturais que servem de reconhecimento às pequenas tribos pós-modernas. O processo totêmico pode assumir diferentes vias, mas ele permanece constante. Em particular, acentua a dimensão local, enraizada, do cimento (ethos) comum. Esse pode assumir o aspecto de um alimento macrobiótico, de uma medicação homeopática, e de tal roupa ou de tal estilo de roupa natural, ele pode, pura e simplesmente, fazer referência à origem territorial, ou ainda revestir os europeus de um localismo regional, como as “casas de estilo” das províncias francesas, pouco importa, basta dizer que, de um lado, ele quer ser natural, enraíza-se, e que, de outro lado, cria, por isso, uma tribo. (MAFFESOLI, 1996, p. 255).

Os totens (pós)modernos revelam uma espécie de retorno ao significado coletivo. Ao mesmo tempo que singulares entre si, as novas tribos são homogêneas internamente. “A escala dos valores que armam a cultura não concerne somente à moral. Outros lugares que lhe servem de fundamento revestem outras formas diferentes da revelação” (CLAVAL, 2007, p. 145). Segundo o autor, os espaços da fábula, do sonho e da contemplação artística completam, assim, os da fé religiosa ou da razão metafísica e dão ao imaginário uma dimensão poética ou estética. Os lugares onde a prece é realizada não são, então, indiferentes. É bom escolher aqueles impregnados de sacralidade; senão, é necessário consagrá-los. A prece e a meditação nem sempre são suficientes para a aproximação com as potências que animam o mundo, para comunicação com elas ou para fazê-las escutar sua voz (CLAVAL, 2007). “Essa ligação é particularmente perceptível na religiosidade contemporânea, que não se relaciona com um futuro a fazer, mas com um presente a viver de uma maneira empática com outros” (MAFFESOLI, 1996, p. 99).

O individualismo do mundo moderno abre espaço a mimeses sociais, de identificação profunda. Os novos arranjos são tecidos por um tipo de cultura fortemente baseada na reprodução; poderíamos, extravasando Simmel, pensar em uma cultura objetiva (pensada a meio) em contraposição a uma cultura subjetiva, na qual o indivíduo não estaria subsumido.

Estamos no coração do paradoxo essencial da nossa época, aquele que, mesmo enfatizando as características da pessoa – valorização do corpo, jogo de aparências, hedonismo multiforme – metamorfoseia os seus efeitos numa espécie de subjetividade de massa. A exacerbação do sentimento individual transfigura-se numa cultura do sentimento negando o que lhe serve de suporte. (MAFFESOLI, 2011, p. 202).

É o que Maffesoli (1996, 2004, 2011) vai chamar de *narcisismo de grupo*, que hipertrofia o sentimento coletivo, transformando em efervescência, nos termos de Durkheim (2000b), tribais, como os levantamentos de grupos na periferia ou de grupos formados por minorias sociais. A energia individual e coletiva não é mais projetada em um paraíso distante que terá de ser realizado, pois tudo está focado no presente (MAFFESOLI, 2009). Nesse sentido, Claval (2007) admite que uma cultura seja mais coerente na medida em que os valores que veicula são mais amplamente adotados pela população e definem as estruturas que não podem ser modificadas, sem alterar profundamente o equilíbrio íntimo de cada um e sem comprometer sua honra e sua identidade. Três componentes concorrem para a formação das identidades culturais: (1) a vontade de se conformar aos usos de um grupo; (2) a ideia de uma origem comum; (3) a construção da pessoa, baseada na articulação assumida de todos os aspectos da vida ao redor dos valores centrais da cultura (CLAVAL, 2007).

A perspectiva neotribalista de Maffesoli soa simplista, mas, na verdade, dela emerge a possibilidade de compreensão de uma legião de novos tipos de grupos, das comunidades ligadas aos games às *pandillas* da América Central. A chave é, como veremos, o deslocamento de identidade para a identificação, onde *estar-junto* significa *parecer igual*. Conforme Maffesoli (1996) e Claval (2007), sua proposta de um lado enfatiza a fusão grupal e, do outro, o aspecto efêmero ou sucessivo dessa fusão: na imitação [moda] há o desejo de reconhecimento pelo outro, a procura de um apoio ou de proteção social. Se trata de empatia: a projeção do eu em direção a um objeto exterior; em compensação, inspirado pela labilidade cara a Heráclito, existe um outro modo de abordagem que vai pensar o sujeito a partir do outro ou da alteridade, designando os outros em torno de mim, ou os outros em mim (MAFFESOLI, 1996). “Estas estratégias competitivas de singularização-imitação são responsáveis pelas admirações e seduções coletivas, que ocupam um lugar decisivo nos processos de contaminação social e de difusão” (CLAVAL, 2007, p. 103).

Muitas vezes, ressalta-se a importância da imitação na vida social. Verdadeiro instinto que se tem tendência a desprezar, ele está na base da conjunção “roupa-hábito”. Se o apreciamos em função do que é, e não do que gostaríamos que fosse, pode-se observar que, libertando o indivíduo “dos

tormentos da escolha”, ele o assinala como membro de um grupo, ou seja, como “receptível a conteúdos sociais”. (MAFFESOLI, 1996, p. 174).

Em outras palavras, por meio da estética e, no limite, da moda, podemos compreender a relação dos indivíduos em sociedade, o *estar-junto* antropológico. Neste sentido, Maffesoli (1996, 2004, 2011) defende que se trata de um procedimento de identificação, com fortes consonâncias espaciais, mas com a função emocional e os mecanismos de identificação e participação subsequentes, superando o princípio da individualização, transcendendo as trajetórias individuais, inscrevendo-as, como se refere o autor, em um *vasto balé* em que as figuras formam uma constelação. É o que o autor define como socialidade, uma pessoa desempenhando mais de um papel, de acordo com as tribos de que participa. A individualidade, postula o autor, teria uma dupla natureza: pode ou exprimir-se pela forma do indivíduo que tem uma identidade forte e particularizada, ou perder-se num processo de pertencer a um conjunto mais vasto. “Essa segunda modulação, produzindo, então, a pessoa (persona), procedendo por identificações sucessivas. Ao indivíduo, oposto à pessoa, corresponderia a identidade, oposta à identificação” (MAFFESOLI, 1996, p. 309).

O tribalismo de que trata Maffesoli (1996, 2004, 2011), portanto, tem como princípio o estímulo à imitação, tendo como expoentes as pequenas tribos *afetuais* das megalópoles pós-modernas, assinalando que seu aspecto grupal essencial é a partilha de objetos-imagens de diversas ordens, reforços do corpo social. “A experiência do eu é uma experiência do mundo: mundo resumido, mundo circundante, mundo que partilho com outros” (MAFFESOLI, 1996, p. 93). É reconhecida a importância da libido no vínculo social. Uma libido, é claro, não simplesmente sexual, mas, como indica Jung, como base de toda a energia psíquica. Portanto, a origem e o fim de toda a cultura (JUNG, 1961).

O caldo cultural é complexo, comporta movimento, atrações e repulsões. A identificação envolve sentimentos, paixões. Como explica Maffesoli, as redes são hedonistas, a emoção desempenha papel fundamental. É o que vemos que jovens das cidades fazem quando rejeitam, de maneira mais ou menos violenta, aqueles que não pertencem a sua banda. As pessoas sabem perfeitamente, de fato, que tudo se baseia em afinidades eletivas imponderáveis e aleatórias, e que os gostos que são compartilhados são *links* mais fortes do que as racionalizações ou legitimações *a posteriori* (MAFFESOLI, 2009).

A imitação e a identificação não estão restritas a grupos ou comportamentos *pop*, *descolados*. Como já dissemos, suscita um desejo de imitação que pode desembocar na vida, determinar mimetismos de detalhes (imitação dos penteados, das vestimentas, das maquilagens,

das mímicas, etc, dos heróis de filmes): projeção-identificação, portanto, o imaginário secreta mitos diretores que podem constituir verdadeiros “modelos de cultura”. Inversamente, há um ótimo projetivo de evasão, como da “purificação”, isto é, da expulsão-transferência das angústias, fantasmas, temores, como das necessidades insatisfeitas e aspirações proibidas (MORIN, 2002). Em alguns casos, o extravasamento na e pela violência.

De fato, a prevalência da aparência é, de um lado, uma realidade (um conjunto de realidades) suficientemente verificada para que seja levada a sério. E, do outro, uma constante antropológica que se encontra em lugares e em tempos diversos. Isso também, é preciso lembrar. A teatralidade dos corpos que se observa hoje em dia é apenas a modulação dessa conduta: a forma esgota-se no ato, é pura eflorescência, basta-se a si mesma. (MAFFESOLI, 1996, p. 155).

Dos adornos às modificações no próprio corpo, elas fundam o corpo social. Invólucro envolto, a aparência inscreve-se no sentido global que uma sociedade dá de si mesma. Ao final, a moda faz desaparecer o corpo no corpo coletivo. E é nos grupos, nessas reuniões proximicas, que o vestuário comum lembra que forma um conjunto, um corpo social (MAFFESOLI, 1996). Pode-se até pensar que, na massificação crescente de nossas sociedades, no caldo de cultura que isso comporta, a roupa mais ou menos teatral assinalará, cada vez mais, o desejo de pertencer a um grupo ou a uma dada comunidade (MAFFESOLI, 1996).

Essa preocupação com a aparência – e talvez seja preciso entender o termo “preocupação” na sua acepção mais forte – manifesta na publicidade, no enfeite, na embalagem (que atinge seu paroxismo na sociedade japonesa, por exemplo), mais que uma simples superficialidade sem consequências, inscreve-se num vasto jogo simbólico, exprime um modo de tocar-se, de estar em relação com o outro, em suma de fazer sociedade. (MAFFESOLI, 1996, p. 161).

Representações da violência. Em um texto intitulado *Revólver*, Morin (2002) destaca que a liberdade, que chamou de liberdade infra, também se exerce abaixo das leis, nos “submundos” da sociedade, junto aos vagabundos, aos ladrões, aos gângsteres. Esse mundo da noite é, talvez, um dos mais significativos da cultura de massa. Surgem, por exemplo, entre latino-americanos e norte-americanos de origem mexicana novas modalidades de expressão social (em romances, jornais, televisão, arquitetura, religião e música), para representar a imprudente e ostentosa maneira “corajosa” de viver, consumir e morrer de poderosos traficantes de drogas, denominada “estética narco” (GONZÁLEZ-ORTEGA, 2015).

Neste sentido, a *gang* exerceria ainda uma fascinação particular, porque responde a estruturas afetivas elementares do espírito humano: baseia-se na participação comunitária do

grupo, na solidariedade coletiva, na fidelidade pessoal, na agressividade em relação a tudo que é estrangeiro, na vingança (vingança em relação ao outro e responsabilidade coletiva dos seus), para realização dos instintos predadores e depredadores (MORIN, 2002).

A gang é como o clã arcaico, mas purificada de todo e qualquer sistema tradicional de prescrições e de interdições, é um clã em estado nascente. É o sonho maldito e comunitário do indivíduo ao mesmo tempo reprimido e atomizado, o contrato social da alma obscura dos homens sujeitos às regras abstratas e coercitivas. É por causa disso, aliás, que os jovens, tanto nos subúrbios como os dos bairros elegantes, tanto no Leste como no Oeste, tendem naturalmente a constituir “bandos”, clãs-gangs elementares, para viver conforme o estado natural da afetividade. (MORIN, 2002, p. 113).

A compreensão do crime a partir da cultura se revela, por isso, essencial ao discutimos as novas territorialidades na América Latina organizadas nos e por grupos locais conectados a redes internacionais do narcotráfico. A partir da investigação de produções culturais e seus significados, podemos analisar dinâmicas criminais, as regras de conduta, os códigos internos e o emprego da violência para resolução de conflitos. Para alguns autores, a atividade delitiva está relacionada diretamente ao contexto social onde é praticada. Em outras palavras, ela decorre de situações de exclusão social e simbólica (FANDIÑO, 2012; YOUNG, 1999). Mais do que isso, processos de estigmatização e rotulação (BECKER, 2008), por conta de grupos que detém o controle das mídias de massa (FERRELL *et al.*, 2004; LEA; YOUNG, 2001; YOUNG, 1999), aumentam a segregação social. Entre o resultado disso, está a formação de movimento de subcultura, alguns deles, de natureza criminal (CLOWARD; OHLIN, 1967; FANDIÑO, 2012). Eis a necessidade de compreender o significado coletivo em torno do cotidiano dos atores sociais, levando-se em conta que eles formam as forças culturais (KLEINSCHMITT, 2016).

Segundo Cloward e Ohlin (1960), frente a uma condição de anomia estrutural mertoniana (MERTON, 1938) – por descompasso de aspirações e meios, fenômeno típico das sociedades duais latino-americanas –, grupos poderiam reagir por meio de articulação paralela ou ilegal, com normas e valores próprios, conformando o que chamara de “desvios culturais”. Entre eles, estão as subculturas delinquentes ou criminais, já que faziam a distinção entre desvio – atos nem sempre ilegais que violam regras sociais, desafiando sua legitimidade e autoridade – e a delinquência – desvios selecionados pelos agentes do sistema de justiça que rotulam prática e praticantes (AMORIM, 2013).

Pese a relação acentuada entre crime e pobreza, os autores sugerem uma classificação de grupos desviantes que pode ser útil à nossa análise cultural-institucional da violência. Na

base, o conceito de organização endógena do crime, ou seja, orgânica, seguindo o pressuposto de que o crime é aprendido (SUTHERLAND; CRESSEY, 1978). Nessas subculturas, atos delinquentes são recorrentes, eles surgem quando ocorre uma reação coletiva e não isolada à legitimidade das regras institucionais/culturais. Para os autores, a subcultura delinquente é uma categoria especial de subcultura desviante. O último termo é genérico, abrangendo todo o comportamento subcultural que viola algumas regras sancionadas de um conjunto de expectativas sociais ou regras de conduta (CLOWARD; OHLIN, 1967). Eles pressupõem a existência de três tipos básicos de subculturas:

[Na primeira,] seus membros são organizados principalmente para a busca de ganhos materiais por tais meios ilegais, como extorsão, fraude e roubo. Na segunda, a violência é a tônica; seus membros perseguem status através da manipulação da força ou ameaça. Finalmente, existem subculturas que enfatizam o consumo de drogas. Os participantes nestas subculturas de drogas tornaram-se alienados de papéis convencionais, tais como os exigidos na família ou no mundo profissional. (...) Chamamos essas três formas de subculturas “criminosa”, “de conflito”, e “de afastamento”, respectivamente. (CLOWARD; OHLIN, 1960, p. 20)³³.

Apesar de um delineamento aparentemente simplista, a proposta de Cloward e Ohlin tem sua fortaleza ao estabelecer (1) três tipos de culturas concorrentes (criminosa, de conflito e de afastamento) à cultura vigente e (2) a relação recursiva entre subculturas. A proposta nos permite pensar o que está em jogo nos grupos à margem das regras do jogo instituídas legalmente. Nesse sentido, a reunião em grupos poderia suprir necessidades decorrentes da exclusão social e simbólica, pois cada cultura proporciona aos seus membros as crenças apropriadas, os valores e as normas para a realização das atividades necessárias, sendo igualmente verdadeiro na subcultura, que se distingue pelo prefixo “sub” só para chamar a atenção sobre sua ligação com uma cultura maior, ambiente do qual se tornou parcialmente diferenciada (CLOWARD; OHLIN, 1967).

Para os autores – e essa parece ser sua grande contribuição –, enquanto está sendo introduzido na subcultura, o novo membro encontra e descobre uma maneira de descrever o mundo sobre ele e o equipa a se envolver nessas atividades prescritas, permitindo-lhe

³³ Tradução nossa. Texto original: “its members are organized primarily for the pursuit of material gain by such illegal means as extortion, fraud, and theft. In the second, violence is the keynote; its member pursue status (“rep”) through the manipulation of force or threat of force. These are the “warrior” groups that attract so much attention in the press. Finally, there are subcultures which emphasize the consumption of drugs. The participants in these drug subcultures have become alienated from conventional roles, such as those required in the family or the occupational world. (...) We call these three subcultural forms ‘criminal’, ‘conflict’, and ‘retreatist’, respectively”.

compreender, discriminar, prever e interpretar as ações dos outros em relação a si como um membro da subcultura. “Estas descrições das características adquirem a força de crenças que são passadas como parte da tradição subcultural. O novo membro é também encorajado a adotar um conjunto de avaliações que orientam o seu julgamento, comparações e escolhas preferenciais” (CLOWARD e OHLIN, 1960, p. 13)³⁴.

No trabalho de Cloward e Ohlin, com respeito aos tipos de subculturas, permanece de forma subjacente o fenômeno da desigualdade econômica como determinante para a ação delitiva (AMORIM, 2013). Já para Albert Cohen (1963), que também estudou a formação de subculturas e de gangues juvenis, os indivíduos possuem aspirações mais abrangentes, querendo, entre outras coisas, respeito e algum tipo de reconhecimento. São grupos ao mesmo tempo abertos e fechados à sociedade.

Atualmente, os novos estudos em criminologia cultural tentam compreender como as representações do crime se associam à produção de estereótipos e também, por sua vez, acabam criando, ao promover processos de estigmatização, estruturas sociais e solidariedades em grupos subalternizados. Como todas as dimensões da vida social, o crime e o controle do crime estão ligados a aspectos culturais e podem, inclusive, operar como *produtores* culturais. Ambos são construídos também a partir de interações simbólicas em curso que emergem de uma variedade de processos sociais e políticos entrelaçados; subculturas ilícitas se apropriam da fabricação pela mídia de imagens contraculturais – todas circulam dentro de uma infinita espiral de significado, para a faixa de cultura e a vida cotidiana (FERRELL *et al.*, 2004). “O significado tanto de crime e como de controle do crime não reside na factualidade essencial (e falsa) das taxas de criminalidade ou nos registros de prisão; ele surge, em vez disso, de um processo contestado de exibição simbólica, interpretação cultural e negociação representacional” (FERRELL *et al.*, 2004, p. 4)³⁵. Em outras palavras, o simbólico se expande a partir das imagens produzidas em massa e das exibições públicas de crime e controle.

Os autores da criminologia cultural compreendem a cultura como ambiente simbólico ocupado por indivíduos e grupos. Não derivada, exclusivamente, de classe social, etnia ou ocupação, mas não se forma sem essas estruturas. Tanto a hegemonia cultural quanto as

³⁴ Tradução nossa. Texto original: “These characteristic descriptions acquire the force of beliefs which are passed on as part of the subcultural tradition. The new member is also encouraged to adopt a set of evaluations which guide his judgments, comparisons, and preferential choices”.

³⁵ Tradução nossa. Texto original: “The meaning of both crime and crime control resides not in the essential (and essentially false) factuality of crime rates or arrest records; it emerges instead from a contested process of symbolic display, cultural interpretation and representational negotiation.

subculturas concorrentes são quase não independentes da classe social e de outras formas de desigualdade padronizada (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008). A criminologia cultural entende que a cultura é a matéria do significado coletivo e da identidade coletiva. Isso revela a capacidade das pessoas, atuando juntas ao longo do tempo, para animar até mesmo os objetos mais simples, como a *bandana* do membro de uma gangue; as culturas coletivas oferecem uma mistura heterogênea de significados simbólicos que se mesclam e desfocam, atravessam fronteiras reais e imaginárias, conflitam e se juntam e se hibridam com as circunstâncias em mudança (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008).

Neste sentido, Bauman (2002) projeta a existência de dois discursos sobre cultura: o primeiro conceitua cultura como a atividade do espírito, local da criatividade, da invenção, da autocrítica e da autotranscendência, e o segundo, como “ferramenta” de rotina e continuidade, serve da ordem social, com aceção de regularidade e padrão, onde a liberdade está no desvio ou na quebra da norma. Para Ferrel, Hayward e Young (2008), a primeira estaria mais ligada a autores da criminologia cultural como Cohen (1963) – poderíamos incluir aqui Cloward e Ohlin (1967) –, uma cultura sugerida como vitalidade coletiva da *práxis* social subversiva, a construção criativa da transgressão e da resistência. Já a segunda possibilidade, estaria mais próxima da antropologia social ortodoxa e do funcionalismo parsoniano. E se, para este primeiro transtorno cultural, a transgressão sinaliza uma criatividade significativa, a segunda transgressão, pois, significa o oposto: uma ausência de cultura, uma falha anônima da socialização em sentido coletivo (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008).

A cultura opera menos como uma entidade ou ambiente do que como uma dinâmica incerta pela qual os grupos constroem e contestam a experiência coletiva da vida cotidiana. E exatamente o mesmo é verdade para o crime como espetáculo público: experiências de vitimização, justificativas de punibilidade e modos de policiamento todos circulam amplamente e ambíguos, disponíveis para serem mediados pela contestação política (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008; YOUNG, 2007).

Dessa forma, a criminologia cultural busca evidências de globalização não só na ampla varredura do capitalismo transcontinental, mas em meio a situações mais locais e comuns de transgressões. Para entender as maneiras pelas quais as questões de crime, transgressão e controle são animadas com emoção, devemos prestar atenção aos dramas de crimes e campanhas políticas televisionadas – mas também devemos atentar às pessoas que nos rodeiam e suas construções de experiência e compreensão (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008; YOUNG, 2007).

Para Claval, os modelos culturais difundidos pela televisão ou pelo rádio concorrem com os que são transmitidos pela família e pela escola (CLAVAL, 2007). A cultura institui uma ordem ideal na qual os indivíduos procuram se enquadrar. Uma boa parte de sua energia é despendida em ações que têm por finalidade torná-los mais conformes aos modelos valorizados pela sociedade. “A dimensão religiosa ou ideológica ocupa aí um lugar essencial, mas não é a única” (CLAVAL, 2007, p. 100) .

A proliferação das violências imaginárias se acrescenta à vedetização das violências que explodem na periferia da vida quotidiana sob forma de acidentes, catástrofes, crimes. A imprensa da cultura de massa abre suas colunas para os fatos variados, isto é, para os acontecimentos contingentes que só se justificam por seu valor emocional (MORIN, 2002). Contudo, conforme o autor, o sensacionalismo é consumado, não segundo o rito cerimonial da tragédia, mas à mesa, no metrô, com café com leite. Os mortos das notícias sensacionalistas, ainda que bem reais – enquanto os mortos de teatro são simulados – estão afinal mais longe do leitor do que os mortos shakespearianos o estão do espectador, destaca Morin. As vítimas do sensacionalismo como da tragédia são projetivas. “A catarse é como que digerida no cotidiano, isto quer dizer que o grande tema de sacrifício, ‘eles morrem em meu lugar’, se atenua num ‘são os outros que morrem, e não eu’” (MORIN, 2002, p. 115).

Isso levanta uma questão importante: produções artísticas contribuiriam para reforçar o poder de grupos delitivos? Elas poderiam influenciar nos processos de territorialização no e pelo narcotráfico com aporte simbólico, resignificando territórios até então meramente funcionais? Discutiremos esses questionamentos na próxima seção a partir de achados de campo.

5.3 Relatos e achados de campo: produções culturais, território e crime organizado

Neste trabalho, propomos a produção de um território ou territorialidade como resultado de uma relação recursiva entre cultura, instituição e o próprio território ou territorialidade. Até aqui, analisamos o impacto das instituições sobre o território, que, por sua vez, conforma a instituição. É preciso avançar, agora, na compreensão do papel da cultura na formação do território, e deste e da institucionalidade sobre a cultura. Interessa-nos, neste momento, compreender como a cultura pode integrar, de forma recursiva, a produção de territórios decorrentes de institucionalidades informais ilegais concorrentes (*acomodatícias ou competitivas*), no caso específico, ligadas ao tráfico de drogas. Dito de outra forma, trataremos

uma reflexão sobre as possibilidades de um território marcadamente funcional passar a carregar elementos simbólicos, de caráter identitário, a partir da apropriação de produções culturais. Não entraremos em discussões específicas se tal produção faz ou não apologia ao crime. Estamos interessados em compreender se há conteúdo relativo ao tráfico de entorpecentes e como é apresentado nas e pelas produções analisadas. E mais, de forma especial, se a presença de uma institucionalidade informal ilegal pode, de forma dialógica, produzir regras, normas e interdições que venham a se fixar e serem transmitidas pela cultura. Em outras palavras, se territórios funcionais podem afetar a cultural local.

Para isso, desdobraremos esse subcapítulo em três partes. Analisaremos (1) processos de hibridização cultural, nos termos de Canclini (2003), a partir do caso do narcossanto Jesús Malverde, venerado em todo o México; (2) o uso de acessórios, como bonés, com referência a grupos delitivos; (3) o conteúdo de composições musicais, selecionadas por conveniência, dos ritmos *funk proibidão* (Brasil), *corrido prohibido* (Colômbia) e *narcocorrido* (México).

5.3.1 Jesús Malverde: o santo dos narcos

Jesús Malverde teria sido uma espécie de bandoleiro de Sinaloa que teria vivido entre a última metade do século 19 e a primeira década do século 20. Contudo, não há relatos históricos que atestem se ele realmente existiu ou se se trata de uma bricolagem de histórias. Como lenda, tornou-se o Robin Hood mexicano. Transformou-se no santo dos narcos. Apesar de não ter milagres reconhecidos pela Igreja Católica, ganhou uma capela em Culiacán erguida por um devoto.

No dia de nossa visita, havia fila para agradecer a graças alcançadas. Algumas pessoas, vinham de fora da cidade. “*Vim agradecer um pedido que fiz por minha filha*”, disse um devoto. “*Sim, estou aqui agradecendo*”, disse outro, que, com sua gaita, tocava em frente a um altar repleto de fotos e bilhetes de agradecimento. “*Meu pai construiu essa capela também em agradecimento a uma graça. Vem gente aqui o ano inteiro. Vem gente de outros estados. Não cobramos nada aqui, é um lugar de fé. Ele não é apenas santo protetor dos narcos, ele ajuda os mais pobres, todos que necessitem de sua ajuda*”, afirma o responsável pela capela, registrada nas figuras 41 e 42.

Figura 41 – Capela de Jesús Malverde em Culiacán



Fonte: o autor

Figura 42 - Capela de Malverde revela hibridismo cultural



Fonte: o autor

Malverde não é um fenômeno local de Sinaloa. Ele integra o rol de *veneráveis* em um país majoritariamente católico. É possível encontrar imagens suas em gesso em todo o território mexicano. Elas estão ao lado de Nossa Senhora de Guadalupe, Jesus Cristo, São Judas Tadeu e Santa Muerte em todas as lojas de produtos religiosos visitadas nesta pesquisa na Cidade do México, em Xalapa e Culiacán. Podemos notar um processo de hibridização em que a lenda de um “*bom ladrão*” se associou à crença religiosa predominante no país, que já tinha São Judas (chamado também de *Juditas* pelos devotos) sendo considerado um santo de proteção dos criminosos.

Ele tem sua própria oração. Para alcançar a graça desejada, é preciso fazer a oração seguida de três pais-nossos e três ave-marias. Depois, acender duas velas. Em sua letra, ela fala em alívio da dor ao pecador.

Hoy ante tu Cruz postrado ¡Oh! Malverde mi Señor te pido misericordia y que alivies mi dolor! Tú que moras en la Gloria y estás muy cerca de dios escucha los sufrimientos de este humilde pecador ¡Oh! Malverde milagroso ¡Oh! Malverde mi Señor concédeme este favor y llena mi alma de gozo. Dame salud Señor, dame reposo, dame bienestar y seré dichoso. (oração a Malverde).

Na verdade, essa é apontada na capela como a verdadeira oração a Malverde. Existem outras. Elas compõem uma novena. Eis a do primeiro dia: “*¡Oh Jesús Malverde! Tú moriste pobre, tú nunca conservaste para ti lo que quitabas a los ricos, tú siempre pensabas en los demás antes que en ti. Por eso ahora a ti acudo y te pido: tú que siempre buscaste ayudar a otros ayúdame ahora a mi que estoy en este aprieto*”. E do último:

¡Ay Malverde! Ataron tus manos y dejaron colgado tu cuerpo, pero no ataron tu ánima y no pudieron destruir la fe de la gente en ti ¡ay Malverde! Mataron tu cuerpo pero no pudieron matar tu espíritu. Así como has sobrevivido a todo, así como nada ha logrado atar tu ánima. Haz que yo sobreviva y que nada pueda atar mis manos ni mi cuerpo, ni mi espíritu. Haz que yo salga venturoso de... [inserir a graça desejada].

As orações, em geral, pedem por proteção, segurança, boa ventura em algo que está por vir. Muitos dos pedidos são para o *transporte blindado*. Em outras palavras, o transporte de drogas sem risco de ser interceptado pela polícia. É comum ver familiares pedindo por parentes envolvidos em atividades ilícitas. Além das orações, há ainda uma lista de *souvenires*. De camiseta a copos. Entre eles, copos com composições de imagens de Malverde e da folha da maconha. Como explica Claval (2007, p. 141), “os seres sobrenaturais aí migram, reúnem-se e reproduzem-se. (...) Os espíritos intervêm em todos os estágios da atividade e contribuem às vezes a formas singulares de sacralização”.

A questão de interesse em nosso estudo é se essa hibridização cultural produz territorialidades e institucionalidades e ainda se é produzida por elas. É possível apreender deste fenômeno uma ligação entre formal e informal, entre legal e ilegal, pela fé. Malverde não é santo proscrito, exilado, banido. Pelo contrário, conta com devotos. Sua imagem, seja em gesso ou santinhos, é produzida aos milhares. Tem lugar de destaque nas vitrines.

Ele virtualiza a possibilidade de um “*bandido bom*”, promove um deslocamento de uma moral rígida para uma compreensão mais subjetiva de ser humano. Como sugere Claval (2007), a escala dos valores que armam a cultura não concerne somente à moral espaços da fábula, do sonho e da contemplação artística, da fé religiosa, da metafísica, dão ao imaginário uma dimensão poética ou estética. Por outro lado, por isso, inevitavelmente associa a possibilidade de remissão do crime em uma outra instância que não a formal legal. Uma associação que, na prática, pode, ao final, contribuir para fortalecimento de institucionalidades informais ilegais.

No Brasil, o fenômeno se revela distinto. Há uma hibridização cultural produzida pelo contato entre institucionalidades religiosas e institucionalidades ilegais por conta da expansão pentecostal no país, inclusive, no interior dos presídios. No entanto, esse processo de hibridização não se materializa em representações físicas dos símbolos de fé. Em ambos os casos, contudo, parece haver uma hibridização de regras (que se consolidam em modos de viver, em saberes), nos termos de Morin (2011c), entre institucionalidade formal (fé católica) e informal (atividades criminais).

5.3.2 Com o cartel na cabeça

O boné integra a *cultura pop*. Mais do que uma referência de estilo, é um acessório do vestuário que, na maioria das vezes, carrega uma mensagem. Não serve apenas para proteção contra o sol, ele torna um gosto, uma vontade, uma identificação. Quem usa se transforma em uma espécie de cartaz, de *outdoor* móvel.

Ele é acessório bastante presente no *figurino* de jovens, especialmente, de garotos. Em qualquer lugar do mundo, lá está ele sobre a cabeça de adolescentes, ora fazendo referência a um clube esportivo, ora a uma banda, entre outras tantas possibilidades. Em Sinaloa, alguns bordados tributam ao *Cártel de Sinaloa* e a *El Chapo Guzmán*.

Figura 43 - Bonés bordados com tema narco são vendidos em Culiacán



Fonte: o autor

Quem usaria esses bonés? E por quê? Não é possível aqui apontar respostas definitivas para as duas questões, mas podemos sugerir algumas interpretações deste fenômeno. Para começar, os bonés são vendidos, como demonstra a figura 43, em diversas bancas tanto do Centro quanto de áreas mais afastadas. São expostos em araras de metal nas calçadas. O público consumidor não é necessariamente formado por turistas, como poderíamos supor, pois a cidade não se caracteriza como polo turístico. *“São garotos que compram mesmo. Eles querem parecer poderosos”*, conta o vendedor de uma banca. *“Temos vários modelos, desde estes que fazem referência a como El Chapo envia droga por algumas rotas, até estes outros com imagens dele. Tem muita gente que gosta dele, que o admira”*, completa.

Tentando compreender este acessório partindo de uma relação entre sentidos denotativo e conotativo (BARTHES, 1978), poderíamos sugerir que, para além do desejo de identificação pessoal, de tributo ao grupo delitivo, o uso do boné indicaria uma aceitação mais ampla da prática criminal em concorrência com forças formais. Não se trata apenas de homenagear *El Chapo*, não é apenas confrontar a lógica legal, mas colocar em suspeição o valor de outras instituições e valores relacionados, por exemplo, aos direitos humanos. Sua origem rural e

pobre, suas fugas, a assunção de seu cartel a um dos maiores e mais temidos grupos delitivos do mundo produzem uma imagem mítica, ou icônica, nos termos de Maffesoli (2009).

Do ponto de vista estético, poderíamos pensar no boné (ou na camiseta) como um símbolo de identificação cultural, de natureza, muitas vezes, tribal. Ele pode simbolizar um estar-junto ou um desejo de estar junto. Não estamos sugerindo, contudo, que todos os que comprem um boné como rosto de *El Chapo* querem integrar seu cartel ou iniciar uma carreira delitiva. Nosso estudo não suporta, nem se interessa por este tipo de hipótese. Contudo, resta claro que a produção cultural promove uma espécie de banalização ou trivialização do narcotráfico. Em alguma medida, nesse sentido, produções culturais dessa natureza poderiam contribuir na constituição de institucionalidades informais concorrentes portadoras de certa capacidade de gerar identificação. O mais importante aqui, contudo, é perceber a transmissão de valores ligados à institucionalidade ilegal para uma cultura mais geral. Ser destemido e, quando necessário, violento, ter poder e fazer suas próprias regras, valores intrínsecos a condutas informais ilegais, sugerem os achados, são incorporados pela cultura mais ampla.

5.3.3 No ritmo do tráfico

Nesta última seção, analisamos o conteúdo presente em letras de músicas de estilos populares sobre o narcotráfico produzidas nos três países. Não se trata, contudo, de verificar se tais produções efetivamente contribuem na formação de territórios e territorialidade ilegais ao conferirem identidade cultural às institucionalidades informais ilegais. Nossos instrumentos analíticos não permitem tais inferências. Não estamos, tampouco, em busca de uma causa final, em termos aristotélicos (FERIGOLO, 2015; LLOYD, 1999), dessas produções culturais. Dito de outra forma, não procuramos detectar se elas concedem – se era ou não a intenção de seus autores – algum valor simbólico, de natureza estética, ao crime organizado. Essa possível relação de *causa-efeito* ou de causalidade complexa, para usar o termo moriniano atribuindo recursividade ao conceito, seria muito difícil de apreender em uma pesquisa que não empregou técnicas de *pesquisa de recepção*. O que desejamos aqui é captar os conteúdos mobilizados em algumas músicas, o que é mobilizado nas composições, e assim compreender, como dissemos acima, se regras, modos de fazer e valores implícitos em institucionalidades ilegais violentas são transmitidas à cultura local mais geral.

Com o objetivo definido, permanece necessário explicar como se produziu uma amostra a ser analisada. Quais os ritmos musicais, quais os autores, que critérios seriam empregados, se foram indicações de entrevistados, envolveriam listas “das mais ouvidas” ou visualizações no

YouTube, quantas composições seriam analisadas? Optamos por seguir, de forma articulada, os critérios de (a) sugestão de entrevistados (eles foram perguntados sobre estilos musicais que tivessem como um de seus temas o narcotráfico e, depois, o nome de cantores/produtores/grupos; de (b) visualizações da composição no YouTube, dada a importância desta plataforma nos processos de distribuição de conteúdo, especialmente entre jovens na atualidade. Todas as músicas selecionadas tinham mais de um milhão de visualizações.

Como tínhamos um objetivo quantitativo, nossa amostra foi limitada a seis composições, sendo dois *funks* (Brasil), dois *narcos prohibidos* (Colômbia) e dois *narcocorridos* (México). São elas, respectivamente: *Na Faixa de Gaza (parte 2)*³⁶, de MC Orelha, *Senta no Fuzil*³⁷, de MC Brisola, *Jefe de Jefes*³⁸ e *Muerte Anunciada*³⁹, ambas de Los Tigres Del Norte, *El Regreso del Chapo*⁴⁰, de Los Tucanes De Tijuana, e *Yo soy Joaquin*⁴¹, de Los Mayitos de Sinaloa. Inspirados pela *análise de conteúdo* de Bardin (1996), trabalhamos com classificações que levaram a construções de quatro categorias sobre o conteúdo que faz referência ao narcotráfico. São elas: (1) poder, (2) reconhecimento social, (3) trajetórias de vida, (4) emprego de violência.

A primeira referência possível, antes de adentrarmos na análise de conteúdo, é a natureza das composições. As criações mexicanas e colombianas derivam de estilos tradicionais mais antigos. Também são produzidos por músicos mais velhos, apesar de existirem artistas mais novos no México se dedicando a esse tipo de composição. No Brasil, é um gênero ligado aos jovens, produzidos por artistas jovens. Uma segunda constatação é uma divisão clara entre os temas abordados segundo cada gênero musical. No caso dos *narcocorridos* e dos *corridos prohibidos*, a maioria dos argumentos está centrada na referência a trajetórias de traficantes conhecidos: *El Chapo Guzmán* em produções mexicanas, e Pablo Escobar, em colombianas.

³⁶ Letra: <https://www.vagalume.com.br/mc-orelha/na-faixa-de-gaza-parte-2.html>
Clipe: <https://www.youtube.com/watch?v=rwgmgaR-nCc>

³⁷ Letra: <https://www.letras.mus.br/mc-brisola/senta-no-fuzil>
Clipe: <https://www.youtube.com/watch?v=ADowpI0J5tA>

³⁸ Letra e Clipe: <https://www.letras.mus.br/los-tigres-del-norte/360396>

³⁹ Letra: <https://www.musica.com/letras.asp?letra=1513706>
Clipe: <https://www.youtube.com/watch?v=EqnKonNDXiY> (não oficial)

⁴⁰ Letra: <https://www.musica.com/letras.asp?letra=1356894>
Clipe: <https://www.youtube.com/watch?v=9zXZV3c2wNY> (não oficial)

⁴¹ Letra <https://www.musica.com/letras.asp?letra=1960488>
Clipe: <https://www.youtube.com/watch?v=Sh4qjBJw-Zg>

No caso das letras de *funk* no Brasil, não há uma identificação direta com figuras públicas ligadas ao crime organizado. Não podemos afirmar se estatisticamente essas relações se preservam em um universo maior de produções, mas durante a seleção das músicas a percepção foi a mesma.

Em relação às categorias de análise, podemos dizer que todas as composições destacam o poder como resultado do êxito no mundo do crime. “Mulher, ouro e poder já falei que é lutando/Que eu consigo”, diz a letra de *Na Faixa de Gaza*. “Giro, giro na favela/Hoje o pai tá forte/Hoje nós come todas elas”, diz *Senta no Fuzil*. Recorrente nas composições de *funk*, o poder no e pelo tráfico está relacionado a um poder de conquista sexual.

Em composições mexicanas e colombianas, sobressai um poder social ligado ao comando territorial e ao reconhecimento social. Em suas composições, Los Tigres Del Norte, por exemplo, abordam o narcotráfico a partir de “histórias de vida” de chefes do tráfico, em especial, com letras sobre Escobar. Em *Muerte Anunciada*, há, no início da letra, uma referência ao seu poder paralelo: “*Era una muerte anunciada, desde que ganó la cima/Puso el mundo de cabeza*”, “*El Zar de la Cocaína*”/Pero cayó en Medellín, Don Pablo Escobar Gaviria”. Em outro trecho, a letra associa o número de assassinatos atribuídos a ele e o público que acompanhou seu cortejo fúnebre: “*Cinco mil vidas debía, el ya no puede negarlo/Ya mataron a ‘Papa’, decía la gente llorando/Cerca de 100 mil personas, al panteón lo acompañaron*”. Em outra composição, *Jefe de Jefes* exaltam a posição de poder de um grande chefe: “*Soy el jefe de jefes señores/me respetan a todos niveles/y mi nombre y mi fotografía/nunca van a mirar en papeles*”.

O mesmo tipo de conteúdo pode ser encontrado nas composições mexicanas. O poder está na possibilidade de decidir sobre a vida social. “*No hay chapo que no sea bravo/Así lo dice el refrán/Otra vez se ha comprobado/Con el Chapito Guzmán*”, diz a letra de *El Regreso del Chapo*. As composições mexicanas, como dissemos, também se referem à possibilidade de reconhecimento social no e pelo crime. “*La gente de Sinaloa/Anota su primer gol*”, diz a composição sobre a primeira fuga de *El Chapo* da prisão. Assim como os *corridos* latinos, as letras de *funk* deixam claro que a posição de comando gera reconhecimento, contudo, as letras descrevem o poder sempre em “*primeira pessoa*”; são letras *narcisistas*. Diz a letra de MC Orelha: “Pra ser respeitado é só chegar respeitando!/Nós tá que tá, nós que tá comandando”.

A violência, nossa última categoria, recebe tratamento diferenciado entre estilos. Ela está presente de forma mais discreta nas composições mexicanas e colombianas, quase aparecendo como efeito colateral de um poder ilegal. *No funk*, contudo, integra a narrativa com

certo protagonismo. “É dedo no gatilho, sangue nos olhos e o/Coração transbordando de ódio porque/Quem dá mole no filme da vida não passa/Nem do primeiro episódio”, diz a letra de MC Orelha. No caso de *Senta no Fuzil*, a arma de fogo se torna objeto fálico.

A partir das categorias selecionadas, podemos perceber distintas construções discursivas sobre o narcotráfico. Apesar de as seis composições valorizarem o que está à margem, o ilegal, o fazem de maneira distinta. Apesar de pequenas variações, como o fato de também serem produzidas por jovens compositores, os *funks* mexicanos e colombianos se assemelham a uma romantização de grandes *capos*. As composições brasileiras falam da vida do jovem comum que está no tráfico. É a relação com o agora. Juntos, vídeos dos dois *funks* somam mais de 25 milhões de visualizações. Não é possível aqui mensurar a influência cultural destas músicas, mas o consumo das produções, por si só, já é indicador de seu alcance. É possível perceber, ainda, que normas, interdições, crenças, ideias de como ver o mundo e valores próprios da institucionalidade ilegal produzida no e pelo narcotráfico aparecem em produções culturais locais. Há um processo dialógico recursivo entre cultura, institucionalidades e territorialidades.

5.4 Resumo [3]

Neste capítulo, analisamos a relação entre cultura, territorialidade e institucionalidade, compreendendo:

- a relação entre as três dimensões sociais como dialógicas e recursivas;
- a cultura como conjunto de saberes, saber fazer, regras, estratégias, hábitos, costumes, normas, interdições, crenças, ritos, valores, mitos, ideias;
- o papel da cultura na e pela formação de grupos e tribos.

E investigamos essas relações a partir de uma dupla referência:

- fé em Jesús Malverde, os processos de hibridização cultural a partir da associação entre institucionalidades formais e informais;
- moda (uso de acessórios) e música, o impacto das institucionalidades ilegais sobre a cultura local mais abrangente.

6. PODER, ESPAÇO E VIOLÊNCIA: UM OBJETO COMPLEXO

A violência para eles é um mecanismo de ajuste, é totalmente instrumental, se não necessitam, não a usam. Quem a usa por gosto, acaba mal – opina jornalista mexicano especialista em narcotráfico.

O poder perpassa por todas as dimensões investigadas neste trabalho. Um poder mais verbo do que substantivo, que se efetiva na e pela violência. Neste capítulo, analisaremos como as relações de poder se manifestam no e pelo espaço geográfico nas e pelas estratégias de domínio sobre o corpo. Primeiro, discutiremos habituações e sua relação recursiva com a violência. Depois, examinaremos as relações complexas entre poder (instituições/institucionalidades) e espaço (território e territorialidades).

6.1 Habituação e violência

Um território é não apenas a efetivação do controle sobre o espaço, é o domínio sobre corpos nesse espaço. Ele decorre de regras de *ir e vir* e de *poder e não poder* algo. Trata-se de rotinas sociais disciplinadas a partir do corpo, sendo nele e por ele que entramos como indivíduos em contato com o mundo, em suas dimensões físicas e simbólicas, pois, como alerta Morin (2012b), o espírito (mente) é uma emergência de uma relação complexa entre informação, comunicação e organização celular. Ao falar de território, sendo assim, falamos de biopoder, como argumenta Foucault (2009, 2014), e habituações (BERGER; LUCKMANN, 2001), conformadas, muitas vezes, nas e pelas violências física e simbólica (BOURDIEU, 2002; BOURDIEU, 2012; FOUCAULT, 2009, 2014; GROSSI PORTO, 2008).

Se tratamos neste trabalho de diferenciar dominação e apropriação territorial é porque, a partir dessa premissa teórica, podemos observar o papel das instituições, com suas regras e sanções, na administração do espaço geográfico. Enquanto a primeira forma está ligada à imposição, à força, mediante a implantação de regulações fundamentalmente sustentadas pelas sanções, a segunda conecta-se a uma adesão voluntária à territorialidade baseada na identidade ou em identificações. Em ambos os casos, o corpo, e o que podemos nele e por ele, é estabelecido, delimitado e rotinizado.

Em outras palavras, é a institucionalização da vida a partir de estratégias sobre o corpo. Falamos aqui de uma biopolítica, entendida como conjunto de mecanismos por meio dos quais

o que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais pode ser parte de uma política, uma estratégia política, uma estratégia de poder geral (FOUCAULT, 2006). “O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 2009, p. 28–29).

Quando olhamos para a rotina de nossos entrevistados, percebemos seus corpos disciplinados, docilizados, para usar o termo foucaultiano. No Complexo do Alemão, os moradores do ponto mais alto do Morro das Palmeiras tiveram sua mobilidade comprometida quando o teleférico parou de funcionar. O custo das vans, as dificuldades de traslado terrestre em momentos de tensão entre forças ilegais e legais restringem a mobilidade. O mesmo ocorre, em alguma medida, em Medellín, onde o sistema do MetroCable é interrompido durante a madrugada, sujeitando moradores de áreas mais distantes a percorrerem locais onde há territorialidades e institucionalidades concorrentes.

Ao mover-se, o corpo põe-se em risco. O trânsito entre territorialidades mais funcionais, como as decorrentes de institucionalidades informais ilegais – sejam elas complementárias, acomodatórias, competitivas ou substitutivas em relação às instituições formais –, submete o corpo a regramentos em que a violência é empregada como sanção. “*Quando se está com alguém de outra comunidade ou região, dominada por um grupo diferente, é preciso ter atenção*”, diz um jovem da Maré sobre namorar uma garota de outra comunidade.

O risco, contudo, coloca em evidência a indeterminação. Só há ameaça de sanção se existe possibilidade de descumprimento da regra. É da percepção e da capacidade relacional com o risco que resulta o desvio. E é dessa presunção de desobediência que deriva a intensidade da punição prevista, anunciada e efetivada. Como Ellickson (1991) observa, as pessoas podem se comportar regularmente de uma determinada maneira por um qualquer número de razões, mas a melhor evidência da existência de uma regra é a verificação de existência da punição do comportamento desviante por agentes externos de controle social. Em comunidades territorializadas pelo tráfico, o descumprimento de uma regra pode ser pago com a vida. Não é possível andar de madrugada na comuna Revolución, em Xalapa, pois, nesse período do dia, a territorialidade local garante *discrição* aos grupos criminosos. Fica evidente o emprego da violência como estratégia funcional territorial.

Como afirma Milton Santos, a maior parte da violência é de natureza funcional, o que ele prefere chamar de violência estrutural. Conforme ele, a violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas do dinheiro em estado puro, da competitividade em

estado puro e da potência em estado puro, cuja associação conduz à emergência de novos totalitarismos (SANTOS, 2004). Quando a violência se torna extrema, como alerta o geógrafo brasileiro, evoluímos de situações em que a perversidade se manifestava de forma isolada para contextos nos quais se instala um sistema da perversidade, que, ao mesmo tempo, é resultado e causa da legitimação do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, consagrando, afinal, o fim da ética e o fim da política (SANTOS, 2004).

Temos, então, a relação funcional entre violência e poder que marca as territorialidades e, por consequência, as transterritorialidades, impostas por institucionalidades voltadas ao dinheiro, à competição e à potência em estados puros. O primeiro termo, conforme Santos (2004), é entendido como o dinheiro sem medida que se torna a medida geral, levando à acumulação como uma meta em si mesma; o segundo, trata-se de quando a competitividade é a regra e sua desobediência implica perder posições e, até mesmo, desaparecer – levando a uma espécie de guerra em que tudo vale, provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência –; e o terceiro termo aponta que, para exercer a competitividade em estado puro e obter o dinheiro em estado puro, o poder (a potência) deve ser também exercido em estado puro – o uso da força acaba se tornando uma necessidade. Neste caso, não há outra finalidade que o próprio uso da força, pois ela se constitui como indispensável e indissociável da competição e do “*fazer*” mais dinheiro (SANTOS, 2004).

Quando alunos deixam de ir à escola por conta de tiroteios, como ocorreu no dia em que visitamos o Complexo do Alemão, eles estão submetidos a essa relação em tríade de que fala Santos. Associação que restringe, contém, disciplina e redefine corpos. Ela estabelece posições sociais no e pelo território. Dela derivam, em último grau, habituações e contornamentos em relação à violência.

Neste ponto, antes de prosseguirmos na discussão sobre a relação entre poder e institucionalidade, talvez seja importante definir o que entendemos por violência, dado o amplo número de possibilidades presentes na literatura. Grossi Porto nos apresenta uma definição que nos parece mais adequada: ela entende como violência “sempre que o outro fosse desconsiderado como sujeito e, em função disso, tratado como objeto” (GROSSI PORTO, 2008, p. 219). Em uma proposta acurada, Tavares dos Santos (2002, p. 23) propõe:

Em seu conjunto, poderíamos considerar a violência como um dispositivo de poder, em que se exerce uma relação específica com o outro mediante o uso da força e da coerção: isto significa estarmos diante de uma modalidade de

dispositivo que produz um dano social, ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano.

Em sua crítica a Foucault em relação à dicotomia ideologia/procedimentos, que levaria à definição de uma sociedade marcada essencialmente por instituições normativas na qual outras formas de *fazer sociedade* estariam subsumidas, Certeau (1998) avança na compreensão de um conjunto maior de institucionalidades. “Nesta múltipla e silenciosa ‘reserva’ de procedimentos que as práticas ‘consumidoras’ deveriam ser procuradas, com a dupla característica, detectada por Foucault, de poder, segundo modos ora minúsculos, ora majoritários, organizar ao mesmo tempo espaços e linguagens” (CERTEAU, 1998, p. 115). Segundo ele, as regras dizem respeito à relação do direito com e sobre o corpo – corpo, ele mesmo, definido, circunscrito e articulado pelo que o escreve (CERTEAU, 1982, 1998).

Certeau (1982, 1998) vai dizer que não há direito, entendido aqui como marco legal, que não se escreva sobre corpos: ele domina o corpo, sendo que a própria ideia de um indivíduo isolável do grupo se instaurou com a necessidade da justiça penal, de corpos que devem ser marcados por um castigo e que se devem marcar com um preço nas transações entre coletividades. Podemos ir além do que sublinha inicialmente Certeau: não há regulamente escrito ou oral, formal ou informal, que não se inscreva no corpo.

Do nascimento ao luto, o direito se “apodera” dos corpos para fazê-los seu texto. Mediante toda sorte de iniciações (ritual, escolar, etc.), ele os transforma em tábuas da lei, em quadros vivos das regras e dos costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem social. Seja como for, sempre é verdade que a lei se escreve sobre os corpos. Ela se grava nos pergaminhos feitos com a pele dos seus súditos. Ela os articula em um corpo jurídico. Com eles faz o seu livro. (...) Todo poder, inclusive o do direito, se traça primeiramente em cima das costas de seus sujeitos. O saber faz o mesmo. (CERTEAU, 1998, p. 231).

Quanto maior a competição e menor a adesão voluntária à regra, mais a inscrição, tanto em termos de regra quanto de sanção, se registra na e pela violência. Em nosso campo, são fartas as evidências. As regras que regulam o *ir e vir* se inscrevem nos corpos, assim como a possibilidade e a efetividade da sanção. Podemos pensar nas institucionalidades como uma dupla inscrição *regra-sanção* sobre os corpos. Se você desafia os horários de entrada e saída eventualmente impostos em uma favela do Rio de Janeiro, o que por si só já é uma inscrição sobre o corpo, você pode ser punido, igualmente, no e pelo corpo.

Para Certeau, para se escrever a lei – preferimos usar o termo *inscrever* por seu caráter mais profundo, de gravação, de entalhe, ao termo escrever, que se refere a uma ação de

superfície – sobre os corpos, deve haver um aparelho que mediatize a relação, pois desde os instrumentos de escarificação, de tatuagem e de iniciação primitiva até os instrumentos da justiça, existem instrumentos para trabalhar o corpo (CERTEAU, 1998). Como ele diz, do punhal à agulha, das algemas às celas, esses instrumentos compõem uma série de objetos destinados a gravar a força da lei, uma demonstração social da norma legível (CERTEAU, 1998). Conforme ele, essa *maquinaria* transforma os corpos individuais em corpo social. Ela faz esses corpos produzirem o texto de uma lei.

Extrapolando Certeau, podemos pensar que a lei não se inscreve apenas marcando, mas se apropriando de marcas, reconceituando-as, ressignificando-as, inserindo nelas o conteúdo da regra e, conseqüentemente, da sanção. Podemos pensar, então, a partir dos estudos sobre estereótipos, rótulos e estigmas (BECKER, 2008; BERGER; LUCKMANN, 2001; GOFFMAN, 2017), as institucionalidades como conjuntos de *regras-sanções* que reconceituam recursivamente marcas deixadas por outras instituições. O corpo nu (AGAMBEN, 2007) do homem empobrecido pelas regras do jogo do capital é, novamente, autenticado como indesejado em outros territórios que não de sua periférica vida. As mesmas marcas serão úteis às territorialidades impostas por quem dominou os espaços desprezados pelas instituições formais, que haviam produzido essas marcas. “*Você já viu as barreiras nos ônibus que vão da zona Norte para as praias da zona Sul? Eles não querem o cara da favela em Copacabana*”, comentou um jovem da Maré em nosso campo. O território, com suas territorialidades, é inscrito no corpo do jovem da periferia e o acompanha, o identifica, mesmo que não exista identificação ou identidade voluntária com as institucionalidades que o produziram.

Uma distinção se faz necessária aqui, segundo Certeau, em relação à diferença entre estratégias e táticas de sujeitos subalternizados. “Chamo de estratégia, o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (CERTEAU, 1998, p. 99). Tática, por sua vez, é jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha, externa a si: “Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ (...) e no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 1998, p. 100).

Em outras palavras, o morador da periferia, de forma geral, possui um repertório de táticas de contornamento geográfico e social. Não se trata de estratégias. O planejamento do dia, as ruas a percorrer e a evitar, os assuntos a conversar, as pessoas com quem se relacionar,

enfim, a vida cotidiana é associada a táticas e não a estratégias. Falar em estratégia é garantir uma capacidade de agência ampliada e exigir, por consequência, posturas além das possibilidades.

É no *jogo de cintura*, no jogo duplo descrito por Maffesoli (2011), que os moradores teatralizam a vida cotidiana. Em alguns casos, trata-se do *self-deception*, descrito por Morin (2012a) como a mentira para si mesmo, o autoengano para autoconvencimento, para nos cegar sobre o que nos incomoda ou lesa. Estar atento a isso é perceber a incapacidade de um morador de fazer frente a institucionalidades produtoras de territorialidades funcionais, estabelecidas a partir de regras violentamente inscritas em seu corpo.

Quando falamos de poder, é preciso atenção, pois, aos papéis das instituições. Como afirmam Becker e Luckmann (1996), por meio da reificação é que o mundo das instituições parece se fundir com o mundo da natureza; torna-se necessidade e destino. As “funções” podem ser reificadas exatamente como instituições: o setor de autoconsciência também é apreendido, então, como um destino inevitável em que o indivíduo pode afirmar que não tem responsabilidade (BERGER; LUCKMANN, 1996). Ou seja: “as regras abstratas da moral, as crenças, os conhecimentos racionais não têm outro suporte a não ser o discurso. O gesto ou a mímica deixam de ser um socorro para comunicar” (CLAVAL, 2007, p. 67). Quando o morador anda com a carteira de trabalho no bolso, por exemplo, ele busca estar pronto para manifestar sua condição de *trabalhador*.

Nem todas as instituições, como vimos, gozam de legitimação. Ela atribui à ordem institucional validade cognitiva aos seus significados objetivados, justifica a ordem institucional ao atribuir dignidade normativa aos seus imperativos práticos (BERGER; LUCKMANN, 2001). Regras e valores estão associados de forma quase indistinta. A autoridade é autenticada. Sem ela, resultam operações funcionais institucionalizadas, muitas vezes, sobrepostas por institucionalidades concorrentes. A relação entre instituições formais e informais, por exemplo, pode levar à composição de arranjos institucionais ilegais, como dissemos, que exigem o desempenho de múltiplas funções.

Cristalizam-se em hábitos. É uma relação dialógica e recursiva. A vida cotidiana é habituar. As ações habituais retêm seu caráter significativo para o indivíduo, sendo incorporadas como rotinas. Uma vez estabelecidas, tendem a persistir, e sempre existe a possibilidade de mudança ou abolição da consciência (BERGER; LUCKMANN, 2001). Um mundo institucional, segundo os autores, é experimentado como uma realidade objetiva.

Para Berger e Luckmann (2001), no entanto, a institucionalização apareceria sempre que existe uma tipificação recíproca de ações habitualizadas por tipos de atores. As tipificações das ações habituais é que constituem as instituições: representam a ordem institucional (BERGER; LUCKMANN, 2001). Mas, para nós, esse caminho não seria o único. Berger e Luckmann descrevem a relação entre hábitos e instituições de uma forma linear e unidirecional. Parecem falar de uma institucionalidade com legitimidade, ponto central de seu pensamento. Em outras palavras, a definição, ao nosso entender, não dá conta da compreensão das relações complexas dessa tríade quando institucionalidades não contam com legitimidade, como as informais ilegais.

As funções, contudo, concordamos com os autores, são indissociáveis ao processo de formação de um estoque comum de conhecimento. Todo comportamento institucionalizado envolve controle (BERGER; LUCKMANN, 2001). Assim que os atores são tipificados, seu comportamento torna-se *ipso facto* suscetível à coerção, embora, é claro, a gravidade das sanções possa variar de caso a caso (BERGER; LUCKMANN, 2001). Essas institucionalidades informais ilegais, como as investigadas aqui, envolvem hábitos derivados de rotinas forçadas, delimitadas por regras que não encontram necessária relação com códigos morais ou identidades ou identificações culturais.

A instituição, com seu conjunto de ações programadas, é roteiro não escrito de uma peça de teatro. A realização do trabalho depende que os atores de carne e osso realizem repetidamente as ações prescritas (BERGER; LUCKMANN, 2001). Aparecem como representações e mediações institucionais dos conglomerados de conhecimento institucionalmente objetivados (BERGER; LUCKMANN, 2001).

Em outras palavras, as institucionalidades, sejam elas formais ou informais, inscrevem-se sobre os corpos, sempre vinculados a uma dinâmica espacial mais ou menos abrangente. Você ocupa o espaço mediante algo que lhe foi atribuído: regras e sanções estão relacionadas aos atores sociais, sejam eles morador, pai, trabalhador, homem da lei ou fora da lei.

6.2 Relações de poder no e pelo espaço em sistemas auto-eco-organizados

A relação dinâmica entre poder e espaço não é apenas dialógica e recursiva, é sistêmica e auto-eco-organizada. O poder se exerce no e pelo território. Este efetiva e atualiza o poder. Eles, contudo, têm uma dimensão relacional mais ampla. Um território existe como tal na e pela

possibilidade relacional a outro território – mesmo que seja pela ausência dele. É na fronteira onde o território ganha contorno. O poder, enquanto potência, por sua vez, não existe apenas na e pela relação intrínseca entre os que exercem poder e os sujeitados por ele, mas se realiza, necessariamente, em um espaço-tempo determinado. “A eco-auto-organização pode e deve ser concebida como coorganizadora, cooperadora, coprogramadora dos fenômenos de auto-organização, a partir não só das suas estruturas de ordem, mas também das desordens e riscos que comporta” (MORIN, 2011a, p. 83).

Como tratamos aqui ainda nas primeiras páginas, sistemas complexos comportam sistemas de sistemas. O que se considera externo a um sistema deriva *ipso facto* do que se considera interno a ele. Podemos dizer que não há poder institucional que delimite espaço que não seja *causado/impactado* também pelo que é externo a essa relação. O solo, o clima, (re)definem, (re)delimitam e (re)atualizam o poder dentro e fora do sistema. Por sua vez, esse poder (re)define, (re)delimita e (re)atualiza o território em sua relação ao que lhe é externo. Em relação ao nosso objeto propriamente dito, temos então territórios que não apenas se definem na relação a outros territórios, mas compõem e são constituídos por outros territórios. Todos eles, contidos e contendo relações ora endógenas, ora exógenas. O mesmo ocorre com as instituições aqui analisadas.

Somos duplicações enraizadas, ao mesmo tempo, no cosmo físico e na esfera viva; continuamos na aventura humana a dialógica entre ordem, desordem, interações, organização. Somos produtos/produtores de uma auto-eco-reorganização viva da qual emergiu e desenvolveu-se a trindade humana [indivíduo, espécie, sociedade] na qual somos, enquanto indivíduos, produtos e produtores. (MORIN, 2012a, p. 49).

Como afirma Foucault, é também o problema de saber quais as relações de vizinhança, que tipo de alma, de circulação, de localização, de classificação de elementos humanos devem ser mantidos, de preferência, em tal situação, para atingir um objetivo; estamos em um momento em que espaço é dado a nós sob a forma de relacionamentos de localização (FOUCAULT, 1999). Todos esses elementos pertencem a um sistema de energia no qual a fala é apenas um entre vários componentes vinculados. São elementos de um conjunto. A análise consiste em descrever as correspondências e as relações recíprocas entre todos esses elementos (FOUCAULT, 1999).

Doravante, as megalópoles modernas de vários milhões de habitantes constituem um antropotopos artificial/técnico onde miríades de interações entre indivíduos e grupos constituem uma antropocenose urbana. A união

desse antropotopos e dessa antropocenose constitui um ecossistema propriamente social: o ecossistema urbano. (MORIN, 2011a, p. 99).

Para Foucault, há uma arte das distribuições – ou seja, de poder no e por espaço – que, mesmo sem ele usar o termo, se dá na e por relações sistêmicas. A disciplina procede, em primeiro lugar, à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso, utiliza diversas técnicas: (1) a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo (colégios, quartéis); (2) o princípio da localização imediata ou do quadriculamento, em que cada indivíduo é disposto no seu lugar destinado; e, em cada lugar, há um indivíduo, evitando as distribuições por grupos; (3) a codificação de espaços que a arquitetura deixa livres e prontos para vários usos, onde a necessidade de vigiar é satisfeita, mas também há espaço útil; (4) os elementos intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série e pela distância que o separa dos outros – a unidade não é nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila. Traslada-se da disciplina à vigilância (FOUCAULT, 1999).

Poder e espaço se relacionam, pois, no arranjo de tudo que lhes é interno em oposição ao que lhes é externo. A vida na Maré ou no Alemão, nas colônias de Xalapa ou Culiacán, é definida por essa relação. Transitar entre territórios, entendidos como sistemas, é uma ação auto-eco-organizada. A autonomia das partes constituintes do sistema – neste caso, os moradores – se dá na e pela relação também com o que lhe é externo. Trata-se de uma autonomia dependente: “o ser vivo, cuja auto-organização realiza um trabalho ininterrupto, deve alimentar-se de energia, de matéria e de informação externas para regenerar-se em permanência. A sua autonomia é, portanto, dependente e a sua auto-organização é uma auto-eco-organização” (MORIN, 2012a, p. 299). É uma ação ecológica.

As disciplinas criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos, que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (FOUCAULT, 1999). A disciplina, para Foucault – para nós, relação institucional *regra-sanção* – é, então, a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas (FOUCAULT, 2009).

A qualidade de sujeito garante a autonomia do indivíduo. Contudo, este pode ser submetido. Ser submetido não significa ser dominado de fora, como um prisioneiro ou um escravo; significa que uma potência subjetiva mais forte

impõe-se no centro do programa egocêntrico e, literalmente, subjuga o indivíduo, que acaba possuído dentro de si mesmo. (MORIN, 2012a, p. 79).

A disciplina produz território ao rotinizar a vida, ao orientar, portanto, as atividades. Conforme Foucault, ela é o horário, a elaboração temporal do ato, o corpo e o gesto postos em correlação, a articulação corpo-objeto (definição de cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula), a utilização exaustiva do tempo (FOUCAULT, 2009). Como salienta ele, o interessante é saber como, em um grupo, em uma classe ou em uma sociedade, as malhas do poder funcionam, qual é a localização de cada um no fio do poder, como é exercido novamente, como preserva, como isso lhe afeta (FOUCAULT, 1999).

Poderíamos pensar a partir disso a relação entre tráfico de drogas e corpos nos espaços onde atua. Efetivamente, os corpos são disciplinados da maneira mais conveniente à funcionalidade do sistema. Corpos disciplinados em intensidades diferentes em decorrência de funções institucionais específicas. Do morador da favela, a institucionalidade ilícita cobra discrição, silêncio, pois ali é sede operacional, não necessariamente de comando, das ações ilícitas. Na orla, a relação é de outra natureza, meramente mercantil. Esses mesmos corpos são submetidos a outras disciplinas, como as impostas na e pela regulação do Estado.

Devemos então, como recomenda Foucault (1999), considerar esses mecanismos de poder, esses procedimentos de poder, como técnicas, como procedimentos que foram inventados, aperfeiçoados (FOUCAULT, 1999). Técnicas de individualização do poder, de como monitorar, como controlar seu comportamento, suas aptidões, como intensificar seu desempenho, como multiplicar suas capacidades, como colocar os corpos onde eles são mais úteis (FOUCAULT, 1999).

Disciplina e vigilância são endógenos aos sistemas sociais estabelecidos no e pelo controle institucional. Representam, por isso, o prefixo *auto* do termo auto-eco-organização. Integram, em outra dimensão, a relação regra-sanção. O exercício de poder é, portanto, uma ação ecológica. Disciplina e vigilância dependem do ambiente para se efetivarem. Não falamos, aqui, apenas de ambiência, nos termos de Maffesoli (2011), mas de condições espaciais – naturais, físicas – externas ao sistema.

A ecologia da ação indica-nos que toda ação escapa, cada vez mais, à vontade do seu autor na medida em que entra no jogo das inter-retro-ações do meio onde intervém. Assim, a ação corre o risco não somente de fracassar, mas também de sofrer desvio ou distorção de sentido. (...) os efeitos da ação dependem não apenas das intenções do ator, mas também das condições próprias ao meio onde se acontece. (MORIN, 2011b, p. 41-42).

Com isso, não estamos retirando o espaço do interior dos sistemas instituídos no e pelo poder, pelo contrário. Há interdependência. Espaço físico, indivíduos e organizações integram um sistema estruturado que produz territórios sociais. A relação é recursiva e dialógica. O que queremos dizer é que o espaço geográfico integra o sistema, mas não se limita a ele. Sistemas complexos são, ao mesmo tempo, abertos e fechados (MORIN, 2013).

Podemos substituir a noção de meio exterior que impõe as suas fatalidades aos vivos por uma concepção de autonomia dependente; a autonomia viva depende do seu meio exterior, de onde tira energia, organização, conhecimento. Por isso, não existe autonomia viva que não seja dependente. Aquilo que produz a autonomia, produz a dependência da autonomia. O império do meio constitui também para o ser vivo não apenas as limitações, obstáculos e ameaças, mas igualmente as condições de sua autonomia. (MORIN, 2012a, p. 269).

Isto posto, segundo Morin (2012a), a existência social, com desenvolvimento técnico, deu aos indivíduos uma autonomia considerável em relação ao meio natural, levando a uma dominação efetiva da natureza, que, por consequência, criou uma multiplicação de dependências. Para Claval (1982), a noção de grupo corporativo como o responsável pela administração de um conjunto de recursos revela a articulação das bases técnica e ecológica ligadas às formas de vida social. Conforme ele, a autoridade não é permanente. A organização territorial é instável, assim como as bandas que exploram o espaço; a eleição dos responsáveis continua sempre à concorrência.

Nas sociedades contemporâneas, a hierarquia social estável e confessada das sociedades tradicionais é substituída por uma hierarquia informal, tão estável como a primeira, mas com base na classificação das terras e na regulação do seu emprego: as políticas de zoneamento se convertem em instrumentos de enrijecimento da estrutura social, de excessos dos contrastes que levam a problemas urbanos para quem está abaixo na escala de bem-estar social (CLAVAL, 1982).

Como afirma Claval (1982), o espaço intervém de várias maneiras na vida social e, por consequência, no jogo do poder: é o suporte da vida e de atividade; é, ao mesmo tempo, um obstáculo para vida em relação; e serve como base para a atividade simbólica. O espaço intervém em primeiro lugar por extensão – as superfícies usadas são um elemento ativo da combinação das atividades produtivas. A questão é que a mesma terra pode servir, sem problemas, para vários usos. O espaço, portanto, congrega e desagrega esforços, pois é alvo de disputa, de estabelecimento de regras de uso, de estabelecimento de relações de poder. Ele é

obstáculo, pois é nele e por ele que se dá a vida em relação. O traslado de pessoas e bens é uma questão espacial. O espaço dificulta a transmissão de informação (CLAVAL, 1982).

A efetivação do poder tem uma dimensão espacial resultante dos elementos que eles incorporam, afirma Claval (1982). De acordo com ele, são fatos de organização que implicam a mobilização de recursos físicos, de tal forma que dependem indiretamente do modo como a sociedade os explora. A geometria da maioria das formas mais puras de poder, relação hierárquica absoluta e de autoridade, é relativamente simples, porque não coloca em jogo mais do que um pequeno número de elementos. A geometria das formas de poder existentes em sociedades complexas manifesta-se de maneira mais variável: cada figura de dominação está ligada a um tipo particular de configuração (CLAVAL, 1982).

Com a expansão das sociedades, o aumento da mobilidade de homens e da relatividade moral, o exercício da autoridade torna-se mais difícil sobre o corpo social, afirma Claval. As condições da socialização da infância se modificaram, o grupo primário não pode instituir regras comuns como nas sociedades tradicionais. Comportamentos proscritos escapam da vigilância coletiva diluídos na multidão, e a opinião pública não expressa mais do que os pontos de vista de uma minoria (CLAVAL, 1982). E tudo isso ocorre na e pela multiplicidade característica da modernidade tardia.

Uma sociedade é sempre a união da comunidade e da rivalidade, da coalizão e da competição, dos interesses sociocêntricos e dos interesses egocêntricos, do *fitting* (ajuste mútuo) e do *matching* (rivalidade, concorrência). Quando as complementaridades se atualizam, os antagonismos se virtualizam e vice-versa. (...) O conflito é inerente a uma sociedade complexa e, como dissemos, a democracia alimenta-se de conflitos. (MORIN, 2012a, p. 197).

Destaca-se, pois, novamente, a relação entre a violência, como expressão eficiente de poder, e o espaço. A violência pode ser expressa em ações físicas ou por meio de ameaças coercivas de ação física ou simbólica. Tanto os atos violentos quanto a coerção são elementos de violência. A relação entre atos violentos e coerção envolve crenças sobre as ações dos outros, e prestamos atenção considerável para o fato de que as ameaças de violência são críveis e as condições em que o uso da violência física resultará em resposta de outros indivíduos ou do estado (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009).

A violência, podemos dizer, define, recorta o espaço, produzindo o território. O território por ela produzido é de natureza institucional funcional. Por isso, ela é, muitas vezes, difícil de ser estimada. Como afirmam North, Wallis e Weingast (2009), as ameaças de violência são usadas para limitar o uso da violência física e, por isso, não existe uma maneira

simples de medir o nível de violência em uma sociedade. Uma pessoa ameaçada por ataque físico pode ser afetada pela violência como uma pessoa que está realmente sujeita à força física, esclarecem os autores. Trata-se de uma violência sistêmica, definida por Zizek (2014, p. 11):

a violência fundamental que sustenta o funcionamento “normal” do Estado (que Walter Benjamin chama de “violência mítica”), assim como para a não menos fundamental violência que sustenta toda e qualquer tentativa de minar o funcionamento do Estado (a violência “divina” de Benjamin). É por esse motivo que a reação do poder estatal contra aqueles que o ameaçam é tão brutal, e é por isso que, em sua brutalidade, essa reação é precisamente “reativa”, protecionista.

Se a violência é disciplinar, institucional e sistêmica, se ordena territórios tão distintos e distantes entre si como as cidades de Xalapa, Culiacán e Rio de Janeiro, entre outras visitadas neste estudo, como pensar em sociedades sem violência? North, Wallis e Weingast (2009) se referem à questão usando uma lógica escalar, por exemplo: *controlar* a violência por meio de contatos pessoais repetidos pode ser possível apenas na formação de pequenos grupos de pessoas, onde todos se conhecem, se há existência de laços pessoais. Em grupos maiores, isso se perderia, e os indivíduos sempre têm a opção de competir uns com os outros por recursos ou status por meio da violência (NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009). Ao problema da criminalidade, da violência interpessoal, da violência organizada, soma-se a própria violência de Estado, como afirma Tavares dos Santos (2004).

Podemos, enfim, considerar a violência como um dispositivo de poder, uma prática disciplinar que produz um dano social, atuando sobre espaços abertos, e que se instaura com uma justificativa racional, desde a exclusão, efetiva ou simbólica, até a prescrição de estigmas. (TAVARES DOS SANTOS, 2002, p. 23).

Qual seria então o caminho para cidades menos violentas, cidades seguras, se, como sugere Castel (1998) e (2002), parece haver uma ruptura do contrato social e dos laços sociais, que provocam fenômenos de desfiliação e de ruptura nas relações de alteridade, dilacerando o vínculo entre o eu e o outro? Sem a pretensão de trazer uma resposta definitiva, apontaremos alguns caminhos em nosso último capítulo. Podemos adiantar, contudo, que perpassa uma cultura de valorização da paz, como tem proposto Tavares dos Santos.

6.3 Resumo [4]

Neste capítulo, a partir de uma discussão teórico-empírica da relação entre poder, violência e espaço, propomos:

- compreender o poder a partir de sua relação sobre o corpo (biopoder);
- apreender a associação entre habituação e institucionalização de regras no e pelo território;
- compreender a relação entre poder, espaço e violência como uma relação sistêmica;
- considerar esta relação sistêmica como, ao mesmo tempo, aberta e fechada, ou seja, auto-eco-organizada.

7. INFERÊNCIAS FINAIS

Nossa tese analisou a transterritorialidade decorrente de institucionalidades formais e informais concorrentes em nove cidade de Brasil, Colômbia e México. Examinou as distintas dinâmicas de dominação *funcional* e apropriação *simbólica* dos espaços urbanos. Interessou, neste sentido, de forma mais contundente, a investigação dos efeitos sobre a população de territorialidades mais funcionais instituídas a partir da unidade *regra-sanção* baseada no disciplinamento dos corpos pela violência. Buscou compreender a relação recursiva entre território (e territorialidade), instituição e cultura.

Nesse sentido, investigamos as consequências sociais da produção de múltiplos territórios e multiterritorialidades a partir da competição entre institucionalidades formais legais e institucionalidades informais ilegais ligadas ao narcotráfico. A intenção foi se debruçar sobre as distintas dinâmicas de dominação *funcional* e apropriação *simbólica* dos espaços urbanos.

Para dar conta de nossos objetivos, nos associamos ao *paradigma de complexidade* proposto por Morin, proposta epistemológica que nos permitiu a adoção de uma constelação de técnicas e a oportunidade de inserção do pesquisador em uma condição de observador-sistema. Em termos de resultados mais gerais, demonstrou-se que os moradores, especialmente os residentes na periferia das cidades pesquisadas, vivem a transterritorialidade imposta por regras inscritas nos corpos por institucionalidades formais e informais. De forma específica, no entanto, há um rol de inferências possíveis a partir deste estudo, das quais trataremos a seguir.

O espaço em que vivemos é recortado por múltiplas forças. Não se pode tratar temas sociais sem estarmos atentos aos processos de des-re-territorializações do espaço geográfico. Esses processos são dialógicos e recursivos, devendo ser compreendidos como sistemas complexos dentro de uma perspectiva ecológica. Em outras palavras, todo ato social é uma ação ecológica. Das estratégias mais funcionais, de uso objetivo de áreas, de delimitação de zonas e redes, às ações simbólicas de apropriação cultural, de cunho identitário, torna-se território não apenas a área, mas o conjunto de interações possíveis entre *espaço-indivíduo-sociedade*, trata-se de um circuito recursivo de autonomias dependentes.

A multiterritorialidade é uma característica de nossos tempos. A partir de nossa investigação, percebe-se que as cidades, *locus* da modernidade tardia, revelam-se como um espaço geográfico não apenas de multiterritórios, mas de multiterritorialidades. O que a paisagem revela – e que registramos parcialmente em imagens – não é um espaço apenas funcional ou simbolicamente recortado, mas um registro relacional, dentro de definição de

espaço-tempo – de rotinas humanas, de corpos disciplinados por diferentes regras, ora convergentes, ora divergentes.

Na cidade, o indivíduo, em maior ou menor grau, transita, muitas vezes, sem sair do lugar, entre territórios e territorialidades. É um estado de *estar-entre*, a ele imposto, muitas vezes, por regras instituídas e associadas à previsão de sanção, de punição em caso de descumprimento. É o que chamamos de transterritorialidade.

A transterritorialidade se manifesta, muitas vezes, em evitações e contornamentos.

Podemos ter transterritorialidades voluntárias, aquelas voltadas ao desejo de viver em trânsito; mas há, fundamentalmente, em nossas cidades uma transterritorialidade forçada, imposta, que restringe, que controla e contém fluxos. Ela é resultado de estratégias de evitação, de segregação espacial. Muros e trilhos apartando a periferia de outros bairros, barreiras permanentes, blitzes, toques de recolher e restrições no funcionamento do transporte público, barreiras temporárias, se misturam, se complementam e formam conjuntos eficientes de evitação.

Mecanismos e dispositivos de imposição de limites, como vimos, muitas vezes, são empregados por diferentes instituições. O teleférico fora de serviço e a mureta na via expressa servem a institucionalidades formais, com suas estratégias de segregação social, e a institucionalidades informais, que se encastelam a partir deles. O muro tem muitos donos.

A transterritorialidade efetiva-se também nos contornamentos, no drible, no jogo duplo, no self-deception. Ela resulta e é resultado de um movimento no e pelo espaço vivido, nas palavras de Lefebvre. Não se trata de estratégias, mas de táticas, como afirma Certeau, de trasladar, de mover-se, mesmo que sem sair do lugar. A escolha da rua, dos horários, dos amigos, dos fazeres cotidianos é dada dentro das possibilidades instituídas. A vida na periferia, para a maioria, não é de enfrentamento, mas de contornamento. Vive-se nas possibilidades dadas. A autonomia é dependente, para usar a expressão moriniana.

As instituições se configuram não apenas como conjunto de regras, mas como um arranjo essencial de regras e sanções. De repreendas simbólicas, como a desaprovação social, até punições capitais, as institucionalidades se estabelecem e se sustentam não apenas na previsão de normas e penalidades, mas de identificação mais ampla de sua capacidade de instituir uma regra e, se necessário, executar a punição correspondente por seu descumprimento. Deriva daí o “papo reto”, a irredutibilidade da regra instituída por forças informais ilegais. Em geral, mais funcionais, desprovidas de símbolos e identificações mais gerais, essas institucionalidades preservam-se a partir da razão regra/sanção.

Organização e instituição não são a mesma coisa. Para compreender a transterritorialidade como resultado de multiterritórios e multiterritorialidades produzidos por diferentes institucionalidades, é preciso aceitar a possibilidades de que estas demarcações de natureza *espacial-simbólica* derivem tanto de *forças sociais* formais quanto informais. Elas são *imateriais*, enquanto regras são instituição, mas *estão* ligadas à *physis*, ao conjunto ordenado, ao *material*, em outras palavras, ligadas à organização, mas não limitadas a elas.

Temos, então, instituições que derivam de organizações, mas são mais do que elas. Regras não restritas ao interior das organizações que as estabeleceram, que promovem a instalação de sistemas mais amplos de poder. À vista disso, a institucionalidade informal ilegal do narcotráfico não está restrita ao mercado ilegal de entorpecente, pese seu caráter funcional nesse sentido. A instituição [institucionalidade] resultante do narcotráfico regula o cotidiano para além da vida de quem integra suas organizações. Extravasa-se, impõe-se para além de seus contornos estreitos. Ela tem um caráter geral. Assim como nas instituições formais, como o Estado, há certas características comuns em relação a regras e sanções, o mesmo parece ocorrer com a institucionalidade do narcotráfico. Há um regerar próprio, particular às normas estabelecidas pelas organizações ligadas ao tráfico de entorpecentes; estratégias e lógicas de dominação espacial similares foram encontradas em todas as cidades pesquisadas.

As institucionalidades ilegais têm produzido identificações simbólicas. Nossa investigação evidenciou a transmutação de regras e condutas funcionais em saberes culturais. Os processos de hibridização podem ser percebidos nas manifestações de fé e de arte popular.

Vejamos o exemplo do *santo narco* Jesús Malverde. A relação entre instituições formais (*fé católica*) e informais (*práticas delitivas*) são mediadas na e pela cultura. A veneração a Malverde promove a aproximação entre *sacro* e *profano*, sendo mutuamente proveitoso para ambas as instituições. Há uma dupla articulação. Mesmo não sendo reconhecido como santo pela Igreja Católica, Malverde mantém seu devoto confesso à fé católica e, por outro lado, confere à atividade certa *normalidade*, transferindo seu julgamento para uma *dimensão divina*, como uma prática do cotidiano.

Em sentido semelhante, temos a moda. O uso de acessórios com símbolos de grupos delitivos, como C.D.S (*Cártel de Sinaloa*), entre outros, demonstra o trasladar entre estratégias funcionais e valores de vida. Não se trata de discutir apologias, mas de compreender que a presença e a manifestação constante de uma institucionalidade, mesmo que violenta, pode internalizar-se na cultura, promovendo identificações a partir exatamente dos efeitos de sua estratégia meramente funcional. Se vivemos na atualidade o tempo do dinheiro e da competição

em estado puro, é de se esperar a conversão de estratégias funcionais em crenças culturais imbricadas a metas sociais de sucesso.

O mesmo percebemos com a análise das músicas. “*Mulher, ouro e poder/lutando que se conquista (...) Quem tá de fora até pensa que é mole viver do crime/Nós planta humildade, pra colher poder*”, diz a letra de Faixa de Gaza, de MC Orelha. Metas de sucessos de uma sociedade mais ampla circunstanciados à realidade da favela. Composição que revela ainda o fino entendimento da relação, de viés capitalista, entre moda e poder, entre ter e ser. “*Nós não precisa de crédito/Nós paga tudo à vista/É Ecko, Lacoste, é peça da Oakley/Várias camisas de time*”, diz a música.

As relações de poder se reproduzem em hábitos que regram o corpo. Podemos observar, neste estudo, que a vida dos moradores não é apenas organizada ou rotinizada, mas ressignificada nas e pelas inscrições de poder no corpo. Lembrando que não há imaterial sem material, não há mente, *self*, sem células, sem vida orgânica, temos marcas no e pelo corpo, não apenas físicas, mas simbólicas do poder, geralmente expresso na e pela violência das sanções impostas pelo descumprimento de regras. Nas cidades pesquisadas, por exemplo, a razão matemática entre regra e sanção em institucionalidades informais ilegais podem ser auferidas pelas taxas de homicídio, pois, em códigos de conduta e/ou territoriais instituídos pelo crime organizado, há previsão de *pena capital*.

Essa dinâmica entre *regra-sanção* no disciplinamento dos corpos é sistêmica, pois nela estão inter-relacionadas, ora associadas, ora concorrentes, forças institucionais formais e informais, corpos e objetos em arranjos espaciais. Há aberturas e fechamentos. Disso, decorre a compreensão de que *sistemas de poder* são auto-eco-organizados.

Transterritorialidade é uma emergência complexa. Por fim, chegamos à conclusão de que a transterritorialidade é uma emergência sistêmica, em termos morinianos, pois decorrente dos processos de produção e manutenção de territorialidades a partir da relação entre institucionalidades legais e ilegais, registrada na e pela cultura. Ela não é dedutível olhando-se apenas a soma das institucionalidades. Ela não é resultado da sobreposição de regras: é um fenômeno complexo distinto decorrente de uma relação sistêmica de natureza dialógica e recursiva.

Este *estar-entre* só existe na e pela inter-relação entre regras e seus contornamentos. É, no entanto, um novo fenômeno social, podemos dizer, que inclui o trânsito entre território e territorialidades, mas não se limita a ele, pois é perpassada por um sentimento, pela experiência,

de que a própria transterritorialidade é, em si, uma nova dimensão espacial. Como emergência complexa, a transterritorialidade é, em si, uma nova espécie de territorialidade.

Ao fim e ao cabo, esta tese desloca-se em direção à compreensão das atuais dinâmicas urbanas de dominação e apropriação do espaço. Amparada na epistemologia complexa, ela está metodologicamente circunscrita à realidade apreendida em nove cidades de nosso continente. A estratégia metodológica, por sua vez, possibilitou o cumprimento dos objetivos geral e específicos desta tese e permitiu a confirmação de suas hipóteses básica e secundárias. Os relatos e os achados de campo, contudo, indicam a necessidade de novos esforços na investigação da transterritorialidade.

Por fim, acreditamos que deixamos alguns caminhos, algumas portas abertas para futuros estudos. Faz-se necessário, por exemplo, investigar mais profundamente as relações de mútuos-benefícios entre instituições legais e ilegais, os chamados arranjos institucionais. É conveniente, também, compreender mais profundamente os mecanismos relativos às hibridizações entre institucionalidades informais ilegais e cultura. A tese defende a reflexão meta-transdisciplinar, por certo. Porém, não propusemos um método, tão somente convidamos ao pensamento complexo para a explicação sociológica.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALMEIDA, M. Da C. A. Mapa inacabado da complexidade. *In*: SILVA, A. A. D. Da; GALENO, A. (Org.). **Geografia: ciência do complexus**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

AMARTYA, S. **The Idea of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

AMORIM, F. **O impacto do narcotráfico na dinâmica de homicídios e roubos: relações causais em 32 metrópoles da América Latina**. [S.l.]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

AZEVEDO, RODRIGO; CIFALI, A. C. Public Security, Criminal Policy and Sentencing in Brazil during the Lula and Dilma Governments, 2003-2014: Changes and Continuities. **International Journal for Crime, Justice and Social Democracy**, 2017. v. 6, p. 146–163.

AZEVEDO, R.; SINHORETTO, J. O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 2018. v. 1, p. 188–215.

BACK, K. Chaos and Complexity: necessary myths. *In*: EVE, R.; HORSFALL, S.; LEE, M. (Org.). **Chaos, Complexity and Sociology**. Londres: Sage, 1997.

BARDIN, L. **Análisis de Contenido**. 2. ed. Madri: Ediciones Akal, 1996.

BARTHES, R. **Sistema de la moda**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, MARTIN W. ; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 189–217.

BAUMAN, Z. **La cultura como praxis**. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **O Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, U. **Risk Society: Towards a New Modernity**. Londres/Nebury Park/Nova Delhi: Sage, 1992.

BECKER, H. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality**. Londres: Penguin Books, 1996.

_____. **La Construcción Social de La Realidad**. 17ª ed. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.

BERQUE, A. Paysage-empreinte, paysge-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. **L'Espace Géographique**, 1984. v. 19, n. 1, p. 33–34.

BJERREGAARD, B. Institutional Anomie Theory. 2014. p. 2531–2542. Disponível em: <http://link.springer.com.ezproxy.ub.gu.se/referenceworkentry/10.1007/978-1-4614-5690-2_217>.

BONNEMAISON, J. **Culture and Space: Conceiving a New Geography**. Londres: I. B. Tauris, 2005. trad josée pénot-demetry.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRICEÑO-LEÓN, R. La metodología de los múltiples estudios de caso. **Ciudades de vida y muerte: La ciudad y el pacto social para la contención de la violencia**. Caracas: Editorial Alfa, 2016a, p. 143–154.

_____. La teoría sociológica de la institucionalidad y el pacto social. In: BRICEÑO-LEÓN, R. (Org.). **Ciudades de vida y muerte: La ciudad y el pacto social para la contención de la violencia**. Trópicos. 1. ed. Caracas: Editorial Alfa, 2016b, p. 117–139.

_____; ÁVILA, O.; CAMARDIEL, A. **Violencia e institucionalidad**. Caracas: Editorial Alfa, 2012.

BRINKS, D. M. The Rule of (Non)Law: Prosecuting Police Killings in Brazil and Argentina. In: HELMKE, G.; LEVITSKY, S. (Org.). **Informal institutions and democracy: Lessons from Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006, p. 201–226.

CAÑAS, P. E. A. Propuestas de seguridad desde organizaciones de base en contextos violentos.

In: COLAK, A. A.; CAÑAS, P. E. A. (Org.). **Nuevo pensamiento sobre seguridad en América Latina: hacia la seguridad como un valor democrático**. [S.l.]: Clacso, 2013, p. 109–129.

_____. Violencia, seguridad y derechos humanos. *In*: CAÑAS, P. E. A.; VEGA, J. (Org.). **Violencia, seguridad y derechos humanos**. Buenos Aires: Clacso, 2017, p. 103–122.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas, poderes oblíquos - estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. De. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CLAVAL, P. **Espacio y poder**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

_____. **A Geografia Cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

_____. **Epistemologia da Geografia**. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CLOWARD, R.; OHLIN, L. E. **Delinquency and opportunity: a theory of delinquent gangs**. 3. ed. Nova Iorque, Londres: Free Press, 1967.

COHEN, A. K. **Delinquent Boys: The Culture of the Gang**. Nova Iorque: Free Press, 1963.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1990.

COTT, D. L. Van. Dispensing Justice at the Margins of Formality. *In*: HELMKE, G.; LEVITSKY, S. (Org.). **Informal institutions and democracy: Lessons from Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006, p. 249–273.

CRAWFORD, S.; OSTROM, E. A Grammar of Institutions. **American Political Science Review**, 1995. v. 89, n. 3, p. 582–600.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **O que é filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. [S.l.]: Universidade de São Paulo, 2011.

DUNCAN, J. **The City as Text: the Politics of Landscape interpretation in the Kandyan Kingdom**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2005.

_____; GREGORY, D. Introduction. *In*: DUNCAN, J.; GREGORY, D. (Org.). **Writes of Passage: Reading travel writing**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1999, p. 1–13.

DURKHEIM, E. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

_____. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: O sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.

_____. **As Regras Do Metodo Sociologico**. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELICKSON, R. C. **Order without Law: How Neighbors Settle Dispute**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

FANDIÑO, J. M. M. **Sobreviventes, bandidos e rebeldes: o novo caráter da agressividade social na América Latina**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012.

FARIAS, L. Un Estado capturado por la moralidad preconvenional. *In*: BRICEÑO-LEÓN, R. (Org.). **Ciudades de vida y muerte: La ciudad y el pacto social para la contención de la violencia**. Trópicos. 1. ed. Caracas: Editorial Alfa, 2016, p. 87–115.

FERIGOLO, J. **A epistemologia de Aristóteles**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 197–216.

FERRELL, J. *et al.* Fragments of a Manifesto: Introducing Cultural Criminology Unleashed. *In*: FERRELL, J. *et al.* (Org.). **Cultural Criminology Unleashed**. Londres: The GlassHouse Press, 2004, p. 1–9.

FERRELL, J.; HAYWARD, K.; YOUNG, J. **Cultural Criminology**. Los Angeles, Londres, Nova Delh, Singapura, Washington DC: Sage, 2008.

FLICK, U. Entrevista episódica. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa**

qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 114–136.

FOUCAULT, M. **Estética, ética y hermenéutica.** Barcelona: Paidós, 1999.

_____. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas.** 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Seguridad, Territorio, Población.** Buenos Aires: FONDO DE CULTURA ECONOMICA, 2006.

_____. **Vigiar e punir.** 37ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Microfísica do Poder.** 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREYRE, G. **Aventura e Rotina - Sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação.** 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

GARLAND, D. **La cultura del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea.** Barcelona: Gedisa, 2005.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In:* BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 64–89.

GIDDENS, A. **Sociology.** 5ª ed. Londres: Polity Press, 2006.

GOFFMAN, E. **Relations in Public: Microstudies of the Public Order.** Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017.

GONZÁLEZ-ORTEGA, N. Realidades y representaciones de la subcultura del narcotráfico en Colombia: origen de unas nuevas ética y estética latinoamericanas? *In:* GONZÁLEZ-ORTEGA, N. (Org.). **Subculturas del narcocráfico en América Latina. Realidades geoconómicas y geopolíticas y la representación sociocultural de unas nuevas ética y estética en Colombia, México y Brasil.** Bogotá, Cidade do México, Oslo: Universidad de los Andes - Ediciones Uniandes; Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad de Oslo, 2015, p. 1–12.

GREIF, A. **Institutions and the path to the modern economy.** Cambridge/Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

GROSSI PORTO, M. S. Mídia, segurança pública e representações sociais. Recife: **II Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, 2007. v. IX, n. 17, p. 19–46.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In*: HEIDRICH, Á. L. *et al.* (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**. Porto Alegre: Editora da Ulbra/Editora da Universidade - UFRGS, 2008, p. 19–36.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014a.

_____. Contenção territorial: “campos” e novos muros. **Boletín de Estudios Geográficos**, 2014b. n. 102, p. 25–45.

_____; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2006.

HARVEY, D. **Ciudades rebeldes: Del derecho de la ciudad a la revolución urbana**. Madrid: Akal, 2013.

HELMKE, G.; LEVITSKY, S. Prefácio/Introdução. *In*: HELMKE, G.; LEVITSKY, S. (Org.). **Informal institutions and democracy: Lessons from Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

JUNG, C. G. La conciencia moral y la psicología. **La conciencia moral**. Barcelona: Revista de Occidente, 1961, p. 253–282.

KELTING, F. M. S.; LOPES, J. L. De S. **Vislumbrando paisagens**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

KLEINSCHMITT, S. C. **As mortes violentas na tríplice fronteira: números, representações e controle social: estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina**. [S.l.]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

KONG, L. Música popular nas análises geográficas. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009, p. 129–175.

LAFREE, G. **Losing Legitimacy: Street Crime and the Decline of Social Institutions in America**. Boulder: Westview Press, 1998.

LANCE, D. E.; NORTH, D. C. **Institutional change and american economic growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LEA, J.; YOUNG, J. **¿Que hacer con la ley y el orden?** Buenos Aires: Editores del Puerto, 2001.

LEFEBVRE, H. **Writings on Cities**. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

_____. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swing Libros, 2013.

LLOYD, G. **Aristotle: the growth and structure of his thought**. Cambridge/Nova Iorque: Cambridge University Press, 1999.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **El tiempo de las tribus: El ocaso del individualismo en las sociedades posmodernas**. Cidade do México: Siglo XXI, 2004.

_____. **Iconologías: Nuestras idolatrías posmodernas**. Barcelona: EDICIONES PENÍNSULA, 2009.

_____. **A transfiguração do político: tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARTINS, J. De S. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MASSEY, D. **Space, Place, and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

_____. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDOZA, A. A. **El tamaño del infierno: Un estudio sobre la criminalidad en la Zona Metropolitana de la Ciudad de México**. Cidade do México: Colegio de Mexico, 2011.

MERTON, R. K. Social Structure and Anomie. **American Sociological Review**, out. 1938. v.

3, n. 5, p. 672–682. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2084686?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents>.

_____. **Social Theory and Social Structure**. Nova Iorque: [s.n.], 1968.

_____; BARBER, E. **The Travels and Adventures of Serendipity**. Princeton ed. Princeton: [s.n.], 2011.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MISSE, M. AS LIGAÇÕES PERIGOSAS: MERCADO INFORMAL ILEGAL, NARCOTRÁFICO E VIOLÊNCIA NO RIO. **Contemporaneidade e Educação**, 1992. v. 2, n. 1, p. 1–26. Disponível em: <http://necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/As_ligações_perigosas.pdf>.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, 2007. v. 21, n. 61, p. 139–157. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300010>.

MORIN, E. O método 1: a natureza da natureza. 1977. p. 363. Disponível em: <[http://www.filozar.com.br/filosoficos/Morin/MORIN, Edgar. O Método I - A Natureza da Natureza.pdf](http://www.filozar.com.br/filosoficos/Morin/MORIN,Edgar.O.MétodoI-A.Natureza.da.Natureza.pdf)>.

_____. **Cultura de Massas no Século XX: O Espírito do Tempo - 1 NEUROSE**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. El método VI: Ética. 2007.

_____. **O método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2011a.

_____. **O método 4: as ideias - habitat, vida, costumes, organização**. 6ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011b.

_____. **O método 6: ética**. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011c.

_____. **O método 5: a humanidade da humanidade**. 5ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2012a.

_____. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2012b.

_____. **O método 1: a natureza da natureza**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

NOGUÉ, J. **El paisaje en la cultura contemporánea**. Madri: Biblioteca Nueva, 2008.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge, Londres, Port Chester, Melbourne, Sydney: [s.n.], 1990.

_____; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. R. **Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.

O'DONNELL, G. On Informal Institutions, Once Again. *In*: HELMKE, G.; LEVITSKY, S. (Org.). **Informal institutions and democracy: Lessons from Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006, p. 285–289.

OLIVEIRA, T. V. De. Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração On Line - Prática - Pesquisa - Ensino**, 2001. v. 2, n. 3. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>.

OMASTOVÁ, K. **Tepito y su transformación desde 1960 hasta el presente. Formas presentes de la cultura de la pobreza**. [S.l.]: Universidad Carolina, 2017.

PARLEVLIET, J. In Focus: Defining (Informal) Institutions. *In*: JÜTTING, J. *et al.* (Org.). **Informal Institutions: How Social Norms Help or Hinder Development**. Paris: OECD Publishing, 2007, p. 44–45.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista de Estudos Culturais**, 2014. n. 1.

PRICE, B. The myth of postmodern science. *In*: EVE, R.; HORSFALL, S.; LEE, M. (Org.). **Chaos, Complexity and Sociology**. Londres: [s.n.], 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. Produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 17–36.

_____. Space, territory, and territoriality. **Environment and Planning D: Society and Space**, 2012. v. 30, p. 121–141.

RAMOS, M. P. **Pesquisa social: abordagem quantitativa com uso de SPSS**. Porto Alegre: Escritos, 2014.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. 6ª ed. Cambridge: HARVARD UNIVERSITY PRESS, 2003a.

_____. **Justiça como equidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

RIEHL, W. H. **Wanderbuch: als zweiter Theil zu "Land und Leute" - Parte 2**. Stuttgart: Cotta, 1869.

RODAWAY, P. **Sensuous Geographies: Body, Sense, and Place**. Londres: Routledge, 1994.

SACK, R. D. Human Territoriality: A Theory. **Annals of the Association of American Geographers**, 1983. v. 73, n. 1, p. 55–74.

_____. Geographical Progress toward the Real and the Good. *In*: SACK, R. D. (Org.). **Progress: Geographical Essays**. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 2002, p. 113–130.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. *In*: HEIDRICH, Á. L. *et al.* (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**. Porto Alegre: Editora da Ulbra/Editora da Universidade - UFRGS, 2008, p. 47–60.

_____; SPOSITO, E. S. Prefácio. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 7–15.

SASSEN, S. **Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2008.

SCHRADER, A. **Métodos de Pesquisa Social Empírica e Indicadores Sociais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

SENNETT, R. **Carne e Pedra**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, 2005. v. 11, n. 2, p. 577–591.

_____. Sociologia do espaço. São Paulo: **Estudos Avançados**, 2013. v. 27, n. 75–112.

SMITH, T. Nonlinear dynamics and micro-macro bridge. *In*: EVE, R.; HORSFALL, S.; LEE, M. (Org.). **Chaos, Complexity and Sociology**. Londres: Sage, 1997.

SOUZA, M. L. De. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. M. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory**. 2ª ed. Londres/Nova Delhi: Sage, 1998.

STROUP, W. Webs os chaos: implications of research design. *In*: EVE, R.; HORSFALL, S.; LEE, M. (Org.). **Chaos, Complexity and Sociology**. Londres: Sage, 1997.

SUTHERLAND, E. H. **Principles of Criminology**. 4ª ed. Chicago: J.B Lippincott, 1947.

_____; CRESSEY, D. R. **Criminology**. Philadelphia, Nova Iorque, San José, Toronto: J.B Lippincott, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**, 2002. v. 54, n. 1, p. 22–24.

_____. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**, 2004. v. 18, n. 1, p. 3–12.

_____. Dilemas do Ensino Policial: das heranças às pistas inovadoras. **Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública**, 2014. v. 7, p. 11–30.

_____. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2015. v. 108, p. 182–190.

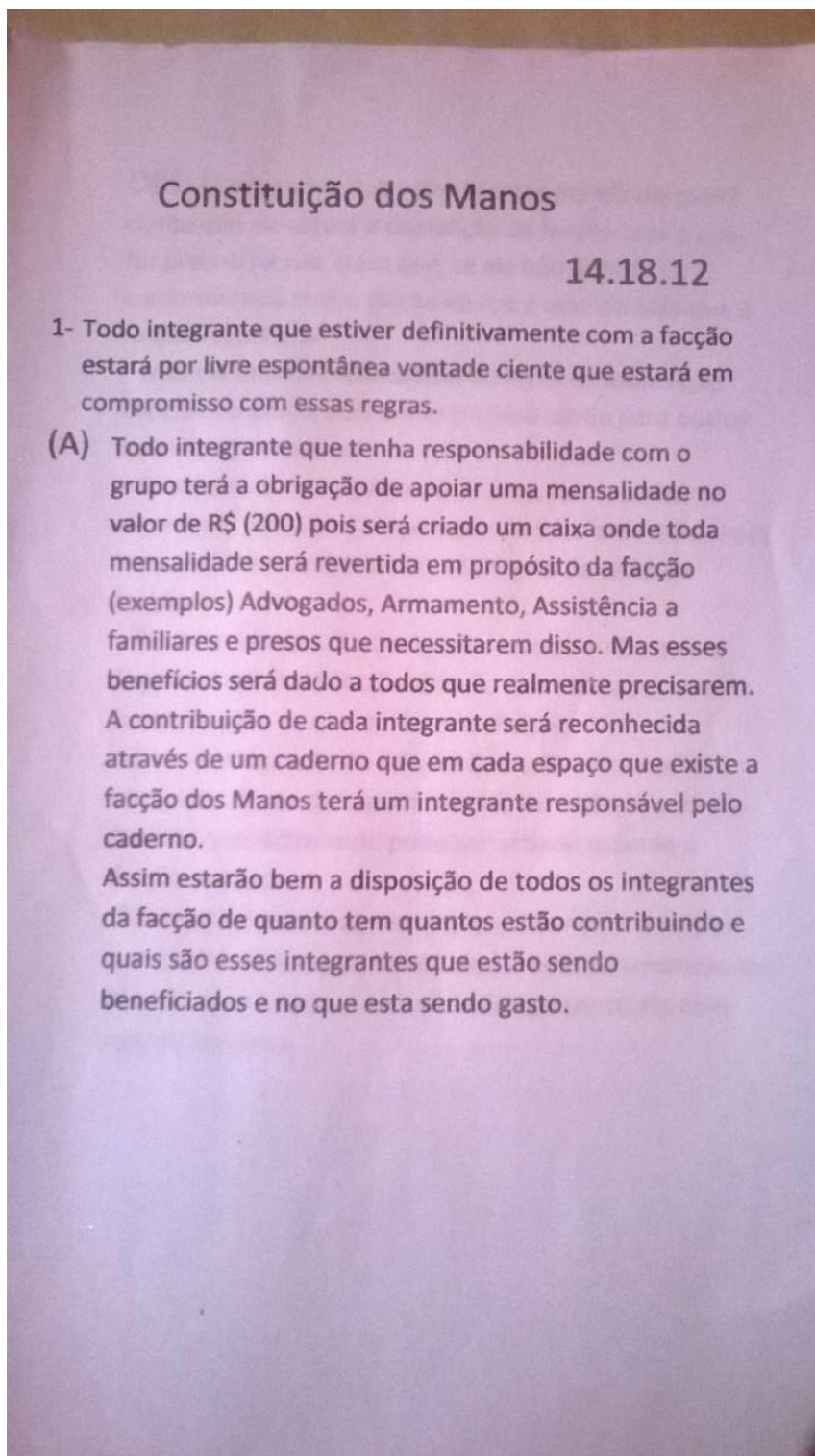
TEIXEIRA, A. N. **A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia**. [S.l.]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

_____; BECKER, F. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. **Sociologias**, 2001. n. 5, p. 94–113. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100006&lng=pt&tlng=pt>.

- TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010.
- TELLES, V. Da S. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. *In*: RIZEK, OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- TUAN, Y. F. **Space and Place - The Perspective of Experience**. 8. ed. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press, 2001.
- VANDA, U. O território organizado pelas redes. *In*: HEIDRICH, Á. L. *et al.* (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**. Porto Alegre: Editora da Ulbra/Editora da Universidade - UFRGS, 2008, p. 77–83.
- WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WOLFGANG, M.; FRANCO, F. **The Subculture of Violence**. Londres: Social Science Paperbacks, 1967.
- YOUNG, J. **The Exclusive Society**. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi: Sage, 1999.
- YOUNG, J. **The Vertigo of Late Modernity**. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura, Washington DC: Sage, 2007.
- ZALUAR, A. **Da revolta ao crime S.A.** Rio de Janeiro: Moderna, 1996.
- _____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ZAVALETA BETANCOURT, J. A. Elementos para la construcción del concepto campo de la violencia. **Revista Sociológica**, 2017. n. 33.
- _____. Desapariciones, violencia organizada y colectivos de víctimas en México. El caso de la región sureste. *In*: OLVERA, A. (Org.). **Veracruz en su laberinto**. Xalapa: Universidad Veracruzana, 2018.
- ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXOS

Anexo 1 - Cópia de regulamento da facção Os Manos



OBS: O integrante que receber estes benefícios estará ciente que ele estará a disposição da facção para o que for preciso na rua, claro que, se ele não quiser compromissos com a facção na rua é uma decisão que a facção respeitara.

Mas ele terá que reembolsar todas as despesas que com ele foi gasto, pois o mesmo será usado para outros que vierem a precisar.

O caderno com os gastos, entradas, saídas e nomes deverá ser passado a limpo todo dia 5 de cada mês assim terá uma transparência no andamento da caixa da facção.

O integrante que ir para o semi-aberto e não quiser fugir terá apoio da facção deis de que esteja segurando o espaço para os que venham a chegar.

Todo o integrante da Facção que estiver na rua terá obrigação de deixar algum contato ou endereço de um familiar que saiba onde pode ser achado quando a facção precisar.

Todo integrante realmente que estiver com a facção que tenha um espaço, deve colocar nossas bandeiras em Muros, paredes etc... demarcando seu território com nossas bandeira

A nossa Bandeira poderá ser colocado desta forma escrito: Os Manos ou em ordem numérica (14-18-12) pois assim saberemos que realmente estão com a facção.

Assim todos os inimigos da nossa facção saberão que ali tem um embola mento chamado os manos ou aliados da facção que tenha seu espaço ou seu negócio terá o apoio e a proteção da Facção os Manos.

Se algum inimigo tentar atingir ou derrubar um integrante dos Manos deverá ter as mesmas respostas o mais rápido possível pelo nosso embola mento pois não será permitido passar em branco.

Todos os integrantes que estiverem preso recebendo qual quer tipo de beneficio da facção terá a obrigação e dever de manter e preservar o espaço com responsabilidade e acima de tudo respeitar a prefeitura que estiver a frente naquele momento.

OBS: Não devemos deixar que os presos que convivam em nossas galerias ou nosso meio fiquem falando mal um do outro pois através destes maus comentários poderá ser criado um problema mais tarde se tiver algo para falar de alguém que faça parte da facção devera ir direto ao responsável pela galeria pois ai será resolvido o problema da melhor forma possível.

Em caso de haver uma punição ou afastamento de um integrante que esteja ligado diretamente a facção será analisado por todos os que tem direito de dar o seu aval e sua opinião. Para que no final possamos chegar a uma decisão justa e correta, em caso de alguma decisão justa e correta em caso de alguma decisão que não esteja sendo corretamente resolvida o (presidente) Dara seu aval decisivo a fim de ser solucionado o assunto em questão.

As pessoas que estiver abusando ou usando indevidamente o nome da facção ou desrespeitando pela facção, pois ninguém e mais que outro pois e essencial o respeito ao próximo, não será permitido a traição de nem um dos integrantes da facção que possa vir a atingir a facção.

Que fique bem esclarecido que não será perdoado de forma alguma pois será punido severamente.

Então as todos que portarem essa constituição estarão a par de tudo e de todos as responsabilidades que estarão assumindo perante a facção.

Lembre-se somos uma facção, não um time de um homem só...

Os Mano 14.18.12